



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro Biomédico  
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Sessiz Zarif Rosa Barbosa e Barros de Oliveira

**“Ela não pode ser pai?”: um estudo sobre a transparentalidade a partir de  
três casos de mulheres trans**

Rio de Janeiro

2023

Sessiz Zarif Rosa Barbosa e Barros de Oliveira

**“Ela não pode ser pai?”: um estudo sobre a transparentalidade a partir de três casos de  
mulheres trans**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Laura Lowenkron

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

Z37 Zarif, Sessiz

“Ela não pode ser pai?”: um estudo sobre a transparentalidade a partir de três casos de mulheres trans / Sessiz Zarif Rosa Barbosa e Barros de Oliveira – 2023. 173 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Laura Lowenkron

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Transexualidade – Teses. 2. Poder familiar – Teses. 3. Paternidade – Teses. 4. Pessoas transgênero - Teses. 5. Experiência de vida – Teses. I. Lowenkron, Laura. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título.

CDU 613.885

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Sessiz Zarif Rosa Barbosa e Barros de Oliveira

**“Ela não pode ser pai?”: um estudo sobre a transparentalidade a partir de três casos de mulheres trans**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 06 de janeiro de 2023.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Laura Lowenkron  
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara  
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Paula Uziel  
Instituto de Psicologia - UERJ

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Jaqueline Gomes de Jesus  
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

## AGRADECIMENTOS

Eu não tenho palavras para descrever a intensidade da minha gratidão em relação a todas as pessoas que contribuíram para que eu pudesse me dedicar a esse projeto. Eu fico muito feliz e orgulhosa de ter recebido o apoio e acolhimento que vocês me ofereceram!

Começo agradecendo ao meu Anjinho Leleco. Meu anjinho, eu te Amo. E se eu dei início a essa empreitada de retomar a minha vida acadêmica, isso só foi possível porque nos momentos em que eu mesma não acreditava em meu potencial, você acreditava! Você sempre estava presente para me apoiar. Eu te Amo e sou muito grata por tudo que você fez e faz!

A segunda pessoa a quem eu agradeço é minha orientadora, Laura Lowenkron. Mesmo nos momentos mais difíceis, você acreditou no meu potencial e me ajudou a superar os meus limites. Você também teve paciência para lidar com as minhas dificuldades e limitações. Agradeço por ter me prestado sua orientação e acolhimento!

Agradeço à Mônica Pontes, que me prestou auxílio psicológico gratuito não apenas durante toda a pandemia, como também assumiu o compromisso de me acompanhar até o final do percurso do meu mestrado. Agradeço por todo o acolhimento!

Agradeço à Anna Paula Uziel, com quem tive conversas muito enriquecedoras acerca de diversos temas. Você também acreditou em meu potencial acadêmico e me acolheu de várias formas em inúmeros contextos. Além de ser minha amiga e professora, acompanhou meu processo de estágio acadêmico. Agradeço por me apoiar e inspirar!

Agradeço aos meus professores e professoras: Laura Lowenkron, Sérgio Carrara, Jane Russo, Maria Luiza Heilborn, Rogério Azize, Horacio Sívori, André Rios, Rafaela Zorzaneli, Marilena Corrêa, Claudia Mora, Martinho Silva, Anna Uziel, Mario Carvalho, Maria Elvira, Carolina Maia, Nathalia Gonçalves. Professores e professoras, eu agradeço por todas as aulas que ministraram e por todo o conhecimento que vocês me permitiram obter e construir!

Agradeço por todo tipo de apoio e auxílio que recebi de profissionais maravilhosos que atuam na área administrativa do Instituto em que cursei o mestrado. Portanto, Silvia Regina, Eliete Ester, Aline dos Santos, Elir Ferrari, Artur Parreira, eu agradeço por tudo o que fizeram por mim!

Agradeço aos meus colegas de turma: Vic, Thav, Deni, Ju, Igor, Nato-kun, e a minha querida amiga que conheci apenas após o início da pandemia, Jana. Fazer aulas não seria tão

divertido se não tivesse uma panelinha para fazer uma boa bagunça de vez em quando. Agradeço por todo o carinho e companheirismo!

Agradeço também à minha “família”. Desde o início da minha infância eu considerei que família era uma coisa. Conforme os anos foram passando, as minhas concepções acerca desse conceito foram se alargando. Hoje em dia eu tenho uma percepção do(s) conceito(s) de família(s) que carrega(m) mais perguntas que certezas. E me sinto mais satisfeita com minha atual perspectiva do assunto. Por isso eu agradeço a minha “família consanguínea”, a minha mãe Sheyla, meu pai Beto, meu irmão Ruyzinho, minha vó Marina e minha tia Mirinha. A vocês eu agradeço por tudo e apesar de tudo. E eu também agradeço a minha “família do coração”, que são pessoas que passaram pela minha vida ou que de alguma forma ainda fazem parte dela, e que, cada uma a seu modo, trataram-me com carinho e amizade. Desse modo, agradeço aos meus amigos e amigas e amigues: Aline, Thiago, Hing, Luciana, Sasu, Akane, Beca, Cassiel, Pedro, Renata, Michele, Rodrigo, Fê, Edu, Mário, Amiel. Vocês são as pessoas mais fofas do mundo e eu agradeço muito por isso!

Agradeço também às interlocutoras dessa pesquisa. Começo agradecendo à Letícia Lanz, porque além de ser o primeiro caso de transparentalidade de que eu tive notícia, foi sempre muito disposta em oferecer suas reflexões e detalhes de sua vida pessoal a quem quisesse saber mais não apenas sobre transparentalidades, mas qualquer tema vinculado às vivências trans. Agradeço à Leonora Áquilla, porque além de não ter vergonha de falar sobre suas vivências, também escolheu não esconder o seu passado, permitindo que as pessoas percebam que ninguém nasce pronto e que nenhuma trajetória de vida é necessariamente linear. E agradeço à Sara York, porque além de ter tomado a primazia de ignorar a minha timidez para falar comigo, soube reconhecer que ambas pensamos diferentemente em muitos aspectos, e que isso não é razão para que deixemos de ser amigas e aliadas em uma causa tão bela: a defesa dos direitos de pessoas trans. Portanto, agradeço a nossas interlocutoras, não apenas por possibilitarem a existência desse trabalho, mas por contribuírem ativamente para que juntos todos nós possamos construir um mundo melhor e mais justo para todos!

Agradeço também às agências de fomento CAPES e a FAPERJ, que financiaram este projeto.

Você me diz que seus pais não entendem  
Mas você não entende seus pais  
Você culpa seus pais por tudo  
Isso é absurdo  
São crianças como você  
O que você vai ser  
Quando você crescer

*(fragmento da canção “Pais e Filhos”) Legião Urbana*

Sorria e abraça os teus pais enquanto estão aqui  
Que a vida é trem bala, parceiro  
E a gente é só passageiro prestes a partir

*(fragmento da canção “Trem Bala”) Ana Vilela*

## RESUMO

ZARIF, Sessiz. “*Ela não pode ser pai?*”: um estudo sobre a transparentalidade a partir de três casos de mulheres trans. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho analisa vivências parentais de mulheres trans, e utiliza a categoria analítica de transparentalidade. As pessoas trans, bem como as suas vidas, as suas percepções de si e os seus relacionamentos, principalmente com seus familiares, são inquestionavelmente marcados por um dos valores hegemonicamente estabelecidos na sociedade brasileira, chamado neste trabalho de cisheteronormatividade compulsória. Em paralelo a isso, o rápido avanço de tecnologias de comunicação das últimas décadas permitiu que cada vez mais pessoas acessassem internet, canais de televisão e outras ferramentas que viabilizam o conhecimento de diversas e diferentes informações e concepções de mundo, portanto de possibilidades de ser e estar no mundo. Essa maior acessibilidade torna mais visíveis as narrativas acerca das experiências de vidas não hegemônicas, como as de pessoas trans, que são representadas até hoje quase que exclusivamente pelos vieses e falas de pessoas cisgêneras. Tais representações são muito recorrentemente pejorativas, reiterando estigmas a elas associados, de abjetas, pecaminosas, doentias, criminosas, sofridas, vítimas, anormais, controversas e desprovidas de autonomia; e salientando vínculos de pessoas trans com temáticas de HIV/AIDS, prostituição, violência, criminalidade e marginalização. No entanto, desde os anos finais do século XX, as pessoas trans estão gozando de alguma possibilidade de falar por conta própria e de si próprias, quando, por exemplo, são convidadas a participar de documentários e programas de auditório de televisão, ou quando publicam vídeos e textos com seus próprios relatos e reflexões na internet. E este trabalho pretende analisar esses registros públicos dessas narrativas sobre mulheres trans que foram feitas por elas mesmas, enaltecendo suas falas. Mais especificamente, serão analisados os registros que tratam de casos de mulheres trans que exercem a parentalidade e em tais registros falam sobre como a transparentalidade afeta suas experiências de vida, suas identidades e seus relacionamentos. Cabe ressaltar que este trabalho é feito a partir da perspectiva de uma pesquisadora que também se configura como uma pessoa trans, que em sua subjetividade se enuncia como uma mulher transgênera não binária. Sem a pretensão de esgotar a discussão do tema com respostas que se presumam universalizantes ou desmistificadoras, busca-se levantar questões que permitam pensar como mulheres trans experimentam a parentalidade, por exemplo, ao enunciar a si mesmas como pais de seus filhos, numa peculiar forma de autoafirmação que foge a uma perspectiva binária de gênero, imposta pela cisheteronormatividade compulsória. Para tanto, será feita uma pesquisa qualitativa que se baseia na análise de registros textuais e audiovisuais que se encontram disponíveis para acesso público acerca de três mulheres trans. Tais registros consistem em documentários, entrevistas, participações em programas de auditório, falas em congressos, publicações textuais e autobiografias, nos quais tais mulheres trans e seus parentes dão relatos de suas vivências e percepções de mundo a respeito da temática da transparentalidade e questões outras que atravessem tal tema. Buscamos verificar a existência de tensão entre a trajetória de construção de identidade de gênero e as vivências parentais dessas mulheres trans que, concluímos, vivenciam uma parentalidade hierarquizada que nomeamos de *parentalidade curinga*.

Palavras-chave: Transparentalidade. Parentalidade. Maternidade. Transexual. Transgênero.



## ABSTRACT

ZARIF, Sessiz. “*Can’t she be a father?*”: a study on *transparenting* based on three cases of trans women. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This work analyzes parenting experiences of trans women, and uses the analytical category of *transparenting*. Trans people, as well as their lives, their perceptions of themselves and their relationships, especially with their families, are unquestionably marked by one of the hegemonically established values in Brazilian society, called in this work *compulsory cisheteronormativity*. In parallel to this, the rapid advancement of communication technologies in recent decades has allowed more and more people to access the internet, television channels and other tools that enable the acquisition of diverse information and worldviews, therefore making it possible to live different lives. This greater accessibility makes narratives about non-hegemonic life experiences more visible, such as those of trans people, which are represented until today almost exclusively by the biases and speeches of cisgender people. Such representations are recurrently pejorative, reiterating stigmas associated with trans people, such as: object, sinful, sick, criminal, victims and devoid of autonomy. These representations also reiterate the link between trans people and subjects such as HIV/AIDS, prostitution, violence, criminality and marginalization. However, since the final years of the 20th century, trans people have been enjoying some possibility of speaking on their own and about themselves, when, for example, they are invited to participate in documentaries and television auditorium programs, or when they publish videos and texts with their own reports and reflections on the internet. And this work intends to praise the speeches of trans women, by analyzing these public records of these narratives about trans women that were made by themselves. This work will analyze records dealing with cases of trans women who exercise parenthood, in which they talk about how *transparenting* affects their life experiences, their identities and their relationships. It should be noted that this work is done from the perspective of a researcher who also configures herself as a trans person, who enunciates herself as a non-binary trans woman. Without intending to exhaust the discussion of the subject with answers that are presumed to be universal or demystifying, the aim of this work is to raise questions that allow thinking about how trans women experience parenthood, for example, when enunciating themselves as fathers of their children, in a peculiar way of self-affirmation that escapes a binary perspective of gender, imposed by *compulsory cisheteronormativity*. A qualitative research will be carried out based on the analysis of textual and audiovisual records that are available for public access about three trans women. Such records consist of documentaries, interviews, participation in auditorium programs, speeches at congresses, textual publications and autobiographies, in which such trans women and their relatives give reports of their experiences and perceptions of the world regarding the theme of *transparenting* and other themes that relate to this topic. We seek to verify the existence of tension between the trajectory of construction of gender identity and the parenting experiences of these trans women who, we conclude, experience a hierarchical parenting that we call *joker parenting*.

Keywords: Transparenting. Parenting. Maternity. Transsexual. Transgender.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Letícia Lanz (à direita) e sua esposa Angela (à esquerda) .....	82
Figura 02	Letícia cercada por sua família e amigos .....	95
Figura 03	O encontro entre Sara (à esquerda) e Elza (à direita) .....	103
Figura 04	O reencontro entre Sara e seu filho Victor .....	105
Figura 05	Sara e seu filho Victor convivendo alegremente .....	106
Figura 06	Sara e seu filho Victor e seu neto recém-nascido Nicholas .....	107
Figura 07	Sara e seu neto Nicholas no dia das avós .....	116
Figura 08	Sara e seu filho Victor e seu neto Nicholas: uma família feliz! .....	116
Figura 09	Leonora se enquadra publicamente no gênero feminino .....	129
Figura 10	Leonora e seu filho Vitor (à esquerda) e seu filho Wagner (à direita) ..	143

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....	16
1.1	<b>Transparentalidade ou parentalidade de pessoas trans?</b> .....	16
1.2	<b>Aproximação da temática da transparentalidade</b> .....	22
1.3	<b>Metodologia</b> .....	29
1.4	<b>Desafios e considerações éticas</b> .....	32
1.5	<b>Representações de pessoas trans em textos acadêmicos</b> .....	33
1.6	<b>Pessoas trans e lugar de fala</b> .....	37
1.7	<b>Cisheteronormatividade Compulsória, ou Cisheteronorma</b> .....	41
1.8	<b>A Polissemia dos conceitos Sexo e Gênero</b> .....	44
1.9	<b>Transfobia</b> .....	50
1.10	<b>Transfeminismos no Brasil</b> .....	55
1.11	<b>Uma breve reflexão sobre as noções de famílias</b> .....	60
1.12	<b>Transparentalidades: vivendo e fazendo família para além da abjeção</b> .....	63
2.	<b>DISCUSSÃO DOS CASOS DAS INTERLOCUTORAS</b> .....	72
2.1	<b>Letícia Lanz</b> .....	75
2.2	<b>Sara York</b> .....	97
2.3	<b>Leonora Áquilla</b> .....	117
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	149
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
	<b>APÊNDICE A</b> – Lista de Registros Compilados e Analisados – Letícia Lanz .....	160
	<b>APÊNDICE B</b> – Lista de Registros Compilados e Analisados – Sara York .....	164
	<b>APÊNDICE C</b> – Lista de Registros Compilados e Analisados – Leonora Áquilla .....	169

## INTRODUÇÃO

Trata-se de uma tarefa difícil e delicada a tentativa de falar sobre um tema para o qual não se encontram as palavras que se possa considerar adequadas para nomeá-lo e defini-lo. Qualquer escolha pode parecer imprópria, conflituosa e insatisfatória. Esse alerta se faz necessário antes mesmo de que seja possível apresentar o nome escolhido para tratar do tema desta pesquisa. São vários os sujeitos que emitirão opiniões sobre a referida temática, e mesmo entre aqueles que pertençam a um mesmo grupo, originado em contextos sociais, ou a uma mesma categoria analítica, pensada a partir de pesquisas acadêmicas, não se pode esperar homogeneidade nas falas. Portanto, para dar início a esse trabalho, revela-se necessário assumir certos posicionamentos de forma expressa e compreensível acerca do tema, que será nomeado “transparentalidade” e desse ponto em diante, não mais será usado entre aspas duplas.

A transparentalidade vem sendo discutida apenas muito recentemente no âmbito acadêmico brasileiro, há não mais que duas décadas, de modo que a própria palavra transparentalidade ainda é raramente conhecida, escrita ou pronunciada. Exatamente por esse motivo que Érica Renata Souza (2013), ao escrever um artigo sobre os casos de parentalidades de mulheres trans que teve a oportunidade de conhecer em um estudo realizado no Canadá, faz uma análise em que ressalta a importância de que seja pensada uma categoria de análise que se refira às parentalidades de pessoas trans sem que estejam subsumidas na categoria de análise de homoparentalidades, esta a qual se refere às parentalidades de pessoas homossexuais. Cabe salientar que Érica Renata Souza, ao realizar os estudos para a escrita de sua tese, publicada em 2005, tem como objetivo analisar as relações de parentalidades de sujeitos homossexuais, mais especificamente, de mulheres lésbicas, porém, quando se depara com casos de parentalidades de mulheres trans, acaba colhendo os materiais que utiliza para futuramente lançar seu artigo em 2013, reiterando a necessidade de reconhecer a diferença entre sexualidade e identidade de gênero ao pensar nas vivências, categorias e nomenclaturas.

Essa tomada de decisão de utilizar categorias analíticas que destaquem os sujeitos trans não se trata de mero jogo de palavras. É um importante passo para combater a invisibilização da transgeneridade, bem como de reconhecer que existe uma diferença entre a categoria de homossexualidade, que se refere a uma experiência de sexualidade, e a categoria de transgeneridade, que se refere a uma experiência de gênero. É preciso lembrar que os sujeitos

que se identificam ou que são identificados nessas categorias não estão limitados apenas a experiências de sexualidade ou de gênero. E mais uma vez é necessário estabelecer os paradigmas, e por consequência, as nomenclaturas e categorias analíticas, de que se fará uso neste trabalho, no tocante a definir o que se entende por sujeito trans, e de onde se originam os fundamentos que permitem ser tomado tal posicionamento. Afinal, para falar de transparentalidade, ou seja, a parentalidade de pessoas trans, é preciso compreender o que se entende neste trabalho por pessoa trans.

Reconhecer-se como uma pessoa trans é uma possibilidade observada em escala mundial, mas há uma multiplicidade de formas de nomear e definir esse conceito, as quais são constantemente reavaliadas, ganhando contornos específicos a depender dos tipos de sujeitos que se propõem a falar sobre o tema. Voltaremos à discussão acerca da definição adotada para o conceito de pessoas trans em breve. Discutamos, em princípio, o porquê da nomenclatura usada. Nesse trabalho, opta-se por usar a categoria “pessoa trans”, doravante utilizada sem aspas duplas, para englobar diferentes categorias identitárias e políticas, das quais podemos citar travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas não binárias<sup>1</sup> e outras tantas possibilidades existentes, como mulheres transgêneras, mulheres trans, homens transgêneros, dentre outras nomenclaturas políticas e subjetivas. Conforme Mario Carvalho (2018) verifica em seu artigo, a formação de identidades políticas de pessoas trans no contexto brasileiro é marcada por variados processos de organização e reorganização, que começam na virada do século XX para o século XXI, e se desenvolvem a partir de diferentes discursos, que permitem diversos entendimentos e escolhas de categorias, nomenclaturas e definições. A respeito dessa multiplicidade discursiva e política, o autor comenta:

Há um relativo consenso político no uso da categoria pessoas trans como englobante das diversas expressões identitárias, assim como no uso de movimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans como forma de explicitar os diferentes sujeitos políticos do movimento ou de movimento trans como forma de sintetizar tais sujeitos. (CARVALHO, 2018, p.35).

Tomando como base o que foi evidenciado por Mario Carvalho (2018), a escolha feita neste trabalho pelo uso da categoria de pessoas trans para incorporar inúmeras outras não se dá por considerarmos que tal categoria dê conta de englobar e representar suficientemente e indiscutivelmente a diversidade de configurações de identidades de gênero existentes no contexto brasileiro. Pelo contrário, salientamos a existência dessa limitação, mas nos apoiamos num movimento oriundo de um relativo consenso político pela escolha da categoria

---

<sup>1</sup> Essas quatro categorias políticas são identificadas em artigo escrito por Mario Carvalho (2018).

de pessoas trans para sintetizar tais sujeitos num discurso que torne possível uma escrita acessível para as pessoas que pretendam lê-lo.

Compreende-se que a pessoa trans assim se configura por ter uma característica, a qual será denominada neste trabalho de “vivências trans”, que desse ponto em diante será grafada sem aspas duplas, características essas que tanto na literatura acadêmica brasileira quanto nos movimentos sociais brasileiros são mais frequentemente referidas como ou transexualidade ou transgeneridade, e nos casos específicos de travestis, pode-se encontrar referência ao termo travestilidade, ainda que este último termo seja pouco utilizado em estudos acadêmicos, tendo surgido dos debates realizados por movimentos sociais brasileiros. Conforme o exposto por Jorge Leite Júnior (2008), o conceito patologizante originado dos saberes médicos, “transexualismo psíquico”, sofrerá inúmeras reavaliações ao longo do século XX. Do final do referido século até os dias atuais, serão variadas as versões que visam subverter a ordem nosológica das nomenclaturas e definições outrora atribuídas à transexualidade, de modo a tentar atenuar o estigma imputado historicamente às pessoas trans. Nesse sentido, enquanto Berenice Bento (2017) discute as possibilidades de apropriação da *Teoria Queer* nos feminismos que se desenvolvem no Sul Global, propondo a utilização do termo “transviad@s”, algumas pessoas trans, como Renata Carvalho (2019) que é atriz, diretora, dramaturga e fundadora do MONART (Movimento Nacional de Artistas Trans), propõem o uso do termo “travestigênera”, um dos termos a partir dos quais se reconhecem e se autodenominam. Esses conhecimentos e nomenclaturas revelam uma constante disputa de poder para gerar verdades acerca das vivências de pessoas trans, e estão em constante produção, questionamento e reconfiguração. Esse fato nos permite concluir que qualquer posicionamento que se proponha a afirmar o uso de um termo definitivo e que dê conta de englobar todas as experiências possíveis, transparecerá, no mínimo, uma arrogante ambição inalcançável que tenderá a defender a existência de uma suposta verdade inquestionável.

É sabidamente conflituoso o uso de termos considerados “guarda-chuva”<sup>2</sup>. Ainda que reconheça esse fato, este trabalho se propõe a se referir de forma ampla à transparentalidade, às pessoas trans e às vivências de pessoas trans, incluindo aqui as possibilidades de nomenclatura de transgeneridade, transexualidade e travestilidade. Adicionalmente, sempre que for necessário falar das especificidades dos relatos que serão analisados neste estudo,

---

<sup>2</sup> Um conceito “guarda-chuva” é aquele que tem uma definição extremamente ampla, para que seja capaz de satisfazer à pretensão de englobar uma série de diferentes conceitos específicos, os quais uma vez subsumidos ao conceito “guarda-chuva” podem ser alocados em uma posição subalterna, o que revela uma constante disputa de poder nesses processos sociais de tentativas de interpretação do mundo e consequente construção de verdades.

serão mencionadas as formas de autonegação e de conceituação empregadas pelas pessoas cujos registros serão avaliados.

Ainda pensando em uma definição possível e acessível ao conceito de pessoas trans, podemos tomar como base a redação dos “Princípios de Yogyakarta” (2006) e a proposta da diferenciação entre “orientação sexual”<sup>3</sup> e “identidade de gênero”<sup>4</sup>, de modo a concluir que o sujeito trans é aquele que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído após o seu nascimento. Cabe salientar que em um primeiro momento, no início do século XX, quando é feita a primeira definição médica e patológica da experiência de vida de uma pessoa trans, esta era percebida como uma forma de orientação sexual desviante, daí o uso do radical “sexo” ao compor o termo transexual. Contemporaneamente, em contraste, a transgeneridade passa a ser percebida como uma experiência que está diretamente relacionada com a identidade de gênero, e não mais com a sexualidade. Essa não correspondência entre o gênero atribuído a uma pessoa após o seu nascimento e a identidade de gênero autopercebida dessa mesma pessoa pode levar essa pessoa a ter uma série de vivências trans, estas as quais podem ser marcadas por diversos e extremos sofrimentos e insatisfações, provocados por episódios de inadequação, seja pelo fato de a pessoa trans não corresponder aos papéis sociais que lhe são impostos com base no gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, seja pelo fato de a pessoa trans não se satisfazer com alguns aspectos da sua morfologia corporal, estes os quais são carregados de significados sociais atravessados por questões de gênero.

Em paralelo à definição de o que seria uma pessoa trans, caberia o questionamento: existe um termo para designar a pessoa que não é trans? Em razão do fato de que a primeira definição do conceito de transexual, surgida no início do século XX, baseava-se em uma patologização, o indivíduo que sofria de transexualismo era compreendido como aquele que se contrapunha a um indivíduo considerado saudável e normal, indivíduo este para o qual não havia uma nomenclatura específica. Na atualidade, com o advento do transfeminismo e de uma compreensão não patológica das pessoas trans e das vivências trans, propõe-se o uso do termo pessoa cisgênera, ou pessoa cis, como sendo aquela pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, ou seja, uma pessoa que não é trans.

---

<sup>3</sup> Conforme a redação dos Princípios de Yogyakarta, orientação sexual é a “(...) capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.”

<sup>4</sup> Conforme a redação dos Princípios de Yogyakarta, identidade de gênero é a “(...) experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal, por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos.”

Definidas as escolhas pelas nomenclaturas a serem utilizadas neste trabalho, a saber, pessoas trans, vivências trans e transparentalidades, bem como suas definições preliminares, seguimos com algumas contextualizações e discussões importantes para compreender o uso desses mesmos conceitos.

Começamos por apresentar de forma breve a razão pela qual é feita a escolha pelo estudo de uma especificidade das vivências trans, no caso, o tema das transparentalidades. As temáticas relacionadas às vivências trans na literatura acadêmica em todo o mundo e talvez especialmente no Brasil ainda são recorrentemente abordadas de forma vinculada a outros temas específicos, como prostituição, HIV/AIDS, criminalidade, marginalização e violência. Ou seja, temas que situam esses sujeitos trans em quase inescapável relação aos universos do desvio, da doença e da abjeção.<sup>5</sup> Por esse motivo que é emblemático um fragmento da tese de Larissa Pelúcio (2007), intitulada “Nos Nervos, na Carne, na Pele”, que ilustra de forma tão trágica quanto irônica a persistência da vinculação entre os temas das vivências trans com essas temáticas desmoralizantes:

(...) um efeito perverso do projeto: o confinamento de travestis, prostitutas, gays e usuários de drogas a unidades especializadas em DST/aids. Assim, o acesso à saúde preventiva e ao tratamento de algumas especialidades e doenças crônicas ainda enfrenta obstáculos de toda a ordem, quando se trata das *Unidades Básicas de Saúde*. O que parece circunscrever os problemas de saúde das populações citadas à questão das doenças sexualmente transmissíveis. Como ressalta uma travesti, ligada aos movimentos de luta pelos direitos das travestis: ‘*Se eu tiver uma dor de estômago, faço o quê? Tomo duas camisinhas?*’. (PELÚCIO, 2007, p.186)

Como é possível perceber no fragmento citado, as vivências trans seguem sendo compreendidas por muitos indivíduos, tanto leigos quanto profissionais, como uma forma de sexualidade. Desse modo, uma pessoa trans que tenha um problema de saúde qualquer que não esteja vinculado a questões sexuais, ao buscar atendimento de saúde, parece ser automaticamente interpretada como alguém que possui um problema sexual. Em paralelo a isso, pode-se constatar também que ainda são poucos os estudos que abordem as vivências de pessoas trans em intersecções com outros temas para além daqueles que se inserem no universo do desvio, da doença e da abjeção. Ainda que a intenção dos autores desses estudos não seja a de vincular as pessoas trans a imagens desmoralizadoras, é exatamente essa a imagem que é perpetuada acerca dos sujeitos trans quando os estudos realizados acerca de tal população reiteram a conexão de tais indivíduos com tais temáticas. Afinal, por que não analisar outros aspectos que estejam em intersecção com as vivências de pessoas trans?

---

<sup>5</sup> Voltaremos à discussão desse aspecto ainda nesse estudo no segmento “Representações de pessoas trans em textos acadêmicos”.



Essas interpretações preconcebidas e essa ausência de estudos de escopo mais amplo culminam na invisibilização das pessoas trans e de suas vivências. Desse modo, a escolha da temática deste trabalho é política, e pretende investigar aspectos das vivências trans para além das intersecções desmoralizadoras já apontadas. Sendo múltiplas as possibilidades de escolhas de temáticas, optou-se pelo estudo das transparentalidades de mulheres trans.

Nesse sentido, definimos como objetivo geral desse estudo a investigação de que formas as transparentalidades de mulheres trans podem se constituir no contexto brasileiro, tomando como base a análise de registros disponibilizados publicamente acerca das vivências parentais dessas mulheres trans.

No capítulo de Discussão Teórico-Metodológica, iniciamos com uma reflexão acerca do uso da categoria analítica transparentalidade, a qual é adotada neste estudo. Em seguida, no segmento “Aproximação da temática da transparentalidade” é explicado o recorte temático da transparentalidade de mulheres trans no contexto brasileiro. Na sequência são apresentadas as bases metodológicas utilizadas neste estudo: uma pesquisa documental de registros públicos acerca de nossas interlocutoras possíveis. Em seguida, são apresentados alguns desafios e considerações éticas. No item seguinte é apresentado o modo a partir do qual as pessoas trans eram representadas em trabalhos acadêmicos brasileiros, tipicamente a partir da perspectiva de pessoas cisgêneras. A importância das produções acadêmicas realizadas por pessoas trans recebe destaque no segmento “Pessoas trans e lugar de fala”. Tratamos do contexto social que esse estudo considera como preponderante no Brasil dos séculos XX e XXI nos itens “Cisheteronormatividade Compulsória, ou Cisheteronorma”, “A Polissemia dos conceitos Sexo e Gênero” e “Transfobia” para que no segmento “Transfeminismos no Brasil” nós ratifiquemos nosso compromisso de fazer uma análise que tenha como objetivo contribuir para a realização de um estudo que reconheça e promova os direitos parentais de pessoas trans em sua diversidade e para além de pressupostos normativos. Em seguida, a discussão sobre família e parentesco é introduzida no item “Uma breve reflexão sobre as noções de famílias” de modo a que no segmento “Transparentalidades: vivendo e fazendo família para além da abjeção” sejam destacadas as pesquisas realizadas no contexto brasileiro acerca de casos de transparentalidade, nas quais são identificadas as bases deste estudo.

No capítulo de discussão dos casos das interlocutoras, suas vivências são abordadas em profundidade, desde seu nascimento até a atualidade, culminando na análise de suas vivências parentais e na discussão que toma como base os pressupostos teórico-metodológicos que foram apresentados.

## 1 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

### 1.1 Transparentalidade ou parentalidade de pessoas trans?

Avaliamos como essencial iniciar esse estudo com uma discussão acerca do termo aqui usado: transparentalidade. Tomando como verdadeira a premissa de que toda escolha se faz de acordo com um cenário que a possibilite ser feita, não é prudente propor a adoção de um termo de maneira displicente ou descontextualizada.

Considerando o que já foi apresentado na introdução deste estudo, é preciso destacar que a parentalidade de pessoas trans não foi automaticamente nomeada de transparentalidade em textos acadêmicos brasileiros, como se a escolha por essa nomenclatura fosse óbvia, imediata ou inequívoca. Em uma cartilha organizada por Elizabeth Zambrano no ano de 2006, alega-se que o termo homoparentalidade é:

(...) um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança (ZAMBRANO *et al*, 2006, p.10)

Todavia, essa cartilha toma como referência uma compreensão de que mulheres trans – ali referidas como “homens travestis” e “transexuais homem para mulher” – teriam nascido com um “sexo biológico masculino”. Desse modo, as vivências parentais dessas mulheres poderiam ser alocadas numa mesma categoria analítica que toma como base o estudo da parentalidade de homens homossexuais, ainda que a maior parte das reflexões feitas no referido estudo se pautem em casos de vivências parentais de homens homossexuais.

Também no artigo de 2013 de Érica Renata de Souza podemos constatar que o termo homoparentalidade é utilizado nas produções acadêmicas brasileiras para se referir às parentalidades de pessoas homossexuais, sendo que em um primeiro momento, por falta de outro termo supostamente mais adequado, era também utilizado para se referir aos raros casos de parentalidades de pessoas trans que eram descobertos tanto acidentalmente quanto não intencionalmente por pesquisadores brasileiros que estavam interessados no estudo das parentalidades de pessoas homossexuais e não trans. Levando em conta o fato de que tais pesquisadores não estavam pesquisando sobre as parentalidades de pessoas trans, e que tanto globalmente quanto principalmente no Brasil ainda são poucos os estudos com temas que

abarcuem as vivências trans; por alguns anos persistiu a subsunção destas vivências parentais de pessoas trans em uma categoria analítica criada para pensar vivências de pessoas homossexuais. Desse modo, alguns poucos estudos sobre homoparentalidades possuem um pequeno fragmento de análise sobre as parentalidades de pessoas trans, mas não as tomando propriamente como seu objeto central de estudos, pois apenas reconhecem e citam sua existência. É exatamente esse o caso da tese de Érica Renata de Souza (2005) que ao tratar da temática de maternidades lésbicas e se deparar com a existência de casos de parentalidades de mulheres trans em sua pesquisa de campo, faz menção a essa experiência em sua tese, mas apenas em artigo publicado no ano de 2013 retoma os dados coletados para analisar as vivências parentais de mulheres trans, ainda utilizando o termo homoparentalidade para se referir as vivências parentais de mulheres trans.

Os primeiros estudos acadêmicos brasileiros que se debruçam especificamente sobre o tema da parentalidade de pessoas trans a partir de abordagens diversas surgem ao longo da primeira década do século XXI. Tratam-se do trabalho de conclusão de curso da graduação em Ciências Sociais de Fernanda Cardozo, publicado em 2006, e de trabalhos de Elizabeth Zambrano publicados a partir de 2005, culminando na escrita de sua tese de doutorado na área de Antropologia Social, defendida no ano de 2008. Posteriormente, na segunda década do século XXI, Mônica Angonese defende sua dissertação de mestrado em Psicologia no ano de 2016 falando sobre parentalidades trans, e Mariana Trajano defende sua dissertação de mestrado na área de Ciências da Saúde no ano de 2019 versando sobre parentalidade de pessoas trans. Nenhum desses estudos utiliza a categoria analítica transparentalidade.

Enquanto a temática da parentalidade de pessoas trans é raramente acionada no contexto acadêmico brasileiro, como já dito, tendo sido tencionada a partir da primeira década do século XXI, ainda mais raro é o uso termo transparentalidade, que começa a ser utilizado em textos acadêmicos brasileiros a partir da segunda década do século XXI. O termo transparentalidade é encontrado em certos estudos jurídicos que versam sobre direito de família e adoção<sup>6</sup>. Porém, nenhum desses estudos apresenta uma definição um pouco mais adensada para o uso do referido termo. Parece se tratar de um recurso linguístico reducionista em que usasse o prefixo trans- acoplado ao radical da palavra parentalidade apenas por ser tratar de um caso em que uma pessoa trans exerce ou deseja exercer a parentalidade. Também

---

<sup>6</sup> Dos quais podemos citar: “Também Somos Família: Da Transparentalidade à Felicidade”, de Valéria Cardin e Luiz Gomes (2015); “A desconstrução da heterocisnormatividade: o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais para a ‘transparentalidade’ ou ‘parentalidadetrans’”, de Caroline Barbosa e João Neto (2020); e “A Transparentalidade por meio da adoção: reflexões sobre invisibilidades no direito brasileiro” de Amanda Gomes, Adalberto Dourado, Paulo Vitória, e Danielle de Noronha (2021).

nenhum desses artigos se propõe a definir o fenômeno social de transparentalidade. É preciso salientar que eles se pautam em uma perspectiva muito antiquada de o que é uma vivência trans, reiterando a existência de uma suposta diferença entre travestis e mulheres transexuais. Apesar de defenderem que pessoas trans devam ter respeitado o seu direito de exercício da parentalidade, também consideram que travesti é a pessoa que não têm nojo de seu pênis e que mulher transexual é a pessoa que tem nojo de sua própria genitália externa e nunca conseguiriam utiliza-la para, por exemplo, ter relações sexuais e ter filhos consanguíneos. Com essa análise queremos demonstrar, esses artigos fazem um uso inadequado do termo transparentalidade, pois partem do pressuposto que uma mulher trans jamais poderia ter filhos consanguíneos. Desse modo, cabe refletir que tipos de vivências parentais de pessoas trans estão sendo consideradas quando esse termo é utilizado a partir dessa perspectiva apresentada nesses artigos.

Mais recentemente, no ano de 2021, foi publicado um estudo linguístico que se propõe a analisar os sentidos atribuídos ao termo transparentalidade<sup>7</sup>. Ao tomar como fonte de análise duas postagens realizadas por usuários da rede social online Instagram, o estudo se pauta na análise de discurso e aponta para a importância de compreender o que considera como novos arranjos familiares brasileiros. Porém, as pesquisadoras não apresentam uma perspectiva que lhes seja própria acerca do conceito de transparentalidade. Mais uma vez, estamos diante de uma palavra para a qual não é apresentada uma definição.

Já no final do ano de 2021 é publicado um estudo antropológico<sup>8</sup> que se pauta na análise das vivências parentais de uma mulher transexual. Nesse caso o termo transparental é usado sem apresentar uma reflexão mais adensada das razões pelas quais tal termo é adotado ou quais os sentidos possíveis seriam atribuídos a esse termo. O artigo utiliza uma lógica trazida por Elizabeth Zambrano (2006), a qual será posteriormente resgatada nesse estudo, para defender o uso de uma categoria que evidencie uma realidade no sentido de lhe conferir legitimidade. Mas é pouco específico em trazer uma definição que dê conta da escolha do termo, aspecto sobre o qual falaremos nesse estudo.

Nenhum dos estudos citados problematizou as origens dos termos transparentalidade ou família transparental em textos acadêmicos, sugerindo seu entendimento de se tratar de um

---

<sup>7</sup> O estudo é: “Efeitos de diversidade na parentalidade: uma análise discursiva da #transparentalidade no Instagram”, de Aline Bocchi e Rita Gomes (2021).

<sup>8</sup> Trata-se do artigo de título “Experiências maternas de Geni: a trajetória de uma mulher transexual e sua relação com a Justiça da Infância e Juventude”, escrito por Alessandra Rinaldi, Ricardo Coitinho Filho, Juliana de Souza e Camila de Souza.

conjunto de termos consagrados na linguagem cotidiana: parece se tratar de termos que dispensam apresentações e problematizações. De fato, fora do âmbito acadêmico, o termo transparentalidade já surgia nas falas de pessoas trans, principalmente nos contextos de movimentos sociais, ainda que não fosse de conhecimento e de uso recorrente, tal como a própria experiência de vida que era ilustrada por esse termo. Afinal, as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos trans que possuem vivências parentais, como será possível perceber em relatos analisados neste estudo, colocam tais sujeitos em situações precárias de ainda maior exposição à hipótese de sofrer discriminações, o que os leva com alguma frequência a não falar publicamente sobre suas relações familiares.

Ainda outro impasse se apresentava à hipótese de adoção formal desse termo. Quais seriam os sujeitos que se sentiriam representados por essa categoria? Os esforços para catalogar e nomear e definir a diversidade de identidades de gênero ocorrem tanto no contexto acadêmico quanto fora do mesmo. A definição mais ampla do conceito de transgeneridade aqui apresentada, que se baseia na incongruência entre a identidade de gênero autopercebida de um sujeito em face à identidade de gênero a ele imposta após o seu nascimento; é suficientemente abrangente para permitir que nela fosse alocada uma variedade de sujeitos que não necessariamente se sentiriam contemplados pela hipótese de serem considerados sujeitos trans. Tanto no Brasil quanto mundo afora é possível identificar pessoas que se afirmam a partir de categorias de gênero que escapam a um padrão rígido e binário, que é o caso, por exemplo, de pessoas gênero fluido e não binárias<sup>9</sup>. Apesar de a definição aqui adotada para pessoas trans estar congruente em alguma medida com as vivências dessas pessoas gênero fluido e não binárias, elas não necessariamente se identificam como pessoas trans. Algumas pessoas intersexo<sup>10</sup> também se reconhecem como pessoas trans, porém, podem preferir enunciar a si próprias prioritariamente a partir do termo intersexo. É importante considerar ainda outros dois tipos de vivências de sujeitos que poderiam ser inseridos nessa definição mais ampla de transgeneridade: a dos sujeitos que desfizeram a transição de gênero ou de adequação corporal ou ambos; e a dos sujeitos que fizeram ou desejam fazer transição de gênero, mas que não se reconhecem como pessoas trans.

---

<sup>9</sup> Essas categorias identitárias começam a esboçar alguma manifestação social e representação política no contexto brasileiro a partir do início do século XXI, com a popularização dos estudos *Queer*.

<sup>10</sup> Pessoas intersexo são aquelas que nasceram com genitália externa não conformada a um padrão binário que as permita serem compreendidas como masculina ou feminina. Para um aprofundamento no tema, recomendamos a leitura dos artigos publicados no ano de 2005 por Paula Sandrine Machado: “O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural”; e “‘Quimeras’ da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo”.

Os sujeitos que desfizeram a transição de gênero ou a transição de adequação corporal ou ambos são citados em alguns textos oriundos de países anglófonos<sup>11</sup>, nos quais são chamados de *detransitioners*, que em português poderia ser traduzido para destransicionados, ou que praticaram alguma forma de *detransition*, que em português poderia ser traduzido para destransição. De acordo com Julia Serano (2016) os motivos pelos quais um sujeito faz alguma destransição são os mais diversos e geralmente têm relação com o enfrentamento de discriminação, que os leva a buscar formas possíveis de viver nas quais voltam a se apresentar socialmente a partir do gênero que lhes foi imposto após o seu nascimento. Cabe salientar que as nomenclaturas utilizadas para se referir a esses sujeitos que praticaram a destransição são originadas de discussões que não incluem suas percepções de si.

O grupo de pessoas que fizeram ou desejam fazer transição de gênero, mas que não se reconhecem ou não se enunciam como pessoas trans, são marcados, conforme argumentação de Guilherme Almeida (2012) pelo desejo de gozar do que o autor chama de “direito à invisibilidade”, ou seja, o desejo de sumir na multidão, de não serem discriminados em razão de suas vivências trans. Para tais sujeitos a transgeneridade seria compreendida ora como um estigma que buscam apagar de suas vidas; ora como uma doença da qual se curaram ou pretendem se curar ao fazer alterações corporais a partir de homonioterapias e cirúrgicas que buscam adaptar seus corpos a um padrão socialmente aceito de como deve ser o corpo de uma pessoa do gênero com o qual se identificam. Nesse caso, a transgeneridade é compreendida por esses sujeitos como um traço patológico temporário, e não como um traço identitário permanente que deva ser incorporado a sua percepção de si.

Além disso, devemos nos questionar: faria sentido falar de transparentalidade em relação a casos em que um casal tem um filho, mas apenas uma das pessoas desse casal se configura como uma pessoa trans? Será que o uso dos conceitos transparentalidade ou família transparental promoveria um apagamento do sujeito cisgênero que faz parte desse casal? Ou deveriam os termos transparentalidade e família transparental ser aplicados apenas nos casos em que há um casal formado por duas pessoas trans ou um arranjo monoparental em que a pessoa que exerce a parentalidade se configura como uma pessoa trans? E se existe uma diferença entre o uso dos termos travesti e mulher trans, a transparentalidade seria adequada para nomear a parentalidade de mulheres travestis?

---

<sup>11</sup> Para citar alguns estudos sobre o tema: “*Detransition, Desistance, and Disinformation*” de Julia Serano (2016); “*Critical Commentary on Follow-Up Studies and “Desistance” Theories about Transgender and Gender-Nonconforming Children*” de Julia Newhook et al (2018); e “*Dynamic Gender Presentations: Understanding Transition and “De-Transition” Among Transgender Youth*” de Jack Turban e Alex Keuroghlian (2018).

Enfim, a razão pela qual é feita a discussão desse segmento é justamente a possibilidade de que determinados sujeitos, que por definição de uma categoria analítica adotada nesse estudo<sup>12</sup>, pudessem ser incluídos no rol de pessoas trans sem que se identificassem com essa nomenclatura. Porém, assim como a escolha pelo tema desse trabalho é uma escolha política, também o é a utilização das categorias analíticas pessoas trans e transparentalidade. Como dito em cartilha organizada por Elizabeth Zambrano (2006), o uso de um termo específico para nomear a parentalidade exercida por pessoas homossexuais, e por extensão, nesse estudo, o uso de um termo específico para nomear a parentalidade exercida por pessoas trans:

(...) se justifica pela necessidade de colocar em evidência uma situação cada vez mais presente na sociedade atual. Ao nomear um tipo de família até então sem nome, permite-se que ela adquira uma existência discursiva, indispensável para indicar uma realidade, possibilitando o seu estudo e, principalmente, sua problematização. (ZAMBRANO *et al.*, 2006, p.11)

Diante de tudo o que foi exposto, o termo transparentalidade se configura como uma categoria analítica escolhida de forma consciente e intencional nesse estudo, e não se trata necessariamente de um termo êmico apresentado por nossas interlocutoras nem de um termo já consagrado nas linguagens cotidiana e acadêmica. Desse modo, o termo transparentalidade se configura como um termo guarda-chuva. Sua escolha neste trabalho é de cunho político e serve ao propósito de dar visibilidade às vivências trans, permitindo que tenham autonomia discursiva em relação a outras categorias analíticas e outras vivências por elas representadas, enfim, melhor viabilizando as pesquisas sobre a temática da transparentalidade e facilitando a procura e identificação das mesmas. Nesse estudo utilizaremos o termo transparentalidade e seus derivados para nos referirmos ao caso em que uma pessoa trans exerce a parentalidade, independentemente das especificidades de sua conjugalidade e de sua orientação sexual, e reiterando nossa compreensão de que pessoas trans é um conceito analítico que engloba toda e qualquer pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, de modo a incluir na categoria de pessoas trans as travestis, as mulheres transexuais, as mulheres transgêneras.

Cientes de que toda escolha tem suas limitações, tomamos a atitude de fazer escolhas conscientes e de expor o embasamento adotado. Começamos agora a apresentação da temática das transparentalidades, iniciando por descrever como se deu a aproximação desse tema.

---

<sup>12</sup> Ainda que se trate de uma categoria analítica, sua escolha e definição buscam respaldo em articulações políticas que encontram algum consenso na utilização da categoria pessoas trans.

## 1.2 Aproximação da temática da transparentalidade

Na atualidade, quando uma pessoa deseja se informar sobre um tema qualquer, uma das formas de fazê-lo é ingressar em grupos de discussões online, os quais apresentam os mais variados escopos de perfis e números de participantes. As ferramentas que viabilizam a entrada nesses grupos online também são múltiplas. Dentre elas, podemos citar os aplicativos WhatsApp e Facebook. Um grupo atualmente intitulado “Estudos Queer”<sup>13</sup>, e que pode ser encontrado nesses dois aplicativos, é um dos espaços virtuais brasileiros em que se pode descobrir informações enriquecedoras sobre as vivências trans. Uma breve visualização do conteúdo gerado nesse grupo possibilita identificar vários temas transversais às vivências trans, temas esses que são mencionados pelas próprias pessoas trans.

Partindo de observações iniciais desses conteúdos, a temática das famílias de pessoas trans revelava ser um tópico de grande interesse entre os participantes desses grupos. Foi também a partir do conteúdo verificado que se identificou a existência de tensões que derivam daqueles que foram percebidos como dois dos principais intuítos das mulheres trans que têm filhos: o desejo de manutenção das relações familiares; e o desejo de terem respeitadas as suas identidades de gênero.

Dado que o conceito de família é socialmente construído, situar pessoas trans em relação à família é uma forma de desafiar a ideia de que as vivências de pessoas trans são sempre subversivas e opostas às normas. Analisar a transparentalidade, desse modo, a partir do proposto por Saba Mahmood (2006) permite cogitar que ainda que as pessoas trans sofram discriminações que as coloquem em situações precárias, isso não as impede de procurar formas possíveis de habitar a norma e não apenas se opor a ela, como supostamente seria preconizado a partir de pressupostos das teorias *queer*, perspectiva que será aprofundada posteriormente neste trabalho.

A escolha pelo estudo da transparentalidade não foi uma tarefa fácil, dada a multiplicidade de temáticas vinculadas às vivências trans que ainda não receberam a devida atenção por parte de estudos acadêmicos. Considerando ainda o intuito original de abarcar ao máximo a pluralidade de formas de autocompreensão e de autoafirmação típicas de pessoas trans, incluindo mulheres trans, mulheres travestis, homens trans, pessoas não binárias, dentre outros; também foi um desafio fazer um recorte temático. Portanto, é fundamental, neste

---

<sup>13</sup> Por variados motivos, o grupo em questão tem o hábito de mudar seu título com grande frequência. Os nomes adotados geralmente possuem em comum alguma referência ao fato de que se pautam no movimento *queer*.



momento, optar por dar um passo atrás e descrever mais minuciosamente como se deu minha aproximação com esse tema específico da transparentalidade de mulheres trans, que permite compreender também a escolha do título e do recorte realizado. Desse modo, saliento que nesse fragmento deste texto, bem como em poucas outras circunstâncias em que eu julgar pertinente ao longo do desenvolvimento deste trabalho, optarei por escrever o texto em primeira pessoa.

Eu me apresento neste momento para que as pessoas que venham a ler este texto possam conhecer o meu “local de fala” (RIBEIRO, 2017). Dou início a minha apresentação a partir das categorias identitárias de gênero com as quais eu me identifico e a partir das quais eu me enuncio, e começo minha fala a partir delas pelo fato de eu as considerar como pertinentes de serem ressaltadas para que seja feita uma aproximação com o tema deste estudo: eu me reconheço e me afirmo como uma mulher transgênera não binária.

Opto, desde já, por evitar o uso de um discurso que transpareça a assimilação de uma percepção de mundo essencialista, determinista e rígida, pois, ao menos nesse momento de minha vida e já há muito anos, não me sinto representada por esse modo de encarar a experiência humana. Preciso admitir que eu não possuo recursos para justificar o porquê de eu me reconhecer como “mulher”<sup>14</sup>, bem como compreendo que me parece coerente o fato de eu não sentir a necessidade de recorrer aos mesmos: eu simplesmente aceito o fato de que eu me identifico com tal categoria de gênero, ao ponto de querer que as pessoas ao meu redor respeitem a minha identificação com tal gênero. Cabe ressaltar que o processo de criar a coragem de me afirmar publicamente como mulher foi longo e doloroso, devido à discriminação que eu sofri e continuo sofrendo ainda hoje.

Reconheço-me como “transgênera” ao partir da definição já apresentada de que uma pessoa transgênera é aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído após seu nascimento. Entendo transgênera como uma categoria identitária, e não apenas uma categoria analítica, devido ao meu posicionamento crítico em relação aos termos transexual e trans. O termo transexual deriva da patologia transexualismo e originalmente reduzia a experiência de vida de uma pessoa trans a um desvio de sexualidade. Os movimentos sociais que se desenvolvem no contexto brasileiro se apropriam do termo transexual para ressignificá-lo enquanto uma categoria identitária e política, porém, fazem-no em negação à adoção do termo

---

<sup>14</sup> Aliás, cabe questionar: algum ser humano seria capaz de justificar o porquê de se identificar com alguma categoria de gênero? Parece-me que nenhuma pessoa escolhe se identificar com uma categoria de gênero, apenas descobre que se identifica. Para aprofundamento dessa compreensão, é possível citar a dissertação de Letícia Lanz, publicada em 2014 com o título “O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero”.

transgênero, que seria a tradução do termo anglófono *transgender*. As escolhas por um termo em detrimento do outro ocorrem devido a múltiplos fatores e não cabe aqui aprofundar os detalhes dessa questão<sup>15</sup>. Saliento apenas que, por uma miríade de fatores, não me sinto contemplada pelo termo transexual, outrora patologizante. Já o termo trans, utilizado também no contexto dos movimentos sociais brasileiros como uma tentativa de abarcar a todas as experiências de identidade de gênero não conformes com uma lógica rígida e binária supostamente baseada em conhecimentos biológicos; configura-se atualmente como um termo estratégico para uso em debates políticos, bem como para a escrita de textos acadêmicos, motivo pelo qual eu o utilizo neste trabalho, mas também não me satisfaz o uso desse termo enquanto categoria identitária na constituição de minha subjetividade, uma vez que diante desse termo, eu me pergunto: trans o quê? A ausência de um radical que se vincule a esse prefixo “trans-” causa em mim um descontentamento de reconhecer esse termo como sendo politicamente estratégico por um lado, mas vago de sentido por outro lado. Além disso, parece-me suficientemente coerente que eu me perceba e me afirme como “transgênera”, independentemente de questões íntimas que digam respeito a minha relação com o meu corpo<sup>16</sup>, e sobre as quais não tecerei maiores detalhes neste trabalho, dado que considero desnecessário e impertinente fazê-lo<sup>17</sup>.

E quando eu me afirmo como “não binária”, a despeito de eu já ter sido inúmeras vezes questionada acerca da aparente contradição de eu me enunciar concomitantemente como “mulher” e “não binária”, faço-o de maneira a ressaltar o meu entendimento de que a categoria identitária “mulher” é socialmente construída. Desse modo, compreendo que o conceito mulher pode tomar contornos sociais, políticos e subjetivos, de modo que não me parece existir razão para que essa categoria identitária se limite à compreensão binária

---

<sup>15</sup> Para um aprofundamento da compreensão de como essas categorias políticas surgem e se delineiam no contexto brasileiro, recomendamos a leitura do artigo publicado em 2018 por Mario Carvalho, intitulado “‘Travesti’, ‘mulher transexual’, ‘homem trans’ e ‘não binário’: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas”.

<sup>16</sup> Questões relativas à: 1) gostar ou não gostar de características do próprio corpo; 2) aceitar ou não aceitar as características do próprio corpo; 3) desejar modificar ou não desejar modificar as características do próprio corpo; que estavam intimamente relacionadas à forma como outrora se compreendia os limites daquilo que definiria se uma pessoa é ou deixa de ser categorizável como “transexual”, numa perspectiva muito mais patologizante que identitária. Sobre essa perspectiva patologizante, recomenda-se a leitura de “O que é transexualidade”, de Berenice Bento (2008).

<sup>17</sup> Cabe salientar que é muito comum que eu seja alvo da curiosidade quase incontrolável que pessoas cisgêneras possuem a respeito de meu corpo. Por exemplo, insistem em tentar descobrir como é a configuração morfológica da minha genitália, mesmo quando eu já expressei diversas vezes que eu não pretendo expor um aspecto de minha intimidade meramente para satisfazer a curiosidade de uma pessoa que não consegue conceber a vida humana para além dos ditames de uma configuração de gênero rígida e binária e determinada pela genitália.

verificável em muitas sociedades que acionam supostos conhecimentos biológicos para reiterá-la como um sinônimo de um só corpo, feminino e idealizado e normatizado, este o qual não me representa.

Sendo uma mulher transgênera não binária, sinto em cada célula de meu corpo e cada instante de minha existência o peso cruel dos processos de intervenção, de controle, de desumanização e de deslegitimação de vivências que não se adequam às pressões de adequação aos papéis de gênero impostos por praticamente toda uma sociedade, dos sujeitos às instituições nela contidos. Uma vez tão fortemente afetada pelas discriminações que sofro, percebi a minha oportunidade de voltar a estudar ao ingressar em um curso de mestrado como uma chance de contribuir positivamente para os avanços de estudos acerca das vivências de pessoas trans.

Mas qual temática eu me proporia a estudar? Lembrei-me que no ano de 2017, ao assistir alguns dos episódios da primeira temporada do documentário “Liberdade de Gênero”, dirigidos e produzidos pelo cineasta João Jardim, exibidos originalmente no canal de televisão GNT no ano de 2016; deparei-me com uma situação que para mim, àquela época, era inusitada: em mais de um episódio, eram retratados casos de pessoas trans cujas vivências e identidades de gênero eram notáveis pelo não binarismo. Um dos exemplos que mais me marcou foi o depoimento de Letícia Lanz, que, a partir de suas próprias palavras é “(...) o que se pode chamar de uma transgênera lésbica” e “pai” e “avô”.

Letícia Lanz relata que desde muito nova já percebia sentir um grande interesse pelo universo feminino. Porém, ainda adolescente, foi confrontada por seu pai, o que resultou em sua atitude de viver com uma identidade masculina por décadas, por medo de ter que enfrentar a crueldade que supunha inescapável às pessoas trans. Casou-se com uma mulher, com a qual teve três filhos. E após um evento traumático que a levou a não mais suportar viver com uma identidade masculina, em primeiro momento, tentou se afastar de sua família para que pudesse fazer uma transição de gênero. No entanto, reconciliou-se com sua esposa, e voltou a viver com ela, mantendo o matrimônio, apesar das reconfigurações que foram impostas devido a sua mudança de gênero. A respeito dos filhos, apresentou uma solução que eu considerava até então impensável: ela seria para eles o que sempre foi – um “pai”. Sua atitude permite perceber sua compreensão de que existe uma espécie de “papel social paterno”, o qual ela sempre exerceu com orgulho e não estava disposta a deixar de exercer. Desse modo, ela se configuraria como mulher e pai concomitantemente.

Reconhecer a existência da não binariedade, não importando a forma em que ela se apresentasse, fosse como uma possibilidade de escolha consciente e intencional, fosse como uma condição à qual um indivíduo se submete por falta de agência ou autonomia sobre si, era uma constatação que marcaria não apenas meu entendimento sobre um conceito, mas minha própria percepção de mundo e de oportunidade de existir. Desse modo, consolidava-se o meu interesse em tentar compreender melhor essa situação em que um indivíduo poderia se configurar a partir da não binariedade. Em especial, diante de um caso concreto, surgia minha curiosidade de entender as possibilidades de experiências parentais de pessoas trans.

Eu me perguntava como pode um sujeito se configurar do modo como foi apresentado por Letícia Lanz. Afinal, à época em que assisti o referido documentário, eu ainda tinha, sem que eu percebesse, um modo de compreender o mundo muito marcado pelo conceito de binarismo de gênero. Tratava-se de uma perspectiva que me foi apresentada desde que eu nasci, e que me era apresentada como uma mera constatação inequívoca da manifestação da natureza. Assistir aquele documentário me permitiu refletir e constatar que o binarismo de gênero foi uma construção social a mim imposta sem que eu tivesse me dado conta.

Reconhecida como um expoente nos estudos *queer*, e a partir de um pressuposto foucaultiano, Judith Butler proporia que “o poder regulador não age apenas sobre um sujeito pré-existente, mas também delimita e forma esse sujeito (...) [pois] tornar-se sujeito de uma regulação equivale a ser assujeitado por ela, ou seja, tornar-se sujeito precisamente porque foi regulado” (BUTLER, 2014, p.251-252). No entanto, ainda de acordo com a proposta de Judith Butler (2018), insatisfeitos com uma precariedade induzida socialmente e economicamente, os indivíduos se reuniram e se manifestariam publicamente para que pudessem confrontar essas forças que os formam de maneira opressora, demandando, portanto, a possibilidade de viver vidas mais vivíveis.

Em uma crítica aos estudos *queer*, Saba Mahmood (2006) ao refletir sobre os feminismos do revivalismo islâmico ocorrido no Egito, acusa os movimentos feministas ocidentais de não incluir as diferenças religiosas em suas discussões, bem como de se basear em uma tradição liberal, a qual não contempla a porção oriental do globo terrestre. A autora defende a hipótese de uma ação que não se baseie em enfrentamentos, mas na capacidade de gozar de agência, assim definida:

(...) não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas. Este entendimento relativamente abrangente de agência inspira-se na teoria pós-estruturalista da formação do sujeito, mas também se afasta dela, no sentido em que exploro modalidades de agência cujo

significado e efeito não se encontram nas lógicas de subversão e resignificação de normas hegemônicas. Como argumentarei, apenas quando o conceito de agência se desligar do tropo da resistência é que se poderão desenvolver questões analíticas que são cruciais para o entendimento dos projetos não liberais, sujeitos e vontades cuja lógica excede a entelúquia das políticas liberatórias. (MAHMOOD, 2006, p.123)

Diante dessa reflexão, é possível elaborar as seguintes perguntas: a que estratégias de vivências e sobrevivências as pessoas trans podem recorrer tanto para se configurar em termos de identidades de gênero quanto para exercer a parentalidade? E como essas duas particularidades podem influenciar uma à outra? Seria necessário um enfrentamento às ordens socialmente impostas, como se parecia pressupor a partir do que propunham os teóricos *queer*? Ou existiria alguma possibilidade de gozar de agência dentro de contextos sociais preestabelecidos e tão tipicamente precários? Ou haveria algo mais que pudesse contribuir para tais reflexões? O relato marcado por uma vivência trans que se constrói a partir da não binariedade de Letícia Lanz me instigava a buscar mais sobre o tema da transparentalidade e sua intersecção com questões identitárias de gênero.

Ao longo do ano de 2017, tive a oportunidade de participar como ouvinte nas disciplinas “A Trajetória dos Estudos Trans no Brasil”, ministrada pelos professores Sérgio Carrara e Anna Uziel, no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e “Parentalidade”, ministrada pelos professores Anna Uziel, Eduardo Saraiva, Marcos Nascimento e Patricia Castro, no Instituto de Psicologia (IP) da UERJ. Num dos encontros derivados destes momentos de estudos, compartilhei minhas impressões sobre o caso de Letícia Lanz, relatado no documentário do cineasta João Jardim, com a professora Anna Uziel, que me fez a emblemática pergunta, a qual eu elegi como título deste estudo: “Ela não pode ser pai?”. Uma simples pergunta, que carregava em si uma potência de reflexão que se traduziu na necessidade de aprofundar em meus estudos sobre as parentalidades de pessoas trans.

Não tardou para que eu me deparasse com outros casos semelhantes de quebra de uma lógica binária no exercício da transparentalidade: participando de grupos de discussão em plataformas virtuais, como os aplicativos WhatsApp e Facebook, eu encontrei relatos variados de mulheres trans que se enunciavam como “pais”. Uma delas é Sara Wagner York, a quem conheci em uma de tantas aulas que assisti na UERJ. No primeiro instante em que eu e ela nos encontramos, nós nos reconhecemos uma no olhar da outra, e nossa aproximação foi inevitável. É com prazer que eu afirmo que nós nos tornamos amigas, tanto que a trajetória de Sara é uma das que analisarei nesse estudo, sendo ela não apenas um sujeito de pesquisa, mas como virei a explicar melhor na metodologia, Sara é uma valiosa interlocutora.

Dadas as limitações de tempo para realização de um projeto de mestrado, inclusive ao se considerar os impactos que a pandemia de Covid-19 gerou em todo o mundo e, no que diz respeito a esse estudo, em minha vida pessoal e acadêmica; e diante dessa situação específica que me interessava tanto academicamente quanto pessoalmente, a despeito de meu desejo de analisar a parentalidade de todo um espectro de pessoas trans, precisei realizar um recorte de pesquisa. Considerando que eu tinha maior e mais facilitado e mais detalhado acesso a dados de casos de mulheres trans que têm filhos, optei por focar a análise deste estudo nas parentalidades de três mulheres trans, independentemente experiências de conjugalidade, de suas orientações sexuais e de suas percepções pessoais acerca de o que é gênero e de como ele é experimentado, performado, assimilado, vivido, construído, desconstruído e reconstruído.

Cabe salientar, como propõe Argus de Moraes (2019), que nessa segunda década do século XXI, o cenário brasileiro é marcado pelo crescimento de um discurso sociopolítico de extrema direita: ortodoxo, reacionário e caracterizado por um ódio profundo aos direitos humanos, em especial o de sujeitos que não se encaixam em padrões considerados normais. Este discurso defende, entre outros aspectos, a necessidade de impor e defender um só modelo de fazer família, chamada de “família tradicional”, “família cristã” ou “família nuclear”, e composta por um casal de homem e mulher que são adultos e heterossexuais e cisgêneros, e devem criar seus filhos, gerados preferencialmente a partir de sua reprodução sexual. E todos os membros desta família deverão atender a rígidos padrões sociais com base no gênero. Todo o exposto será considerado como única hipótese para resguardar e educar crianças sadias, que se tornarão “cidadãos de bem”. Tal discurso se destaca como um dos principais contrapontos sociopolíticos à aceitação de que pessoas trans exerçam a parentalidade, quaisquer que sejam as peculiaridades de suas relações de parentesco.

Se a princípio eu me perguntava, ainda inadvertidamente muito influenciada por uma ótica rígida e binária, o porquê de algumas mulheres trans reivindicarem ser chamadas de “pais”, eventualmente, como já evidenciado até então, meus questionamentos seriam outros, e me permitiriam melhor delinear uma pergunta geral de pesquisa. Com intuito de abarcar a pluralidade de casos de parentalidades de mulheres trans, marcados pelos parentescos socioafetivo e consanguíneo e pelas tensões entre o desejo de manter as relações familiares e o desejo de viver uma identidade de gênero na plenitude de suas subjetivações; defini a seguinte pergunta geral de pesquisa: De que formas podem se constituir as parentalidades de mulheres trans no contexto brasileiro? Diante dessa pergunta, apresentamos a seguir a metodologia utilizada para propor reflexões sobre a temática das transparentalidades.

### 1.3 Metodologia

É preciso salientar prontamente que o desenho deste projeto foi refeito mais de uma vez no decorrer dos anos 2019 e 2020 por diversos motivos. Em um primeiro momento, ainda muito embrionariamente, vislumbrei a hipótese de realizar entrevistas com informantes em ambientes virtuais nos quais tive meu primeiro contato com diálogos sobre parentalidades de mulheres trans que se enunciavam como “pais”. Porém, uma primeira mudança de perspectiva se deu quando participei do Seminário Internacional Franco-Brasileiro “Parentalidades em Pauta”, realizado na UERJ, em 2019. Nele, tomei conhecimento da existência da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) na qual prontamente me afiliei. Nessa ocasião eu conjecturei a hipótese de realizar pesquisa de campo e entrevistas presenciais nos encontros promovidos por tal Associação. No entanto, ao iniciar o ano de 2020, a pandemia de Covid-19 chega ao território brasileiro, e as consequências desse fenômeno me obrigaram a mais uma vez redesenhar o projeto.

Dada a circunstância de limitação de contato com eventos e informantes, optei por uma metodologia que priorizasse a utilização de material já existente e publicamente disponível sobre a temática da transparentalidade. Desse modo, este trabalho passa a se configurar como uma pesquisa qualitativa socioantropológica, mais especificamente, uma pesquisa documental com olhar etnográfico que utiliza narrativas previamente registradas. Para tanto, ainda que este estudo não se trate de etnografia de documentos (FREHSE, 2005; VIANNA, 2014; LOWENKRON e FERREIRA, 2014, 2020), pois não visa analisar os documentos em si – sua produção, forma, armazenamento, circulação e divulgação – encontramos na etnografia de documentos alguns referenciais importantes para pensar a pesquisa documental.

É possível fazer uma etnografia “quando o campo é o arquivo”, ao tomarmos como base uma perspectiva epistemológica subjacente ao trabalho antropológico, na qual o empenho constante por um diálogo visa construir possíveis interlocutores (FREHSE, 2005) que, no caso deste estudo, são as três mulheres trans dos relatos coletados e analisados. Considerando que todas as interlocutoras deste estudo manifestam-se publicamente de forma ativa, conclui-se que é pertinente que suas identidades sejam reveladas no trabalho. Complementarmente, enquanto muitos dos materiais analisados foram produzidos pelas próprias interlocutoras, que tomaram a iniciativa de tornar público o material por elas produzido, depreende-se dessa atitude o desejo delas de buscarem interlocução com quaisquer pessoas que tivessem acesso

aos mesmos materiais. Desse modo, tornamo-nos interlocutoras possíveis de nossas possíveis interlocutoras, nesse duplo fazer da interlocução.

Nesse sentido, adotamos uma perspectiva que prioriza a atitude de considerar as sujeitas cujas vivências são analisadas nesse estudo não como meros objetos de pesquisa, mas como importantes interlocutoras, que participam ativamente da produção das informações obtidas. Esse estudo, portanto, não fala de um objeto de pesquisa, mas fala com interlocutoras.

O estudo é desenvolvido em três eixos principais. Em primeiro lugar são apresentadas algumas discussões teóricas consideradas pertinentes para apresentar as perspectivas de que pretendemos partir em nossas análises. Em sequência é feita a revisão bibliográfica da parca produção acadêmica acerca da temática da parentalidade no contexto brasileiro, para que dela sejam extraídos o máximo de elementos que auxiliem a direcionar as reflexões a serem realizadas na pesquisa. Por fim serão feitas coleta e análise de documentos audiovisuais e textuais (GIL, 2002) que estejam disponíveis para acesso público. Tais registros consistem em textos, fotos e vídeos publicados em redes sociais online, como os sites Facebook e Youtube, livros autobiográficos, documentários, entrevistas, participações em programas de auditório de televisão, e falas em congressos, nos quais três mulheres trans e seus parentes dão relatos de suas vivências e percepções de mundo a respeito da temática da parentalidade dessas mulheres trans.

Considerando que ainda são pouco numerosas as produções acadêmicas que contam com participação de pesquisadores trans, sinto-me honrada em ser uma mulher transgênera não binária que contribui com um estudo da intersecção entre transgeneridade e parentalidade. Reconheço que parto de um lugar de fala (RIBEIRO, 2017) ímpar, não apenas pelo fato de eu ser uma pessoa trans que pretende falar sobre vivências trans, situação essa que deve ser considerada uma viabilização de uma reparação histórica de valor inestimável para todas as pessoas trans, mas também pelo fato de eu tentar contribuir com uma análise crítica e empática que visa deslocar os sujeitos trans da posição de meros objetos de pesquisa para a posição de interlocutores e pesquisadores. No entanto, dado que a transgeneridade é um tema que me atravessa, a realização desse estudo exigirá, como diria Gilberto Velho (1978) que eu tenha especial cuidado no exercício de estranhar o que me é familiar. A respeito desse detalhe essencial, optei pela inclusão de uma discussão acerca do contexto social brasileiro na virada do século XX para o século XXI, em que destaco como o conceito nomeado neste trabalho de cisheteronormatividade compulsória é capaz de moldar as perspectivas das pessoas sem que elas sejam capazes de percebê-lo.



A produção acadêmica sobre a temática da parentalidade, em especial no Brasil e no contexto brasileiro, é ainda incipiente. Portanto este estudo contribuiu para expansão de pesquisa e compreensão do referido tema, e para diminuir as discriminações sofridas por pessoas trans, ao trazer respaldo teórico às discussões que se desenvolvam ao redor e a partir desse tema. Destacamos que vários relatos de pessoas trans, obtidos nas investigações preliminares, reiteram a percepção de que é importante que pessoas trans possam protagonizar produções acadêmicas sobre quaisquer temas, inclusive sobre as temáticas das vivências trans e seus diversos atravessamentos. Tendo em vista tudo o que foi exposto até aqui, definimos como objetivo geral: investigar de que formas as parentalidades de mulheres trans podem se constituir no contexto brasileiro, tomando como base a análise de registros disponibilizados publicamente acerca das vivências parentais dessas mulheres trans.

Tendo em vista o objetivo geral supracitado, foram propostos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar as diferentes formas de registros que foram selecionadas (como falas em documentários, depoimentos em congressos, participações em programas de auditório de canais de televisão abertos e pagos, declarações em vídeos e textos e fotos de redes sociais online – notadamente Facebook e Youtube e blog –, autobiografias e matérias jornalísticas disponibilizados na internet) que estejam disponíveis para acesso público, e tratem de narrativas de parentalidades de nossas interlocutoras, feitas por elas e por membros de suas famílias, a fim de identificar quais são os elementos que nossas interlocutoras relacionam com suas vivências parentais, incluindo suas expectativas e seus receios em relação ao exercício da parentalidade; 2) Investigar como se deu o histórico das configurações de gênero que foram vivenciadas por nossas interlocutoras, de modo a que sejam desvendados os elementos que influenciavam essa trajetória de construção identitária, a fim de que seja constatada qual é a atual configuração de identidade de gênero adotada por nossas interlocutoras – às quais nos referimos estrategicamente a partir da categoria política guarda-chuva adotada nesse estudo, de mulheres trans – e a fim de que sejam investigados os modos que suas trajetórias de construção de identidade de gênero impactam em suas vivências parentais; 3) Investigar a possibilidade de existência de tensão entre o desejo de manter suas relações familiares e o desejo de viver uma identidade de gênero em sua plenitude, e como essa tensão se reflete na forma como nossas interlocutoras se nomeiam e se situam nas suas relações familiares;

Diante desses objetivos, é necessário fazer algumas ponderações acerca dos desafios que podem ser encontrados na realização desse estudo bem como das considerações éticas que devem norteá-lo, assuntos que serão apresentados no item a seguir.

#### 1.4 Desafios e considerações éticas

A pouca quantidade de bibliografia sobre a temática da transparência, em especial no contexto brasileiro, caracteriza-se como um desafio para a realização deste trabalho. Tal fator gera uma escassez de referenciais que, no entanto, propicia a existência de um amplo potencial de abordagens possíveis para o tema. Adicionalmente, a constante possibilidade de reificar, ainda que não intencionalmente, paradigmas da cisheteronormia vigente em nossa sociedade, constitui outro desafio que tenho em mente que podem afetar minhas reflexões. Eu, como qualquer pessoa nascida e criada em determinado contexto social, fui e sou exposta a certas formas de tentar extrair sentido do mundo, mas me posiciono criticamente às mesmas.

Ressalto ainda que assumo o compromisso ético-político de não causar qualquer espécie de prejuízo às minhas interlocutoras. Sobre isso, narrarei brevemente uma situação ocorrida ao início da realização deste projeto. Analisando alguns registros disponíveis publicamente na internet, conheci uma pessoa, cuja identidade mantenho em sigilo. Considerei que tal pessoa se configurava como uma interlocutora possível a esse estudo. Decidi contatá-la, pois nós não nos conhecíamos antes. Tão formalmente quanto sucintamente, busquei me apresentar e falar do meu projeto e do meu intuito de utilizar em minhas análises o material que ela publicara acerca de vivências dela na internet. Eu não obtive uma resposta, mas percebi que ela apagou os materiais a que me referi. Interpretei tal atitude como uma forma indireta de estabelecer o seu não consentimento de que eu fizesse uso do referido material, ainda que os mesmos estivessem disponíveis publicamente até o momento em que fiz o contato. Dado que não insisti na tentativa de contata-la, não posso dizer ao certo por qual razão ela agiu de tal forma. Talvez ela tivesse o receio de que lhe fosse roubado o protagonismo de narrar a sua própria história? Talvez ela tivesse o receio de ser tratada como mero objeto de pesquisa, ou como um ser inanimado e descartável? Quaisquer que fossem as possibilidades de resposta, eu percebi que para evitar qualquer tipo de prejuízo a essa pessoa, seria meu dever respeitar essa mensagem informal que sinaliza a não utilização de tal material neste estudo.

Diante de uma situação na qual fica evidente a rejeição de uma pessoa trans em ter os registros de suas vivências utilizados como material de análise em um estudo acadêmico, eu constato a necessidade de fazer uma reflexão, ainda que breve, acerca dos modos como as pessoas trans são historicamente representadas nesses estudos.

## 1.5 Representações de pessoas trans em textos acadêmicos

Antes de discutir os demais pressupostos teóricos adotados neste estudo, apresentamos brevemente o modo a partir do qual as pessoas trans eram representadas em trabalhos acadêmicos brasileiros. Os primeiros estudos acerca dessa população são publicados desde o final da segunda metade do século XX, e abordam criticamente a percepção patologizante e estigmatizada das vivências trans. Contudo, ao promoverem análises que se cruzam com outras temáticas, como prostituição, HIV/AIDS, violência, abjeção, desvio, criminalidade e marginalização, (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994; KULICK, 2008[1998]; PELÚCIO, 2007; TEIXEIRA, 2009) invariavelmente reiteram as mesmas perspectivas históricas e vinculações desmoralizantes que buscam criticar.

Mais recentemente, Jorge Leite Júnior (2008) critica os processos de patologização de pessoas trans ao analisar a construção das categorias “transexual” e “travesti” nos discursos científicos. O autor empreende uma investigação histórica que parte da análise do termo “hermafrodita”, cunhado desde a antiguidade, e do qual a medicina moderna se apropriará para descrever o “pseudo-hermafrodita”, uma categoria patologizada. Baseando-se na verificação de casos concretos de transgeneridade e de estudos científicos realizados acerca desses indivíduos, constata que pessoas trans visam dar algum nível de inteligibilidade social às suas vivências que desestabilizam as normas de gênero vigentes. Porém, conclui que a realidade cotidiana das formas de viver dos sujeitos trans não necessariamente se adequam às nomenclaturas e fronteiras rígidas que seriam propostas por tais trabalhos científicos.

Ao apresentar as premissas epistemológicas de sua pesquisa sobre dinâmicas familiares que se encontram para além da família nuclear conjugal, Cláudia Fonseca (2002) faz uma crítica lúcida, pertinente e infelizmente ainda atual ao hábito de pesquisadores reificarem uma concepção tida como óbvia da existência de um sujeito que é universal e que resulta na vinculação de certos grupos sociais, em especial os grupos de camadas populares, à noção de problema social. De acordo com a autora isso ocorre porque:

(...) boa parte das pesquisas feitas entre grupos populares é realizada em lugares de atendimentos para pessoas com problemas (clínicas, hospitais, abrigos, tribunais de justiça...); muitas vezes a pesquisa tem, como objetivo explícito, contribuir para a solução desses problemas. Produz-se, assim, conhecimentos sobre pessoas doentes, em conflito com a lei, ou vivendo um momento de crise – um campo certamente digno de estudo. Porém, frequentemente, a partir dessa fatia particular da população, o neófito passa a tecer generalizações sobre “as camadas de baixa renda”, “os pobres” etc. A questão que se coloca é: como pretender saber da cultura de “jovens

da periferia” a partir de observação e entrevistas exclusivamente com infratores dentro da FEBEM? Como aprofundar a compreensão de relações de gênero em grupos populares, usando apenas depoimentos de mulheres batidas entrevistadas no abrigo?

Mesmo quando pesquisadores reconhecem que é logicamente impossível fazer tais generalizações a partir de amostras “viciadas”, a concentração de energia em temas relacionados a “problemas sociais” – definidos de tal forma que, nove vezes em dez, são localizados (ou exemplificados) em populações materialmente carentes – arrisca levar a conclusões tendenciosas. Qualquer característica dos casos problemáticos que difere do hegemonicamente normal é vista como causa do problema. Sem incluir entre nossas pesquisas aqueles irmãos que não chegam na FEBEM, aquelas vizinhas que não chegam no abrigo, aqueles homens que não caem na delegacia ou nas urgências do hospital – em suma, sem considerar o comportamento e dinâmicas sociais (possivelmente diferentes dos padrões dominantes) dos não-problemáticos, é difícil colocar os “problemas” em perspectiva. Pressupomos o que é “normal” a partir de nossa experiência pessoal (no caso de muitos pesquisadores, uma experiência de classe média alta), ou de modelos livrescos calcados na ideia de um “sujeito universal” (FONSECA, 2002, p.54-55).

Seguindo a crítica proposta por Cláudia Fonseca (2002), cabe perguntar: como pesquisadores pretendem melhor compreender as vivências de pessoas trans, se persistem por décadas realizando análises apenas com aqueles indivíduos desta população que se encontram em algum tipo de situação de extrema precariedade? Cabe ainda refletir, no que concerne ao interesse específico do objeto estudado neste trabalho: pesquisas sobre as parentalidades de pessoas trans não eram realizadas porque as parentalidades de pessoas trans não existiam, ou porque os pesquisadores que estudavam sobre as vivências de pessoas trans não se dedicavam a investigar a existência desses processos? Embora a crítica de Cláudia Fonseca (2002) seja ainda pertinente a muitos dos trabalhos mais atuais sobre as temáticas diversas que atravessam as vivências de pessoas trans, é possível identificar esforços de romper com essa lógica de vincular pessoas trans a problemas sociais.

Conforme o texto “O que é transexualidade”, de Berenice Bento (2008), o conceito do “transexual verdadeiro” se revela uma patologia a partir da qual se interpreta o suposto binarismo de gênero como única forma viável, inteligível e saudável de existência para um ser humano. Esse pressuposto da binariedade se reflete na construção de uma ideologia que será nomeada pela autora como heteroterrorismo, uma ideologia a partir da qual são feitas as associações: pênis com homem com masculino, e vagina com mulher com feminino. Desse modo, a princípio, o único projeto de pessoa transgênera reconhecido nos discursos científicos hegemonicamente estabelecidos até aquele momento era aquele que se baseava em uma pessoa trans que possuía abjeção à própria genitália, característica patologizada, para a qual se propunha como cura o procedimento cirúrgico transgenitalizador.

Tais mentalidades resultam em um estigma que caracteriza as pessoas trans não apenas como abjetas, pecaminosas, doentias e criminosas, mas também como perigosas, exóticas,

extravagantes, risíveis, sofridas, vítimas, anormais, controversas e desprovidas de autonomia. Desse modo, ainda que visem uma aproximação com as pessoas trans e busquem abordar os processos de patologização e estigmatização desses sujeitos a partir de uma perspectiva crítica, esses primeiros estudos invariavelmente reestabelecem um vínculo entre a temática das vivências trans e temas desmoralizantes.

Podem ocorrer consequências lastimáveis do fato de textos científicos realizarem um tipo de enfoque que prejudique a visibilidade de certas características de um tema, ainda que não seja essa a sua intenção. É o que se percebe no relato já trazido na introdução deste trabalho, feito pela travesti entrevistada na tese de Larissa Pelúcio (2007, p.186) que pergunta ironicamente: “*Se eu tiver uma dor de estômago, faço o quê? Tomo duas camisinhas?*”. A reificação do vínculo entre pessoas trans e estigmas de abjeção, marginalização e sexualização acaba pautando as políticas públicas e os serviços oferecidos nas instituições de saúde voltados a essa população. Mais do que implicações diretas no prejuízo de acesso a um atendimento de saúde de qualidade, que veja o indivíduo a partir dos seus relatos, e não partir de uma imagem preconcebida do mesmo, esse sistema pode afetar a própria noção que tais indivíduos têm de si.

É nesse sentido que Berenice Bento (2008) vai mencionar os casos em que pessoas trans, para obter o laudo médico que lhes permita fazer a cirurgia de transgenitalização, são obrigadas a performar uma identidade de gênero que seja inteligível para os agentes de saúde. Desse modo, para acessar um direito, são patologizadas. E não apenas isso: verifica-se que é preciso que uma mulher trans tenha que se adequar a determinado padrão comportamental dito feminino para que tenha o direito de fazer modificações corporais.

Mas essas vinculações entre sujeitos e estigmas não se constroem fora de contexto. Na obra “Sopa de Letrinhas?”, Regina Facchini (2005), reflete acerca da formação do movimento homossexual organizado no Brasil, que se dá ao longo do final do século XX e que será marcado pelo surgimento da epidemia de HIV e pelos conflitos derivados da tentativa de reunir em um só grupo o maior número possível de representantes das mais diversas minorias. Ao enfatizar o caráter relacional da construção de identidades, a autora defende que um grupo de pessoas criará sua noção identitária a partir do contraste que percebe existir com outro grupo. É no enfrentamento de uma ameaça em comum, a epidemia de HIV, que os coletivos se formam e se unem. E apesar de o trabalho não aprofundar a discussão sobre as tensões entre gays, lésbicas e travestis, ao menos já aponta para a tendência de que tais grupos eventualmente venham a buscar formas próprias de alcançar projeção política.

Já Mário Felipe de Lima Carvalho (2015) terá como tema de sua tese de doutorado, intitulada “Muito Prazer, Eu Existo!”, a busca por visibilidade da luta política de pessoas trans no Brasil. Primeiramente, constata um processo de higienização política, em que pessoas trans deixam de ser “bichas loucas” para se tornarem “respeitáveis militantes”. Eventualmente, porém, percebendo que o resultado disso são “migalhas de direitos”, algumas passam a adotar uma estratégia que visa não apenas a “aceitação”, mas que busca propriamente “incomodar”, ou seja, uma atitude que se pauta em confrontar uma situação de discriminação, em exigência do respeito daquilo que reivindicam.

Apesar das críticas que podem ser tecidas aos primeiros estudos realizados no Brasil com temas relativos a vivências trans, estudos estes que reiteravam a vinculação às temáticas de desvio, doença e abjeção; deve-se também reconhecer a contribuição positiva dos mesmos. Partindo de forte invisibilização, derivada da falta de inteligibilidade social, as vivências trans são abordadas em trabalhos acadêmicos, em um primeiro momento, a partir de perspectivas produzidas exclusivamente por pessoas cisgêneras. Porém, os primeiros estudos contribuíram para apresentar as temáticas das vivências trans a partir de questionamentos e abordagens críticas às representações hegemônicas sobre esses sujeitos. Desse modo colaboram com a abertura de espaços em que as pessoas trans possam ser percebidas, espaços estes cujo acesso antes lhes eram inacessíveis.

Ainda nesses estudos, e nos que virão posteriormente, é percebida uma mudança no modo como são abordadas as vivências trans. Em um primeiro momento são estrategicamente patologizadas, numa tentativa de acesso a certos direitos (PELÚCIO, 2007; BENTO, 2008). Gradativamente ganha visibilidade o processo pelo qual as pessoas trans passam a se configurar como sujeitos de direitos e a transgeneridade deixa de ser apenas uma categoria analítica e passa a se configurar como uma categoria de identidade (CARVALHO, 2015).

Apenas mais recentemente os estudos acerca das vivências trans passam a se deslocar dessa interseção com a temática da abjeção. Incluídos neste grupo estão os poucos estudos feitos acerca de transparentalidades, que, deve-se notar, foram conduzidos por pessoas cisgêneras. Outra importante contribuição ocorre quando surgem pesquisadores trans falando sobre transgeneridade e suas múltiplas interseções temáticas. E é sobre tais pessoas e suas produções acadêmicas que falaremos a seguir.

## 1.6 Pessoas trans e lugar de fala

A despeito do fato de que nas últimas décadas vem ocorrendo um aumento do volume e da visibilidade dos estudos e das discussões acerca das diversas temáticas que envolvem as vivências de pessoas trans; constata-se que ainda são pouco numerosas as pesquisas realizadas por pessoas trans. Como já destacado, a grande parte dos estudos que se debruçam sobre os temas que atravessam as vivências trans continuam sendo protagonizados por pessoas cis. Em paralelo a essa realidade, verifica-se que pessoas trans seguem enfrentando sérias dificuldades para inserção em ambientes acadêmicos e profissionais.

De acordo com um dossiê de dados sobre assassinatos e violências perpetrados contra pessoas trans, realizado em 2020 pela parceria da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), segue atual a estimativa de que a quase totalidade da população de travestis e mulheres trans brasileiras retiram seu sustento da prostituição, não possuindo a oportunidade de completar seus estudos básicos. Já sobre a população transmasculina brasileira, em levantamento realizado em 2021 pela parceria entre o Instituto Brasileiro Transmasculinidades (IBRAT), o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, e a Revista Estudos Transviados, das mais de mil e duzentas pessoas que puderam responder ao questionário, menos de 20% possuíam ensino superior completo. Diante desses dados é fácil entender a razão pela qual é parca a participação de pessoas trans em produções acadêmicas de qualquer área de conhecimento ou temática.

Mas seria preciso que as pessoas trans falassem sobre si para que um discurso acerca da transgeneridade ganhasse legitimidade? A respeito deste questionamento, cabe mencionar o que Djamila Ribeiro (2017) tem a dizer acerca do lugar de fala: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (RIBEIRO, 2017, p.37) Desse modo, a possibilidade de que pessoas trans possam produzir conhecimentos, tanto sobre temas diversos quanto sobre temas atravessados por vivências trans, revela-se como uma ferramenta de empoderamento dessa população, ajudando a promover reparação pelas discriminações historicamente sofridas por tais indivíduos. Assim sendo, entendemos que as produções acadêmicas protagonizadas por sujeitos trans são de imenso valor científico e social, e devem ser estimuladas e reconhecidas.

As produções literárias e acadêmicas feitas por pessoas trans acerca das vivências trans e de seus atravessamentos no Brasil começam a se desenvolver já no final do século XX, mas principalmente a partir do início do século XXI. A respeito dessas produções é possível citar alguns autores como João W. Nery, Jaqueline Gomes de Jesus, Guilherme Almeida, Beatriz Bagagli, dentre outros. Cabe ressaltar que Letícia Lanz, Sara York, e Leonora Áquilla, que são as interlocutoras deste projeto, cujas narrativas de vida constituem parte do material a ser analisado, para além de possuírem longas trajetórias de vida, são também, cada uma a seu modo, produtoras e propagadoras de conhecimentos acerca de vivências trans.

É comum que muitas das obras literárias e acadêmicas de pessoas trans acerca de temas de vivências trans e de outros temas que os atravessem tenham caráter intimista, dado que com grande frequência tais autores recorrem à apresentação de narrativas de suas próprias vivências para traçar os fios condutores de seus textos. Tem se tornado também cada vez mais numerosas as narrativas autobiográficas, das quais um dos primeiros exemplos que se pode e deve citar é o livro “Erro de Pessoa”, escrito por João W. Nery (1984) obra na qual o autor, o primeiro homem trans brasileiro a se submeter a procedimentos cirúrgicos de adequação de gênero, discorre sobre diversos assuntos, dos quais: a descoberta de sua transgeneridade; os impactos desse fato em sua vida pessoal e familiar; a realização de procedimentos cirúrgicos de modificação corporal; e reflexões acerca de todo esse processo. Quase três décadas depois é publicada nova autobiografia de título “Viagem Solitária” por João W. Nery (2011), na qual atualiza nomenclaturas<sup>18</sup> e faz alguns acréscimos importantes, como o capítulo em que fala sobre suas experiências parentais, ou mais precisamente, sobre sua paternidade. Tendo se relacionado com uma mulher cisgênera, com a qual conviveu por alguns anos até receber dela a notícia de que ela tivera relações sexuais extraconjugais com um homem cisgênero do qual engravidou, João e sua companheira decidiram permanecer juntos e manter a gestação. João se apresenta como pai e única figura paterna de Yuri desde o nascimento deste. Apesar de João se separar da mãe de Yuri quando este ainda era criança, João mantém contato com o filho sempre que possível, participando ativamente da criação de Yuri. O contato entre João e Yuri se mantém até o falecimento daquele, no ano de 2018. De acordo com João, enquanto ser

---

<sup>18</sup> Em “Erro de Pessoa”, autobiografia publicada em 1984, João Nery utiliza a linguagem médica comum à época para se referir a seu caso, de modo a se autodenominar “transexual feminino”. Tal perspectiva demonstrava a compreensão de que havia uma hierarquia entre gênero autopercebido e o que se chamava de “sexo biológico”, sendo este compreendido como uma espécie de verdade inequívoca e inquestionável a respeito do corpo. Já em 2011, quando publica “Viagem Solitária”, uma revisão autobiográfica, João passa a se declarar com termos que priorizam a sua identidade de gênero, como “transexual masculino” ou “homem trans”.



um homem trans foi em um primeiro momento compreendido como um “erro” de pessoa, em sua segunda biografia, reconhece que ser pai de Yuri é o “acerto” de sua vida.

Uma fundamental contribuição para iniciar quaisquer estudos acerca das vivências trans, tanto aos leigos quanto aos especialistas, é o guia técnico “Orientações sobre identidade de gênero”, de Jaqueline Gomes de Jesus (2012). Em nota à segunda edição do texto, a autora reconhece a natureza de constante adaptação dos conceitos nele descritos, de modo que o mesmo deva servir como uma referência para dar início a reflexões, e não para encerrar discussões com a propositura de respostas rígidas, universais e irretocáveis. Esse detalhe é fundamental para perceber o caráter sempre possivelmente mutável de todo o conhecimento que é produzido e que se pretende passível de ser útil e legítimo.

É a partir dessa perspectiva, a qual rejeita uma rígida universalização de conceitos cristalizados, que Guilherme Almeida (2012) analisa a emergência da categoria de homens trans no Brasil. O autor discute a respeito das distinções entre casos de lésbicas; de grupos de pessoas que foram assignadas mulheres ao nascimento e que contestam as normas de gênero sem que se afirmem como homens a todo instante; e de homens trans. E constata nas narrativas de homens trans tanto o frequente uso dos termos “trans” e “transexual” como adjetivos dados à sua categoria de homens, quanto o alívio de encontrar uma unidade semântica que ofereça inteligibilidade às suas vivências. Essa forma de se autoneamar é identificada pelo autor como uma espécie de reabilitação semântica do conceito de transexualidade, outrora patologizante. De acordo com o autor serão variadas as formas de experimentar e expressar as masculinidades, bem como de enfrentar os desafios de viver em uma sociedade marcada por uma compreensão de que o gênero é sempre necessariamente rígido e binário.

Nesse cenário de disputas discursivas em que a transgeneridade ainda é patologizada, Beatriz Bagagli (2016) é uma das autoras que contribuirá com discussões transfeministas que visam se debruçar sobre o conceito analítico de cisgeneridade. Percebida como uma produtora de verdades sobre o gênero, as quais orientam algumas das práticas de profissionais da saúde mental, a cisgeneridade será colocada em uma posição de transcendência, de consonância entre corpo e mente. Em contrapartida, a autora argumenta que a transgeneridade, que não pode ser significada a partir de seus próprios termos, será quantificada em termos de falta de coerência cisgênera entre corpo e mente de um sujeito transgênero. Isso significa que na prática da clínica de saúde mental, em muitos casos, pessoas trans permanecem destituídas de autonomia sobre seus corpos e identidades.

Cabe novamente ressaltar que as próprias interlocutoras deste estudo contribuem com a produção e propagação de conhecimentos acerca das vivências trans. Falaremos brevemente das produções acadêmicas de maior peso dessas interlocutoras a seguir.

Letícia Lanz (2014) realiza uma análise do conceito de transgeneridade em sua dissertação de mestrado, tomando como base uma pesquisa qualitativa na qual entrevista cinco mulheres transgêneras para coletar narrativas acerca de suas vivências trans. Três delas tiveram filhos, apesar de o estudo destinar pouca atenção à temática da parentalidade. Uma importante contribuição de seu estudo é a opção por analisar casos de mulheres transgêneras que se situam em camadas financeiras mais abastadas, quebrando com uma tradição de pesquisas feitas com pessoas trans que se situam sempre em uma condição de extrema vulnerabilidade social. A conclusão apresentada por seu estudo é a de que pessoas transgêneras, não importando quais as suas vivências, estão concomitantemente dentro e fora de um sistema binário de gênero, o que já é um indicador para reconhecer uma possível origem de suas referências acerca dos processos de construção identitária de gênero marcadas por uma não binariedade.

Já Sara Wagner York (2020), em sua dissertação de mestrado, discursará a respeito das relações pedagógicas marcadas pela presença de pessoas trans enquanto educadoras, e das consequências e dos deslocamentos de gênero produzidos pela presença de pessoas trans em espaços acadêmicos tipicamente transfóbicos, e das implicações práticas e éticas desse processo nas vidas dos estudantes e dos professores. De acordo com a autora a transfobia é um efeito da cisnormatividade, ou seja, da imposição da cisgeneridade como único modo de ser e estar no mundo, o que limita as compreensões das possibilidades de ser. A autora considera que a transfobia é institucional, estrutural e recreativa. Institucional porque se mantém a partir da chancela do Estado, como nos casos em que ela cita as compreensões equivocadas acerca de transgeneridade e travestilidade expressas em documentos oficiais (como o Edital 11/2018 do Projeto 00102654, documento que avalia o cenário atual do tratamento penal dispensado à população LGBT nas prisões brasileiras) que pretendem definir a transgeneridade e a travestilidade segundo uma lógica definitiva e cisnormativa e patologizante. Estrutural porque se baseia nos modos de ser e nas relações interpessoais orientadas pelo que a autora chama de cis-hetero-governamentalidade<sup>19</sup>, que define e legitima a cisgeneridade e a heterossexualidade como padrões desejáveis de normalidade, os quais são

---

<sup>19</sup> Cis-hetero-governamentalidade é, segundo a autora, “uma forma de governo de si e das relações que prioriza a existência de corpos que não borrem a norma, excluindo a trajetória trans de/em um mundo cisgênero” (YORK, 2020, p25).

reiterados a partir da oposição aos padrões de anormalidade, estes os quais são sempre deslegitimados. Recreativa porque reitera a percepção de que pessoas trans não merecem respeito, logo, pessoas trans são alvos de piadas pelo simples fato de serem identificadas como pessoas trans.

Por sua vez, Leonora Áquilla (2009) escreve um trabalho de conclusão de curso intitulado “Cidadania T” ao concluir uma graduação em nível superior em comunicação social com foco em jornalismo na universidade particular paulistana Anhembí Morumbi. O estudo trata da temática da inserção de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho formal, bem como dos processos de discriminação que enfrentam.

Dada essa realidade de deslegitimação das vivências trans que deriva da perpetuação de uma só forma de perceber o mundo, notadamente transfóbica e cisnormativa, pode-se concluir que a produção acadêmica de pessoas trans deve ser estimulada e comemorada. Porém, antes de seguir com as discussões relativas às temáticas centrais desse trabalho, consideramos que é prudente discorrer acerca do cenário social em que tais temas se apresentam, cenário esse que será caracterizado neste trabalho como sendo compulsoriamente cisheteronormativo.

### **1.7 Cisheteronormatividade Compulsória, ou Cisheteronorma**

Neste estudo compreendemos que o cenário social brasileiro dos séculos XX e XXI é marcado pelo que chamaremos de cisheteronormatividade compulsória, ou simplesmente cisheteronorma. Trata-se de um dispositivo regulador de corpos e vivências, e que se ampara em conhecimentos supostamente científicos, com o objetivo de reificar uma noção de que todo ser humano nasce com um sexo, característica essa concebida como imutável, e que dela derivam uma série de diferentes cobranças sociais, as quais são determinadas pelo sexo. Esse dispositivo também se baseia na noção de que existem somente dois sexos, os quais são complementares<sup>20</sup> e autoexcluentes<sup>21</sup>. Esse dispositivo regulatório se apresenta de modo a que seja percebido como uma mera constatação de como funciona a natureza inequívoca e inquestionável dos seres humanos. Raramente esse dispositivo regulatório é apresentado de

---

<sup>20</sup> São complementares na medida em que um sexo possui um conjunto de características que devem complementar as características do outro sexo e vice versa.

<sup>21</sup> São autoexcluentes na medida em que as características que um sexo possui não podem ser encontradas no outro sexo e vice versa.

forma mais coerente como sendo uma forma socialmente construída de extrair sentido do mundo, aliás, uma forma possível dentre inúmeras outras formas.

Os estudos transfeministas têm sido responsáveis por gerar uma série de reflexões que reiteram a perspectiva adotada neste estudo de que sociedades como a brasileira operam a partir da cisheteronorma. Por exemplo, Viviane Vergueiro (2015), mulher travesti e ativista transfeminista, em sua dissertação de mestrado, discursa sobre como a cisgeneridade faz parte daquilo que ela chama de cistema: uma sociedade regida por uma fantasia ciscolonial, na qual gêneros são pré-discursivos, binários e rígidos. A perspectiva adotada neste estudo está em consonância e diálogo com estas produções transfeministas.

É importante salientar que de acordo com a cisheteronorma o corpo do ser humano terá um sexo a ele atribuído a partir da análise de uma característica em particular: a morfologia dos órgãos sexuais externos, a qual é facilmente percebida logo após o nascimento de um ser humano. Em alguns casos, quando a pessoa que passa pela gestação tem a oportunidade de realização de exames pré-natais, o exame de ultrassonografia transvaginal permite observar o desenvolvimento do embrião e de seus órgãos sexuais externos, a partir dos quais será ditado o sexo do bebê. No entanto, já nesse ponto da vida de um ser humano poderá ser encontrada uma falha inaceitável pela cisheteronormatividade compulsória: a hipótese de o embrião ou o recém-nascido apresentar genitália ambígua. Ainda hoje, no Brasil, devido à cisheteronorma, a genitália ambígua é considerada uma má formação, para a qual se faz necessário realizar uma cirurgia de adequação genital: o bebê precisa ter um sexo, que deve ser masculino ou feminino; para tanto, o bebê precisa ter um órgão genital externo que corresponda ao sexo que lhe será imposto.

De acordo com a cisheteronorma, o ser humano que possuir uma vulva será considerado do sexo feminino e o ser humano que possuir um pênis e saco escrotal será considerado do sexo masculino. A pessoa do sexo feminino é uma mulher, a pessoa do sexo masculino é um homem. O corpo e o comportamento dos seres humanos serão regulados a partir do sexo, e serão impostos reiteradamente inúmeros comportamentos e modos de ser com base no sexo atribuído, sexo esse que apesar de ser atribuído, assim como propõe Viviane Vergueiro (2015) será percebido como pré-discursivo, ou seja, como uma característica inata, e não como a interpretação feita do corpo com o qual o sujeito nasceu. A adequação a essas normas sexuais será sempre recompensada positivamente. Analogamente, será sempre punido de alguma forma qualquer deslize às expectativas sociais depositadas em um indivíduo com base no sexo a ele atribuído.

A cisheteronormatividade compulsória não é a única compreensão de mundo existente no Brasil atual, porém, em se tratando de um sistema regulatório, ela se configura como a visão de mundo hegemônica, reiterada muitas vezes por discursos ortodoxos e desatualizados de ciências médicas, ciências jurídicas e ciências psi<sup>22</sup>. Os mecanismos a partir dos quais a cisheteronorma se configura como a visão de maior peso em nossa cultura têm raízes antigas, pois se caracterizam como uma reatualização discursiva que permita a manutenção de uma ordem social de herança patriarcal. É curioso notar que o dimorfismo sexual presente na ótica cisheteronormativa surge recentemente no mundo ocidental.

Thomas Laqueur (1990) identifica que no mundo ocidental, até anteriormente ao século XVIII, predominava um modelo de isomorfismo sexual, que percebia a existência de dois gêneros, homens e mulheres, mas que eram representados por um modelo de um só corpo, que se distinguia pelo grau de perfeição. O homem, mais perfeito, por ter um corpo quente, teria o pênis e o escroto expelidos de seu corpo. A mulher, inferior ao homem, teria um corpo frio, e por tal razão, reteria em seu corpo o pênis e o escroto, que nela representariam o que apenas mais contemporaneamente passaria a ter existência e nomenclaturas próprias, como vagina, útero e ovários. Apenas após o final do século XVII e o início do século XVIII seriam realizados estudos nos quais seria possível verificar uma mudança epistemológica que atribuía ênfase na definição da diferença morfológica sexual entre homens e mulheres, identificada em cada parte do corpo, da ossatura e nervos aos órgãos sexuais, reiterando a noção de que o corpo feminino era produzido para a maternidade. Essa concepção ficaria conhecida como dimorfismo sexual, e é a base do que nesse estudo chamamos de cisheteronorma.

No entanto, Fabíola Rohden (2001, 2003) atenta para o fato de que essa mudança de compreensão empreendida pelas ciências, em especial as ciências médicas, não ocorre de forma isolada. A definição da diferença sexual entre homens e mulheres se acentua conforme se faz necessário acessar recursos que reiterem as configurações sociais já estabelecidas, ou seja, que justifiquem a hierarquia do homem sobre a mulher e que permitam que seja exercido o controle dos corpos das mulheres. As mulheres são associadas como um ser irracional, emocional, cujo corpo está em constante mutação, sempre menstruando, e que se apresenta como recurso indispensável para a gestação e o parto, enfim, para a perpetuação da espécie humana. Nesse sentido, a mulher é compreendida como inferior ao homem, dentro de uma lógica de dicotomias, que estabelece o homem como saudável e a mulher como doente, o homem como aquele que deve desempenhar papéis de poder, e a mulher como aquela que

---

<sup>22</sup> Por ciências psi compreende-se psiquiatria, psicologia e psicanálise.

deve se sujeitar ao controle do homem. Esses mesmos discursos que buscam reiterar as diferenças sexuais entre homens e mulheres possuem como função evitar qualquer hipótese de que sejam borradas as fronteiras sociais entre os sexos, o que permitiria que as mulheres se tornassem masculinas, devido a sua possibilidade de exercer trabalhos físicos e mentais, ou seja, que permitiriam às mulheres conquistar um grau de igualdade social perante os homens. Desse modo, as diferenças sexuais seriam concebidas como pré-estabelecidas pela natureza, mas seria necessário reiterá-las constantemente, visto que desalinhamentos sociais poderiam fazer com que mulheres assumissem papéis sociais compreendidos como masculinos, o que não é desejável quando o objetivo é a manutenção de uma ordem social patriarcal.

Desse modo, a cisheteronormatividade se baseia no dimorfismo sexual e exige que seja perpetuado o alinhamento entre corpo e função social, entre sexo e gênero. Mas qual é a diferença entre sexo e gênero?

### **1.8 A Polissemia dos conceitos Sexo e Gênero**

O presente estudo não tem como objetivo fazer uma pesquisa exaustiva acerca das origens e usos dos conceitos sexo e gênero, mas dada a multiplicidade de significados que são atribuídos a esses termos, principalmente no âmbito científico, consideramos apropriado tecer uma breve reflexão sobre a polissemia dos mesmos.

Pensar em uma definição objetiva para o conceito de sexo e para o conceito de gênero é uma tarefa que possui o risco de apresentar um resultado simplista e generalista, portanto, de pouca confiabilidade e utilidade. Ou ainda, como diria Joan Scott (1995):

Aqueles pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história. Nem os professores de Oxford nem a Academia francesa têm sido plenamente capazes de represar, de aprisionar e fixar o significado, de uma forma que seja independente do jogo da invenção e da imaginação humanas. (SCOTT, 1995, p.71).

A despeito dessa introdução desanimadora, tentaremos ao menos apontar as bases em que esses conceitos se amparam para que possamos compreender a importância que possuem neste estudo. Começemos com o termo sexo. A maioria dos dicionários apresentará definições para o conceito de sexo que partem de uma perspectiva biológica. Nesse sentido, por exemplo, de acordo com o dicionário da UNESP, o termo sexo pode representar o “conjunto

de caracteres estruturais e funcionais segundo os quais um ser vivo é classificado como macho ou fêmea; o órgão sexual; a atividade sexual”.<sup>23</sup> Já podemos verificar que mesmo tendo como base definições amparadas apenas nas ciências biológicas, sexo pode se referir a tantos aspectos tão diferentes entre si a ponto de resultar em uma grande confusão entre eles, ou, como veremos a seguir, uma incapacidade de pensar esses atributos separadamente.

Podemos encontrar também alguns exemplos de classificações como a do médico e psicanalista brasileiro Ronaldo Pamplona da Costa (1994) que considera a existência de onze sentidos atribuíveis a sexo. Supostamente pautado em ciências médicas e estudos de cunho psicanalítico, e partindo de uma perspectiva que pode ser considerada minimamente criticável já à época da publicação do livro em que apresenta seu entendimento sobre a temática da sexualidade humana, o autor promove combinações de diferentes conceitos, como orientação sexual, cromossomos sexuais e órgãos sexuais, ao propor onze diferentes sexos.

Cabe salientar que a produção de conhecimentos, mesmo científicos e acadêmicos, não se pauta em perspectivas isentas das influências sociais e históricas. Falar de sexo, mais do que falar de definições meramente descritivas da morfologia e do comportamento humanos à luz das ciências biológicas, é algo que está invariavelmente associado a falar da produção social da diferença entre homens e mulheres. Nesse sentido, o termo gênero emerge a partir de meados do século XX, quando alguns estudos na área da antropologia<sup>24</sup>, ao analisar algumas sociedades ditas primitivas, evidenciam que os temperamentos e comportamentos de homens e mulheres apresentavam certos padrões em determinados povos, enquanto apresentavam padrões distintos em outros povos. Essa constatação permite o questionamento da percepção de que as diferenças entre homens e mulheres seriam determinadas exclusivamente pelas distinções que são compreendidas como naturais entre seus corpos, entendimento este em que se apoiava o dimorfismo sexual, defendido no mundo ocidental do início do século XVIII em diante. Nesse contexto, o termo gênero encontrará amparo nas ciências sociais e humanas, sendo compreendido como uma categoria analítica a qual dá ênfase à dimensão cultural da diferença entre homens e mulheres.

Desse modo, Joan Scott (1995) fará uma importante análise sobre o uso o conceito de gênero em trabalhos acadêmicos das mais diversas áreas. Ela argumenta que em um primeiro momento, ao ser utilizado por historiadores/as, o conceito gênero pode ser somente descritivo,

---

<sup>23</sup> SEXO. In: Dicionário UNESP do português contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2004.

<sup>24</sup> A respeito dessa percepção de que as diferenças entre homens e mulheres possuem um forte caráter social, recomenda-se a leitura de “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”, de 1936, escrito por Margaret Mead.

evidenciando a existência da diferença socialmente construída entre homens e mulheres, mas não buscando investigar como ou por qual razão isso se dá. Nesse sentido, em muitos estudos feministas dos anos 1980, o termo gênero foi usado em títulos de trabalhos acadêmicos como um sinônimo do termo “mulher”, buscando conferir erudição e seriedade, mas sem obter disso qualquer proveito analítico. Um segundo uso do termo gênero, de acordo com a autora, tenta identificar as razões que constituem as diferenças entre homens e mulheres, e se divide em uma multiplicidade de proposições teóricas. Joan Scott divide esses estudos em três vertentes teóricas: as que buscam identificar as raízes da opressão feminina em sistemas de patriarcado; as críticas feministas que se pautam no marxismo; e as teorias psicanalíticas que se pautam na produção e na reprodução da identidade de gênero. Apresentando suas críticas a todas as vertentes elencadas, a autora conclui que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (...) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

Outra importante abordagem dos conceitos de sexo e gênero é feita pela antropóloga e feminista Gayle Rubin, ao escrever o ensaio “O tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo” (2017), originalmente publicado no ano de 1975. Ela se questiona sobre a origem da opressão das mulheres nos mais variados sistemas sociais e propõe o uso do conceito de sistema de sexo/gênero, definido como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 2017, p.11). A autora desenvolve o argumento de que a opressão das mulheres se dá por conta de fatores sociais, e não por conta da diferença biológica entre homens e mulheres. Ressalta ainda que a organização social da sexualidade se baseia em três fatores: no gênero, na repressão da sexualidade das mulheres, e na imposição daquilo que a autora chama de heterossexualismo<sup>25</sup>. Esse entendimento se pauta na oposição entre sexo e gênero, a partir da qual sexo seria uma expressão da natureza, e gênero seriam os contornos sociais que se apoiam no sexo. Embora a dicotomia preconizada por Gayle Rubin seja alvo de críticas futuras, o filósofo Paul B. Preciado (2017) retoma o conceito sistema sexo/gênero, definindo-o como:

(...) um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir

---

<sup>25</sup> Gayle Rubin utiliza o termo heterossexualismo para se referir ao comportamento social e sexual que é imposto às pessoas no sentido de manter a diferença entre homens e mulheres, que serão compreendidos como metades incompletas, feitas para complementar um ao outro.



espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, 2017, p.26).

Paul B. Preciado (2017) propõe ainda uma estratégia de enfrentamento a esse sistema sexo/gênero: o movimento de contrassexualidade, acerca do qual tece o seguinte raciocínio:

A contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura do texto (corpos intersexuais, hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, sapas, bibas, fanchas, *butchs*, históricas, saídas ou frígidas, hermafrodykes...) e reforçar o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocentrado.

(...)

O que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata de substituir certos termos por outros. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação. (PRECIADO, 2017, p.27).

Já a autora Judith Butler, em seu livro “Problemas de Gênero” (2015) apresentará uma crítica à interpretação de que o conceito de sexo refere-se à descrição pré-discursiva dos corpos, portanto, à natureza, enquanto o conceito de gênero refere-se às construções sociais feitas em cima do sexo, portanto, à cultura. De acordo com a autora:

Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (BUTLER, 2015, p.27).

A partir da reflexão e crítica realizadas a diversas autoras feministas que se debruçaram sobre o tema da diferença entre homens e mulheres, Judith Butler (2015) afirmará que os corpos são sexuados, generificados e racializados, e proporá uma compreensão de gênero não tanto quanto uma característica que um sujeito possui, mas como uma performance reiterada cotidianamente. Essa performatividade do gênero permite perceber o gênero não como aquilo que um sujeito é, mas mais precisamente, como aquilo que um sujeito faz. Nas palavras de Judith Butler:

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode

muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados. (BUTLER, 2014, p.253).

De acordo com Carolina Laurenti e Mateus Oka (2018), em artigo no qual analisam os usos dos termos “sexo” e “gênero” em publicações na área de ciências da saúde, constata-se uma grande variedade de sentidos atribuídos a esses conceitos. Foi possível constatar que enquanto alguns textos consideravam sexo e gênero como termos intercambiáveis, outro grupo de escritos colocava-os em posição diametralmente oposta. Para alguns autores, o termo sexo deveria ser evitado, por se tratar de uma compreensão antiquada. Em outro grupo de textos analisados foi verificada a construção de uma lógica em que a categoria de gênero é associada ao cultural e às ciências humanas, em oposição ao sexo, que seria natural e biológico, apoiado nas ciências biológicas. Os autores destacam que como consequência desse posicionamento de naturalizar a existência da dicotomia entre sexo e gênero numa tentativa de escapar ao determinismo biológico, acaba-se por reiterar esse mesmo determinismo biológico do qual se tenta escapar. Adicionalmente, os autores alertam para o perigo de promover o apagamento das experiências de vida que não podem ser suficientemente expressas pelas lógicas reducionistas adotadas pelos estudos.

O esforço analítico empreendido nesse segmento pode parecer infrutífero, afinal, diante de tantas definições diferentes e potencialmente conflitantes entre si, defendemos a concepção de que nenhuma definição apresentada deva ser considerada definitiva ou universal. Mas salientamos a importância de examinar os significados atribuídos aos termos sexo e gênero para que possamos compreender que a correspondência feita entre os diferentes significados atribuídos a esses termos está diretamente atrelada à forma como a cisheteronormatividade se constitui, portanto, como ela influencia as vivências trans. Mais precisamente, retomando Judith Butler (2014, 2015) consideramos importante salientar que as regras sociais, que chamamos de cisheteronorma neste estudo, e que produzem e impõem a reiteração das noções de gênero tidas como coerentes e desejáveis, são as mesmas regras sociais que produzem as noções de gênero tidas como incoerentes e indesejáveis.

Nesse trabalho, portanto, defendemos que quaisquer perspectivas adotadas, sejam elas transfeministas, cisheteronormativas ou quaisquer outras, são discursos que implicam na escolha de palavras para atribuir significados àquilo que essas palavras representam. Ainda que uma perspectiva proponha que se baseia em aspectos pré-discursivos, discordamos dessa alegação, uma vez em que a consideramos inconsistente: consideramos que todo ato de nomear e significar, enfim, tudo o que se pode afirmar é sempre baseado em algum discurso.

Partir da prerrogativa de que qualquer perspectiva é um discurso significa dizer que se trata de uma construção social. Porém, alertamos para a compreensão de que uma construção social não deva ser considerada falsa ou equivocada por se tratar de algo construído, e não de algo predeterminado. Desse modo, ao alegarmos que os conceitos sexo e gênero são polissêmicos, estamos defendendo que existem diversos discursos que se utilizam desses conceitos, e que cada um desses discursos atribui diferentes significados a esses conceitos, sendo que todos esses significados não são meras descrições imparciais, afinal, como diria o linguista Patrick Charaudeau (2014) ao criticar a clássica distinção entre narrativa e descrição, o linguista conclui que mesmo uma descrição é um discurso, nesse sentido, nenhuma descrição é imparcial.

Nesse sentido também nos apoiamos na concepção de Judith Butler (2015) de que o gênero é uma performance socialmente e discursivamente construída; o gênero precisa ser cotidianamente reiterado para que assuma efeito de produção de verdade sobre os corpos. Conseqüentemente, também o sexo, ou os próprios corpos sexuados, também são produzidos socialmente e discursivamente. Entendemos que as concepções apresentadas por Butler dizem respeito a esse contexto social que nomeamos de cisheteronormatividade.

Para nós, portanto, mais importante do que propor definições tidas como corretas para os conceitos de sexo e de gênero, é a tarefa de apresentar como esses conceitos são utilizados dentro de uma lógica cisheteronormativa, e quais são as implicâncias disso para as vivências de pessoas trans. Diante do exposto, partimos da compreensão de que uma perspectiva que se baseia na cisheteronormatividade parte da prerrogativa e reafirmação de dicotomias, de pares de oposição, de conceitos que são considerados certos porque se opõem a conceitos que são considerados errados. E esses conceitos produzem uns aos outros reciprocamente em jogos de poder que instituem a norma, fazendo-a parecer natural e pré-discursiva, enquanto criam a noção de desvio, daquilo que deve ser evitado e punido, mas cuja existência é essencial para reiterar os limites daquilo que é considerado normal. E propomos nesse estudo a utilização de uma perspectiva que se baseia nos paradigmas transfeministas, de que não necessariamente os sentidos possivelmente atribuíveis devam se dar necessariamente em pares de oposição, de certo e errado, de norma e desvio.

Compreendemos, enfim que a cisheteronorma se apropria desses conceitos de sexo e de gênero no sentido de impor uma continuidade entre ambos, que resulta não apenas na imposição da cisheteronormatividade, mas também na rejeição de tudo que a ela escapa, esta a qual chamamos de transfobia, e sobre a qual falaremos em mais detalhes no item a seguir.

## 1.9 Transfobia

Entendemos que um sistema cisheteronormativo parte do princípio de que há uma continuidade entre sexo e gênero, de modo tal que, como já proposto pela indagação feita por Judith Butler (2015) praticamente inexistiria uma diferença entre um conceito e outro: os gêneros inteligíveis são produzidos a partir de uma perspectiva de complementariedade dos sexos e de uma imposição de um comportamento heteronormativo. Berenice Bento (2008) nomeará esse imperativo da heterossexualidade de heteroterrorismo, o qual se trata do único produtor legítimo de verdades sobre os corpos, e que determina também verdades sobre os sujeitos, castrando as possibilidades de existências. Complementarmente, entendemos que no que diz respeito à análise de sexo e gênero, não apenas nos casos de vivências trans, mas também de pessoas cisgêneras, verifica-se uma imposição da heterossexualidade, a qual será chamada de heteronormatividade, tanto quanto se verifica uma imposição da cisgeneridade, a qual é chamada de cisheteronormatividade, daí a composição cisheteronormatividade compulsória, ou cisheteronorma.

É preciso reiterar que a cisheteronorma é imposta a todas as pessoas, sejam elas cis ou trans, heterossexuais ou homossexuais, ou de qualquer configuração de sexo, de gênero ou de sexualidade. Nesse sentido, por exemplo, uma pessoa transgênera pode ser cisheteronormativa na medida em que se adequa aos parâmetros da cisheteronormatividade. Não necessariamente essa pessoa trans cisheteronormativa deixa de ser ou de se reconhecer como uma pessoa trans, bem como não necessariamente essa pessoa deixa de poder ser reconhecida pelas pessoas a seu redor como uma pessoa trans. Mas essa tentativa de a pessoa trans se adequar aos parâmetros cisheteronormativos, como diz Tiago Duque (2013), deriva de um agenciamento feito pela pessoa trans desse sistema de visibilidade e reconhecimento, em que, por exemplo, uma mulher trans pode *passar por* uma mulher, ou mais precisamente, uma mulher trans pode *passar por* uma mulher cis. De acordo com o autor, esse ato de *passar por* depende do agenciamento de diversos fatores que integram esse sistema de visibilidade e reconhecimento, como o uso de roupas, a realização de modificações corporais, a adoção de comportamentos que reiterem certos estereótipos de gênero, a aquisição de documentos que legais que legitimem sua condição, mas, talvez mais importante, a interação com outras pessoas com intuito de se fazer *passar por* homem ou mulher a partir dos olhares e interpretações de terceiros.

A pessoa que não se adequa a cisheteronormatividade compulsória está sujeita a sofrer uma série de discriminações, que num espectro amplo, chamamos de homotransfobia. Sempre deve ser reiterado o fato de que toda pessoa está sujeita a sofrer esse tipo de discriminação, independentemente de como se configura em termos de sexo, de gênero e de sexualidade. É exatamente por essa razão que ocorrem casos como o de um homem e seu filho que sofreram homofobia na forma de agressão física por terem sido percebidos como um casal gay, mesmo que nenhum deles seja homossexual<sup>26</sup>. Nesse caso, ocorrido no estado de São Paulo no ano de 2011, um grupo de rapazes observou que dois homens estavam abraçados, demonstração de afeto essa que foi o suficiente para fazer com que esses dois homens fossem socialmente lidos como um casal homoafetivo. No que interessa ao estudo aqui realizado, focalizaremos o conceito de transfobia, dado que nossas interlocutoras se reconhecem como mulheres e trans, mas que não se reconhecem como pessoas homossexuais. Dado que a transfobia decorre da não adequação à cisnormatividade, tecemos um breve comentário acerca das fontes possíveis de transfobia em nossa sociedade.

Retomando a fala de Argus de Moraes (2019) é possível identificar que os discursos sociopolíticos de extrema direita que ganham adeptos no cenário brasileiro atual defendem, dentre outros aspectos, a aceitação e afirmação de um só modelo de família, chamada de “família tradicional”, “família cristã”, ou ainda “família nuclear”, a qual é cisheteronormativa por excelência. Assim sendo, a mera existência de uma pessoa trans se configura, a partir desse discurso, como uma modalidade de existência que não é compatível com uma família, o que está diretamente relacionado com o fenômeno de invisibilização de experiências parentais de pessoas trans, abordado na dissertação de Mônica Angonese (2016). De acordo com a autora, essa invisibilização é tão intensa que as próprias pessoas trans podem ser agentes ativos da mesma. Ao buscar grupos de discussões promovidos por pessoas trans, a psicóloga constata que não é incomum que as próprias pessoas trans tenham o hábito de não falar sobre temas que estejam para além daqueles que versam sobre discriminações por elas sofridas e sobre as estratégias de lidar com as mesmas discriminações, ou seja, reiterando preconceitos acerca das vivências trans, ainda que de maneira indireta e não intencional. Devemos ressaltar que as pessoas trans, assim como qualquer outra pessoa que tenha qualquer outro marcador social da diferença, estão imersas em um mesmo contexto social, que como apontamos nesse

---

<sup>26</sup> Uma das matérias referentes ao caso está disponível para acesso público no site do startup de assuntos jurídicos Jusbrasil, com o título: “Pai e filho são confundidos com casal gay e agredidos por grupo”, disponível no endereço eletrônico: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/2778458/pai-e-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-e-agredidos-por-grupo>

estudo, é compulsoriamente cisheteronormativo, portanto, que as estimula a pensar a partir de determinadas perspectivas, descartando imediatamente qualquer hipótese de compreender o mundo para além daquilo que é imposto.

Essa imposição da cisheteronorma encontra amparo em todos os setores da sociedade. A própria construção de conhecimento científico e acadêmico está permeada por esse modo de extrair sentido do mundo. Podemos verificar, por exemplo, que as ciências psi, em especial a psicanálise, apresentam a cisheteronormatividade compulsória como único padrão desejável. A psicóloga e psicanalista Márcia Arán (2011) fala que argumentos psicanalíticos reinstauram a heteronormatividade na medida em que se baseiam em noções como a diferença entre os sexos e a necessidade da dupla referência identitária desde o início da vida dos seres humanos para que ocorra uma formação cognitiva compreendida como saudável e desejável. A criação e a instauração de uma norma que é considerada desejável ocorrem concomitantemente à criação e ao repúdio de outros modelos considerados indesejáveis, mas cuja existência é fundamental para que se possa atribuir os limites da norma que é tida como desejável. A autora argumenta que é tida como uma grave ameaça às crianças a hipótese de indivíduos ou casais homossexuais terem filhos justamente porque nesse contexto supostamente inexisteriam os mecanismos de manutenção da ordem simbólica heteronormativa, os quais são expressos pela figura materna e pela figura paterna.

Ainda que a psicóloga e psicanalista Márcia Arán apresente os postulados básicos da psicanálise como heteronormativos, e por consequência, homofóbicos, especialmente no sentido da proibição da homoparentalidade, os mesmos princípios podem ser aplicados à reinstauração da cisnormatividade, conseqüentemente, da transfobia. É o que argumenta o psicanalista Eduardo Leal Cunha (2022) em sua fala no Congresso “Epidemia de Transfobia”, realizado no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), na UERJ. Ao discutir o surgimento e a perpetuação de textos de teor transfóbico em círculos sociais psicanalíticos, muitos dos quais carecem de fundamentação científica básica, Eduardo Leal Cunha argumenta que a transfobia é endêmica na psicanálise, pois se articula aos “não ditos” da psicanálise, os quais produzem atos antipsicanalíticos que se fundamentam em quatro pontos.

O primeiro ponto é a perturbação contratransferencial que a transgeneridade causa nos psicanalistas: estes não conseguem aceitar uma modalidade de existência que não se submeta a postulados que são considerados inquestionáveis nas vertentes psicanalíticas clássicas. O segundo ponto é a fixação a uma tradição moralizante e patologizante cronologicamente

datada: segundo o psicanalista, poucas pessoas que hoje se reconhecem como transgêneras conseguiriam se reconhecer nas primeiras descrições da patologia transexualismo descritas no início da segunda metade do século XX. O terceiro ponto é uma arrogância epistemológica: a percepção de que os entendimentos derivados dos conhecimentos psicanalíticos seriam soberanos a quaisquer outros que se debrucem sobre uma mesma temática. O quarto ponto se fundamenta em uma arrogância socioeconômica: os círculos de socialização em psicanálise são fechados em si, nos quais predominam um padrão burguês e financeiramente abastado. Eduardo Leal Cunha (2022) conclui que o grande “não dito” da transfobia psicanalítica é o fato de que a psicanálise é marcada por relações de poder tanto na sua transmissão quanto na sua clínica. Sua transmissão é marcada por um modelo patriarcal e colonial, que não permite o questionamento de seus pais fundadores e conseqüentemente não permite uma atualização de seus saberes. Sua clínica reitera a hierarquia do psicanalista sobre o paciente, na medida em que aquele possui o poder de analisar e produzir verdades acerca deste.

É importante reconhecer o quanto que a transfobia ainda é constitutiva dos saberes psi, pois percebermos que com grande frequência eles são evocados por outras instâncias, como as médicas e jurídicas, para reafirmar compreensões e atitudes discriminatórias. Um exemplo de discriminação homofóbica pode ser encontrado no artigo de Anna Paula Uziel (2012) em que são discutidos os percalços enfrentados por sujeitos homossexuais e casais homoafetivos na tentativa de formalizar a adoção de seus filhos. Segundo a autora, enquanto juristas discutem o que seria o melhor interesse da criança a ser adotada, entra em cena uma especulação acerca daquilo que foi chamado de o “mal menor” para essa criança. Desse modo, amparados na necessidade cisheteronormativa de um pai-homem-masculino e uma mãe-mulher-feminina que encontra respaldo nos saberes psi, os diferentes profissionais envolvidos no processo de adoção discutem o que poderia ser menos deficitário para uma criança: permanecer toda a infância e adolescência em condição de acolhimento institucional e sem qualquer arranjo familiar, ou ser adotada por um homem gay.

Uma lógica semelhante de questionamento e conseqüente negação da capacitação para o exercício da parentalidade no caso de pessoas trans é encontrada na dissertação de mestrado da psicóloga Mônica Angonese (2016), na qual discute o fenômeno que ela nomeia de “esterilização simbólica”. De acordo com a psicóloga, pessoas trans, por serem reconhecidas como abjetas, são também apontadas como logicamente inapropriadas para o exercício da parentalidade, não importando se tratar de filiação consanguínea, adoção ou relação de cuidado.

Portanto, já definimos que a sociedade brasileira do século XXI pode ser compreendida como cisheteronormativa compulsória, na medida em que não apenas impõe que sejam seguidas certas regras sociais como também recompensa de certas formas as pessoas que se adequam a tais regras. Complementarmente, nossa sociedade também se configura como transfóbica, uma vez que impede ou pune que as pessoas se comportem de determinadas maneiras que em alguma medida contrariem tais regras. E quando falamos de sociedade, estamos falando de instituições e pessoas que constituem essa sociedade.

Porém, afinal, o que efetivamente caracterizaria uma atitude como transfóbica? Para tentar responder a essa pergunta, é preciso tentar entender as maneiras como uma pessoa trans é compreendida e tratada a partir de uma lógica cisheteronormativa compulsória.

Ao retomarmos o posicionamento de Beatriz Bagagli (2016) de que a transgeneridade é compreendida pela cisheteronorma como a falta de coerência cisgênera entre corpo e mente de um sujeito trans, é possível entender que de acordo com a cisheteronormatividade, uma mulher trans tem que desejar um padrão cisnormativo de ser mulher. Desse modo, a mulher trans deve desejar ter um corpo de mulher, que morfologicamente deve ter vulva e seios. Da mesma forma, a mulher trans tem que desejar ter um comportamento feminino, com o máximo de símbolos socialmente atribuídos ao feminino. Isso significa que ela deve desejar usar roupas e acessórios considerados femininos, como saias, vestidos, bijuterias, sapatos de salto-alto, assim como deve desejar ter hábitos e gostos considerados femininos, como o desejo de assumir profissões consideradas femininas, como cabeleireira, manicure, professora infantil, e até o desejo, que é considerado inato ou instintivo, de ser mãe e cuidar do filho do modo como se compreende que uma mãe deve cuidar.

Enfim, a transfobia reside na discriminação das vivências que de alguma forma escapam à cisnormatividade; na persistência da cobrança de adequação a todos esses estereótipos de gênero cisnormativos; no desrespeito à identidade de gênero de uma pessoa trans que não se comporta de forma a corresponder a todas essas expectativas que se originam de uma lógica cisheteronormativa compulsória.

Para citar um exemplo de transfobia em relação à identidade de gênero de uma mulher trans, transfobia é não respeitar a identidade de gênero de uma mulher trans, seja apenas pelo fato de ela ser uma mulher trans, seja pelo fato de ela ser uma mulher trans que não fez e não pretende fazer transgenitalização, pois, de acordo com a cisheteronorma, não é coerente uma mulher ter pênis ou não ter vulva.



Já um exemplo de transfobia no tocante a parentalidade é não reconhecer o direito de uma pessoa trans de ter filhos, ou desrespeitar o modo subjetivo com o qual essa pessoa trans vive sua parentalidade. Por exemplo, se uma mulher trans, ao longo de suas vivências, passa a se afirmar como pai de seus filhos, qualquer que seja a razão pela qual ela o faça, a atitude de não respeitar esse traço de sua subjetividade constituiria uma forma de transfobia. No entanto, se uma mulher trans manifesta o desejo de se afirmar e de ser reconhecida como mãe, o ato de não reconhecer e não respeitar essa particularidade do atravessamento entre parentalidade e gênero também se configura como uma modalidade de transfobia.

Em face à realidade de constante deslegitimação de suas vivências, as pessoas trans encontram nos transfeminismos formas de expansão de seus saberes e de comunhão entre seus pares. Exatamente por essa razão que os transfeminismos, principalmente aqueles que têm origem no contexto brasileiro, se revelam como um dos principais pilares epistemológicos adotados neste trabalho, e a respeito do qual falaremos brevemente a seguir.

### **1.10 Transfeminismos no Brasil**

Deve-se salientar que as produções transfeministas não são realizadas nem apenas por mulheres trans nem apenas visando os interesses de mulheres trans. Os ativismos políticos de pessoas trans no Brasil podem ser identificados já no final do século XX, em um primeiro momento com a emergência das categorias políticas travestis e mulheres transexuais, e em um segundo momento com a emergência das categorias políticas de homens trans, numa lógica em que se buscava autonomia de um movimento social que priorizava a diversidade de orientações sexuais em detrimento de debates acerca de questões de gênero.

De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2014) os esforços de produções literárias e debates de pessoas trans despontam primeiramente em um contexto de movimentos sociais que se organizam em ambientes virtuais e fora de ambientes acadêmicos. Nesse sentido, inicialmente, as grandes referências discursivas para o pensamento transfeminista no contexto brasileiro derivam do cenário estrangeiro, tanto hispanófono europeu e latino-americano, de pessoas como Paul Preciado, Kim Pérez, Marta Reina, e Silvia Reyez; quanto anglófono europeu e norte-americano, de pessoas como Julia Serano, Emi Koyama, Sandy Stone, Kate Bornstein, Susan Stryker, Cristian Williams e Sophie Labelle. (VIEIRA e BAGAGLI, 2018).

Contemporaneamente ao início do século XXI, o transfeminismo brasileiro começa a encontrar espaço também nos ambientes acadêmicos. É quando se tornam mais perceptíveis os importantes expoentes dos movimentos sociais trans, alguns dos quais já tiveram citadas suas falas nesse estudo, como Jaqueline Gomes de Jesus, Viviane Vergueiro, Beatriz Bagagli, dentre muitas outras.

Nos movimentos transfeministas brasileiros é possível encontrar uma pertinente crítica às vertentes dos movimentos feministas que se apresentam como tipicamente transfóbicas. Nesse sentido, a pesquisadora e travesti Letícia Nascimento (2021) questiona: quais mulheres podem ser autoproclamadas e reconhecidas como mulheres? A autora dialoga criticamente com a obra de Simone de Beauvoir (1970) a qual caracteriza a mulher como o outro do homem, e se apoia em Grada Kilomba (2019) que propõe compreender a mulher negra como sendo o outro do outro, destacando a importância de uma análise interseccional para entender como o gênero opera nas relações de poder em contextos locais. Letícia Nascimento (2021) conclui com a proposição do conceito de *outridade*: sua proposta é de destituir o caráter essencialista e inatista atribuído ao conceito de gênero em alguns discursos para que possa ser reconhecida a não universalidade das categorias socialmente construídas de mulheres e homens. Como consequência, seriam compreendidas como socialmente construídas, e nem menos autênticas nem menos legítimas, quaisquer identidades de gênero de todas as pessoas, independentemente de como sejam interseccionadas pelos mais diversos e possíveis marcadores sociais de diferenças dos contextos locais de origem dessas pessoas.

É importante salientar que a emergência de discursos transfeministas também enfrenta oposições para além daquelas originadas nos movimentos feministas. A própria configuração da cisgeneridade enquanto uma categoria analítica é uma postura epistemológica originada no transfeminismo e criticada por discursos transfóbicos que se apressam em definir o conceito de cisgeneridade como um mecanismo reducionista que se pauta em uma suposta lógica de adequação plena de pessoas cisgêneras a um sistema cisnormativo. Daí a importância de trabalhos como o de Viviane Vergueiro (2015) em que é apresentado um aprofundamento da reflexão acerca do conceito de cisgeneridade, a partir do qual se pode compreender, em diálogo com o que se defende nesse estudo, que os padrões de normatividade de gênero de uma sociedade cisnormativa se aplicam a todas as pessoas que nela vivem independentemente de suas configurações de sexo, gênero e sexualidade. A proposta do conceito de cisgeneridade busca compreender as diferentes formas a partir das quais os sujeitos são atravessados por essas imposições de padrões de gênero, considerando os diversos marcadores sociais da

diferença, dentre os quais se prioriza a questão de se tratar de uma pessoa trans ou cis. Trata-se também de uma tomada de posição política. Originalmente, a transgeneridade é apontada como uma doença e um desvio de um padrão considerado sadio e normal. Cabe ressaltar que esse padrão é considerado como inato, portanto, natural, e por consequência pré-discursivo. Justamente por esse fato de a transgeneridade ser considerada uma doença, a não transgeneridade seguia caracterizada como algo sem nome, como um mero aspecto de pessoas saudáveis que seguiam um padrão imposto pela natureza.

É exatamente nesse sentido que Beatriz Bagagli (2016) critica uma compreensão cisnormativa das vivências trans enquanto ausência de coerência entre corpo e alma. O ato de nomear a cisgeneridade é o ato de partir de uma perspectiva em que se aponta o quanto a cisgeneridade é tão socialmente construída quanto a transgeneridade. Nesse sentido, nenhuma delas é uma manifestação doentia nem inapropriada nem falsa de uma identidade de gênero. E caracterizar a cisgeneridade enquanto um padrão socialmente imposto e que é considerado desejável é importante para perceber os fenômenos sociais que derivam de sua imposição. Além disso, defendemos nesse estudo, a partir de uma perspectiva transfeminista, que seja possível às vivências trans a não adequação à cisheteronorma, independentemente de como se dê essa inadequação, bem como que tais vivências não sejam consideradas erradas nem puníveis nem impedidas de serem vividas simplesmente por conta de não se adequarem a tais imposições sociais cisheteronormativas.

Partindo de pressupostos da dissertação de mestrado de uma de nossas interlocutoras, Letícia Lanz (2014), os sujeitos se identificam com um gênero e passam a viver em sociedade de modo a reiterá-lo cotidianamente. E o processo de identificação não se trata de uma escolha, e sim de um processo de perceber a existência de um padrão de comportamento como sendo fundamental para a manutenção do bem estar, bem como de buscar a manutenção desse padrão. Logo, ainda que algumas pessoas trans busquem se adequar, na medida do possível, a padrões cisnormativos, seja porque se identificam com esses padrões; seja porque têm como objetivo evitar sofrer transfobia; seja porque têm o objetivo receber legitimação de sua identidade de gênero; isso não significa que a identidade de gênero de uma pessoa trans só deva ser respeitada na medida em que seu comportamento se adequa a uma lógica cisheteronormativa.

Ou, no que interessa a esse estudo, podemos exemplificar da seguinte forma: não é porque uma mulher trans tem filhos que ela deva ser considerada mãe contra a sua vontade expressa. Qualquer que seja a razão dessa manifestação, e também independentemente de que

seja identificado ou não o motivo pelo qual essa pessoa assim se manifesta, cabe a um estudo que se pauta no transfeminismo a atitude de reconhecer e de respeitar as manifestações subjetivas das identidades de nossas interlocutoras, e não cabe um posicionamento arrogante e prescritivo que pretende dizer o que é certo ou errado.

Afinal, como diria Nancy Fraser (2007), o não reconhecimento epistemológico de uma realidade de vida, embora seja geralmente entendido como um problema ético que afeta o direito a uma boa vida, o que faz com que a pessoa privada de reconhecimento tenha sua subjetividade e autoidentidade prejudicadas, ao ponto de desenvolver ódio por si própria; também pode ser entendido como um problema moral que afeta a obtenção de direitos baseados numa justiça que deve ser igual para todos, mas que subordina institucionalmente aqueles que são deixados à margem de seus direitos.

Quando identificamos a cisheteronormatividade como padrão de leitura e interpretação de corpos e vivências humanas que impera em nossa sociedade, abordagens transfeministas se revelam tanto uma ferramenta de reflexão crítica acerca desse padrão quanto possíveis ameaças ao mesmo. A mera hipótese de pensar em parar de repetir continuamente os postulados da cisheteronormatividade já pode ser interpretada como um ataque a ela. E a pessoa capaz de cogitar ou tomar essa atitude é uma desviante da norma, que será estigmatizada e discriminada. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2014), questionar ou sequer parar de reiterar os pressupostos da cisheteronorma é uma atitude percebida como:

(...) tirar o chão debaixo dos pés de alguém, em especial da criança que vive no âmbito de quaisquer pessoas que vivem o apartheid de gênero e aprenderam a reverenciá-lo: gera temores, ódios, emoções – afetos. E afetos são os elementos agregadores ou desagregadores do conteúdo cognitivo das ideias, das informações contidas nas ideias.

Ideias não são tão-somente dados, elas também são construídas afetivamente.

A própria ideia de que ideias são puramente cognitivas – evito proposadamente aqui o termo “racionais” – existe para lhe/nos prover uma sensação de segurança (afetiva), a de que as ideias são permanentes, constantes, confiáveis, em suma, corretas, mais do que até mesmo as pessoas. (JESUS, 2014, p.12-13).

Em seu texto, Jaqueline Gomes de Jesus (2014) denuncia o fato de que em nossa sociedade, dentro e fora de instituições acadêmicas, ainda persiste uma compreensão de que os únicos conhecimentos confiáveis e legítimos são os conhecimentos científicos, aqueles produzidos por pesquisadores nos ambientes controlados e controladores das universidades; e os conhecimentos que supostamente se baseiam em ciências. Sua crítica destaca que mesmo os conhecimentos gerados a partir de perspectivas científicas são também socialmente influenciados, por isso, deveriam estar tão sujeitos a críticas bem como deveriam possuir tanta legitimidade quanto qualquer outro conhecimento ou compreensão de mundo que se origine

de qualquer outra situação ou contexto. Desse modo, a autora constata que esse vínculo afetivo que os sujeitos possuem em relação às suas percepções de mundo é exatamente o que justifica a atitude desses sujeitos de apresentar enorme resistência ao questionamento de suas percepções.

Cabe salientar que em sua dissertação Letícia Lanz (2014) buscando compreender se um processo de transição de gênero pode ser considerado um ato de transgressão ou ratificação de um dispositivo de gênero, conclui que se trata concomitantemente das duas ações, pois:

(...) grande parte da população transgênera busca obstinadamente o seu reenquadramento no mesmo dispositivo de gênero que originalmente a excluiu. Desse ponto de vista, a sua transgressão passa a ter o objetivo – eufemisticamente nobre – de lutar pela sua própria reinclusão no dispositivo binário de gênero. As razões da busca pela reinclusão, alegadamente relacionadas à necessidade de aceitação e reconhecimento social da pessoa trans, podem também ser vistas como uma clara e necessária ‘estratégia de sobrevivência’, dentro de uma sociedade eminentemente patriarcal-cisgênero-heteronormativo-machista. Vemos assim que o dispositivo binário de gênero é tão poderoso que consegue fazer parecer estar sendo transgredido por pessoas a quem, na realidade, ele apenas está cooptando e assujeitando por outros caminhos. Dessa forma, o incrível potencial revolucionário da transgeneridade acaba sendo convertido em combustível para comportamentos altamente reacionários e conservadores. Não há nada mais ‘dentro’ do dispositivo binário de gêneros do que pessoas transgêneras que lutam desesperadamente para inscrever-se numa das suas duas categorias oficiais - homem ou mulher. (LANZ, 2014, p.252-253).

Enfim, buscamos partir de pressupostos transfeministas neste estudo com o intuito de que seja possível reconhecer os múltiplos arranjos exercidos por nossas interlocutoras em suas vivências e experiências parentais. Em alguns casos, serão verificados agenciamentos, em um sentido que se aproxima da proposta de Saba Mahmood (2006) de uma ação que é possível dentro do contexto em que se inserem, no qual a cisheteronorma é estrategicamente reiterada. Em outras circunstâncias, podem ser identificados enfrentamentos que se aproximam da proposta contrassexual de Paul Preciado (2017) de buscar quebrar com paradigmas binários e rígidos e prédiscursivos. Compreendemos que a análise de vivências trans “não pode inferir dos sujeitos – além de seus desejos conflituosos com a ordem de gênero vigente – um plano ou mesmo a capacidade de romper com as normas socialmente impostas. Pode, isto sim, apontar formas de subjetivação” (MISKOLCI e PELUCIO, 2007, p.255). Ou seja, quaisquer que sejam as realidades encontradas, temos a intenção de proporcionar reflexões que reconheçam a legitimidade das ações de nossas interlocutoras e se afastem de propostas prescritivas. A fim de que sejam conduzidas tais reflexões, nos itens a seguir serão apresentados o conceito de família e os estudos que tratam dos cruzamentos entre as temáticas de parentalidades e de vivências trans no contexto brasileiro.

### 1.11 Uma breve reflexão sobre as noções de famílias

Antes de apresentar os estudos que versam sobre transparentalidades, consideramos importante refletir acerca da própria construção do conceito de família, para que em seguida se possa analisar como se dá a construção social de um modelo cisheteronormativo de família. Com esse intuito, serão apresentados alguns estudos que desnaturalizam esse modelo e o colocam em questão sem deixar de reconhecer e discutir sua força social, bem como seus efeitos político-morais em outros arranjos familiares, estes os quais têm sido reiteradamente deslegitimados de diversas maneiras. São variados os atores sociais que se dedicam há muito tempo em prol de que seja reconhecida a legitimidade destes arranjos familiares que invariavelmente escapam de certa forma à lógica desse modelo cisheteronormativo de família. E é preciso perceber que empreender na legitimação de tais modelos não significa apenas um reconhecimento simbólico dos mesmos, mas implica principalmente em possibilitar acesso a direitos.

O atual modelo familiar consolidado no imaginário popular brasileiro é o que se pode chamar de “família nuclear” ou “família tradicional”. Composta por um casal de homem e mulher cisgêneros e heterossexuais que terão filhos a partir de reprodução sexual, tal arranjo social expressa inegavelmente o quanto a cisheteronormatividade compulsória ainda se constitui como um dos principais valores da formação dos sujeitos que habitam a sociedade brasileira. No entanto, desde o século XX, a vasta produção acadêmica, principalmente nas áreas de psicologia e antropologia, demonstra que são variados os modelos familiares existentes. Esses modelos são marcados por diferentes fatores, como monoparentalidade, homoparentalidade, famílias recompostas, circulação de pessoas, dentre outros. Nesse sentido as transparentalidades, independentemente dos contornos que possam assumir, são relações que permitem construir arranjos familiares “não tradicionais”, escapando, em alguma medida, a esse modelo que se pauta na cisheteronormatividade.

Em “A Polícia das Famílias”, Jacques Donzelot (1986) descreve a produção de modelos familiares na porção ocidental do mundo contemporâneo. Mais especificamente, narra como se construiu, na França, a partir do século XVIII, o contexto no qual o Estado promove intervenções na sociedade de modo a criar e consolidar uma noção de família. Tal modelo, que em muito se aproxima daquele idealizado no atual contexto brasileiro, da “família nuclear”, é centrado em um casal de homem e mulher, e os filhos deste casal, em um arranjo

marcado por papéis sociais bastante rígidos e definidos de acordo com o gênero. Outrora, nas classes financeiramente menos abastadas, o marido e os filhos eram descritos como personagens que buscavam permanecer na rua, dada a insalubridade de suas habitações. Já a esposa e mãe deveria se ocupar tanto da gestão do espaço interno da casa quanto da responsabilização por criar as condições necessárias por conduzir o marido e o filho para a vida dentro de casa. Esse arranjo perdura no mundo ocidental contemporâneo até o século XXI não apenas em parte significativa dos casos concretos, mas também no campo da idealização, tanto por parte dos projetos concebidos pelos sujeitos que tentam constituir suas próprias famílias, quanto por parte daqueles que tentam criar ou resgatar epistemologias antiprogressistas, como é o caso de alguns dos psicólogos que defendem a possibilidade de “cura gay” ou a inaptidão para a parentalidade por parte de pessoas trans ou homossexuais.

Como salienta Berenice Bento (2017), já no início do século XX, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as mulheres estão ingressando cada vez mais no mercado de trabalho e se tornando responsáveis pelo sustento financeiro de suas famílias. A autora aponta também para a maior diversidade de arranjos afetivos e se questiona sobre os resultados possíveis de um caso em que uma pessoa, casada e com filhos, tome a coragem para fazer a transição de gênero: considerando que o casal se mantenha unido, formaria agora um “casal gay”? E as documentações dos filhos do casal, precisariam ou deveriam ser mudadas?

É com base nos questionamentos dos significados de família e de modelos utilizados para legitimar os arranjos sociais entre indivíduos e as subjetividades dos desejos por eles apresentados que Marilyn Strathern (1995) descreve os casos de mulheres da Grã-Bretanha que nunca tiveram relações sexuais e que buscavam a maternidade por meio da concepção assistida justamente para que evitassem a necessidade de ter relações sexuais. Tal conduta foi compreendida de forma imediata por muitos profissionais da saúde como algo preocupante, que poderia denunciar a existência de uma patologia, motivo pelo qual o desejo daquelas mulheres não deveria ser atendido. Ademais, para tentar sanar esta situação, a Lei inglesa de Embriologia e Fertilização Humanas de 1990 estabeleceu a necessidade de a criança de ter um pai. Mas uma criança precisa ter um pai? E as mulheres que desejam ter filhos precisam ter relações sexuais? Para além dessas questões trazidas por Marilyn Strathern (1995) poderiam ser acrescentadas tantas outras: Uma criança precisa ter uma mãe? Uma criança não pode ter dois pais, ou duas mães? Uma criança não pode ter apenas uma mãe ou apenas um pai? Uma criança não pode ter uma mãe ou pai que venha a fazer ou que tenha feito uma transição de

gênero? Essas pessoas precisam se adequar a alguma exigência externa a elas para que possam obter aquilo que reivindicam? Não importando o que reivindicam nem por qual razão tais sujeitos fazem determinadas reivindicações, tomando como base as reflexões propostas por Judith Butler (2003), é possível questionar: é preciso que tais pessoas desejem os desejos do Estado para que possam ter satisfeitas ou pelo menos legitimadas quaisquer de suas reivindicações? É preciso que seja previsto que sujeitos específicos façam reivindicações específicas, para que as mesmas sejam permitidas e legitimadas e atendidas?

Não parece coerente questionar por quais motivos os indivíduos quereriam se envolver em dados arranjos por eles chamados de família, mas cabe reiterar que, como afirma Pierre Bourdieu (1996) família é um princípio de construção da realidade social, mas que também é socialmente construído: família é um privilégio, instituído como norma, que para se tornar possível, exige que sejam reunidas condições sociais que não são nem universais nem uniformemente distribuídas. Enfim, esse trabalho não tem por interesse questionar por quais motivos os sujeitos, sejam eles quem forem, reivindicam algo: 1) se por força de uma reificação não percebida de uma construção social que lhes foi imposta igualmente sem que se dessem conta disso; ou 2) se por força de um desejo que os sujeitos afirmam possuir e que identificam como oriundos de sua natureza, de sua essência. Pouco importa o porquê de se reivindicar algo, pois neste trabalho não se parte da premissa de que esse aspecto seja relevante para designar a legitimidade daquilo que o sujeito reivindica. Importa entender quais são as reivindicações feitas por esses sujeitos, mais especificamente, por essas mulheres que exercem a parentalidade. Assim como importa identificar se existe alguma discriminação no tratamento recebido por essas mulheres que exercem a parentalidade, e no caso da existência de tal discriminação, importa ao menos propor reflexões acerca da situação.

É também bastante potente e incisivo o posicionamento trazido por Sofia Aboim, Pedro Vasconcelos, e Carlos Gonçalves Costa (2013) o qual introduz críticas à cisheteronorma a partir da análise de depoimentos coletados de homens e mulheres não heterossexuais e que em sua maioria não se encontram vinculados aos movimentos sociais pró-LGBT. O texto denuncia o quanto que tais sujeitos internalizam os discursos que os colocam em uma posição subalterna, reificando tanto a rigidez dos papéis de gênero quanto à necessidade de defender um modelo único, restrito e discriminatório de fazer família. Propõem que para evitar tal quadro seria preciso intensificar os processos de reivindicação de direitos de indivíduos LGBT. A partir do que foi exposto, passamos a tratar de estudos que abordam, no contexto brasileiro, a temática da parentalidade de pessoas trans.



### 1.12 Transparentalidades: vivendo e fazendo família para além da abjeção

Nesse estudo, tomamos a decisão de utilizar como referências apenas pesquisas que se debruçam sobre a análise de casos de transparentalidade no contexto brasileiro. Essa decisão é tomada por reconhecermos que ainda são pouco numerosos os estudos já conduzidos sobre essa temática em um cenário tipicamente brasileiro. Compreendemos que no futuro, apenas quando mais pesquisas forem feitas no Brasil acerca das transparentalidades, será pertinente a realização de estudos comparativos que relacionem casos de diferentes países. Por enquanto, contudo, reconhecidas e respeitadas as diferenças culturais entre as nações, optamos por ter como referências as análises conduzidas no contexto do Brasil. Salientamos que também não deixamos de reconhecer a importância dos estudos estrangeiros, quando se fizer prudente ou necessária qualquer referência aos mesmos.

Constatamos que os primeiros estudos conduzidos sobre o tema das transparentalidades que foram produzidos no mundo antecederam as primeiras publicações feitas sobre a mesma temática no Brasil, estas as quais versam sobre um contexto tipicamente brasileiro. Portanto, convém citar o texto francês intitulado “*Papa, t’es belle’: Approche anthropologique des paternités transsexuelles*”<sup>27</sup> de Myriam Grenier (2006), que analisará tanto casos de parentalidade consanguínea de mulheres trans cuja transição de gênero se deu antes do nascimento dos filhos, quanto casos em que esse processo se inicia após o nascer dos filhos. Ao analisar oito casos diferentes das trajetórias de vidas de pessoas trans, a autora tratará de como as mulheres transexuais francesas apresentam argumentos para explicar as origens de sua transgeneridade em um contexto de confronto entre as percepções que uma pessoa trans tem de si e as percepções que os outros membros de sua família têm dela. São analisadas também as negociações realizadas em torno da demanda de reconhecimento do direito de se tornar mulher e exercer um papel familiar “masculino”: o papel de “pai”. Acerca desse caso, é possível citar o exemplo de Nathalie, uma mulher transexual, que inicia a transição de gênero após o nascimento das filhas, e cuja filha mais nova, Lolita, a nomeia de “*mapa*”, uma palavra que se forma a partir da junção dos termos “*maman*” e “*papa*”, que traduzidos do francês para o português correspondem respectivamente a: mãe e papai. O termo “*mapa*”, de acordo com Nathalie, configuraria, da perspectiva de sua filha, o equivalente ao “feminino de papai, mas não uma segunda mãe”.

---

<sup>27</sup> “Papai, você é bela”: uma abordagem antropológica das paternidades transexuais. Tradução livre do título do trabalho de Myriam Grenier, realizada pela autora deste estudo.

Os primeiros estudos investigativos da temática das transparentalidades no contexto brasileiro são produzidos por Elizabeth Zambrano e publicados entre os anos de 2006 e 2008. Em sua tese, “Nós também somos família”, Elizabeth Zambrano (2008) destaca que a forma de a pessoa trans se enunciar é marcada por um binarismo de gênero, no qual, por exemplo, travestis e mulheres trans se enunciam com pronomes femininos, sendo associadas ao feminino também nos discursos das pessoas com as quais se relacionam. Desse modo, uma mulher trans ou travesti que desenvolva uma relação de cuidado parental com o filho de seu atual companheiro, será identificada como sendo sua “mãe”:

Nas famílias em que um dos componentes é travesti ou transexual, a divisão dos papéis parentais é mais definida e parece dar-se de acordo com o sexo/gênero de “escolha” de cada um: mulheres transexuais e travestis são consideradas mães e seus companheiros, pais. (ZAMBRANO, 2008. p.71)

No tocante aos textos que se debruçam especificamente sobre o tema da parentalidade de pessoas trans, é possível citar Fernanda Cardozo (2006) que fará uma análise com base nos casos de seis travestis de camadas populares. Dentre arranjos diversos que envolvem cuidados com sobrinhos e sobrinhas, com filho biológico, e com filho adotado “à brasileira”, a pesquisa busca identificar os papéis sociais de gênero atribuídos às travestis pelos membros de suas famílias e pelas pessoas com quem elas convivem, bem como quais terminologias eram acionadas por essas mesmas pessoas para identifica-las. Nos casos analisados no referido estudo, apesar de as travestis serem acionadas por certos membros de suas famílias a participar de situações em que geralmente se espera que tenham a participação de uma mulher cisgênera, como discutir com as meninas mais jovens da família acerca de questões como menstruação, as travestis são acionadas também para tratar de funções ditas “masculinas”, como intervir em discussões e brigas surgidas no ambiente familiar, a fim de dissuadi-las, sendo, desse modo, chamadas no masculino “com respeito”. O conceito de “respeito” que é acionado aqui corresponde a aceitar a existência da travesti no ambiente familiar, numa relação em que a travesti não é tratada com deboche ou agressão física por parte de seus familiares. Porém, esse mesmo “respeito” não inclui tratar a travesti de acordo com o gênero feminino, com o qual ela se identifica. Assim sendo, no ambiente doméstico, uma travesti poderia se vestir com roupas femininas, enunciar-se com um nome feminino, referir-se a si mesma usando o gênero feminino e se comportar de formas tipicamente consideradas femininas, ao passo que não deixaria de ser chamada no gênero masculino por seus familiares e não deixaria de ter que assumir papéis sociais que são associados ao gênero masculino, mesmo que isso seja contrário à vontade expressa da travesti.

O já mencionado artigo de Érica Renata de Souza (2013) é um desdobramento de sua tese de doutoramento na área de sociologia. Em sua tese, defendida e publicada no ano de 2005, a socióloga pesquisava a articulação entre homossexualidade e maternidade em um estudo comparativo que se debruçava sobre casos encontrados na cidade brasileira de Campinas e na cidade canadense de Ontário. Ao se deparar com casos de maternidade de mulheres transexuais canadenses, ela coleta material que será posteriormente analisado e publicado em seu artigo no ano de 2013.

Além da discussão proposta acerca da necessidade de questionar o termo apropriado a ser utilizado para se referir aos casos de parentalidade de pessoas trans, discussão essa que é retomada e aprofundada nesse estudo, Érica Renata de Souza (2013) apresenta em seu artigo alguns casos de parentalidade de mulheres transexuais canadenses. Dado que esse estudo trata da transparentalidade no contexto brasileiro, não tendo a intenção de fazer comparações entre contextos de diferentes países, optamos por reconhecer a existência do artigo desta socióloga, mas tomando especial cuidado ao utilizá-lo como parâmetro analítico, visto que a realidade verificada pela socióloga é marcada por um contexto nacional do Canadá. No cenário canadense, o próprio *transgenderism*<sup>28</sup> se apresentava como uma identidade “em transição”, que presume o alcance de uma estabilidade apenas em uma circunstância futura. De acordo com essa lógica, os sujeitos trans que exercem a parentalidade vão experimentar uma fixidez de papéis parentais e uma realocação de suas orientações sexuais para um plano secundário. Desse modo, a mulher transexual terá a paternidade compreendida como um caráter de sua essência, vinculado a um discurso biológico. Nesse sentido, a mulher trans é pai porque ela concedeu o sêmen para a criação dos filhos. Apenas em uma situação na qual a filiação não decorre de um vínculo consanguíneo foi encontrada pela autora uma menção ao conceito de maternidade partindo de uma mulher trans.

Anos mais tarde, em sua dissertação de mestrado na área de psicologia intitulada “Um pai trans, uma mãe trans”, Mônica Angonese (2016) busca conhecer os discursos e vivências de pessoas trans brasileiras acerca dos processos de reprodução e parentalidades. A autora salienta o fato de que os direitos à saúde reprodutiva de pessoas trans são negligenciados ao ponto de que ocorra o que ela chamará de “esterilização simbólica” da população trans. Por um lado, a psicóloga afirma que o processo transexualizador resultaria na impossibilidade da

---

<sup>28</sup> Optamos pela grafia original inglesa do termo *transgenderism* por considerarmos que dadas às diferenças significativas identificáveis entre as vivências trans dos contextos canadense e brasileiro, não seria coerente a tradução e equiparação com o conceito brasileiro de transgeneridade. Reafirmando nosso compromisso com um diálogo com os transfeminismos, não consideramos coerente a defesa de pressupostos universais para definir os diferentes sujeitos que derivam dessas lógicas localizadas.

reprodução sexual, devido aos resultados da realização tanto da hormonioterapia quanto das cirurgias de transgenitalização. Por outro lado, Angonese afirma que sendo concebidas como abjetas, as pessoas trans teriam suas vivências parentais prejudicadas devido aos preconceitos que sofrem por pessoas que as consideram ininteligíveis para o exercício da parentalidade, estas as quais dificultam tanto a formalização dos processos de adoção quanto o exercício cotidiano das funções de cuidado de seus filhos. O depoimento prestado por Yuna Vitória, mulher trans e mãe, publicado em 2020 em matéria do site da UOL<sup>29</sup>, ilustra esse conceito:

Na mitologia [grega] (...) Dionísio foi parido pelo pai (...) O modo como o mito borra as fronteiras do gênero combina com nossa história. Theo, meu marido, que é um homem trans, gestou e pariu nosso bebê. Antes disso, por conta do uso prolongado de hormônios, estávamos praticamente inférteis. (...) As dificuldades se iniciaram quando Dionísio ainda era um projeto de vida. Quando se fala em transexualidade, pensa-se apenas no dito ‘processo transexualizador’, que são os métodos de modificação corporal, cirúrgicos e/ou hormonais que uma pessoa trans pode vir a se submeter para gozar de uma identificação e afirmação de gênero na sociedade. Nesse processo, a saúde integral fica em segundo plano ou sequer é pautada. Como pouco se debate sobre saúde sexual e reprodutiva dessa população, há pouco investimento em pesquisa e estatística. E esse foi o primeiro dilema: entender, na vivência, quais os limites do tratamento hormonal e o tempo de pausa para que conseguíssemos restabelecer a fertilidade. (...) Os espaços de saúde não estão preparados para receber tal demanda. Os ambulatórios trans da cidade não possuem obstetrícia, apenas atendimento endocrinológico e ginecológico comum, sem pré-natal. Os médicos não entendem a situação, erram nosso gênero, utilizam designações preconceituosas (...) Chegamos a ouvir de um obstetra, em consulta, que ele não nos acompanharia por não ser sua ‘linha de trabalho’. Nas ultrassonografias, sempre perguntavam a Theo quem era o pai. Tudo isso, lentamente, afasta a população trans do acompanhamento profissional, nos obrigando, na maioria das vezes, a fazer esses procedimentos e cuidados por conta própria. Foi por pouco que isso não ocorreu com o parto. Tentamos realizá-lo inicialmente no SUS, mas apesar de já termos nossos documentos retificados, nome e sexo, as maternidades se recusavam a emitir os documentos médicos respeitando essas informações.

Os processos de hormonização aos quais algumas pessoas trans e travestis podem vir a se submeter, por si só, já apresentam a enorme possibilidade de provocar a esterilização desses sujeitos. Nos casos em que pessoas trans e travestis se submetem à cirurgia de transgenitalização, a remoção das gônadas sexuais promove a infertilidade. Para quaisquer desses casos de modificações corporais, ainda inexitem as ofertas de tecnologias que permitam a realização de um projeto parental consanguíneo no futuro, como, por exemplo, o congelamento de esperma ou óvulos para posterior feitura de fertilização in vitro com material genético dos próprios genitores. Não bastassem todos esses aspectos supracitados, são inúmeros os processos de “esterilização simbólica” (ANGONESE, 2016) que decorrem do péssimo tratamento recebido por pessoas trans e travestis que buscam os sistemas de saúde

<sup>29</sup> Matéria redigida por Ana Angélica Martins Marques em 09 de maio de 2020 no site de notícias Universa / UOL, disponível em: <https://blogdamorango.blogosfera.uol.com.br/2020/05/09/sou-reconhecida-dentro-da-minha-categoria-de-genero-celebra-mae-trans/>

públicos e privados, como é possível perceber em inúmeros trechos do relato de Yuna Vitória. A falta de pesquisa sobre a saúde sexual e reprodutiva dessa população resulta numa ausência de dados acerca de riscos potenciais ou procedimentos básicos, como no tocante à hormonioterapia. Os centros de saúde não possuem a estrutura de acolhimento necessária para lidar com as peculiaridades dessa população, e os ambulatórios trans estão focados na oferta de ‘processo transexualizador’ e não oferecem pré-natal. As equipes de saúde não recebem treinamento mínimo e essencial, deixando tal população sujeita a sofrer discriminação com base nas crenças e ideologias pessoais destes funcionários. Tudo isso resulta num forte estímulo a que pessoas trans e travestis não busquem os sistemas de saúde justamente em situações tão delicadas como a gestação e o parto. Concomitantemente a tudo isso, de acordo com Mônica Angonese (2016), todos os tipos de atitudes transfóbicas a que pessoas trans estão sujeitas durante o planejamento ou o exercício de suas vivências parentais podem ser consideradas práticas de “esterilização simbólica”.

Um dos estudos mais recentes acerca da transparentalidade no contexto brasileiro é a dissertação de mestrado na área de saúde da criança e da mulher, realizada pela psicóloga Mariana Trajano (2019), de título “Entre a cruz e a espada”, na qual a pesquisadora aborda casos de parentescos socioafetivo e consanguíneo, estes os quais ela nomeia respectivamente como adotivo e biológico. Nessa pesquisa qualitativa são analisados casos de três homens trans e três mulheres trans que exercem a parentalidade. Cabe ressaltar que a pesquisa analisa casos em que a relação parental se inicia tanto após as pessoas trans terem iniciado a sua transição de gênero, situações nas quais ocorre a adoção; quanto antes de as pessoas trans terem iniciado a transição de gênero, situações nas quais tais sujeitos precisavam fazer uma série de negociações com filhos e companheiros acerca do lugar social de gênero em que serão alocados, e de quais as nomenclaturas serão adotadas a partir da transição de gênero.

A psicóloga conclui que as vivências trans que analisou são marcadas pela tensão entre dois discursos, que ela nomeia de discurso de pertencimento e discurso de transgressão. Ela argumenta que, em relação ao pertencimento, as pessoas trans revelam o desejo de se sentir inseridas, seguras e acolhidas nos diversos grupos sociais dos quais fazem parte, e que isso as aproxima de outras pessoas que não sejam trans. Em compensação, no que diz respeito à transgressão, ela afirma que as pessoas trans também expressam o desejo de reconhecimento e de legitimação de suas experiências de vida que se diferenciam dos padrões hegemônicos, mais especificamente, aos padrões que regulam as experiências de gênero.

Mariana Trajano (2019) reconhece ainda que a estrutura social brasileira é fortemente influenciada pelas pressões de adequação aos padrões cisheteronormativos, e destaca que a transfobia é experimentada pelas pessoas trans de diversas formas e em variadas instituições, destacando a família, os ambientes acadêmicos, os locais de trabalho, os espaços de saúde e os espaços públicos de circulação. Segundo a autora, dois mecanismos de defesa apresentados pelas pessoas trans às discriminações transfóbicas são a possibilidade de *passar por* pessoas cisgêneras e o exercício individual de militância. O ato de *passar por*, que também pode ser chamado de passabilidade, apesar da utilidade de permitir o livre acesso de pessoas trans em ambientes tipicamente transfóbicos, trata-se de uma situação que permite a manutenção e a até a reafirmação de hierarquias sociais. Nesse sentido, se parece com uma estratégia de agência nos moldes do que é defendido por Saba Mahmood (2006). Já a militância é descrita por Mariana Trajano (2019) como: “um potente recurso de sobrevivência e transformação social. [que consiste] Desde o diálogo franco com os filhos, passando pelas conversas na escola, pelas pesquisas nas universidades, até os palanques políticos, tudo o que dissemina informação séria e transformadora” (TRAJANO, 2019, p 144). Esse tipo de atitude já se aproxima de um movimento contrassexual, como o proposto por Paul Preciado (2017).

É curioso ressaltar que Mariana Trajano (2019) comenta que cogitou fazer uso do termo transexualidade em seu estudo, porém, a partir de suas interações com os seus interlocutores, decide fazer o uso do conceito de parentalidade de pessoas trans. As críticas que ela recebe de um interlocutor, o qual expressa indignação ao se deparar com o termo transparentalidade, fizeram com que a psicóloga refletisse sobre a hipótese de que usar o referido termo fosse contribuir para compreender e reafirmar as experiências parentais de pessoas trans como se fossem essencialmente diferentes de experiências parentais de pessoas que não são trans.

Dentre as vivências parentais analisadas na dissertação de Mariana Trajano (2019) é possível reiterar dois aspectos significativos. Em primeiro lugar, ao analisar pessoas trans cuja transição de gênero ocorreu antes do nascimento ou adoção dos filhos, e constatar que esses filhos não somente reconhecem como também reafirmam o gênero com o qual a pessoa trans se identifica, conclui que a parentalidade pode ser uma experiência de reafirmação de gênero. Em segundo lugar, ao verificar que pessoas trans que fazem a transição de gênero depois do nascimento dos filhos precisam buscar estratégias de negociação de nomenclaturas e papéis de gênero com seus filhos, fica evidente que até as crianças de mais tenra idade já reconhecem as divisões binárias e rígidas de gênero que são impostas pela cisheteronorma, bem como, se a elas não forem apresentadas alternativas, tenderão a exigir a reiteração dessa norma.

Considerando a importância de produções acadêmicas que estão além das textuais, Em discussão intitulada “Live: Conversando sobre homo/transparentalidades” e conduzida pela professora e psicóloga Anna Paula Uziel no dia 25 de outubro de 2020 em uma transmissão ao vivo realizada no canal de Youtube da Associação Terapia de Família do Rio de Janeiro (ATF-RJ) foi abordado um aspecto delicado das discussões sobre transparentalidades. Ao término da exposição conceitual foi iniciada uma de roda de perguntas na qual uma pessoa chamada Ada Pellegrini questionou: “É necessário um útero [para fazer uma gestação], não é? Como é que um homem [trans] pari sem útero? Como é que se resolve a questão do útero?”. Além de um questionamento acerca de como pode um homem trans gestar e parir, é possível perceber nessa pergunta uma retomada de argumentos das ciências biológicas para acionar a parentalidade, de modo que a reprodução e a gestação seguem conformando as noções de feminilidade e masculinidade (YANAGISAKO e COLLIER, 1987) em um esquema necessariamente heteronormativo (BUTLER, 2003). Ainda nessa mesma discussão, outra participante, chamada Cristina Werner, pede a fala e se propõe a responder a pergunta anteriormente citada, fazendo o seguinte relato:

Anna, eu posso dar uma ajuda para Ada? (...) todos os homens trans nasceram biologicamente mulheres. Então ele tem útero, ele tem ovário, ele tem tudo. No meio do caminho ele faz esse processo, essa travessia. (...) E hoje em dia, como muita gente não tem feito mais essa cirurgia, que se chama de redesignação, designação sexual, eles mantêm: uma mulher trans às vezes mantém o pênis e mantém a produção de gametas, então pode ser mãe nessa função, nesse novo papel que ela tá. Então, vou te contar um caso de um homem trans que é amigo meu. Ele era mulher, era lésbica, sofreu estupro corretivo, porque os homens dessa masculinidade tóxica querem provar que uma mulher é lésbica porque ela não conheceu um pênis ainda. Então, nesse estupro corretivo, ele engravidou, ela engravidou, ele era mulher, lésbica, teve esse filho, que se casou e teve um filho. Ele fez a transição dele, para homem trans, aos 48 anos. Então ele, que era mãe e avó, se transformou em avô dessa criança. Então é por isso que é possível, quando a professora Ana fala de um homem ser mãe, porque se ele não fez a cirurgia, ele mantém esse útero e ovário, é por isso. Não sei se te ajudei a pensar.

O que vale ressaltar nesse relato e que é pertinente à discussão deste estudo é a seguinte assertiva: “Então ele, que era mãe e avó, se transformou em avô dessa criança”. Do modo como é dito, parece que o processo de transição de gênero de pessoas trans que têm filhos ocorre de modo a que a pessoa trans necessariamente busque se reinserir na lógica binária de gênero e o faça de maneira simples, imediata, objetiva. E como viremos a discutir, da mesma forma que a possibilidade de autocompreensão e de realização de processos para transicionar de gênero revelam-se como processos graduais e singulares, também a possibilidade de uma mulher trans ou uma travesti se constituir como “mãe” se revela como apenas uma das hipóteses verificáveis.

O mais recente estudo brasileiro sobre o tema da transparentalidade é artigo publicado por Alessandra Rinaldi, Ricardo Coitinho Filho, Juliana de Souza e Camila de Souza no final do ano de 2021 numa revista de antropologia. O ponto de partida do artigo é análise de um caso específico de parentalidade identificado em um trabalho etnográfico realizado no município do Rio de Janeiro entre os anos de 2009 e 2020 que visava compreender as razões pelas quais pessoas dos mais diversos perfis de conjugalidade e orientação sexual adotam filhos. Dentre as dezenas de pessoas entrevistadas, apenas uma era uma mulher transexual que exercia a parentalidade de diversas formas em variados contextos, e que apesar de ter uma relação conjugal com um homem heterossexual presumidamente cisgênero, é considerada no artigo como um exemplo de “arranjo transparental”.

Compreendemos que o artigo apresenta algumas inconsistências epistemológicas, como a falta de uma explicação mais coerente e aprofundada de qual é o entendimento dos autores acerca da associação por eles feita entre pessoas trans e “um arranjo não pautado em binarismo de gênero” ou “um arranjo que se distancia do tradicional binarismo de gênero”. Essas alegações permitem compreender que da perspectiva dos autores, as vivências trans necessariamente não se pautam em binarismo de gênero ou se afastam de binarismo de gênero. Mas não identificamos uma razão pela qual seja feita essa associação. Parece se tratar de uma visão reducionista de que pessoas cisgêneras se pautam e se encaixam plenamente em um esquema cisheteronormativo, e que as pessoas transgêneras seriam o oposto de pessoas cisgêneras. As reflexões oriundas de estudos transfeministas buscam questionar justamente essa forma reducionista de pensar acerca dos temas de gênero e sexualidade.

O artigo usa o conceito de “arranjo transparental” para se referir ao caso em que uma mulher transexual, a qual é referida no artigo como Geni, é mãe. Porém, os autores parecem ignorar que Geni tem uma relação conjugal com Jonas, um homem heterossexual, este o qual é presumidamente um homem cisgênero. Ao analisar as escolhas de termos utilizados pelos autores, consideramos pertinente questionar: até que ponto seria coerente falar de um “arranjo transparental” para falar das experiências de Geni e Jonas? Afinal, todas as experiências de parentalidade de Geni se deram em um contexto no qual ela já estava se relacionando com Jonas. Partindo dessas nomenclaturas, podemos considerar que o artigo realmente se debruça sobre o questionamento de como se dão os agenciamentos de questões de gênero em um caso em que uma mulher transexual exerce a parentalidade? Ou inadvertidamente seus autores assumem uma perspectiva apriorística de que todo e qualquer contexto que envolva pessoas trans é, até que se prove o contrário, “um arranjo não pautado em binarismo de gênero”?



Mais do que analisar as possíveis contribuições do caso específico de transparentalidade abordado no artigo de Rinaldi *et al* (2021) consideramos pertinente fazer essa denúncia de como os pesquisadores parecem, ainda que possuam boas intenções, partir de pressupostos e de reducionismos oriundos justamente de uma lógica cisheteronormativa, e que o façam sem se dar conta de que o fazem, o que pode trazer prejuízos às reflexões que tentam promover e às conclusões a que eventualmente possam chegar. Inclusive, além do questionamento que já apresentamos à associação apriorística feita pelos autores entre vivências trans e um arranjo que rompe com binarismos de gênero, identificamos no artigo a forte influencia dessa lógica cisheteronormativa. As cinco experiências parentais de Geni são divididas pelos autores em dois grupos. As duas primeiras experiências parentais de Geni, viabilizadas sem o aval do Poder Judiciário, são nomeadas pelos autores como “laços de solidariedade” e “experiências de cuidado”. Já as três últimas experiências parentais de Geni são chanceladas pela Vara da Infância e Juventude, apesar de que dado que Geni não modificou seu gênero em seus registros civis, ela estrategicamente se permite enquadrar com seu cônjuge em uma condição de família homoafetiva para que possa viabilizar algum reconhecimento formal do processo de adoção nos últimos casos. Ainda que as primeiras experiências parentais de Geni não tenham recebido o reconhecimento formal do Poder Judiciário, nós nos perguntamos o porquê de os autores salientarem que essas primeiras vivências se tratavam de casos específicos de “laços de solidariedade” e não, por exemplo, de “parentalidade não reconhecida pelo Estado”.

A despeito de quaisquer críticas que tenhamos tecido, reconhecemos que os estudos sobre transparentalidades citados permitem perceber vários aspectos importantes a serem analisados nos casos que serão estudados neste trabalho. Dentre eles, pode-se citar: como e quando se deu a transição de gênero das mulheres trans que têm filhos; em que sentidos essas peculiaridades da transição de gênero afetaram as relações das mulheres trans com os membros de suas famílias; quais eram as percepções que tais mulheres trans tinham dos vários momentos das vivências parentais em que estavam inseridas; quais eram os desejos apresentados por essas mulheres trans em relação às suas vivências parentais; quais eram os receios que tais mulheres trans apresentavam em relação às suas experiências parentais; quais eram as estratégias que adotavam para possibilitar suas vivências parentais; quais eram os termos que as mulheres trans e seus familiares adotavam para dar sentido às suas vivências.

Tendo dedicado este item a discutir os trabalhos que já versaram sobre a temática da transparentalidade dentro de contextos brasileiros, passamos à apresentação e análise dos casos de transparentalidades das nossas interlocutoras.

## 2 DISCUSSÃO DOS CASOS DAS INTERLOCUTORAS

A partir desse segmento, daremos início à apresentação e análise dos registros coletados acerca de três casos de transparentalidades identificados no contexto brasileiro. Cabe salientar que nossas interlocutoras possíveis, cada uma a seu modo, são capazes de tornar públicas suas vivências e percepções de mundo sobre os mais diversos assuntos, incluindo os temas das vivências trans e da transparentalidade. Suas identidades de gênero, trajetórias de vida e relações com seus familiares possuem rumos e delineamentos diversos, o que as leva a se enunciar de formas diferentes tanto entre si quanto ao longo do tempo. As experiências, percepções e manifestações acerca do tema da transparentalidade divergem entre as interlocutoras, fato que permite explorar a temática de forma mais abrangente e menos determinística, enriquecendo as análises deste estudo. Todo o material sobre elas compilado está disponível para acesso público e constam em anexos que identificam o local em que podem ser acessados. As três interlocutoras deste estudo são: Letícia Lanz; Sara York; e Leonora Áquilla.

Letícia Lanz tem aproximadamente 70 anos de idade e apesar de ter se vestido com roupas do gênero feminino durante quase toda a sua vida, fez sua transição de gênero somente aos 50 anos de idade. Casada há mais de 40 anos com a mesma esposa com a qual teve seus três filhos consanguíneos, Letícia enuncia-se atualmente como uma pessoa transgênera lésbica, marido, pai e avô. Sendo mestra em Ciências Sociais, psicanalista e já tendo se candidatado à prefeitura de Curitiba em 2020, Letícia publica textos sobre diversos temas, incluindo sobre transgeneridade e questões afins, em seu blog e seu perfil de Facebook. No ano de 2021, publicou sua autobiografia intitulada “A construção de mim mesma”. Ela também concedeu algumas entrevistas para matérias jornalísticas, programas de televisão e documentários, como o já citado “Liberdade de Gênero”, dirigido e produzido pelo cineasta João Jardim, exibido originalmente no canal de televisão GNT no ano de 2016. Atualmente disponível para acesso em reprises que passam eventualmente no mesmo canal e em assinatura de serviço pago de vídeo de internet no site da GNT, este documentário e os outros registros citados são os documentos que serão analisados a seu respeito neste trabalho.

Sara Wagner York tem aproximadamente 50 anos de idade e se enuncia como mulher travesti, pai e avó. Mestra e doutoranda em pedagogia na UERJ, ela concedeu um depoimento de vida muito emocionado acerca de sua experiência parental em um Congresso denominado

“Parentalidades em Pauta”, realizado no ano de 2019, também na UERJ. Seu depoimento, gravado ao longo do Congresso, foi disponibilizado por profissionais do Instituto de Psicologia da referida universidade. Nascida em uma família de classe popular, ainda adolescente tem uma relação sexual com uma amiga, da qual surge seu filho. Por influência de outros membros da família, pouco tempo depois do nascimento do filho, Sara será privada de entrar em contato com ele. Depois de ter uma trajetória de vida marcada por variados eventos, dentre os quais chegou a se tornar moradora de rua e eventualmente trabalhadora em salão de beleza no Reino Unido, ela volta ao Brasil para reencontrar o filho, aproveitando para investir em sua extensa carreira acadêmica e também para dar continuidade em sua ativa participação em movimentos sociais. Suas falas em congressos, matérias jornalísticas, entrevistas e publicações em sites de relacionamento Facebook e Youtube são os documentos a serem analisados neste estudo.

Leonora Áquilla tem aproximadamente 50 anos de idade e atualmente se enuncia como uma mulher trans. Também chamada pelo seu nome artístico, Léo Áquilla é uma jornalista que tem buscado se tornar uma divulgadora de conteúdo virtual ao publicar vídeos diversos de sua própria autoria em seu canal de Youtube, nos quais ela fala de si e de variados assuntos. É igualmente possível encontrar no Youtube registros diversos de participações suas em programas de auditório nos quais ela narra sua trajetória de autocompreensão e autoafirmação em razão de sua identidade de gênero e das suas vivências interseccionadas por essa característica, como sua relação com sua mãe e seus filhos. Sua identidade de gênero foi se adaptando com o passar do tempo, e tais registros permitem ver com clareza esse processo. Nascida em uma família de classe popular, começou a trabalhar na televisão fazendo apresentações artísticas de *crossdresser*<sup>30</sup> em programas de auditório do canal de televisão SBT, e ainda no decorrer do exercício de sua profissão, dá início ao processo de adequação de gênero. A relação com mãe e filhos sempre foram relatadas como muito influentes em suas percepções e vivências de gênero, que por sua vez impactaram suas percepções e vivências de parentalidade. Seus últimos relatos transparecem seu desejo de ser reconhecida como mãe. Os materiais citados serão analisados neste estudo.

Dado que esta não é uma pesquisa quantitativa, não temos como intenção encaixar as nossas interlocutoras em rótulos preestabelecidos de marcadores sociais da diferença que costumam apagar as importantes marcas da subjetivação. No entanto, estamos conscientes de que as vivências aqui apresentadas poderiam ser estudadas a partir dessas perspectivas mais

---

<sup>30</sup> *Crossdresser* aqui não é colocado em termos de identidade de gênero, mas como uma prática, geralmente artística, de uma pessoa que se veste com roupas que abordem as noções de gênero a partir do exagero.

globalizantes, pautadas em categorizadas estabelecidas e impostas por vieses externos aos das próprias interlocutoras. Explicitamos o fato de que as análises realizadas neste estudo tomam como base os elementos que foram encontrados nos registros e identificados como relevantes para pensar a transparentalidade a partir das perspectivas das próprias interlocutoras. Portanto, se das perspectivas apresentadas pelas interlocutoras, determinados marcadores sociais da diferença não se apresentavam como essenciais para a discussão da transparentalidade, logo, os mesmos não serão abordados neste trabalho.

Convém reiterar que as três interlocutoras deste projeto são atravessadas por uma marca geracional privilegiada – todas são avós e possuem mais de cinquenta anos de idade – por uma condição acadêmica privilegiada – apesar dos percalços diversos que cada uma delas enfrentou ao longo de suas vidas, todas tiveram a oportunidade de avançar em sua formação acadêmica ao ponto de concluir graduação de nível superior – e por uma marca racial local ao contexto brasileiro que é privilegiada – todas as interlocutoras são percebidas nos contextos mais diversos do Brasil como “pessoas brancas”. Em nenhuma das falas das interlocutoras foi possível identificar o quanto que as especificidades dos locais em que habitaram – tanto as diferentes regiões do país quanto as diferentes regiões em uma cidade – poderiam influenciar os processos parentais. Da mesma forma, nenhuma questão foi identificada relacionando os temas de capacitismo e transparentalidade. Convém dizer que a interlocutora Sara York, que possui deficiência visual grave, em nenhum de seus relatos externou qualquer entendimento de que sua condição ocular influenciasse suas vivências parentais.

Optamos neste estudo por prestigiar a análise dos elementos que são trazidos por nossas interlocutoras exatamente porque era recorrente que nas entrevistas por elas concedidas, os entrevistadores as questionassem acerca de seus processos de construção de identidade de gênero, de modificações corporais para adequar o corpo à identidade, e de mecanismos de enfrentamento de discriminações transfóbicas. Ou seja, nossas interlocutoras eram reinscritas indiretamente em um universo de abjeção e precariedade no qual sempre foram classicamente colocadas, devido à ótica cisheteronormativa compulsória. Pouco espaço lhes era concedido para que se expressassem acerca de outros aspectos de suas vidas: familiar, religiosa, acadêmica, profissional, amorosa, filosófica, dentre outros. Nesse estudo, por outro lado, nós buscamos enaltecer nossas interlocutoras, prestigiando os elementos trazidos em suas falas.

A seguir começaremos as apresentações e análises dos casos de nossas interlocutoras a partir do caso de Letícia Lanz. Em seguida, abordaremos o caso de Sara York. Por fim, discutiremos o caso de Leonora Áquilla.

## 2.1 Letícia Lanz

A primeira interlocutora possível para esse estudo, e não há surpresa alguma nisso, é Letícia Lanz. Não querendo correr o risco de dar início a um processo contraproducente de rotulá-la contra a sua vontade manifesta, prefiro reconhecer a necessidade analítica típica de um trabalho acadêmico e usar categorias apenas quando necessário e de maneira justificada, tomando como início a citação de uma de suas falas mais recorrentes, presente inclusive em sua autobiografia, quando ela afirma: “não sou nem homem, nem mulher, nem trans, mas tão somente Letícia Lanz, uma construção de mim mesma” (LANZ, 2021, p.25).

Se, por um lado, são recorrentes suas declarações de desprezo por rótulos, sejam eles quais forem, por outro lado, ela reconhece que vive em uma sociedade na qual as pessoas invariavelmente classificam umas às outras. Desse modo, em diversas ocasiões, ela assume que poderia ser compreendida como uma mulher transgênera lésbica, ou algumas variações linguísticas desse mesmo conceito, em que pese sua identificação de gênero ao feminino e uma orientação sexual de atração pelo gênero feminino. São duas as principais razões pelas quais, neste estudo, toma-se como ponto de partida a análise das vivências de Letícia. Ela é o primeiro caso de que eu tenho notícia de pessoa que pode ser classificada dentro da categoria analítica de mulher trans e que possui uma longa trajetória de parentalidade. Também muito importante é o fato de que apesar de Letícia se identificar como uma pessoa do gênero feminino, ela reivindica o direito de seguir a se afirmar como pertencente a categorias sociais nomeadas de acordo com o gênero gramatical masculino, como marido, pai e avô.

De acordo com a lógica cisheteronormativa vigente em nossa sociedade, todo sujeito que for classificado como uma pessoa trans, a despeito de como esse sujeito compreenda a si próprio, poderá ser também uma pessoa cujas vivências tenderão a ser ininteligíveis em alguma medida, portanto, não reconhecidas nem respeitadas. Se essa possibilidade já se revela bastante provável nas vidas dos sujeitos trans que buscam se reenquadrar nas normas binárias de gênero, será ainda maior nos casos dos sujeitos trans que intencionalmente confrontam essas mesmas normativas, como é o caso de Letícia.

Mas antes de falar sobre suas experiências parentais, apresentaremos de forma o mais breve o possível todo o seu percurso de vida anterior e posterior ao início de suas experiências parentais, focando nos modos como extraiu sentido do mundo para se configurar enquanto uma mulher trans. Começemos por seu nascimento e infância.

De acordo com o que narra em sua autobiografia, Letícia nasceu no início da década de 1950, no estado de Minas Gerais, e sua família, além de ser de classe média baixa, possuía valores católicos conservadores. Ela narra que sofreu muito por conta de ter nascido macho, o que para ela significa nascer com pênis, apesar de se identificar com vivências associadas ao mundo feminino, o que gerava conflitos com a família, como é possível perceber no trecho de sua autobiografia:

Minha vida sempre foi marcada por um conflito permanente entre ser a pessoa que eu sou e ser a pessoa que a sociedade exigia que eu fosse. Por ter nascido macho, isto é, com um pênis, eu devia me manter enquadrada como homem, vivendo de acordo com os padrões e as normas de conduta do chamado mundo masculino, com o qual nunca me identifiquei. Na minha infância, o meu interesse por brinquedos de menina era tão grande quanto o meu desinteresse por brinquedos de menino. Quando se tratava de roupas e calçados, então, o meu entusiasmo ia às alturas. Por vezes incontáveis, minha mãe me flagrou vestida com suas roupas, seus sapatos e usando suas maquiagens – e me lembro de ter apanhado muito por conta disso. (...) Os adultos não achavam que estivessem me magoando tão profundamente ao insistir para que eu me comportasse como um menino. Ninguém pensava que eu sofresse tanto (...) (LANZ, 2021, p.16).

Os preconceitos eram sofridos também no contexto escolar. Devido aos modos com que se comportava, compreendidos como femininos, como buscar a companhia das meninas e agir de forma delicada, bem como por sua aparência, de compleição frágil, Letícia era percebida como um menino homossexual afeminado e reiteradas vezes era vítima de discriminações de diversos tipos, físicas e psicológicas, perpetradas por outros meninos com quem estudava. Desde cedo ela reconheceu que sentia atração sexual por mulheres, o que a deixava confusa, uma vez que desconhecendo a existência da hipótese de se reconhecer como mulher e sentir atração sexual por mulheres, ela se considerava duplamente doente.

Em sua autobiografia, Letícia destina um capítulo inteiro para falar de sua relação com seu pai, e como isso foi importante para configurar seus valores morais. É preciso destacar que Letícia ainda hoje faz questão de deixar incontestado o fato de que ela possui dois nomes: Geraldo Eustáquio, o nome que foi dado a ela por seu pai logo quando Letícia nasceu, e o nome feminino que ela escolheu para si. Letícia conta que foi o filho primogênito, e que o seu pai deu a ela o próprio nome. Ela narra ainda que ela teve quatro irmãos e uma irmã, esta a qual faleceu pouco após nascer. Esse fato fez com que os pais de Letícia tivessem desejado a vida inteira ter uma filha, no entanto, ela salienta que em nenhuma hipótese a morte prematura de sua irmã foi relevante para induzir em si a identificação com o gênero feminino. Já o desejo que seus pais apresentavam de ter uma filha, de acordo com nossa interlocutora, não fez com que seus pais desejassem que tal filha fosse um de seus filhos, em especial o filho mais velho.

Ainda de acordo com sua autobiografia, Letícia narra que o fato de carregar o nome de seu pai fazia com que ela fosse com uma frequência cotidiana comparada a ele por todas as pessoas ao seu redor, e que ele, por sua vez, depositava nela muitas expectativas, como a de ela se tornar a sua versão melhorada. Embora ela conseguisse atender às expectativas de seu pai no tocante a seu desempenho acadêmico e intelectual, sendo ávida leitora e tendo ótimas notas na escola, ela falhava em se enquadrar na categoria de gênero masculino, o que frustrava seu pai a ponto de ele dizer repetidas vezes que ele preferiria ter um filho morto a um filho viado, e que ela deveria honrar as calças que vestia. Apesar de reconhecer o quanto a sua infância foi um período sofrido e marcado por muitas formas de repreensão violenta, Letícia demonstra não reprovar nem se revoltar com as agressões sofridas por parte de sua família no sentido de fazer com que ela se enquadrasse ao gênero masculino.

Curiosamente, Letícia raramente apresenta qualquer relato acerca de sua mãe ou de seus avôs e avós. Em sua autobiografia é possível encontrar uma passagem na qual menciona a existência de uma avó que teria sido a única pessoa que respeitou sua questão de gênero na infância. Essa avó presenteou Letícia com uma boneca de papelão em uma ocasião na qual pedira insistentemente uma boneca de presente aos pais, estes os quais lhe negaram o pedido, apesar de não terem ousado contrariar a atitude da avó em lhe entregar o brinquedo solicitado. A mãe de Letícia foi raramente mencionada, e geralmente era lembrada por repreender com violências físicas e psicológicas as transgressões de gênero de nossa interlocutora.

Já no período da adolescência, numa ocasião em que se preparava para o vestibular, Letícia foi flagrada por seu pai enquanto ela estava em casa vestida com as roupas de sua mãe. Como resultado desse episódio, seu pai a levou a um passeio de carro naquela noite. Eles foram à zona boêmia da cidade, na qual o pai lhe apresentou às mulheres em situação de prostituição a fim de causar nela o medo e a recusa em se tornar travesti. Por consequência, ela nutriu terror profundo de que pudesse chegar àquela situação precária, o que a fez passar quatro anos sem se vestir escondida com peças do vestuário feminino.

De acordo com dados obtidos em seu currículo Lattes, atualizado pela última vez no ano de 2018, no qual há menção aos seus dois nomes, o masculino e o feminino, Letícia se forma no ano de 1973 em ciências econômicas, e com o passar dos anos faz várias especializações, tanto no Brasil quanto no exterior. Ela trabalhou como consultora de recursos humanos para grandes empresas, o que a permitiu desenvolver uma situação financeira muito abastada. Além de ter vasta formação acadêmica na área em que atuava profissionalmente, ela também lançava livros sobre temas que se vinculam a sua expertise em administração.

De acordo com sua autobiografia, Letícia eventualmente conhece Angela, a mulher com quem virá a se casar no ano de 1977, e com quem se manteve casada até os dias de hoje. E com ela tem seus três filhos consanguíneos: Rachel, Raphael e Samuel. Retomaremos a narrativa a respeito das vivências familiares em breve. Por ora, concluiremos a narrativa de como se deu seu processo de autocompreensão, autoafirmação e transição de gênero.

Apesar de afirmar que seu pai era constantemente responsável por promover vigilância, sermões moralizantes e terrorismo que aliados a uma perspectiva religiosa ortodoxa culminam num processo autopreconceituoso de culpa, vergonha e autopunição, que são compreendidas por Letícia como a forma mais devastadora de preconceito por ela experimentada, em nenhum momento nossa interlocutora demonstra ter ressentimentos ou desaprovação das atitudes de seu pai. Pelo contrário, ela o elogia e o enaltece como sendo seu grande referencial moral. E justamente por esse motivo, sua transição de gênero ocorre apenas a partir do momento em que a percepção que ela possuía de seu pai é alterada em razão de um episódio por ele protagonizado. No ano 2000 ele é atropelado e internado em estado grave, ocasião na qual ele recebe a visita de pessoas completamente desconhecidas por Letícia e sua família. Ao descobrir que tais pessoas são a segunda família de seu pai, ela constata que seu pai não se adequava aos padrões morais que ele mesmo pregava. A partir dessa constatação, já com mais de quarenta anos de idade, nossa interlocutora volta a se sentir confiante para se vestir com roupas femininas, apesar de fazê-lo ocasionalmente e em segredo.

Como parte de seu movimento de autodescoberta, no ano de 2004, Letícia entra em contato com o grupo *Brazilian Crossdressers Club* (BCC), que se organizava na internet e que promovia encontros virtuais e presenciais entre os seus participantes. É nesse contexto que Letícia passa a se reconhecer como crossdresser, nesse caso, uma categoria de identidade de gênero que está associada a pessoas que vivem uma vida dupla, apresentando-se publicamente em situações profissionais e familiares como homens, mas vestindo-se como mulheres nos encontros promovidos pelo grupo. Por medo de que sua família fosse reagir negativamente caso descobrisse suas vivências com o gênero feminino, Letícia decide não envolver sua esposa e seus filhos no seu processo de autoaceitação de autoafirmação de gênero e opta por sair de casa. Nessa ocasião, ela é interpelada por sua esposa Angela, a quem confia o fato de que se veste com roupas femininas. Angela, inicialmente, não apresenta qualquer resistência à hipótese de Letícia manter tal hábito. Porém, gradativamente, nossa interlocutora sente a necessidade de que sua expressão de gênero condizente com o feminino se dê para além dos limites das paredes de sua casa e dos espaços dos encontros do BCC.



Seguindo de forma cronológica a narrativa apresentada na autobiografia de Letícia, é possível constatar que pouco após a retomada do hábito de se vestir com roupas femininas, nossa interlocutora decide investir em modificações corporais. Já tendo iniciado seus estudos sobre psicanálise e sobre questões de gênero, sem buscar atendimento médico, e pautando-se apenas no que era capaz de compreender por conta própria na leitura de artigos científicos que encontrava na internet, a maioria dos quais estavam escritos em inglês, Letícia começa a se automedicar com o uso de hormônios, resultando no desenvolvimento de seios. Anos mais tarde, em 2011, Letícia sofre um infarto, o que a leva a sofrer internação em uma unidade de tratamento intensivo. O episódio serve como motivação para que nossa interlocutora decida se afirmar pública e integralmente em consonância com o gênero feminino com o qual se identifica. É também a partir desse momento em que ela decide contar para os filhos sobre sua identidade de gênero.

Sua maior preocupação ao assumir sua identidade de gênero era a possibilidade de afetar negativamente sua esposa e seus filhos. Letícia temia que eles fossem incapazes de lidar com preconceitos. Mas também temia que eles fossem incapazes de compreendê-la e aceitá-la do modo como ela se identificava. Sobre a necessidade de ter contato com a família após a transição de gênero, Letícia fala em seu perfil de Facebook em 02 de março de 2012:

O direito a ter e a desfrutar de uma família é um dos itens mais ostensivamente negados às pessoas transgêneras, às vezes de maneira sutil, às vezes de maneira até grotesca, mas sempre sob a alegação de que a gente não é “normal”. A revelação ou a descoberta da identidade transgênera de uma pessoa NÃO PODE ser motivo de sua exclusão da família! Aliás, o momento da descoberta ou revelação é a hora que a pessoa transgênera MAIS PRECISA do apoio dos seus entes queridos. Trata-se de um procedimento muuuuuuito injusto, sobretudo quando a pessoa declara sua vontade (e sua necessidade!) de continuar vivendo em família.

Dentre os familiares de Letícia, apenas sua esposa Angela e sua filha Rachel falam abertamente acerca dos episódios em que elas próprias precisaram lidar com os preconceitos que sentiam em relação à publicidade da transição de gênero de nossa interlocutora. Um tipo de preocupação recorrentemente apresentada por ambas se relaciona com o receio, bem como a incapacidade, de lidar com o preconceito que tanto Letícia quanto o resto da família teriam que enfrentar por parte de pessoas de fora do âmbito familiar e com os quais teriam que lidar no cotidiano. A necessidade de aceitação social nos mais diversos ambientes tidos como “normais” e o temor da inexistência dessa aceitação incentivavam atitudes e comentários que tinham como intenção inibir a apresentação pública de Letícia em roupas e comportamentos que estivessem em consonância com sua identidade de gênero. Nossa interlocutora apresenta imenso sofrimento devido a essa rejeição.

Em publicação realizada em seu blog pessoal no dia 24 de agosto de 2016, com o título “Amores e Feridas” é possível encontrar um desabafo feito por Letícia em relação a quanto se sente negativamente afetada pela falta de acolhimento por parte de alguns dos membros de sua família em relação a sua identidade de gênero:

As pessoas que mais amamos neste mundo são as que podem nos ferir de modo mais doído e profundo. (...) Um simples comentário ou crítica “inocentes” dessas pessoas, assim como o seu descaso ou rejeição por que algo que somos, temos, pensamos, sentimos ou fazemos, é capaz de nos nocautear emocionalmente. Há também as pessoas amadas que podem e têm para dar o que quem as ama precisa, mas que fingem desconhecer completamente essas demandas ou se negam terminantemente em atender o que lhes é pedido. Esse “egoísmo sádico” é a maior de todas as frustrações que alguém que ama pode encontrar nas pessoas amadas.

No mais sucinto capítulo de sua autobiografia, com apenas cinco páginas, Letícia explica o porquê de falar tão pouco a respeito de sua mãe. Segundo sua narrativa, sua mãe se comporta de modo a simular a inexistência de todas as experiências de transição de gênero de Letícia, bem como quando questionada diretamente sobre o passado, ela argumenta não se lembrar dos episódios em que castigou Letícia por encontra-la vestida com roupas femininas. A atitude da mãe de negar a realidade da transição de gênero de Geraldo para Letícia é a razão apresentada por nossa interlocutora para promover o afastamento entre as duas, que mantêm um contato protocolar de mandar mensagens eventualmente para checar o estado de saúde uma da outra. Depois de anos sem se encontrar pessoalmente, ao visitar a mãe em seu local de residência, um sítio em Belo Horizonte, as duas tiveram um encontro amistoso, ainda que a mãe de Letícia a tratasse a partir do gênero e do nome masculinos. Apesar disso, nossa interlocutora não demonstra nutrir sentimentos negativos por sua mãe.

A decisão de tentar manter o casamento com Angela após o início da transição de gênero de nossa interlocutora, de acordo com a mesma, foi algo extremamente questionado e atacado por parte dos mais diversos tipos de pessoas, inclusive aquelas de quem esperavam acolhimento. Esse tratamento nada amistoso partiu tanto de profissionais que prestavam atendimento psicológico ao casal quanto de amigos e conhecidos, até mesmo de pessoas que Letícia conheceu nos ambientes frequentados por pessoas trans, supostamente favoráveis à diversidade cultural. No documentário “Liberdade de Gênero”, publicado no ano de 2016, o depoimento do casal sobre esse fato é tão belo quanto triste:

Angela: Aí vem aquela pergunta: “Por que comigo?”. Por que não comigo, né? O que que eu tenho que trabalhar, o que que eu tenho que mudar pra poder estar vivenciando isso com amor, né? Então [é um exercício que se faz] dia a dia. Eu achava assim: “Nossa, eu não tenho preconceito”. Até que ele bate na sua porta. Ah, não tem, não? Então vamos ver como é que é!

Letícia: Foi quando a gente experimentou o peso da sociedade na vida dos indivíduos. [Diziam:] “Que é que vocês estão fazendo juntos? Não faz o menor sentido! Cada um vai viver a sua vida!”. Interferindo mesmo, pesado!

Angela: Muito interessante, porque na época eu peguei uma psicanalista. No final eu estava sentindo que ela estava torcendo por mim, mas por mim sozinha. A gente tinha vinte e cinco, vinte e seis anos juntos, né? Nossa, eu vou jogar isso tudo fora? Eu vou encontrar outra pessoa assim? Não, eu quero essa pessoa. Independente de o que ela achar que for bom pra ela. Acho que deve ser amor. Acho que isso é amor. Você aceitar a diferença!

A falta de apoio a que o casal se mantenha unido a despeito da transição de gênero de nossa interlocutora é algo que a afeta ao longo de anos. De acordo com a lógica apresentada pelas críticas recebidas, as quais estão de acordo com a cisheteronormatividade compulsória, a suposta incompatibilidade entre orientação sexual e orientação afetiva deveria justificar o término do relacionamento. Desse modo, Angela, por ser enquadrada na categoria de mulher heterossexual, deveria se relacionar afetivamente e sexualmente apenas com um homem. Em razão dessas críticas que recebe com grande frequência, nossa interlocutora desabafa em sua conta pessoal do Facebook, no dia 03 de abril de 2014:

Não é preciso amor para se fazer sexo como não é preciso sexo para se viver um amor. Uma coisa não é a outra. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Uma coisa só é vendida como sendo a outra para que as pessoas sejam forçadas a ter um romance com quem apenas querem fazer sexo ou façam sexo forçado com quem desejam apenas ter um romance.

Quase uma década depois do início de sua transição, bem como da escolha pela manutenção do casamento, Letícia segue sendo questionada por pessoas que consideram inconcebível que pelo fato de a orientação sexual de Angela ser por uma figura masculina, isso deveria servir como impedimento a que ela seguisse casada com uma mulher. Esse fato fica evidente em depoimentos nos quais Letícia desabafa seu descontentamento com o vínculo entre vida sexual e vida afetiva que percebe nas falas das pessoas que a interpelam, como o feito no dia 02 de março de 2020:

Vida privada é vida privada. O que alguém faz na cama e com quem faz só interessa à dupla que faz. Ninguém tem o direito de mexer com a vida privada de ninguém. Eu não quero que mexam com a minha e tenho certeza que você não quer que mexam com a sua. Portanto, não vamos mexer com a vida privada de ninguém. Combinado?

A despeito da persistente falta de apoio por parte de muitas pessoas com quem o casal interage, Letícia e Angela permanecem casadas e morando juntas na mesma residência na cidade de Curitiba na qual habitam há muitos anos. Para celebrar e anunciar sua união, é costume de Letícia publicar todos os anos, em seu perfil de Facebook, em datas específicas, como a data de aniversário de sua esposa Angela, ou a data de aniversário de seu casamento, uma mensagem em homenagem a sua companheira, seguida de uma foto na qual são vistas juntas em alguma situação festiva, como é o caso da publicação feita em 05 de abril de 2019:

Hoje é aniversário de alguém muito especial e mais do que importante em minha vida: Angela, minha companheira de tudo e para tudo, há 42 anos. Desejo-lhe uma vida cada vez mais rica e diversificada de vivências e experiências existenciais, Quero que você saiba que é uma alegria diária saber que estamos conseguindo envelhecer juntas, rindo, chorando e celebrando nossas vitórias e derrotas com o mesmo entusiasmo que alimentou a nossa relação desde que nos encontramos pela primeira vez. Um brinde de saúde e paz a você, meu Anjo da Guarda!

Em reconhecimento, respeito, admiração e celebração a essa conquista afetiva de nossa interlocutora, apresentamos a seguir a foto que acompanha a referida postagem:

Figura 01 – Letícia Lanz (à direita) e sua esposa Angela (à esquerda)



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Letícia Lanz.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1944272122351594>

Assim que Letícia assumiu publicamente sua identidade de gênero feminina, outra consequência imediata que sofreu foi em relação a sua vida profissional. As empresas para as quais ela tinha o hábito de prestar serviços pararam de contratá-la imediatamente, fato esse que impactou também a sua situação financeira. Apesar de ter alguns ganhos derivados do exercício da clínica psicanalítica, e da tentativa não sucedida de candidatura a cargos políticos na cidade de Curitiba, como deputada federal em 2014 e prefeita em 2020, filiada ao partido PSOL, nossa interlocutora segue em uma situação financeira precária e instável. São vários os desabafos que ela realiza ao longo dos anos acerca das dificuldades de reinserção no mercado de trabalho que sofre desde que fez sua transição de gênero, como a publicação em sua conta de Facebook feita em 12 de julho de 2016:

Um dos maiores medos que uma pessoa transgênera tem de deixar o armário é a penúria financeira depois da transição. A questão do emprego e dos ganhos é fundamental pra todo mundo e não dá pra simplesmente deixar pra lá. Se a pessoa é

mais jovem, acaba tendo que se prostituir para sobreviver, cobrindo os itens mais elementares da vida de qualquer pessoa como cama e comida. Mas se a pessoa não é mais tão jovem assim, a pista não serve como alternativa. Ademais, se a pessoa tem uma boa colocação no mercado, pode tirar o cavalinho da chuva, pois vai perdê-la na boa. A menos que seja profissional concursada de órgão público. E assim mesmo, “penando” sem regalias e sem promoções para cargos de chefia, onde a pessoa poderia ganhar muito mais, se tivesse se mantido como cisgênera. Na iniciativa privada, não tenho notícia de ninguém que tenha transicionado e conservado o emprego e os ganhos, a menos que fosse dona do negócio. No geral, a iniciativa privada tem horror, não sabe nem como lidar com pessoas transgêneras e quer distância delas. (...) E, sinceramente, não vejo nenhuma solução à vista. A não ser a pessoa aceitar os subempregos que lhe são oferecidos, muitíssimo abaixo da sua competência pessoal e profissional.

Ainda sobre a questão da falta de respeito e de acolhimento acerca das particularidades de sua trajetória de transição de gênero, talvez a crítica mais constante de Letícia se dirija ao que ela chama de gueto trans. Nossa interlocutora frequentemente denuncia que a lógica que ela percebe nos relatos de pessoas trans de movimentos sociais reitera a cisheteronorma, razão pela qual ela sofre discriminação justamente de pessoas das quais ela esperaria receber algum tipo de acolhimento. Esse descontentamento de Letícia fica evidente em entrevista que ela concede em um programa de título *Persona*, que é produzido pela UFPR TV, a emissora de televisão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), disponibilizada em 20 de novembro de 2015 no canal de Youtube dessa mesma emissora:

Letícia: Você está no armário e não sai do armário por quê? Por causa das represálias! E no meu caso ainda era complicado porque há todo um dogma instalado dentro do próprio gueto transgênero. (...) se é homem, gosta de mulher, se é mulher, gosta de homem. Ou seja, trás a mesma regra heteronormativa da sociedade cisgênera, que é aquela que tá bem adaptada às categorias de gênero que existem. (...) Então, quando eu apareci dentro do gueto foi uma repulsa que você nem imagina: “Mas como você gosta de mulher?”, eu falei “Mas você não gosta de homem? [Letícia sorri] A gente pode gostar de homem, de mulher, dos dois, de coisa nenhuma, por que você associa uma coisa com a outra?” E aí eu já tinha uma formação boa porque quando eu transitei, eu realmente já conhecia muito o assunto. Também não estava influenciável por qualquer coisa. Porque quando esse discurso vem com pessoas muito jovens elas acabam cedendo, e para quê? Para ser aceito dentro do próprio grupo que pode em tese dar para ela alguma cobertura.

Entrevistador: Busca uma aceitação?

Letícia: São os iguais. Se esses iguais me rejeitam, como é que eu fico?

Uma curiosidade acerca da questão do acolhimento das vivências de Letícia por parte de seus familiares e amigos é a questão do desrespeito ao seu nome e à sua identidade de gênero feita “com respeito”, tipo de situação abordada por Fernanda Cardozo (2006). São episódios nos quais a pessoa trans exige que seu nome e sua identidade de gênero sejam respeitados por pessoas com as quais não convive cotidianamente e com as quais não conviveu anteriormente à sua transição de gênero, mas apresenta algum tipo de aceitação do fato de que as pessoas que a conheceram anteriormente à sua transição se refiram a ela pelo nome e pelo gênero e

pelos papéis sociais generificados que possuía antes de iniciar a transição de gênero. Nesse sentido, Letícia argumenta que é preciso ter tanto paciência quanto compreensão com amigos e familiares que apesar de tratá-la de forma amigável e acolhedora, seguem apresentando grande resistência em se referir a ela usando o nome e o gênero femininos que ela adota há anos. Sobre esse assunto, nossa interlocutora publica em seu perfil de Facebook, no dia 23 de fevereiro de 2020, a seguinte reflexão:

Sim, há muitas pessoas que ainda me chamam de Geraldo. Mas posso atestar que não é por desconsideração ou deboche, não. São pessoas muito próximas, gente muito boa, que jamais me questionou, me rejeitou ou me excluiu após a minha transição. Gente que, eu tenho certeza, compreende, aceita, respeita e defende a minha condição de pessoas transgênera. Muitas vezes, eu vejo essas pessoas me chamarem automaticamente de Geraldo, sem nenhuma conotação de falta de respeito ou agressividade, mas como um gesto mecânico, absolutamente natural, como alguém que visita uma velha rua da cidade natal, cujo nome foi recentemente modificado. Muito antes de me querer desqualificar, chamando-me pelo nome antigo, entendo essa atitude como algo que resgata e mantém o vínculo de amizade que existiu entre nós desde sempre. Não se trata de me desprestigiar mas, muito ao contrário, de me acolher, inconscientemente, como alguém que eu sempre fui, independentemente do rótulo de gênero que eu carregava no passado e que estou carregando no presente. Eu seria arrogante e inconveniente, centrada no meu próprio umbigo, muito “pode crer”, para interpelar tais pessoas, “exigindo” delas me tratem na forma feminina. Uma atitude dessas, além de revelar a minha total insensibilidade, serviria apenas e tão somente para explicitar uma possível dúvida quanto à minha própria identidade, para eu me sentir assim “tão ameaçada” em função do nome pelo qual pessoas amigas e carinhosas me chamam..

Na lógica apresentada por nossa interlocutora, após uma pessoa trans fazer a transição de gênero, a atitude de familiares e amigos não respeitarem as questões referentes à sua identidade de gênero, incluindo o nome, as concordâncias gramaticais e os rótulos sociais generificados, seria um sinal de apego afetivo à imagem e aos papéis sociais apresentados pela pessoa transgênera anteriormente à transição. Cabe salientar que essa forma rígida de identificar as pessoas está em consonância com a cisheteronorma, e que o desejo de manter as relações familiares em concomitância à manutenção dessa lógica resulta na necessidade de que sejam feitas negociações acerca dos papéis de gênero exercidos pela pessoa trans.

Em seu processo de transição de gênero, Letícia, que se identificava com o feminino já desde a infância, para manter as relações familiares, em um primeiro momento, viveu como Geraldo, o filho, marido e pai. Eventualmente, identificando-se como crossdresser, vestia-se com roupas femininas escondida da família em eventos promovidos pelo grupo BCC. Quando assumiu para a esposa que precisava viver sua identidade feminina com maior constância, passou a se vestir com roupas femininas também em casa. Enfim, deu início a modificações corporais e passou a se vestir de acordo com o gênero de preferência também fora de casa.

Em paralelo à mudança de gênero, a mudança de nome também está diretamente relacionada a uma série de vivências marcadas por enfrentamento de transfobia, em especial quando não ocorre a mudança registral. Inicialmente, Letícia fazia o uso do nome social, mas frequentemente sofria discriminação e desrespeito ao seu nome, como no episódio que narra em seu blog, no dia 12 de abril de 2017:

Porque atendentes de hospital não só cagam e andam pra nome social como não se pode sequer repreendê-las, uma vez que ninguém tem a obrigação de seguir um dispositivo que não passa de um típico jeitinho brasileiro. Eu cago e ando pra nome - civil ou social - mas acho desaforo você ter solicitado ao atendimento ser chamada pelo seu nome social, mais para não “causar” no ambiente do que para atender o meu ego e, na hora agá, ser chamada pelo nome civil. (...) Essa coisa toda é uma bosta, se querem saber. E eu sei que vai ter um monte de gente dizendo “por que então você não entra com um processo para correção do seu nome civil?”. Simplesmente porque eu não cometi crime nem deslize nenhum para submeter a minha vida à apreciação da Justiça. (...) Mas isso nem vem ao caso. A questão é que se eu entrasse com o processo e um juizeco transfóbico resolvesse indeferir o meu pedido de mudança de nome civil eu ia ficar puta demais, correndo o risco até de ser presa, porque eu ia rodar a baiana mesmo.

Ao citar um exemplo de transfobia e desrespeito ao nome social sofridos em um hospital, Letícia argumenta que o objetivo do nome social não é respeitar a pessoa trans, mas evitar causar desconforto para as pessoas cis que estão ao redor da pessoa trans. Ela diz ainda que tinha medo de tentar alterar seu nome em seus documentos recorrendo a procedimentos judiciais por reconhecer a existência da hipótese de ter sua solicitação rejeitada simplesmente por ser atendida por um juiz transfóbico. Considerando que no ano de 2018 foi eleito no Brasil um presidente cujo partido possui alinhamento político de extrema direita, cresceu em nossa interlocutora o receio de enfrentar situações discriminatórias no cotidiano. No entanto, no mesmo ano, devido à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4.275 foi aprovado o Provimento de número 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), este o qual permite de maneira desvinculada de decisão judicial a alteração do prenome e do gênero de uma pessoa trans em certidão de nascimento e certidão de casamento. Devido a esse marco histórico brasileiro, apesar de todo seu discurso de questionamento das questões de gênero, Letícia decide alterar seu nome em seus documentos, como evidencia em uma publicação feita em seu perfil de Facebook no dia 14 de dezembro de 2018:

O apoio sério, oportuno, competente e responsável da Justiça Brasileira à causa transgênera culminou nesse ano de 2018 com o julgamento da ADI n. 4.275, pelo Supremo Tribunal Federal, que resultou no reconhecimento do pleno direito das pessoas transgêneras modificarem o seu prenome, sexo (e gênero) com uma simples ida ao cartório, munida de alguns documentos e certidões legais. (...) Aplaudi e comemorei o quanto pude a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas renunciei, eu mesma, a esse direito, tão duramente obtido, de poder mudar o meu nome civil. Por ser casada, há quarenta e três anos; por ser pai de três filhos; por ser avô de duas netas e três netos; por já ter vivido a maior parte da minha vida. A essa altura da minha jornada, achei que seria uma veleidade mudar o meu nome no cartório,

apenas para atender o que poderia ser uma simples vaidade pessoal. Afinal de contas, todo mundo me conhece e me reconhece como Letícia Lanz. Ninguém, especialmente eu, nunca colocou em choque a minha identidade de Geraldo com a minha identidade de Letícia. (...) Entretanto, a partir do segundo semestre desse ano, o horizonte foi ficando cada vez mais cinzento, com o extemporâneo ressurgimento de discursos e ações altamente retrógradas e reacionárias no cenário político nacional. (...) com a cada vez mais próxima possibilidade de recrudescimento das ações persecutórias à população transgênera, a mudança de nome civil me deixaria de alguma forma mais protegida e menos vulnerável ao espírito primitivo e predatório de pessoas e grupos altamente retrógradas e transfóbicos. Dividi minhas preocupações, como sempre faço, com Angela, minha amiga, esposa e companheira de quase cinco décadas. E dela recebi todo o apoio necessário, mesmo com todo o trabalho que terei, que teremos, para ajustar a documentação da família à minha nova identidade jurídica de gênero. (...) [se] o nome nunca foi importante para mim no sentido de determinar quem eu sou, meu nome civil, LETÍCIA LANZ DE SOUZA, doravante devidamente consagrado pela Ordem Institucional do País, torna-se, nesse momento, um instrumento de afirmação da transgeneridade como uma condição normal existente em qualquer sociedade humana, em qualquer tempo e lugar. Torna-se, sobretudo, uma atitude política de “insistência” na defesa intransigente do direito de cada pessoa ser quem ela é, seja ela quem for.

Concluindo as reflexões acerca da trajetória de construção identitária de gênero de Letícia, cabe salientar sua crítica à binariedade de gênero concomitante a sua inescapável reinscrição em uma matriz binária de gênero derivada da cisheteronorma. Curiosamente, embora ela afirme que deseja “detonar a matriz identitária da sociedade”, ao mesmo tempo, ela afirma que deseja ser reconhecida como mulher, ou seja, ela deseja o fim de uma lógica dentro da qual ela deseja se reinscrever. Esses seus desejos aparentemente conflituosos são explicitados em uma publicação feita em seu perfil do Facebook em 09 de julho de 2017:

Eu afirmo o tempo todo que não me considero nem homem, nem mulher, nem trans. Sou Letícia Lanz, uma construção de mim mesma em permanente revisão, e que não encontra representação adequada em nenhum modelo identitário existente na sociedade.

Mas é óbvio que no dia a dia eu me apresento como mulher. É assim que as pessoas me veem e é assim que eu desejo ser reconhecida. Não há como negar essa minha “ontologia” nitidamente feminina. Sendo assim, eu tenho que me reconhecer como mulher, para todos os efeitos de convívio com outras pessoas, assim como para o exercício de vantagens e desvantagens, na minha vida em sociedade.

Não dá para eu me apresentar como mulher, a olhos vistos, e fazer apologia, de base puramente teórica, do meu suposto (e desejado) “não binarismo”. Não sou eu que organizo ou realizo a minha inclusão na matriz identitária da sociedade, mas a própria sociedade. Essa matriz já estava pronta e implantada quando eu cheguei aqui e, mesmo com todos os meus esforços para detona-la, ela é muito mais forte do que eu. Muito provavelmente vai continuar por aqui, determinando a vida das pessoas, ainda por muito tempo, por mais que eu denuncie e combata o binarismo de gênero como fonte de todas as injustiças e desigualdades entre os seres humanos.

Até que esse binarismo seja superado, coisa que dificilmente verei em vida, vou ter que me contentar em ser reconhecida dentro dele e a partir dele. Tanto em termos de coisas simples como meu nome civil (todas sabemos que nenhuma mulher se chama “Mateus” ou “Ricardo”, a não ser como sobrenome...) quanto em termos de coisas complexas como as grandes lutas da mulher na sociedade, passando por trivialidades como modo de vestir, falar, gesticular, etc. etc. Eu posso me sentir - e devo me sentir - como eu quiser. Isso é parte da minha independência e autonomia de ser quem eu sou. Agora, quem me rotula é a sociedade, com base nos rótulos que estão aí, petreamente estabelecidos, de masculino e feminino (homem e mulher).



Dada essa apresentação da trajetória de vida e da construção identitária de gênero de nossa interlocutora Letícia, passamos à apresentação de suas vivências parentais. E a melhor forma de iniciar esse segmento é salientando uma reflexão trazida em sua autobiografia, na qual reitera o seu desinteresse de se (re)inscrever no que ela chama de “uma matriz cultural de inteligibilidade de gênero” e revela o seu principal desejo de inscrever naquilo que ela nomeia de “uma matriz de *sensibilidade social*”:

Meu aviso aos navegantes é que eu não me sinto nem um pouco responsável por eventuais contradições e desconfortos conceituais, lembrando que eu, pessoalmente, não tenho mais o menor interesse em me inscrever em nenhuma matriz cultural de inteligibilidade de gênero. Meu esforço é para me inscrever – e para me manter inscrita – numa matriz de *sensibilidade social*, na qual eu possa ser aceita, reconhecida, legitimada e amada pelas pessoas sendo tão e unicamente a pessoa que eu sou. (LANZ, 2021, p.47).

O desejo de se inscrever e se manter inscrita em uma matriz de *sensibilidade social*, no caso de Letícia, toma um contorno bastante específico: ela deseja se manter parte da família que ela construiu com incomensuráveis esforço e carinho. Inclusive, é comum que ela faça depoimentos nos quais ela salienta que na interseção entre suas vivências familiares e suas vivências de gênero, um de seus maiores temores era ter que se afastar de sua família para que pudesse se aproximar do gênero com o qual se identificava, justamente por supor, dentro de uma lógica cisheteronormativa, que apenas um homem poderia ser pai e exercer certos tipos de funções sociais, como a de “proteger” a família. Um desabafo acerca desse fato é feito em seu perfil de Facebook no dia 17 de julho de 2017:

Uma das coisas que mais me torturaram emocionalmente durante o meu processo de “abdicação” de gênero foi pensar que de alguma forma eu estivesse pondo em risco a integridade e o bem estar da minha família. Na minha ainda ingênua abordagem de gênero, eu devia imaginar que cabe ao homem “proteger” e “tomar conta” da sua família. Assim, uma vez que eu estava abdicando de ser homem e, portanto, de ser o chefe da casa, eu estaria pondo em risco a própria segurança do meu lar.

É claro que se tratava de uma total falácia de raciocínio, produzida e alimentada pelo machismo estrutural da nossa sociedade, sem nenhuma comprovação empírica no mundo contemporâneo, em que a mulher tornou-se perfeitamente capaz de exercer esse papel de “proteger” e “tomar conta” da sua família, sem a necessidade da presença de nenhum homem para fazer isso.

Mas foi muito difícil me cair a ficha de que poderia, sem problema nenhum, continuar sendo o marido da minha mulher, o pai dos meus filhos e o avô dos meus netos. Mas desde o momento em que eu compreendi isso, meu processo de abdicação de gênero deixou de ser uma tortura mental para o homem que a sociedade me treinou para ser.

Os rótulos que Letícia assume na família que cria com sua esposa Angela são marido, pai e avô. A cada um desses rótulos generificados no masculino, correspondem funções sociais igualmente generificadas. Sobre os rótulos que utiliza para se referir a si própria em termos de suas relações com os membros de sua família, Letícia se manifesta com grande

frequência. Uma das situações em que mais frequentemente se posiciona em relação a essas categorias sociais generificadas é na data em que se comemora o dia dos pais. Um exemplo disso é o discurso que realiza em seu perfil de Facebook na data de 11 de agosto de 2019:

FELIZ DIA DOS PAIS PARA MIM!!! Que luto para ser reconhecida nos meus papéis de PAI, MARIDO e AVÔ desde a minha transição. Não cederei a uma SOCIEDADE BINARISTA, HIERARQUIZADA e DISCRICIONÁRIA, que se manifesta até mesmo dentro do gueto transgênero! Meus filhos NÃO TÊM duas mães: têm mãe e pai, que sou eu. Meus netos NÃO TÊM duas avós: têm avó e avô, que sou eu. Quem transicionou foi eu, NÃO AS FUNÇÕES E OS PAPÉIS QUE EU LEGITIMAMENTE SEMPRE DESEMPENHEI NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE. Não vou renunciar a ser chamada de pai e avô para ser chamada de crentinices feito “pãe”, a fim de eu me tornar mais “palatável” para a sociedade hipócrita e degenerada que aí está. TRANSGENERIDADE É UM ATO REVOLUCIONÁRIO DE TOTAL DISCORDÂNCIA E REBELDIA COM O “CIS”TEMA, NÃO UMA REACOMODAÇÃO OPORTUNISTA E IRRESPONSÁVEL.

Sobre papéis parentais paternos que assume, são poucos os depoimentos encontrados em que Letícia explicita quais seriam. É possível encontrar alguns exemplos da concepção de nossa interlocutora a respeito de em que consistiriam esses papéis paternos em comentários como o publicado em seu perfil de Facebook em 18 de junho de 2017:

O caçula da família, muito, muito, muito querido por todas as pessoas que o conhecem divide seu tempo entre o doutorado em Educação Ambiental, na FURG, e a ong Give Love, que realiza projetos de saneamento básico e sustentabilidade com comunidades extremamente carentes, da África e da América Latina. Aqui, na casa que ele próprio acabou de construir, trabalhando de peão e de mestre de obras, profissões que me orgulho de dizer que aprendeu comigo, desde criança. O projeto é da mãe e arquiteta-psicóloga oficial da família. Gratidão, Samuel, por ter ido nos encontrar em Montevidéu, por ter viajado conosco por toda a costa uruguaia, da Colônia do Sacramento ao Chuí e por nos receber com tanto carinho na sua nova casa em Rio Grande. Nós te amamos.

Conforme o argumento de Letícia, a construção da casa, o trabalho de peão e de mestre de obras são profissões que ela, na qualidade de pai, ensinou a seu filho. Enquanto sua esposa, na qualidade de mãe e mulher, assume um papel de arquiteta-psicóloga. Nesse sentido, parece existir uma relação entre pai que ensina o filho a exercer tarefas que demandam força bruta e mãe que cuida dos filhos. Outra situação em que Letícia e seus filhos falam acerca dos papéis paternos que ela exerceu se deu no documentário “Liberdade de Gênero”, dirigido pelo cineasta João Jardim, publicado em 2016, quando ocorreu o seguinte diálogo:

Samuel: Hoje ele é a Letícia. Mas o meu pai é o Geraldo. Foi quem me ensinou a dar nó na gravata. Que me ensinou a aparafusar, a pregar, enquanto Geraldo, ainda, naquela época. É o maior homem que eu conheci na vida. [esboça um largo sorriso de orgulho e contentamento].

Raphael: Eu lembro quando a gente ia para o sítio também. Fazia cerca. Mexia na [instalação] elétrica.

Letícia: Nossa, é mesmo. Você lembra? Eu fazendo aquela cerca de bambu na fazenda?

Raphael: Rolava um troco, mas pra rolar um troco, rolava um trabalho, né?

Samuel: Fazia parte da formação, trabalhar lá na fazenda.

(...)

Letícia: Eu odeio futebol. Tenho raiva até de ver na TV. Embora, sempre levei meus filhos para o campo de futebol. Sem conseguir ser o homem que a sociedade queria eu cuidei dos meus filhos com a maior alegria [Letícia fica com a voz embargada, prendendo o choro de emoção] Com a maior felicidade, sabe? De ver eles crescerem! De interagir com eles. Então, sem gostar de futebol, eu levava eles para o campo de futebol. Eles amam! (...) Eu me considero melhor do que muito macho, homem, que assumiu o papel de pai, mas sumiu no mundo. Eu nunca sumi, não! Eu levei até o fim.

Por um lado, a função paterna aparece vinculada a atividades de socialização associadas ao masculino, como participar de eventos esportivos, seja praticando-os ou assistindo a jogos ou conduzindo seus filhos a interagir nesse contexto esportivo e concebido como masculino. Por outro lado, mais uma vez, a função paterna parece estar relacionada a atividades que envolvem o uso de força física para o desempenho de tarefas. No entanto, é possível ressaltar outro detalhe: essas tarefas também estão vinculadas a formação de valores. Isso revela que Letícia busca ser para seus filhos um pai nos moldes em que o pai dela foi para ela: era o pai de Letícia que lhe servia como bússola moral e que lhe fazia incontáveis e intermináveis sermões. Desse modo, enquanto pai, nossa interlocutora se sente responsável por contribuir para a formação e manutenção dos valores morais de seus filhos. Há ainda na autobiografia de Letícia uma passagem em que ela comenta que suas funções paternas seriam a de aconselhar:

Aprendi a ser pai com o meu pai e sempre desejei ser para os meus filhos a mesma referência sólida e acolhedora que ele foi e continua sendo em minha vida. (...) Eu morria de medo de perder o posto de conselheiro, de solucionador de problemas, de confidente em assuntos graves e urgentes, antes de eles chegarem aos ouvidos da mãe. Transicionar nunca significou para mim deixar de ser o pai que sempre fui para os meus filhos. (LANZ, 2021, p. 86).

Nesse sentido, Letícia seria para os filhos uma referência imprescindível de vida, uma vez que ela ensinou os filhos que o fato de ela ser pai deles significaria muito menos ser uma figura socialmente masculina e muito mais ser para eles uma referência moral e um ponto de apoio em momentos de dificuldade. Seguindo essa lógica, a transição de gênero de Letícia estaria fortemente ligada a possibilidades de mudanças simbólicas radicais. A hipótese de que Letícia se tornasse uma mãe apenas para que houvesse uma compatibilidade gramatical entre sua identidade de gênero e o rótulo de função social a ela proporcionado pela sua relação com seus filhos representava um risco de que ela deixaria de ser aquela figura simbolicamente potente e representada pelo termo “pai”. Teoricamente, o fato de Letícia passar a ser chamada de mãe ou de qualquer outra palavra que representasse sua relação com seus filhos não seria

necessariamente um sinal de que ela deixaria de assumir as funções parentais que ela exercera até então. Porém, no contexto em que estavam inseridos, tanto nossa interlocutora quanto seus filhos supunham, ainda que de forma não consciente, que o fato de Letícia abdicar desse rótulo parental com gênero masculino – pai – significaria que ela abdicaria também de todas as funções parentais que ela exercera e que desejava seguir exercendo. Na impossibilidade de ferir a ordem simbólica estabelecida, seus filhos seguiam desejando encontrar em Letícia o seu pai Geraldo. Já a nossa interlocutora, esta a qual é desejosa de seguir inserida na família que ela contribuiu para formar – na sua matriz de *sensibilidade social* – logra êxito em seu desejo ao se afirmar enquanto Letícia, uma figura socialmente lida como feminina, mas que segue sendo chamada de pai por seus filhos.

A necessidade simbólica que os filhos de Letícia apresentam da manutenção de Letícia enquanto figura paterna pode ser identificada em praticamente todos os poucos depoimentos por eles dados. No programa de televisão intitulado “NA MORAL”, exibido originalmente no canal Rede Globo no dia 22 de agosto de 2013, a dificuldade da filha Rachel de lidar com a transição de gênero de Letícia incorre naquilo que Rachel nomeia “preconceito”:

Rachel Autran: Eu percebo que é tudo um discurso até que isso bata na sua porta. Então, assim, a gente descobre que tem preconceito de verdade quando ele bate na porta da gente.

Pedro Bial (entrevistador): É, porque, em geral, é sempre na família do vizinho, né?

Rachel: Sempre! Hoje eu tô convivendo com um pai que... O pai é o pai, né? Continua sendo meu pai, sempre vai ser. Mas é muito difícil ser mulher e vê-lo dessa forma, sendo que eu vi a vida inteira, durante trinta e três anos, aquele pai. E o meu filho também hoje chama ele de vovô. “Bobô”. Ele é o “bobô”.

Pedro Bial: Quantos anos tem o seu filho?

Rachel: Dois. Só que ele é o “bobô”, mas se você perguntar para ele se o “bobô” é menina ou se o “bobô” é menino, ele fala que é menina.

Pedro Bial: Hoje você chama de papai ou de Letícia?

Raphael: De pai, de Letícia, do jeito que ele quiser, do jeito que ela quiser. Eu não tenho distinção.

Pedro Bial: E você, Rachel?

Rachel: Eu chamo só de pai. Não consigo chamar de Letícia, apesar de ouvir todos chamando de Letícia. É impossível! Chamo de pai. Chamo de “dad” [que significa pai em inglês], como eu sempre chamava.

Quando Rachel menciona que sente “preconceito” em relação à transição de gênero de Letícia, é possível perceber que além do medo da perda da figura paterna, há também o medo de que o convívio de Letícia com os netos possa gerar nestes o interesse pelo hábito de ser

vestir com roupas femininas. Nesse tipo de situação há um entendimento da transgeneridade como algo ruim e socialmente infeccioso, e especificamente esse caso caracteriza aquilo que compreendemos como uma atitude transfóbica. O documentário “Liberdade de Gênero” tem uma passagem na qual Rachel fala sobre esse medo da transgeneridade:

Eu acho que o lance que pegou mesmo foi muito eu ter dois piá, né? Dois filhos. Homens. Eu estava com medo de os meus filhos conviverem com o meu pai. Se um deles quiser se vestir como o avô. O medo vem de dentro, você não pode fazer nada.

Curiosamente, na sequência desse depoimento, é apresentada uma cena na qual Letícia está sentada com seus dois netos, filhos de Rachel, apoiados em seu colo. E um deles, para chamar atenção de Letícia, chama-a inicialmente de vovó, identificando-a como uma figura feminina, a partir daquilo que ele vê quando ele olha para Letícia. Contudo, quase que imediatamente ele o menino se corrige e chama-a de vovô, figura masculina. O treinamento dado por Letícia e Rachel para que o neto chame Letícia de vovô parece estar vinculado a manter Letícia como figura paterna também para seus netos. Inclusive, Letícia publica em seu perfil de Facebook incontáveis relatos de como é sua vida ao lado de seus netos. Um exemplo é a publicação feita em 30 de janeiro de 2021

Escutando, de longe, meus netos fazerem login no Netflix. Zapeiam as contas, com direito a escolher entre as carinhas dos avatares de Letícia, Angela ou Crianças. Ficam com “crianças”.  
O mais velho pergunta para o do meio:  
- Sabia que o vovô tem dois nomes: Letícia e Geraldo?  
Resolvo entrar na conversa, de longe.  
- E qual dos dois nomes você gosta mais?  
- Eu gosto dos dois, Letícia e Geraldo. E você, vovô?  
- Eu gosto mais de Letícia..  
Deixa passar uns instantes, como se tivesse encerrado a conversa e de repente, diz:  
- Pensando bem, eu também gosto mais de Letícia. É mais bonito e bem mais fácil de falar.  
Simples assim.

Esse é um de muitos relatos em que Letícia revela o quanto que seus netos tratam com respeito, sem resistência e sem espanto o fato de que possuem um vovô que é uma mulher e que tem um nome feminino. Outra publicação que reitera a vivência marcada por harmonia e compreensão entre nossa interlocutora e seus netos no tocante a questões de identidade de gênero pode ser verificada no perfil de Facebook de Letícia em 26 de março de 2016:

Meu neto de cinco anos veio me mostrar um desenho que ele fez.  
- É o vovô e a vovó. Eu fiz pra você.  
- Pra mim? Nossa! Que legal. Muito obrigado!  
Aí eu fui olhar o desenho com cuidado e vi que o “vovô” era igualzinho à “vovó”.  
Ah se os adultos ao menos pudessem compreender e aceitar as pessoas com a mesma simplicidade das crianças!

Como é possível perceber nesses relatos, a despeito do receio que Rachel externou da possibilidade de que o convívio de Letícia com os netos pudesse incentivá-los a ter o desejo de se vestir com roupas femininas, não foi impedida por Rachel a convivência entre Letícia e seus netos. Aliás, a manutenção de nossa interlocutora em uma de suas principais funções paternas, a de acolhimento para aconselhamento, segue ocorrendo mesmo na relação entre Letícia e Rachel, como pode ser percebido em depoimento dado por Rachel no documentário “Liberdade de Gênero”:

Eu soube que eu tô grávida de mais um filho, né? A primeira pessoa que eu me senti com coragem de contar que eu sabia que eu ia ser acolhida foi ele [meu pai]. “A gente cria”, ele falou. [Rachel fala com voz embargada] Ele me pegou no colo. Ele me deu um monte de beijos. E eu sinto falta daquele cara. Eu não vou dizer que não. É só olhar por baixo dessas roupas que ele tá ali!

A impossibilidade de reconfiguração de gênero nas funções parentais de Letícia exige que sejam feitas certas negociações para que a convivência em família seja perpetuada de modo harmônico e satisfatório para todos os envolvidos. Nossa interlocutora se consolidou em um primeiro momento a partir dos rótulos de Geraldo, filho, pai, marido e avô. O valor simbólico atribuído a essas palavras no contexto dessa família impede que Letícia possa ser chamada por qualquer outro termo. Retomemos por um instante a pergunta que dá título a esse estudo: “Ela não pode ser pai?”. Acreditamos que ela pode e deve ser o que ela quiser ser, e não somos nós, pesquisadores, que temos o direito de prescrever uma resposta que deva ser considerada correta. Letícia não tem qualquer necessidade de assumir o compromisso de se encaixar coerentemente em padrões binários de gênero impostos pela cisheteronorma, de tal modo que poderíamos compreender que sua atitude se aproxima de um movimento contrassexual nos moldes do que defende Paul Preciado (2017). Por outro lado, para manter suas posições na família – ou na *matriz de sensibilidade* – Letícia se adequa a um campo de possibilidades daquilo que é imposto pela necessidade que seus filhos apresentam de que ela siga se enquadrando na categoria de pai, desse modo mais parecendo se enquadrar na agência proposta por Saba Mahmood (2006). A despeito de como poderiam ser compreendidas as ações de nossa interlocutora, somos instigados a perguntar, depois de tudo o que foi exposto até então: “Ela não pode ser mãe?”. Seria possível uma reconfiguração dos valores simbólicos desse conjunto familiar, de modo que, caso fosse do interesse de Letícia ser reconhecida pelo rótulo de mãe, ela pudesse ser assim reconhecida concomitantemente à manutenção do exercício das funções parentais que ela sempre exerceu? Reconhecemos que as peculiaridades do caso analisado não são prescritivas a outras realidades que possam se delinear em outras famílias, mas consideramos importante a proposta da reflexão supracitada.

Recapitulando a trajetória de construção identitária de gênero de Letícia, podemos perceber que seus discursos questionam a validade da manutenção da cisheteronormatividade, propondo inclusive a “detonação da matriz identitária” hegemônica, discurso esse que muito se aproxima de um movimento contrassexual (PRECIADO, 2017). Concomitantemente, por outro lado, sua sujeição a se constituir em termos de papéis sociais familiares generificados – principalmente marido e pai – que estejam de acordo com um campo de possibilidades que lhe é apresentado por seus familiares, em especial sua esposa e seus três filhos consanguíneos, revela um movimento de agência (MAHMOOD, 2006). Pode-se compreender, no entanto, que o movimento de contrassexualidade é retomado a partir do relacionamento de Letícia com seus netos – estes os quais fazem uma leitura inicial de Letícia como sendo uma figura que se enquadra no gênero feminino, portanto, no rótulo de avó. Nossa interlocutora educa seus netos ativamente a que a chamem pelo rótulo de avô, coadunando com uma leitura de gênero feita pelos filhos de Letícia. Desse modo, é naturalizado um contexto em que os netos passam a compreender nossa interlocutora como uma figura de gênero misto, que se veste e se expressa de acordo com o feminino, que possui dois nomes, um masculino e um feminino, e que prefere que as pessoas a tratem pelo gênero gramatical feminino e pelo nome feminino, apesar de conviver sem aparente contradição com o fato de carregar os rótulos familiares de gênero masculino – de marido, pai, e agora avô – bem como de exercer ativamente as funções sociais atreladas a esses rótulos. Nesse sentido, a noção do respeito à pessoa trans se aproxima do que foi verificado nos casos analisados por Fernanda Cardozo (2006):

Levando-se em conta a recorrência de uma aceitação, por parte das travestis, do tratamento no masculino entre familiares e uma reivindicação do reconhecimento feminino em relação aos demais indivíduos, é possível apontar não só para uma diferenciação entre anterioridade e posterioridade em relação à transformação, como também para uma distinção entre espaços públicos e privados nos quais os nomes são acionados. Tal mecanismo se mostra presente, sobretudo, nos casos em que mesmo alguém da família – a quem é permitida a nomeação masculina – passa a referir-se às travestis no feminino em locais públicos, como na praia ou na danceteria. (CARDOZO, 2006, p.97).

Embora Letícia não se configure como uma travesti, bem como o tratamento por rótulos masculinos se dê em concordância com a vontade expressa e reiterada por nossa interlocutora, fica evidente a distinção de tratamento dispensada às pessoas que conhecem Letícia e que com ela convivem antes do início de sua transição de gênero, e que corresponde ao grupo de pessoas com quem se relaciona em espaços da vida privada; e o tratamento dado às pessoas que conhecem Letícia após a transição de gênero e ou que com ela se relacionam nos espaços da vida pública. Com aqueles faz negociações e concessões. Com estes, exige ser chamada no gênero gramatical feminino e pelo nome Letícia e pelos rótulos marido, pai e avô.

Ainda que as funções parentais exercidas por Letícia sejam explicitamente generificadas de maneira que ora se adequam aos padrões cisheteronormativos – como quando ela ensina os filhos e os netos a exercer atividades físicas brutas e a praticar e se envolver com vivências esportivas, ou quando ela assume a responsabilidade de defender a família de ameaças de qualquer natureza, reiterando seu papel masculino cisheteronormativo – e ora se adequam aos padrões localizados de seu contexto familiar – como quando assume função de conselheira e de proponente de valores morais, um papel considerado masculino, em oposição ao papel de cuidadora, exercido por sua esposa Angela, um papel considerado feminino tanto no contexto local quanto de acordo com a lógica da cisheteronorma – consideramos que essas funções parentais generificadas exercidas por nossa interlocutora não entram em tensão com a sua identidade de gênero devido ao fato de que Letícia não aciona as suas funções parentais com a finalidade de reafirmar sua identidade de gênero bem como não vê ameaçada a sua identidade de gênero por parte das funções parentais generificadas por ela exercidas.

Observada fora de seu contexto de origem, e a partir de uma ótica exclusivamente cisheteronormativa, a vivência de Letícia poderia ser compreendida como uma forma tão violenta de apagamento de suas supostas reais vontades, que resultaria numa situação na qual a própria vítima contribui para a invisibilização de seus desejos. Essa perspectiva se baseia em um dos quatro pontos da transfobia estrutural da psicanálise, evidenciado por Eduardo Leal Cunha (2022) que preconiza a incapacidade de aceitação de uma vivência que escape à naturalização e à infinita tentativa de reinserção em um padrão binário de gênero. Nossa interlocutora, no entanto, além de reivindicar ativamente seu direito de ser reconhecida nos espaços da vida pública a partir das vivências e da lógica por ela apresentadas, denuncia com grande frequência o fato de ser estigmatizada por pessoas de movimentos sociais brasileiros que inadvertidamente defendem mais a manutenção de uma lógica de gênero binária e rígida e pré-discursiva (VERGUEIRO, 2015) do que os direitos de subjetivação de pessoas trans que existem para além de discursos. Cabe salientar que o fato de nossa interlocutora ser uma pessoa trans concomitante ao fato de ser uma psicanalista atuante na clínica evidencia que é possível pensar a partir de uma ótica psicanalista e transfeminista. Nesse sentido, seguindo a proposta de Beatriz Bagagli (2016) as vivências trans podem ser compreendidas para além de uma patologização da ausência de coerência cisgênera nas vivências de uma pessoa trans. Desse modo, ser uma pessoa chamada Letícia, que se identifica com o gênero feminino, e que é marido, pai e avô, é algo considerado comum e inofensivo, logo, uma vivência que não se constitui a partir de incoerências externas, mas a partir de coerência interna.



Desejamos conduzir o encerramento desse capítulo ao resgatar aquilo que defendemos nesse estudo: o direito a que pessoas trans possam fazer parte de uma família no exercício da parentalidade, qualquer que seja a configuração possível, e sendo respeitadas todas as pessoas que fazem parte dessa família. Por isso que consideramos essencial mostrar uma de muitas publicações do perfil de Facebook de Letícia, esta a qual foi feita na data de 21 de setembro de 2019, em ocasião na qual ela comemora e exhibe com alegria e orgulho o seu pertencimento a sua família e a sua (re)inscrição na matriz de *sensibilidade social*:

Celebrando, em família, com todo mundo junto, e mais alguns amigos nossos, duas datas muito especiais para a nossa família. 20 de setembro, aniversário de um ano da Alice, nossa neta caçula que veio reavivar os nossos laços de amor. 21 de setembro, nosso aniversário de casamento. 42 anos de vida em comum, três filhos, cinco net@s e mais um monte de vidas que eu e Angela vivemos juntas nessa jornada, com a disposição, minha e dela, de começar tudo de novo, mesmo já conhecendo o enredo, sem mudar nada em tudo que nós passamos, pois tudo foi puro crescimento.

Apresentamos também uma das fotos que acompanham a publicação:

Figura 02 – Letícia cercada por sua família e amigos



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Letícia Lanz.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2220178011427669>

Embora Letícia, por um lado, não expresse o desejo de que as pessoas de sua família a reconheçam como mãe ou avó, por outro lado, acaso ela expressasse tal desejo, a conjuntura em que está inserida indica que ela não necessariamente gozaria de tal direito, ao menos, não de forma imediata ou desprovida de negociações e reivindicações. Isso ocorre porque de

acordo com Laura Mattar e Carmen Diniz (2012), existem hierarquias reprodutivas, que aqui entendemos se relacionar com uma lógica de hierarquias parentais: em que parentalidades que se adequam a normas hegemônicas são mais legitimadas que aquelas que não se adequam.

De acordo com os inúmeros relatos de Letícia, sua maior expectativa em relação a sua família era a possibilidade de seguir fazendo parte da mesma, e exercendo as mesmas funções que sempre tivera exercido, de defender a família de ameaças externas e de servir como figura que aconselha nos momentos difíceis, bem como que apresenta e consolida os valores morais. Quando inicia sua transição de gênero, seu maior receio era justamente ter que se desligar de sua família e abdicar das funções parentais que exercia. Nesse contexto, seria possível que nós argumentássemos que nossa interlocutora enfrentava uma tensão oriunda entre o seu desejo de se constituir em termos de uma identidade de gênero e o seu desejo de manter suas relações familiares. Porém, como ela própria eventualmente descobre e narra, foi possível encontrar uma forma de dissolver essa tensão, na medida em que ela encontra uma forma de vivenciar sua identidade de gênero sem entrar em conflito com suas vivências parentais. É nesse sentido que ela se constitui como uma pessoa que possui dois nomes, um masculino e um feminino, embora prefira ser identificada pelo nome feminino, e que ainda assim vive sem qualquer espécie de contradição interna com o fato de que se apresenta como marido, pai e avô, ao mesmo tempo em que se expressa “ontologicamente” como uma mulher.

Apesar de todos os preconceitos e dificuldades enfrentados por nossa interlocutora nos mais diversos ambientes e contextos, e considerando todas as negociações realizadas por ela a fim de permitir sua (re)inscrição na matriz de *sensibilidade social*, Letícia conclui que está muito satisfeita com sua atual situação de vida. Nossa interlocutora revela estar em paz com a sua atual identidade de gênero, de uma pessoa que despreza padrões de gênero, mas que no contexto da sociedade em que habita, configura-se como uma mulher trans lésbica. Da mesma forma, Letícia está vivendo em harmonia com os membros de sua família. E, no que concerne à questão levantada nesse estudo, considerando a lógica interna do contexto social privado em que está inserida, Letícia apresenta não enfrentar tensões entre seu desejo de manutenção de sua identidade de gênero e seu desejo de manutenção de suas relações familiares. Isso fica evidente em vários momentos, como na entrevista concedida em 19 de janeiro de 2022 a uma plataforma virtual feminista intitulada “Elas que Lucrem”, na qual Letícia fala:

Eu costumo dizer que hoje eu estou no melhor mundo que eu podia imaginar para mim. Tendo mantido os meus papéis na família, porque eu amo família. Eu vim de uma família estável, muito bem montada, e nunca quis outra forma. Eu me casei para estar com a família hoje bem constituída. Eu ocupo uma posição que eu sempre ocupei. E a minha identidade de gênero é respeitada, ninguém me questiona.

## 2.2 Sara York

Ter Sara como minha interlocutora neste projeto é uma escolha que não poderia deixar de ser feita. Além de ser minha carinhosa amiga e referência tanto de estudos quanto de vida, ela é a primeira mulher travesti que eu conheci pessoalmente e que tinha filhos. Eu e Sara nos conhecemos num ciclo de muitas aulas que assistimos juntas na UERJ, ao longo do ano de 2017. Ela tomou a primazia de se aproximar de mim com seu largo e contagiante sorriso, convidando-me a participar de inúmeros grupos virtuais de discussões acadêmicas sobre temáticas igualmente diversas. Senti-me acolhida pelo modo como me tratava e a manutenção de nossos laços foi inevitável. No mesmo ano em que nos conhecemos, num dos grupos em que fui adicionada por Sara, pude, pela primeira vez notar que ela se enunciava como “pai” de seu filho. Seus depoimentos acerca de suas próprias vivências foram uma das primeiras pistas que tive para perceber e eventualmente me permitir questionar as minhas próprias percepções de mundo. Ainda muito ancorada nas lógicas impostas pela cisheteronorma, eu estranhava o fato de uma pessoa que se enunciava como travesti também se enunciasse como pai.

Antes de falar sobre as vivências de parentalidade de Sara, é preciso contextualizar quem é essa pessoa tão plural. Para essa tarefa, trarei o máximo de depoimentos de minha interlocutora, contextualizando-os sempre que for necessário. A tentativa de rotular Sara seria árdua e até equivocada, por isso, a melhor escolha para apresentar minha interlocutora é apresentar sua trajetória de vida: Sara nasce em 1975, em Goiânia. Mas não foi capaz de conhecer sua mãe consanguínea, pois ainda na maternidade foi comprada por uma mulher que viria a ser a sua mãe de criação. Percebendo-se gênero divergente desde a mais tenra infância, Sara relata que enfrenta no âmbito familiar, principalmente por parte de sua mãe de criação, um tratamento cruel e grosseiro. A figura materna que fornece acolhimento será encontrada em sua avó paterna, Carmina. Seu pai, sua mãe e sua avó paterna são três pessoas frequentemente retomadas em vários de seus depoimentos, principalmente os que são realizados de forma espontânea.

Apesar de ser criada em uma família de uma classe socioeconômica razoavelmente abastada e de ter tido a oportunidade de estudar e buscar um amplo conjunto de formações profissionais já a partir de sua adolescência, por se apresentar em desconformidade com o gênero masculino que lhe fora imposto desde seu nascimento, aos doze anos de idade, Sara é expulsa de sua casa logo após o falecimento de sua avó. Conhecendo pela primeira vez em

sua vida a realidade cruel de moradora de rua, começa a desenvolver uma perspectiva muito negativa da vida. Em 23 de dezembro de 2012, Sara inicia a publicação de uma série de vídeos em um de seus canais no Youtube, no qual assume que até aquele momento vinha percebendo e narrando sua vida de forma muito negativa, e que pretendia recontar sua história de vida a partir de uma nova perspectiva, mais otimista. Nesse mesmo dia, ela dá início a esse projeto, como se pode verificar no seguinte depoimento:

Eu posso recontar a minha história, a partir de hoje, de um modo diferente. Eu costumava contar a minha história assim: “Meu nome é Sara, eu sou transexual, e eu venho de uma casa onde a minha mãe não é minha mãe, e a minha mãe me pegou em algum lugar e botou a minha vida pra foder, e ela nunca me deu carinho, e ela nunca me deu isso” e a desculpa dela, é claro: “Eu nunca dei [carinho] pra nenhum dos meus filhos”. Ela já tinha quatro filhos quando ela me pegou. Então assim, quer dizer, a gente vai buscando desculpa. E aonde tá a desculpa da vida, não estão as soluções. Então o que aconteceu foi que em um momento a gente tem que parar e decidir realizar e curtir isso. Eu entendi isso alguns anos atrás quando lá em Goiânia eu tinha a minha casa com os meus passarinhos. Quem me conheceu lá sabe que eu tinha um salão e eu cortava cabelo dos meus clientes com um monte de passarinho solto pelo salão. E eles vinham na mão, eles conversavam. Tinha gente que adorava. Tinha cliente que odiava [e dizia]: “Nossa, eles cagam na casa inteira”. Quer dizer, é um ponto de vista. É um padrão dela. Mas o que realmente faz com que a gente crie o nosso foco é como você encara a sua própria história. (...) Eu estou contando um exemplo de como você pode recontar a sua história, mas sair daquela parte que te vitimizava e entrar numa parte onde dignifica. (...) Chegou num ponto da minha vida que eu via o quê? Eu me via em contato com um monte de coisa. (...) Eu comecei a ver coisa e sempre depois de péssimas histórias. Então, assim, eu tive péssimas histórias. Eu tive péssimas histórias quando eu usava drogas! Eu tive péssimas histórias quando eu bebia todas! Eu tive péssimas histórias num monte de lugar. Um dia eu cansei de ver as péssimas histórias e decidi ver as boas histórias e comecei a ignorar [essas péssimas histórias]. Uma parte do meu cérebro queria voltar pra lá, pra me contar as péssimas [histórias]. Outra parte falou assim: “Não, vamos ignorar tudo isso porque a gente pode criar um novo mundo”.

É a partir dessa escolha lúcida que, em vídeo publicado no mesmo canal no dia 18 de janeiro de 2013, Sara faz um depoimento esclarecedor acerca de seu relacionamento com sua mãe. Em sua fala, Sara demonstra a forma como ela percebe sua mãe e como isso continua a impactá-la mesmo anos após o afastamento do convívio das duas:

Eu não conheço a minha mãe que me pariu. E durante muitos anos eu culpei tudo o que me acontecia de ruim, estava muito ligado à mãe que eu conheço, porque ela me criou e ela já tinha quatro filhos, e ela sempre foi muito, muito dura. Ela sempre colocava de mim aquela forma assim: “Porque você é isso! E os meus filhos não”. Então eu sempre, sempre, [fui] aquele, o rejeitado, né? Aquela, aquela pessoa, aquela coisa, aquela outra coisa. E durante muitos anos a minha vida girou em torno disso, porque eu acreditava que ela era a culpada de todas as desgraças que me envolviam. E aí, um dia eu decidi que se existia uma pessoa culpada pelas coisas da minha vida, essa pessoa era eu! Se eu conseguia só ver coisa problemática ao meu redor, e erro, e defeito, e coisas desgraçadamente horrorosas, esse problema tinha que ser meu, né? Porque eu sei que pessoas passam por coisas horríveis, mas sempre tem um lado primoroso disso, por que não eu? E aí eu decidi abençoar essa mulher que foi, né, que foi, que foi tudo aquilo que era errado, podre, que era feio, que era

esquisito, porque ela me colocou nessa condição, então hoje eu decidi, alguns anos atrás eu decidi fazer isso, então hoje eu estou só dividindo essa história, e compartilhando essa história com vocês. Então eu decidi um dia ignorar o que eu não estava pronta pra perdoar, né, o papo de ela ter sido tão dura comigo durante tantos anos. E assim que eu me percebi mais forte, eu comecei a abençoar essa mãe que eu tive (...) E aí eu vou listar dez coisas pelas quais eu sou grata por ter tido essa mãe, que durante tantos anos eu achava que era um erro da minha vida. Mas sem essa mãe eu não poderia ter a condição tão aplicada aos estudos que eu tive, porque foi através dela que eu percebi a importância de estudar e realmente dar valor ao conhecimento, porque eu sabia que o conhecimento me libertaria de várias amarras, e foi o que aconteceu. A essa mãe eu agradeço porque sem ela eu não poderia ter tido as profissões que eu tenho. Eu procurei durante toda a minha vida me especializar em várias diferentes coisas porque pra mim era muito importante me manter mais fora de casa do que dentro de casa, porque tinha o convívio com essa mãe, e hoje eu tenho tantas profissões graças à ela. (...) Eu agradeço a inspiração que ela hoje é para mim: uma mulher de coragem e força, uma mulher que em 1975, que é a minha data de nascimento, ela, ela deixou quatro filhos e um marido pra mergulhar numa aventura amorosa com um homem por amor. Então, é uma história linda que eu também reconheço na vida dela.

Aquela pessoa que tanto a maltratou e a quem Sara culpava por todas as suas vivências “horrorosas” era uma figura que Sara tentaria submeter a um exercício de resignificação. Em paralelo a isso, outra pessoa era sempre lembrada de forma terna: sua avó paterna, chamada Carmina, também é mencionada no mesmo vídeo:

Eu agradeço à minha avó Carmina, que é a mãe do meu pai, e que foi quem me criou até os meus, os meus cinco, seis anos de idade, e depois eu ficava entre, né, viajando: eu ficava durante a semana na casa da minha mãe e no final de semana na casa da minha avó, que era quem eu entendia como a minha primeira mãe, que me deu as minhas educações primárias.

Em depoimento dado ao programa virtual de nome “Domingo à Noite”, hospedado no site Youtube, em junho de 2021, Sara faz outro relato acerca de sua avó paterna Carmina:

Eu sou a pessoa que eu sou porque eu tive uma avó até os meus doze anos de idade. Ela faleceu, eu tinha doze anos de idade. E me ensinava todos os dias o que era o respeito para com o próximo. Todos os dias ela me ensinava isso. Eu me lembro de falar pra minha avó: “Vó, eu acho que eu sou diferente” e ela me dizia assim: “Você vai estudar muito, porque a escola e o conhecimento e a sabedoria vão te salvar de todas as dores”.

Ainda persistindo no seu exercício de “recontar sua história”, Sara fornece um relato acerca de seu pai em entrevista concedida ao influenciador digital “Entrevistador Digital” no canal de Youtube deste, em 15 de janeiro de 2021:

Sara: (...) Mas eu me lembro de um detalhe que talvez, assim, seja mais interessante. É o fato de ter pedido dinheiro para o meu pai pra comprar um sapato. E eu não sei por qual motivo eu não falei pra ele que eu queria comprar uma sandália. Eu disse pra ele: “Eu preciso de um tênis”. Eu acho que eu tinha doze anos. Meu pai falou assim: “Eu vou lá com você comprar”. Eu falei: “Não, eu já olhei o tênis, é igual o

dos meus colegas” (...) Aí ele falou: “Então, tá. Quanto que tá?”. Eu falei: “Tantos dinheiros”. E ele foi e me deu aquele dinheiro e eu fui comprar o tênis. Eu fiz a propaganda do kichute, mas era uma melissa preta. E aí eu volto pra casa com uma melissa, de salto, uma melissa de salto Anabela, que é uma das minhas favoritas até hoje. (...) Meu pai, ele falou: “Comprou o tênis?”. Eu falei: “Comprei!”. Coloquei a sandália no pé e mostrei pra ele. E ele falou assim: “Não, você não ia comprar era um tênis?”. Eu falei: “Aqui, comprei um sapato”. Ele falou: “De salto?”. Aí eu falei: “Todos os meus amigos tão usando, não é possível que eu não possa usar!” [Sara e o entrevistador começam a gargalhar] E aí o meu pai disse: “Ah, então tá. Então, se eles tão usando, tá tudo bem, fica por isso mesmo”.

Entrevistador Digital: Eles não estavam usando.

Sara: Claro que não! Eu que naquele dia me livrei da surra, mas eu me lembro que depois a vida foi ficando muito insuportável. A ponto de ser mandada embora de casa. Mas eu não fui mandada embora de casa pelo meu pai. Eu fui mandada embora de casa pela estrutura cultural do patriarcado. Porque eu me lembro que o meu pai falou “tudo bem” pra minha sandália. Ele não aceitou a sandália tempos depois que muita gente foi falar pra ele o que é que era aquela sandália.

Tendo em vista o exercício a que Sara se propôs, de recontar sua história, antes de narrar suas vivências parentais, cabe mencionar o esforço que ela faz em ressignificar a si própria. Como anteriormente mencionado, Sara chegou a se compreender como uma “mulher trans”. Mas um evento muito significativo em sua vida marca a sua percepção de si, e a sua escolha de como se apresentar: em 2012 Sara dá início ao processo judicial para a retificação de seu nome e seu gênero em sua documentação no Brasil. Porém, no ano de 2018, o juiz permite que Sara modifique seu nome, mas não o seu gênero. Desse modo, Sara passa a fazer uma escolha política por se apresentar como uma mulher travesti, que tem dois nomes: um nome social e nome de registro civil. Considerando seu histórico de trabalhar como professora na educação infantil, sua atitude de tornar visível o fato de que ela possui um nome social serve como exemplo que ela oferece aos jovens estudantes trans e travestis, como ela atesta em depoimento dado ao entrevistador Daniel Cara em julho de 2020:

[O nome social] é um nome que é muito utilizado por jovens e adolescentes no ensino fundamental e no ensino médio, cada vez mais. E a escola precisa garantir aos alunos que se compreendem como trans ou travestis o direito ao uso do nome. Porque a função da escola é essa. É a de trabalhar com as diferenças. É a de socializar a partir das diferenças. E não de uniformizar sujeitos e militarizar estruturas como algumas pessoas tendem insistentemente em dizer. Então eu coloco os dois nomes pra dizer: “Olha, eu tenho dois nomes, um é social, o outro é do registro civil”.

Embora faça uma escolha política por se apresentar como uma mulher travesti, em muitos de seus depoimentos mais atuais, Sara revela certo desconforto quando as pessoas a seu redor tentam impor ou sugerir que ela se adeque de forma didática em determinada

categoria identitária. Em uma ocasião na qual concede uma entrevista em que é questionada sobre qual letra da sigla LGBTQIAP+ a representaria, Sara responde:

Eu acho, [fala de modo reticente] Eu acho que eu sou sapatão [e sorri] Não tem o “S”, o “S”, aquele GLS de sapatão? [GLS é uma sigla que corresponde a gays, lésbicas e simpatizantes. Sara está brincando intencionalmente com os significados das letras da sigla] Então, eu acho que eu sou sapatão. [Sara solta uma gargalhada] Eu tenho lutado para que de alguma forma esses pontos sejam cada vez menos frequentes quando não citados dentro de políticas públicas. Mas eu não sei exatamente quem que eu sou dentro da sigla, não. Eu tenho um filho de trinta anos. E sou avó de um neto, um menino de cinco. Então, a minha relação com a mãe do meu filho é uma relação que ela é compreendida como uma relação entre duas mulheres? Eu sou mulher, ela é mulher, então, seria uma relação lésbica? Eu sou sapatão? (...) Assim, o que eu estou dizendo é: os escapismos, ou esse acelerado de um “eu sou isso” ou “eu sou aquilo” ele já vinha sendo discutido por Michel Foucault, né? O Foucault ele vai dizer pra gente que quando a gente entra nessa marca da identidade, a gente tá atendendo à lógica que sempre existiu. Então, não sei se eu estou muito a fim de querer entrar dentro daquela caixa no sentido de dizer “sou isso”, “sou aquilo”, mas eu estou pensando. Tenho pensado que por muitas vezes eu me sinto travesti, eu me identifico como travesti na educação e da educação porque quando eu fiz o meu processo de formação, eu já era travesti, eu já era essa pessoa que tá falando com você. Mas eu também, hoje, dentro de sala de aula, como professora de informática na educação, no curso de pedagogia da UERJ, eu também sou travesti. Então eu sou uma “travesti da educação”. E eu acho que esses dois pontos, ser uma “travesti na educação” e “da educação” eles vão reverberar de modo análogo ao que a gente costuma dizer quando você diz “eu sou uma mulher das artes” ou “eu sou um homem da história” ou “eu sou uma feminista preta”. Eu acho que alguns desses sintagmas identitários, por assim dizer, que vão acionar muitas pautas emancipatórias, eu acho que esses sintagmas nos ajudam a entender algumas demandas de sujeitas da nossa época, deste nosso tempo.

Tendo como base o que foi até então exposto acerca das vivências e percepções de Sara, é possível iniciar uma narração sólida de seus processos parentais. Sara foi criada desde a infância frequentando o ambiente religioso da Igreja Católica. Por experimentar a desconformidade de gênero já nessa mesma época, Sara começa a se sentir desolada por conta da discriminação que sofre. Aos quinze anos, após retomar contato com alguns de seus amigos de infância que eram evangélicos, Sara passa a frequentar a Igreja Assembleia de Deus. Nesse contexto conhece uma mulher cisgênera, uma década mais velha que Sara. Elas se aproximam e Sara percebe nesse relacionamento uma oportunidade de tentar “virar homem”. Após uma relação sexual, a parceira de nossa interlocutora engravida. O filho de Sara nasce quando ela tem dezesseis anos, fato que a marca intensamente, como fica perceptível em depoimento emocionado que ela dá durante o Congresso “Parentalidades em Pauta” ocorrido em novembro de 2019, na UERJ:

[Éramos] uma jovem trans de dezesseis anos e uma amiga. E numa transa, numa noite, ela engravida. [Sara silencia por alguns segundos] Meu filho nasce. [Sara silencia novamente, demonstrando que está procurando as palavras] Quando ela falou: “Eu estou grávida”, a primeira coisa que eu pensei foi: “Você vai abortar

quando?"; eu deveria ter pensado, mas não falado. Eu falei. Eu tinha dezesseis e ela vinte e tantos. [Sara silencia ainda mais uma vez, mordendo os lábios, com olhar perdido, como que sustentando uma dor muito grande ao se expressar] Essa criança nasce, o filho fica comigo, por algum tempo, até os quase cinco anos de idade. E são os piores anos da minha vida [Sara pronuncia essa frase com voz embargada]. Porque você olha pra uma criança e ela é linda no colo dos outros. [Sara libera um sorriso grande] É maravilhosa, quando alguém cuida dela. Mas solta ela na mão de alguém que não tem noção de o que fazer com essa criança. E eu queria muito saber o que fazer com isso. E eu não sabia. Então foram momentos de deslegitimação humana que eu passei por ser travesti e ter uma criança comigo. Eu não me lembro de um dia ter pensado: "Uau, que sorte ter um filho"; Eu pensei, mas também eu não pedia pro meu filho me chamar de "mãe". Eu me lembro que era "pai": eu gostava disso! Mesmo sabendo que eu era a Sara e que eu era essa peça [Sara aponta para si mesma, levando a mão ao peito, enquanto silencia por alguns instantes].

Era um desafio injusto ter que lidar com a presença do filho em um momento de sua vida no qual, além de ter pouca idade e nenhuma experiência para lidar com uma criança recém-nascida, Sara também precisava enfrentar discriminações por conta de suas questões de gênero. Sara só não podia imaginar que a situação poderia piorar, mas é o que ela expressa ao continuar o depoimento no mesmo evento:

Alguns anos depois ela [a mulher com quem Sara tivera o filho] volta, ela retorna. A gente não tinha contato. E eu, cansada daquela situação, ela pega esse bebê, e sai pra dar uma volta. E some. [Sara fica em silêncio por um instante, e olha para o alto, como que procurando segurar as lágrimas]. No dia, eu pensei: "Que sorte" [Sara levanta a mão, como que em sinal de agradecimento, enquanto libera um largo sorriso, então bruscamente o tom da voz, falando com seriedade]. No segundo dia eu pensei: "Alguma coisa aconteceu!". A partir desse dia [Sara começa a falar com voz embargada] eu senti saudades de todos os dias que eu não tive carinho por esse filho. [Sara se mantém em silêncio, com a expressão carregada de tristeza]. Foram quinze longos anos onde eu vou chegar ao caminho da [Devido ao choro, a fala de Sara se torna incompreensível por um breve instante] E vou conhecer as possibilidades de uma vida viciada em várias coisas.

Desolada pela perda de seu filho, Sara tenta desesperadamente fazer qualquer coisa que estivesse ao seu alcance para encontra-lo. Mas é em vão. Busca frequentar diferentes instituições religiosas, como que procurando um significado divino para a situação pela qual passava. Mas percebe que, em sendo uma mulher travesti, sua dor era deslegitimada. Ela permanece dez anos sem conseguir encontrar seu filho, até que desiste de sua busca e tenta seguir com sua vida a despeito de suas perdas, como evidencia em depoimento dado ao programa "Domingo à Noite", exibido em junho de 2021:

São dores que vão se somando. A minha adolescência eu passei procurando a minha genitora, que foi que me pariu. Depois meu filho some, depois eu passo mais um tempo da minha vida procurando meu filho. E eu acho que esse excesso de dor foi me levando pra um outro lugar, mesmo. A chegar em um ponto de exaustão. E eu desisto disso [de procurar o filho]. Eu acho que o auge disso é o meu retorno à rua. Eu me torno moradora de rua e tenho uma experiência com drogas, com crack, com cocaína, morando na rua. E essa experiência me apresentava duas opções. Uma delas



era a morte, que é uma possibilidade real pra quem está em uma situação de marginalidade, sobretudo não assistida por políticas públicas no Brasil. E a outra opção era tentar se reinventar.

E nessa ocasião em que Sara se vê novamente moradora de rua. Nossa interlocutora passa a recorrer à mendicância para tentar sobreviver. Até que um dia, ao pedir dinheiro para um homem com quem inicia uma conversa, Sara confessa que deseja de ter uma oportunidade de trabalhar para melhorar suas condições de vida. O homem com quem ela conversa faz uma oferta a ela de trabalhar em um pequeno espaço que ela possuía, permitindo que ela pague o aluguel apenas depois de ter lucro. A partir dessa oportunidade de abrir um salão de beleza, gradualmente Sara se reestabelece financeiramente e profissionalmente. Em razão do sucesso que conquista, Sara se muda para Londres, onde trabalha em um conceituado salão de beleza. Nesse novo contexto, ela começa a oferecer seus serviços para pessoas famosas, e quando a cantora brasileira Elza Soares vai a Londres para receber a premiação de melhor cantora do milênio, Sara tem a oportunidade de atendê-la. Sara aproveita a oportunidade para tirar uma série de fotos com Elza, as quais ela disponibiliza com muito orgulho em sua conta de Facebook, a exemplo da foto a seguir, em que Elza e Sara dão um selinho na boca:

Figura 03 – O encontro entre Sara (à esquerda) e Elza (à direita)



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Sara York.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tHUuDRRRQVI>

De acordo com os inúmeros relatos sempre cheios de orgulho e alegria de Sara, o fato de nossa interlocutora ter compartilhado essas fotos em que teve o encontro com Elza Soares é exatamente o acontecimento que a permitirá reencontrar seu filho, como se pode perceber no depoimento dado também no ao programa “Domingo à Noite”, exibido em junho de 2021:

Elza Soares vai para Londres para receber o prêmio BBC de cantora do milênio e aí eu vou atendê-la. E durante esse atendimento, a gente tira uma foto beijando na boca, a gente dá um selinho. E aí essa fotografia é compartilhada infinitas vezes nas minhas redes sociais e é exatamente em razão dessa fotografia que eu encontro o meu filho, quinze anos depois! Uma pessoa me mandou uma mensagem me falando: “Olha, tem como você me ligar aqui no Brasil?” e quando eu ligo, a pessoa atende ao telefone e ele fala “Alô”, E eu falo: “Alô! Quem tá falando?”. E ele fala: “Oi, pai, benção”. E aquele para mim é um momento de [Sara pausa brevemente] eram quinze anos que eu não ouvia aquela voz, que eu não ouvia aquela pessoa. E aquela pessoa me recepciona com um: “Oi, pai, benção”. Pra mim faz todo o sentido!

Depois de quinze anos afastada de seu filho, Sara se depara com a oportunidade de reencontrá-lo. E não apenas isso, ela se depara com um filho que está buscando contato com ela. Esse filho está diante de uma imagem de uma pessoa que se apresenta de forma que é socialmente configurada como feminina, mas essa mesma pessoa é o pai que ele tanto busca, de quem ele sente saudade, de quem ele sente necessidade (STRATHERN, 1995). Esse reencontro e a possibilidade de reestabelecer o vínculo com o filho são os elementos que nos permitem compreender o exercício de ressignificação das memórias ruins que foi promovido por nossa interlocutora, ou usando os próprios termos de Sara, seu esforço para “recontar sua história” a partir de um ponto de vista diferente, otimista. Tendo trabalhado no Reino Unido não apenas como cabeleireira, mas também como ativista em uma ONG que visava atender refugiados, nossa interlocutora já apresentava grande versatilidade profissional, mas para que pudesse retornar ao Brasil a fim de reencontrar seu filho, Sara precisaria buscar oportunidades de emprego no território brasileiro. Com esse intuito, nossa interlocutora se inscreve em inúmeros concursos públicos voltados para a área de educação em todo o território nacional. Ela volta para o Brasil no momento em que consegue sua primeira aprovação, que se dá como professora em uma escola no interior do Estado do Rio de Janeiro. É nesse momento que Sara passa a investir também no seu retorno ao ambiente acadêmico.

O reencontro presencial com o filho ocorre apenas no ano de 2013. Dentre os vários passeios que nossa interlocutora faz com seu filho a fim de comemorar aquela reunião tão desejada por ambos, Sara faz questão de publicar em sua conta de Facebook a seguinte foto no dia 09 de setembro de 2013:

Figura 04 – O reencontro entre Sara e seu filho Victor



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Sara York.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=629142360469750>

A foto é seguida do texto:

O mundo me disse que isso jamais seria possível ... Eu ignorei e ensinei ao mundo que quem cria minha história sou Eu! Eu sou pai , transexual , macho , fêmea , louca e plena... Completa!!! ... mas acima de tudo aprendi a lição principal: Amar meu próximo como a mim mesma (e se eu assim o quiser, porque já não me dou a obrigações)

Todos os dias pela manhã eu olho no espelho, pro meu próximo e digo pra ele, o quanto eu o/a admiro!

A vida ensina sempre, Eu escolhi aprender no MODO Super Fácil \*\*\*

De acordo com o depoimento dado, seria possível supor em uma primeira análise que parece não foram realizadas negociações acerca do uso dos termos para se referir uns aos outros nesse relacionamento entre pai e filho. Certamente seria uma suposição precipitada, visto que inseridos numa lógica cisheteronormativa, estariam diante de uma situação em que seriam comuns os estranhamentos a modos de ser e estar que se apresentam em desacordo com o binarismo de gênero. Como viremos a discutir em breve, essa configuração dos modos de atribuir nomenclaturas em razão do gênero resultou de negociações e reflexões bem mais complexas. Ainda aparentando plena harmonia em seu relacionamento, seguem publicações no perfil de Facebook de Sara em que constam as seguintes fotos e suas respectivas legendas:

Figura 05 – Sara e seu filho Victor convivendo alegremente



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Sara York.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=983367981713851>

A foto é seguida do texto:

Parabéns á todos os pais que de uma forma ou outra foram as figuras esperadas e de orgulho aos seus filhos, a esses homens e mulheres tão guerreiros e plenos de desejos de vitória, meus votos de harmonia, alegria e a mais justa forma de gratidão pelo seu dia ...

☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°

•❁.°•❁.°

Aos representantes da família tradicional brasileira,  
As mães que se tornaram pais pela ausência deles,  
As mães que se tornaram pais pela insuficiência deles,  
Aos homens poderosos guerreiros que com ou sem umx Parceirx também se tornaram pais maravilhosos,  
Aos pais que nunca buscaram títulos (de melhores), mas que exatamente em sua simplicidade tornaram se heróis desses filhos ...  
Aos Avôs e Avós, que foram e são pais, responsáveis zelosos de seus netos e exemplos de carinho e zelo ( pq filho criado com Vó é TUDO de bom !!! )

•❁.°•❁.°

☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°

E parabéns ao meu filho, Victor Ruggerio, que se tornará pai este mês em um momento de alegria e grande emoção principalmente pra mim, que nunca, nem nos meus melhores sonhos, imaginei passar por tamanha realização <3

☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°Feliz dia dos pais ☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°☆.°

A publicação acima é feita em 09 de agosto de 2015. Ela antecipa a chegada do neto de Sara. É uma mensagem positiva, justamente como Sara propunha narrar sua história. E na

ocasião do nascimento de Nicholas, filho de Victor e neto de Sara, nossa interlocutora publica em seu perfil de Facebook, no dia 29 de agosto de 2015, a seguinte foto:

Figura 06 – Sara e seu filho Victor e seu neto recém-nascido Nicholas



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Sara York.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=993783804005602>

A foto é seguida da legenda:

3 gerações de mim mesma ...  
— com Victor Ruggerio.

No entanto, dois anos depois do nascimento de Nicholas, o neto de Sara, algo fora do escopo de aparente ausência de tensões pode ser identificado em um diálogo ocorrido entre nossa interlocutora e seu filho, que pode ser verificado em vídeos publicados no dia 14 de maio de 2017 no perfil de Facebook de Sara. Nesses vídeos, Sara está sentada ao lado de seu filho que se encontra deitado em uma cama. Eles estão em uma sala de um hospital. No primeiro vídeo, desenvolve-se o seguinte diálogo:

Sara: Como a gente não tem nada para fazer num hospital, a gente vai fazer vídeo. A gente vai perguntar um monte de coisa. Eu quero perguntar um monte de coisas. Quando eu tô sozinha o povo pergunta tudo o que é tipo de absurdo pra mim. Mas aí eu descobri que perguntam para ele também. [Nesse momento Victor sorri e vira o rosto. Tenta balbuciar algumas palavras, mas é interpelado por Sara] O que é que o povo pergunta pra você de absurdo?

Victor [sorrindo acanhado]: Tem tanta coisa que eles perguntam pra mim. (...)

Sara: Uma das perguntas que me fazem, que eu mais penso, assim, que é muito estranha pra responder, é: “Como que o seu filho reage sabendo que você é quem você é?”

Victor: Você quer que eu responda essa?

Sara: Eu não sei. Quer falar?

Victor: Pra mim, algumas perguntas que fazem, assim, é estranho. Entendeu? Eu sei que algumas pessoas pensam: “Ah, como ele reage?” Assim, na minha cabeça não passa reação. Na minha cabeça passa assim: “Ele é meu pai! Eu amo muito ele!”

Sara [interrompendo o filho com uma voz delicada]: Mas, mas eu sou menina.

Victor: Não é não, pai. [Victor solta uma gargalhada] Não é não.

Sara [soltando uma gargalhada e se dirigindo para a câmera]: Gente, isso é mais difícil.

Victor: Vocês acham que não rolam essas conversas entre nós?

Sara: Tem conversa! Tem bastante conversa

Victor: Igual hoje. Hoje meu pai me deu banho, né!? Me deu banho.

Sara: Viu o piru! Hum! [Sara faz uma expressão jocosa e depois solta uma gargalhada]

Victor: É! Só que, tipo assim, me deu banho, não tinha, tipo assim, não tem essa questão.

Sara: Não passa pela maldade, talvez como as pessoas veem.

Victor: É, não passa, entendeu? É muito afeto em questão de pai e filho. Não tem essa mentalidade. Às vezes, as pessoas me perguntam, eu fico assustado, por elas perguntar. Às vezes eu saio abraçado com o meu pai, as pessoas ficam olhando assim, de cara feia, estranho. Achando estranho.

No segundo vídeo se desenvolve o seguinte diálogo:

Victor: [Olhando para a câmera, sorrindo] Hoje é dia das mães, né!? Feliz dia das mães aí pra todo o mundo.

Sara: [Olhando para a câmera, sorrindo] Feliz dia das mães! Que eu que sou mãe, eu sei o que é! [Sara solta um sorriso largo, enquanto seu filho vira o rosto na direção dela, também sorrindo]

Victor: Não, não, não! Não é a mamãe!

Sara: [Olhando para o filho] Não é a mamãe?

Victor: Não é mamãe!

Sara: [Ainda sorrindo, dá um beijo no ombro do filho e pergunta] Quem é, amor?

Victor: [Ainda sorrindo, mas em tom sereno] Pai, te amo muito. (...)

Sara: [Sorrindo e olhando para a câmera] Feliz dia das mães pra todo o mundo! [Sorrindo e olhando para o filho] Eu também, que eu sou mamãe! Vai, fala: mãe! Vamos fazer, fala: mãe.

Victor: Não, não. [Sorrindo e balançando a cabeça de um lado para o outro] Não é a mamãe.

Sara: Não é?

Victor: [Olhando para Sara] Não é a mamãe. [Olhando agora para cima] Mas o meu pai eu acho ele um cara, não sei, ele é tudo o que eu sonhava de pai! Ele me faz rir toda hora! Ele é um cara gente fina, começando das canelas. [Victor e Sara sorriem] Mas eu sou muito feliz. Muito feliz mesmo.

Os diálogos de Sara com seu filho que estava internado no hospital se desenvolvem em um clima afetuoso e ameno. Mas, diferentemente das mensagens outrora publicadas na conta de Facebook de Sara, a partir das quais se poderia supor que o enquadramento de nossa interlocutora na categoria de pai teria se dado de maneira automática e sem conflitos, nesse diálogo que se desenvolve no hospital é possível ver alguma insistência na negociação feita por Sara para que seja tratada no gênero gramatical feminino e, não apenas no que diz respeito à “maternidade”, mas também à sua própria identidade de gênero. Nossa interlocutora, ainda que o faça de modo aparentemente jocoso, expressa de modo insistente seu desejo em ser reconhecida mais especificamente no rótulo parental de mãe. Curiosamente, Sara está ao lado de seu filho desempenhando um papel de cuidado, que de acordo com a cisheteronorma, é um tipo de função geralmente associada ao feminino. No entanto, podemos notar a ausência de outra figura feminina/materna que possa desempenhar essa função: a mãe consanguínea que gestou Victor não está presente. É apenas nesse contexto que Sara pode acessar, senão uma categoria nominal de mãe, ao menos uma função tipicamente feminina. Essas negociações feitas ao redor dos termos utilizados para se referir a Sara reaparecerão em ocasiões nas quais, anos mais tarde, o neto de Sara começa manifestar sua compreensão sobre a identidade de gênero de sua “avó”. Como é possível destacar em depoimento dado por Sara em matéria jornalística publicada em 29 de outubro de 2020 pelo site *Universa/UOL*:

Nós nos visitamos com frequência. Sempre que eu posso, pego um avião e vou vê-los. Eu tenho um neto, de 5 anos. Ele é uma criança livre no sentido de poder rebolar igual à Luísa Sonza na frente da televisão e o avô, pai da minha nora, que é quem cria ele, não falar que ele vai virar um viadinho [o filho e a nora de Sara não vivem juntos e a criança vive com a família da mãe, em Goiânia]. O meu filho, por outro lado, tem a cabeça dentro da Assembleia de Deus. Ele foi roubado de mim, registrado em nome de outro pai. Me procurou, mas esses dias me disse que acha que a mãe dele fez certo em levá-lo para longe de mim. Eu quis morrer, é cortante ouvir isso. Às vezes ele se refere a mim como homem. Outro dia disse que não via a hora de ir à academia comigo, ‘pai e filho, dois homens’, e eu respondi: ‘Você está viajando’. Eu falo para ele: ‘Meu filho, entenda que o fato de eu ser seu pai não me torna um homem’. Apesar disso, temos uma boa relação.

Victor, o filho de nossa interlocutora, como é possível perceber no depoimento citado anteriormente, deseja que Sara assuma funções tipicamente associadas ao gênero masculino e seja seu pai. Ele deseja a companhia de Sara, por exemplo, para o desempenho de atividades físicas, ao que Sara alega que ela é pai, mas não é homem. Na ocasião em que Victor fica hospitalizado e precisa de alguém para cuidar dele, na ausência da mãe consanguínea que o gestou, esta a qual é a única pessoa que ocupa, de acordo com o sistema de valores por ele apresentado, o “verdadeiro” lugar de mãe; Sara passa a gozar do direito de exercer as funções de cuidado. Por exemplo, Sara está presente no momento de fragilidade física do filho e assume a responsabilidade de dar banho nele.

O caso em questão nos permite compreender que a parentalidade de pessoas trans pode assumir um caráter que nomeamos de *parentalidade curinga*: uma situação em que uma pessoa trans que exerça a parentalidade somente goza do direito de assumir certos rótulos parentais generificados e/ou funções parentais generificadas quando se verifica a ausência da pessoa que, numa lógica cisheteronormativa, seria a possuidora titular desses rótulos e dessas funções. Utilizamos o termo curinga em referência da carta homônima do jogo de pôquer, a qual assume funções distintas, a depender do contexto. No caso de Sara, ainda que seu filho apresente com recorrência o desejo de que Sara seja não apenas seu pai, mas uma pessoa que atende suas expectativas de o que um pai deve fazer; também se verifica que Sara pode acessar funções parentais tipicamente femininas em situações nas quais está ausente a “mãe titular” de seu filho, ou seja, nesse caso, a mãe que o gestou.

O fato de que Sara expressa o seu desejo de ser reconhecida como uma figura feminina e a partir do rótulo parental generificado de mãe entra em conflito com o desejo expresso por seu filho Victor de considerá-la um pai que assume funções paternas as quais seriam capazes de suprir algumas de suas necessidades afetivas. Nesse sentido, podemos perceber que existe alguma tensão entre o desejo de Sara manifestar e ter respeitada sua identidade de gênero, e o desejo de Sara resgatar e manter seu relacionamento com seu filho. Sobre essa tensão, Sara prestou um depoimento em 12 de fevereiro de 2022 em um evento online de um projeto de extensão da UFRJ sobre saúde mental materna:

Eu saquei que eu era mãe. E eu saquei que eu era mãe de outra forma: exatamente pela ausência de condições de ser. Uma coisa é você entender que você é mãe porque você tem condições de sê-lo. Outra coisa é você entender que você é mãe mesmo sem ter as condições para sê-lo. Então, eu precisei entender isso. Quando eu saquei que chamar-me de mãe seria uma disputa que me levaria a uma exaustão, eu deixei o substantivo para outras decidirem, para outras lutarem. O que é que significa isso? Eu já tinha perdido o meu filho por quinze anos para uma igreja e para um pastor que falou que eu era o demônio. Eu vou dizer para o meu filho que eu sou a mãe dele se ele já tem uma mãe lá? Ou eu posso dizer: “Não, eu sou o seu



pai, vamos estabelecer outra relação e está tudo ótimo”. E deixar por isso mesmo! E eu vou fazer render a minha vida, que é o que mais me interessa. Então, para mim, a disputa do substantivo naquele momento e nesse momento da minha vida não fazia muito sentido. (...) Encontrar meu filho quinze anos depois me rendeu algumas reflexões. Por que é que eu me coloco como pai e avó? Avó, eu disputo! Avó chega para mim de um modo muito leve. (...) E para poder ser avó e ser pai é [necessária] a construção social do afeto entre as partes. O meu filho, ele me manda várias mensagens. (...) Ele se intitula “heterotop”. Aqui! [Sara aproxima da câmera o seu aparelho de smartphone e mostra na tela a imagem de um aplicativo de conversa no qual ela dialoga com seu filho, este o qual lhe envia uma imagem de um símbolo de coração] E ele diz: “Eu te amo, pai, eu te amo”. E ele sempre faz isso. Evitando grandes conflitos ou conversas, ele encerra [o diálogo] com um “Eu te amo”. E aí eu também fui aprendendo que tem certos espaços que talvez eu precise que outros grupos façam a disputa por mim, porque talvez eu não possa mais.

De acordo com o relato, Sara reconhece o seu desejo de ser reconhecida como mãe, que é concomitante ao seu desejo de manter uma relação afetiva que lhe seja satisfatória com o seu filho. E considerando a ocorrência de incompatibilidade entre esses dois desejos, podemos concluir que ela mesma reconhece a existência da tensão entre os seus dois desejos. Mas dado que ela foi afastada de forma violenta do convívio com seu filho, e que isso a leva a priorizar a satisfação de seu desejo, ou mais precisamente, de sua necessidade, de manter contato com seu filho, nossa interlocutora soluciona a tensão ao ceder à demanda de seu filho, permitindo que ele não só a compreenda, mas também a chame e a trate como um pai e uma figura paterna, da qual ele solicita a satisfação de funções paternas, como a companhia em eventos sociais tidos como tipicamente masculinos numa ótica cisheteronormativa.

No entanto, Nicholas, o neto de Sara, ao fazer uma leitura social de Sara como sendo uma figura feminina, portanto, chamando-a de sua avó, concede a nossa interlocutora, com esse tipo de atitude, uma dupla satisfação: a de reintegrá-la em um contexto familiar e de respeitar sua identidade de gênero. Sara está presente na vida de seu neto desde o nascimento deste. A maior liberdade que o neto de Sara goza para experimentar questões de gênero, e a situação em que a leitura social do gênero que ele faz dela serve como mecanismo de empoderamento de sua avó, legitimando-a como figura feminina de cuidado e com um rótulo familiar feminino, contribui para a configuração de um contexto em que Sara percebe como válida a “disputa” pelo lugar social de avó. Essa dinâmica entre neto e avó pode ser percebida em matéria jornalística publicada em 26 de julho de 2021 pelo site [Universa/UOL](https://www.universa.uol.com.br/):

Hoje, quando comparo a minha infância com a infância do meu neto, Nicholas, a diferença é enorme. A minha geração foi muito limitada, era ‘não pode isso’ e ‘não pode aquilo’. Quando eu era criança e dançava Gretchen, por exemplo, era um absurdo, eu era repreendida; quando ele dança Luisa Sonza em frente à TV, está tudo bem. É uma construção muito diferente, ainda bem! Meu filho é evangélico neopentecostal. Em toda mensagem que me manda, diz que me ama, mas é um homem de 30 anos que não sabe dialogar, expor seus pensamentos, e que ainda tem muita dificuldade em lidar com a transexualidade. É doloroso observar. Eu não sei dizer se os pais abordam o assunto [transexualidade] com o meu neto. Ele me chama

de vovó Sassá e sabe que eu sou a avó dele, apesar de o meu filho às vezes se referir a mim no masculino. Da última vez que nos vimos, ele estava dançando e meu filho falou ‘vai lá com o vovô’, se referindo a mim, mas ele foi até o avô, pai da mãe dele. Por que ele sabe que eu sou a avó. Quero que meu neto tenha essa referência da avó que abraça, que beija, que ama. Sempre termino minhas lives mandando um beijo para o meu neto. Quero que meu neto tenha essa liberdade que o pai dele não tem, que sintam orgulho das pessoas que vieram antes e trilharam um caminho melhor, que ele perceba as mudanças no mundo e pense: ‘Minha avó era uma das pessoas que queria mudar o mundo’.

Dado que a retomada do convívio com o seu filho era uma das maiores expectativas que nossa interlocutora possuía, de modo a que fosse capaz de fazer negociações e concessões a respeito de quais nomenclaturas seriam utilizadas para garantir esse convívio, não é surpresa alguma o fato de que seu maior temor seria relativo a toda e qualquer situação que pudesse constranger seu filho ou provocar nova ruptura em seu relacionamento. Quando foi convidada para dar uma palestra online acerca das temáticas de ciberfeminismo e transfeminismo, Sara encontra uma oportunidade para falar do receio de sofrer transfobia em espaços públicos, ao ponto de que esse tipo de discriminação afete também o seu filho Victor. No depoimento, nossa interlocutora narra o episódio em que Victor e ela se reencontram no aeroporto, depois de quase duas décadas de afastamento. No instante em que se reencontram, eles se abraçam, mas sua demonstração pública de afeto é imediatamente repreendida por falas violentas de transfobia de pessoas que estavam no local. E no dia seguinte, quando Sara estava andando no calçadão de Copacabana abraçada ao filho, alguns transeuntes tacam uma pedra neles. Seu desabafo emocionado ocorre no vídeo da palestra publicada em 04 de agosto de 2021:

Quinze anos longe do meu filho. O dia em que eu reencontro o meu filho, depois de quinze anos (...) no abraço de retorno desse filho, quando eu o encontro no aeroporto do Galeão. Imagina: você quinze anos longe do seu filho sem saber onde ele estava, e de repente você o encontra. Aquilo ali já é uma emoção, para qualquer mãe. Agora, imagine você esperando aquele abraço. Naquele momento daquele abraço eu fui correndo. E ele largou a mala e veio correndo. E foi um momento que parou. Aquele negócio demorou uma eternidade. Foram os dois segundos mais eternos da minha vida. E naqueles dois segundos desse abraço, porque poderiam ter sido dez minutos, mas foram dois segundos. O meu abraço é interrompido por dois homens que dizem: “Olha o que os gays estão fazendo no mundo”. [Sara faz uma pausa longa enquanto mantém um semblante de tristeza]. E aí, aquele abraço que era pra ser um abraço de um pai e um filho acaba naquele momento porque eu sentia só vergonha e pensava: “Será que ele ouviu?”. Porque é essa a lembrança que ele vai ter do nosso encontro. No dia seguinte, andando com ele por Copacabana, no calçadão, eu estava abraçada no braço dele, e ele é mais alto que eu, e eu assim [Sara gesticula como se estivesse abraçando o braço de seu filho e apoiando sua cabeça no ombro dele] naquele abraço chamegoso, e eu estava fazendo alguma pergunta a ele, que eu não me lembro o que é que era, e de repente vem uma pedra em nossa direção. A pedra com palavrão. E dizeses pra gente ir pra casa.

Nossa interlocutora apresenta igual receio em relação à hipótese de sofrer transfobia em ocasiões nas quais cuida de seu neto. Dado que o seu desejo de manutenção das relações familiares com seu filho e seu neto constitui uma de suas maiores vontades, a possibilidade de

ser discriminada ou até impedida de manter essa relação fica evidente uma de suas falas na entrevista concedida ao influenciador digital “Entrevistador Digital” no canal de Youtube deste, em 15 de janeiro de 2021:

Então tem certas coisas que eu não posso fazer. A minha grande questão e que eu tenho dito reiteradas vezes, por isso eu me emociono quando falo do meu neto, é assim: você acha que eu posso pegar uma criança de cinco anos, eu, Sara, pegar uma criança de cinco anos, colocar pendurado aqui [ela faz um gesto apontando para a própria cintura] (...) Você acha que eu posso pegar meu neto, pendurar na minha cintura, e ir pro shopping passear, por exemplo? Aí, depois, lá no meio do shopping, depois de brincar no bate-bate, depois de tomar sorvete, comer chocolate, de fazer um monte de coisa, aí eu vou, dou um beijo no meu neto porque ele tá lindo demais no meio daquilo tudo ali (...) A questão é: será que enquanto travesti eu posso fazer isso com o meu neto? E pior: [será que] eu posso fazer deliberadamente? Será que eu posso limpar a boca do meu neto, depois de ele comer um sorvete no meio de um shopping, e aí falar “Coisa linda da avó”? E dar um beijo naquela boca dele, porque eu sou avó dele, e eu sei que como avó, minha avó me beijou muitas vezes [na boca] e era carinho. (...) Eu quero ir pro cinema com o meu neto depois de beijar a cara dele todinha, depois de dizer que ele é a coisa mais linda dessa avó, eu quero entrar pra assistir um filme, um X-men, ou, sei lá, o Robin Hood, e eu quero colocar ele no meu colo e assistir o filme inteirinho sem pensar que talvez ele no meu colo possa ser uma coisa pra se ter vigiada por 18 casais que vão tá ali pra ver uma travesti abusar de uma criança.

Recapitulando a trajetória de identidade de gênero de Sara, verificamos que ela passa a se reconhecer como uma figura gênero discordante desde tenra idade, vindo a se identificar ainda na infância com vivências do gênero feminino. Em um primeiro momento ela revela se apresentar como uma mulher transexual, como é possível verificar nas falas que produz na ocasião em que ainda se encontra morando no Reino Unido. Eventualmente, quando retorna ao Brasil e recomeça os seus estudos de diversas temáticas, dentre as quais as de gênero e de sexualidade, nossa interlocutora passa a se configurar como uma mulher travesti.

A percepção apresentada por Sara de que a disposição para o exercício das funções parentais é uma tarefa que precisa ser aprendida – quaisquer que estas tarefas fossem – está em consonância com a crítica apresentada por Elisabeth Badinter (1985) a uma noção clássica de que essa disposição parental seria instintiva ou inata, numa lógica de essencialização estratégica (ALMEIDA, 2009) que é tipicamente acionada por travestis para justificar o exercício dos papéis de cuidado (ZAMBRANO, 2008; CARDOZO, 2006).

O desejo que Sara apresenta de ter reconhecida sua identidade de gênero feminina e de ser identificada por seu filho a partir do rótulo parental de mãe está em desacordo com a necessidade de pai (STRATHERN, 1995) que seu filho apresenta desde o momento de seu reencontro. Retomemos a pergunta do título deste estudo: ela não pode ser pai? Enquanto essa pergunta se aplicava à situação específica de Letícia Lanz, no caso de Sara caberia outra pergunta: Ela não pode ser mãe?

Victor, o filho de nossa interlocutora, não apresenta uma necessidade genérica de pai, afinal, quando foi afastado com convívio com Sara, ele foi mantido aos cuidados da mãe consanguínea que o gestou, de modo que o marido desta se configurava como uma figura paterna possível para Victor. No entanto, quando Victor toma a atitude de buscar o contato com Sara, ele apresenta uma necessidade de reestabelecer o convívio com aquela pessoa específica, uma figura parental que ele somente conseguiu compreender como uma figura masculina. Desse modo, para Victor, a única possibilidade de estabelecer uma relação com Sara ocorre quando ela ocupa o lugar de pai.

Da mesma forma que Victor apresenta o desejo de reestabelecer a relação com Sara, ela também deseja essa reaproximação. No entanto, para nossa interlocutora, a paternidade se apresenta como condição de realização dessa parentalidade tão desejada. Sara e seu filho Victor possuem uma maneira idiossincrática de habitar um parentesco cisheteronormativo em busca de uma possibilidade de se relacionar, de modo que as negociações e concessões que nossa interlocutora realiza em torno das nomenclaturas e funções parentais se configura como um movimento agência, nos moldes do que propunha Saba Mahmood (2006).

No tocante ao respeito a sua identidade de gênero, como verificado na dissertação de Renata Cardozo (2006), reaparecem as distinções entre os espaços públicos e privados no caso de Sara, que enquanto exige ser reconhecida como uma figura feminina – uma mulher travesti – nos contextos públicos permite que seu filho a conceba como uma figura masculina no âmbito privado das relações familiares. Desse modo, percebemos que no caso de Sara se configura uma tensão entre o desejo de ter respeitada a sua identidade de gênero e o desejo de manter as suas relações parentais com seu filho. Como foi verificado, nossa interlocutora opta por ceder ao enquadramento na categoria de pai a fim de que possa manter a relação parental que é identificada como seu desejo prioritário.

Mas a tensão entre a reafirmação de sua identidade de gênero e a manutenção dos laços familiares volta a aparecer no caso de Sara a partir do nascimento do neto Nicholas, que é filho de Victor. Nossa interlocutora retoma a disputa pelo direito do pertencimento a um local familiar generificado. Sara se faz avó de seu neto, e goza da cumplicidade deste para que se reafirme, num movimento parecido com o que foi identificado em um dos casos abordados na dissertação de Mariana Trajano (2019) em que a filha e a sobrinha de um homem trans, desde tenra idade, não apenas identificam-no como uma figura masculina, mas também contribuem para que as pessoas a seu redor concordassem com elas. Nesse sentido, a leitura social de gênero realizada por crianças parece se impor como uma espécie de argumento de autoridade:

se a criança identifica insistentemente uma pessoa a partir de um gênero, esse é o gênero que deve ser atribuído a essa pessoa. Esse movimento de se reafirmar avó a partir da cumplicidade que encontra na atitude de seu neto já se aproxima daquela proposta de contrassexualidade defendida por Paul Preciado (2017).

Ainda no tocante à relação de nossa interlocutora com seu filho, identificamos ocasiões em que o exercício de funções parentais compreendidas como femininas, como a atitude de cuidar do filho quando este estava adoentado, foram possíveis justamente em um episódio marcado pela ausência da mãe consanguínea que o gestou, e que ocuparia, numa lógica de hierarquia parental (MATTAR e DINIZ, 2012) a posição de “mãe titular”. Essa característica particular das vivências parentais de pessoas trans, que são enquadradas em rótulos e funções parentais generificadas de acordo com um contexto de ausência ou presença de uma pessoa que exerceria a posição titular de pai ou mãe em uma lógica cisheteronormativa, chamamos de *parentalidade curinga*. No caso de Sara, a ausência circunstancial da mãe consanguínea que gestou seu filho não a permite ser alçada ao rótulo parental generificado de mãe, mas lhe concede temporariamente o direito de exercer funções maternas.

Nossa interlocutora sofreu de forma indescritível no seu processo de tentar retomar a relação com seu filho, uma vez que ela foi violentamente afastada do convívio com ele por quase duas décadas, atitude essa que se enquadra numa forma de esterilização simbólica, que é proposta por Mônica Angonese (2016). O sofrimento da perda do filho fez com que Sara se tornasse moradora de rua, em situação de penúria material e drogadição. Quando chegou ao ponto de desistir de reencontrar o filho, Sara conseguiu se reerguer e seguir com sua vida em outro país e em um novo contexto. Porém, ao ser contatada pelo filho, que revela para ela que o desejo de reaproximação é recíproco, nossa interlocutora se mobiliza para que possa tornar possível essa reunião tão desejada. Disposta a resgatar a relação com o filho, Sara retorna ao Brasil e se permite configurar como pai, ainda que seja uma mulher travesti.

Decidimos concluir esse capítulo com a celebração dessa reunião tão desejada por Sara e seu filho, que a despeito de todas as dificuldades enfrentadas, encontram formas de tornar a relação familiar não apenas possível, mas principalmente bela e admirável e harmônica. Nesse sentido, compartilhamos a seguir duas fotos recentemente publicadas no perfil de Facebook de nossa interlocutora. Em uma delas, publicada no dia 26 de julho de 2022, data em que se comemora no Brasil o dia das avós, Sara se reafirma simbolicamente como avó. Na segunda foto, Sara e seu filho Victor e seu neto Nicholas aparecem sorrindo na data de 12 de outubro de 2022, revelando que a vida pode não ser perfeita, mas a felicidade se faz presente:

Foto 07 – Sara e seu neto Nicholas no dia das avós



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Sara York.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5526138197436784>

Foto 08 – Sara e seu filho Victor e seu neto Nicholas: uma família feliz!



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Sara York.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5751518694898732>

### 2.3 Leonora Áquilla

Para a realização deste trabalho, Leonora Áquilla foi o último caso de parentalidade de que pude me aproximar. Foram duas as principais razões pelas quais isso se deu. Em primeiro lugar, eu desconhecia o fato de que Leonora tinha filhos, um consanguíneo – Vitor – e um que ela adotou – Wagner. Em segundo lugar, e talvez principalmente por conta desse fato, embora eu soubesse de sua existência enquanto uma figura pública no cenário televisivo brasileiro do final do século XX e início do século XXI, eu praticamente nada sabia sobre sua vida íntima, mais especificamente, eu desconhecia o fato de que ela passou por uma transição de gênero. Leonora possui uma extensa e diversa carreira profissional, que se inicia em um momento de sua vida na qual ela se reconhecia como um homem homossexual que ganhava fama por realizar performances artísticas variadas como *dragqueen*, utilizando o nome artístico Léo Áquilla. Ela mantém o uso desse nome artístico até os dias atuais, mesmo após a realização de seu gradual processo de transição de gênero. Exatamente por esses fatores foi uma surpresa descobrir que em algum momento de sua trajetória de vida, minha interlocutora se reconheceu e passou a reivindicar ser reconhecida como uma mulher.

Por conta de nossa interlocutora se tratar de uma figura pública e que atuou durante muitos anos em diversos programas televisivos brasileiros, estão disponíveis de forma pública e gratuita incontáveis registros acerca de sua vida pessoal, incluindo seu processo de transição de gênero e relatos acerca de suas vivências parentais. Por essas razões, o caso de Leonora é peculiar e rico de informações inestimáveis para a realização deste projeto. Ao longo de mais de uma década, Leonora concede entrevistas diversas, ora em programas de auditório de canais brasileiros de televisão, ora em vídeos de canais de entretenimento online, estes os quais estão disponíveis no site Youtube. Nossa interlocutora também grava inúmeros vídeos falando de si e de suas experiências de vida em seu próprio canal de Youtube. Nesses vídeos é possível acompanhar a evolução gradual de suas vivências, de suas percepções de mundo, de seus modos de se apropriar da linguagem para falar de si, de suas modificações corporais que, segundo ela, visam adequar seu corpo a imagem que ela tem de si, e de como tudo isso se relaciona com influências mútuas em suas vivências parentais.

Assim como nos dois casos anteriormente analisados, para discutir as particularidades dos processos parentais de Leonora, damos início à análise apresentando suas trajetórias de vida e de transição de gênero.

Leonora nasce no ano de 1970, no município mineiro de Teófilo Otoni. Sua família se muda para uma região periférica da cidade de São Paulo, mais especificamente o Distrito de Capão Redondo, quando Leonora é ainda uma criança. Desde suas mais antigas reminiscências de um passado sofrido, ela já destaca o quanto sua vida fora marcada pela precariedade material e financeira de sua família, bem como pelo desafio de lidar com os preconceitos e as discriminações que sofria devido a sua sexualidade e a sua expressão de gênero. Leonora relata que desde tenra idade, todas as pessoas a seu redor percebiam o quanto ela se comportava diferentemente dos demais meninos de sua mesma faixa etária. Devido a isso, ela sofria agressões diversas, físicas e psicológicas, muitas vezes por parte desses mesmos meninos, que estudavam na mesma instituição de ensino em ela frequentava. A incapacidade de lidar com a discriminação fez com que ela se afastasse do convívio com outras crianças, e também provocou severo atraso no seu desenvolvimento acadêmico. Um dos exemplos disso é que ela teve de cursar três vezes seguidas a primeira série do ensino fundamental. Ela desabafa acerca da falta de acolhimento, tanto no ambiente escolar quanto no âmbito familiar, em vários depoimentos, como o que foi dado no programa televisivo “SuperPop”, no ano de 2018, ao conceder entrevista à apresentadora Luciana Gimenez:

Luciana: Mas a professora via [os casos de agressão]?

Leonora: Não, porque eram geralmente fora da escola.

Luciana: Você não falava [com a professora ou com os seus pais]?

Leonora: Eu não sabia falar. Eu tinha sete anos de idade. Eu tinha medo de falar e apanhar mais. (...) Eu não sabia explicar. (...) Como é que uma criança chega em casa com sete anos de idade e fala assim: “Olha, tão me chamando de bicha na escola!” E o medo de apanhar em casa também?

Luciana: Você sabia o que era “bicha”?

Leonora: Nem sabia o que é que era. Eu não tinha nem noção do que estava acontecendo. Eu só era uma criança, indefesa. (...)

Luciana: Você não tinha nem um amiguinho?

Leonora: Não, não conseguia. Homem não. E aí quando eu tinha amizade com as meninas, que era onde eu me sentia abraçada, reconfortada, eu sentia mais preconceito ainda pelos meninos. Então eu me isolava. Eu fui uma criança que se isolou demais na escola por conta disso.

Também como convidada do programa “SuperPop”, este realizado em outubro de 2010, Leonora concede um depoimento à mesma apresentadora, enfatizando como se sentia constrangida com os preconceitos sofridos dentro de casa, por parte de seus familiares:



Eu sofri muito com preconceito. E ainda sofro. E sabe qual é o preconceito que mais dói? É o preconceito que você sofre dentro de casa. Eu não sofro isso hoje mais. A minha família me ama e eu amo a minha família. Nós vivemos em perfeita harmonia. Sair na rua e ser chamado de traveco, de viado, e seja lá o que for, é um elogio. Agora, você ouvir isso dentro de casa é uma facada.

Cabe salientar que o fato de ter sofrido tanta discriminação, em especial já desde tão pouca idade, foi um fator que influenciou intensamente suas vivências, inclusive a sua capacidade de exteriorizar sua identidade de gênero. Leonora permanece vivendo na casa de seus familiares no Distrito de Capão Redondo, até que, aos dezoito anos de idade, ela sofre uma agressão que a impactou fortemente: um grupo de pessoas a apedrejaram quando ela estava voltando para casa. Mobilizada por esse episódio, considerando que ela ainda se reconhecia como um homem nesse momento de sua vida, ela se assume homossexual para a família e solicita ajuda para sair da casa de seus pais e para buscar um ambiente mais seguro para viver, como é possível verificar no depoimento que dá ao entrevistador Danilo Gentili, no programa “The Noite”, exibido em setembro de 2019:

Leonora: É muito difícil para os meninos e para as meninas se assumirem homossexuais. Só que eu tive esse momento duas vezes. A primeira foi pra me assumir homossexual. Foi um parto, porque eu não queria de jeito nenhum ser homossexual.

Danilo Gentili: Quantos anos você tinha?

Leonora: Dezoito. Eu não queria. Passei a minha juventude inteira lutando contra isso. (...) Aí, quando eu fiz dezoito anos, eu falei, chega, chega, chega, eu não aguento mais. Eu sofri um episódio no bairro em que eu morava, eu fui apedrejada e tal, a ponto de ser chamada de viadinho, de bichinha, essas coisas que o povo fala.

Danilo Gentili: Pedra?

Leonora: Pedra! Pedra literal! E eu cheguei em casa nesse dia e falei com meus pais: “Vem cá que eu preciso ter uma conversa com vocês: eu sou menina, ok!”. Menina, que eu digo, eu sou gay. E me assumi homossexual. Meu pai não entendeu muito bem. Colocou a culpa na minha mãe, que mimava demais a bonita aqui. A minha mãe sempre do meu lado. Depois meu pai acabou entendendo e minha família ficou maravilhosa. Levou uns dez anos pra minha família entender.

Após se assumir homossexual e sair da casa de seus pais, Leonora dá início a sua vida profissional. Ela decide apostar na carreira artística, mais especificamente, dentre variados tipos de performances em palco, ela se apresenta montada de *dragqueen*. Porém, ela faz uma escolha arriscada para a sua época, pois não o faz em ambientes tipicamente receptivos para esse tipo de manifestação artística. Pelo contrário, ela busca se apresentar em programas de televisão, que naquela época, o último quartel do século XX, raramente permitiam que fossem feitas manifestações de transgressões à cisheteronorma, e quando o faziam, eram comuns as abordagens satíricas, ridicularizadoras e depreciativas. Sua estreia profissional ocorre quando

é abordada por Mônica Pimentel, diretora artística da emissora de televisão brasileira RedeTV, de quem recebe a oportunidade de ser inserida em um ambiente de trabalho formal no qual pudesse fazer suas performances, como fica explícito em entrevista concedida à apresentadora Luciana Gimenez no programa “SuperPop”, exibido em maio de 2018:

Leonora: Quando eu comecei, nem a internet, não tinha. Então ou você tinha aí a grande sorte, ou trabalhasse muito, que foi o que eu fiz, pra conseguir entrar em uma emissora de televisão, ou você não tinha como se divulgar, não tinha, não tinha. (...) Oito horas da manhã, eu linda, montada na porta da RedeTV. E dois dias seguidos. No primeiro dia, ninguém nem aí pra mim. No segundo dia alguém para e falou assim: “Vem cá, o que você tá fazendo? Você é louca? O que você tá fazendo nesse sol aqui, com essa peruca desse tamanho?”. E eu falei: “Ah, eu tenho uma ideia e quero ser ouvida”. Essa pessoa me pôs pra dentro e eu nunca mais saí.

Luciana: Olha que loucura! Você se lembra de quem foi na época?

Leonora: A Mônica Pimentel! (...) A Mônica é maravilhosa, foi ela que me abriu as portas. Ela me deu a chance de conhecer tudo e todos aqui dentro. E eu fui ficando, ficando, ficando, e já são anos. (...) Foi ela que me pôs no [programa de TV] Noite a Fora. Foi ela que me deu todas as oportunidades. Talvez eu seja a Léo Áquilla por causa dela.

Leonora recebe uma rara oportunidade de trabalhar em uma emissora de televisão fazendo várias performances artísticas, muitas vezes montada como *dragqueen*, ao mesmo tempo em que é manifestamente reconhecida como um homem homossexual. Por conseguir se estabelecer profissionalmente, ela pôde alcançar um patamar de vida financeira que estivesse de acordo com suas expectativas àquele momento. Contudo, isso não a impede de transfobia no âmbito profissional, fato que ela comenta em muitos dos seus vídeos que constam em seu canal de Youtube, como o que foi publicado em março de 2021:

O desamparo leva muitas de nós [pessoas LGBT, em particular, pessoas trans] para o caminho errado. Quando eu digo caminho errado, eu não estou falando da prostituição. Eu estou falando do caminho de drogas, de furtos. Porque a pessoa, a pessoa precisa se sustentar. (...) Aí quando a gente vai falar de mercado de trabalho, a gente tem outro entrave. Porque as empresas, embora haja um pequeno lampejo no comércio que estão contratando transexuais (...) ainda é uma realidade muito distante de nós. E aí, qual é a profissão que a esmagadora maioria tem pra fazer? Prostituição! (...) Eu me assumi mulher trans já mais velha. Eu já tinha anos de carreira. Eu já estava na faculdade. Eu estava me formando. Na minha primeira faculdade. Não, na minha segunda, porque eu fiz marketing [primeiro]. Foi quando eu estava fazendo jornalismo, terminando jornalismo, a minha formatura, foi quando eu me assumi. E eu já tinha estabilidade financeira, porque eu já trabalhava, já era a Léo Áquilla dos shows, da televisão, todo o mundo já me conhecia. Então eu já tinha uma abertura muito grande. Um respeito de algumas empresas muito grandes, que continuaram me contratando depois que eu me assumi mulher trans. Apesar de que algumas empresas falaram: “Olha, eu não trabalho com travestis! Se você virar travesti, eu não vou poder mais te contratar”. E realmente não contrataram.

Após sua inserção profissional e artística, Leonora pôde exercer variados ofícios, como jornalista, repórter, apresentadora, cantora, dentre outros. Porém, diferentemente de diversas celebridades brasileiras, cujas vidas íntimas são frequentemente expostas a público, muitas

vezes com consentimento e até intuito dessas mesmas celebridades, a vida íntima de Leonora, em especial as suas relações amorosas e a as suas relações com seus familiares, são aspectos de suas vivências que permanecem afastados da exposição midiática por muito tempo. Ainda que frequentemente concedesse entrevistas ou participasse de eventos públicos, Leonora evitava expor quaisquer dados a respeito de sua família, temendo a hipótese de que seus familiares pudessem sofrer discriminações pelo simples fato de que se tornasse público o seu vínculo com ela.

Em inúmeras ocasiões, Leonora narra que enquanto ela própria ainda se identificava como um homem homossexual, ela se relacionou com um homem, cuja identidade ela nunca revelou em nenhum dos relatos encontrados e analisados neste estudo. Apenas foi possível constatar que eles tiveram um relacionamento de longa duração, por ela identificado como um casamento, embora não seja possível encontrar evidências de que eles tenham se casado formalmente. É importante destacar que enquanto está casada com esse homem, Leonora já tem seus dois filhos, um consanguíneo e um adotado. Também durante essa relação, ela inicia sua graduação em nível superior em jornalismo, circunstância na qual, ao realizar um trabalho de conclusão de curso no qual pesquisa sobre transgeneridade, ela se identifica com os relatos estudados, ao ponto de se perceber mulher. Para Leonora e seu marido, a constatação de sua identificação com o gênero feminino se revela um impeditivo à manutenção do casamento, pois ele, um homem homossexual, sentiria a necessidade de se relacionar com outro homem. Apesar da separação, o ex-marido de nossa interlocutora ofereceu apoio a ela em seu processo de se descobrir mulher e dar início às transições corporais. Sobre esse processo de se assumir mulher, que resulta no término de sua relação conjugal, Leonora dá o seguinte depoimento em um vídeo que publica em seu canal de Youtube, em março de 2021:

Quando eu me assumi trans eu estava casada com um rapaz que eu amo muito até hoje. Eu sou apaixonada por ele. Virou meu grande irmão. Mas na época não dava pra gente ficar junto porque ele era homossexual. Então, logo, se ele era homossexual, ele gosta de meninos. Como é que ele iria ficar comigo, eu virando uma garota? (...) Isso não dá muito certo na maioria dos casos. Tem lá suas exceções? Tem. Aí tem gente que fala assim: "Ah, mas quando ama, supera!". Não gente, não é bem assim, não supera. (...) Claro que o amor supera muita coisa, tanto é que no meu caso o amor superou o sofrimento que a gente teria que passar de se separar. E nos separamos. Teve que acontecer. Foi inevitável. Porque a gente conversou muito a respeito. (...) Oscilamos entre muitos sentimentos nessas doze horas de conversa. Porque nós choramos, nós rimos, nós nos entendemos, nós brigamos, nós ficamos magoados, nós nos perdoamos. Foi tudo junto ao mesmo tempo, mas que culminou num resultado muito legal que foi: vamos nos amar como irmãos. Vamos nos apoiar. Pra eu passar por essa transformação eu já fui desprezada uma vida inteira, eu já fui tratada como lixo e jogada no fogo do inferno tantas vezes que agora eu preciso de amor, eu preciso de apoio. E ele resolveu me dar esse apoio. Tanto é que quando eu fui colocar o meu seio, ele foi comigo, me levou. E nós ficamos muito amigos, e somos grandes amigos até hoje.

É importante destacar que embora Leonora já tivesse ciência de sua identificação com o gênero feminino desde sua infância, ela alega que só se reconhece como mulher quando tem a oportunidade de estudar sobre a transgeneridade. Leonora concluiu no ano de 2009 uma graduação em nível superior em comunicação social com foco em jornalismo na universidade particular paulistana Anhembi Morumbi, ao ter aprovado o trabalho de conclusão de curso de título “Cidadania T”, orientada por Cibele Maria Buoro. É a partir da realização do referido estudo que Leonora tem, pela primeira vez em sua vida, contato com diferentes pesquisas que a permitem conhecer a transgeneridade a partir de vieses e abordagens acadêmicas. Nossa interlocutora passa a se reconhecer nos inúmeros relatos e descrições a que tem acesso, de modo que ela eventualmente se reconhece mulher. Isso é evidenciado em várias entrevistas, como a concedida a Danilo Gentili no programa “The Noite” exibido em setembro de 2019:

Leonora: Quando eu fiz trinta e poucos anos [de idade], trinta e dois anos, eu entrei na faculdade pra fazer jornalismo. E o meu trabalho de conclusão de curso, quando eu fui me formar, olha que loucura, foi travestis e transexuais no mercado formal de trabalho. (...) Para justificar o que era travesti e transexual eu tive que estudar profundamente pra pôr no meu trabalho o que era aquilo. Cada livro que eu lia, eu falava: “Ah, eu sou isso”. [A plateia solta gargalhadas com a forma enfática que Leonora faz essa afirmação].

Danilo Gentili: Você se identificava? (...)

Leonora: Aí, depois, não teve jeito. Quando eu acabei meu trabalho eu me formei, peguei o diploma de jornalista e o de mulher junto! [Leonora solta uma gargalhada]

Cabe reiterar que estudos que tenham como temas as transgeneridades, as pessoas trans ou quaisquer aspectos afins, são ainda hoje, no início da terceira década do século XXI, muito pouco quantitativos. No ano de 2009, quando Leonora conclui sua graduação e realiza seu projeto de conclusão de curso, são ainda poucos os estudos sobre essa temática. Logo, embora isso não seja expresso por Leonora, é possível concluir que ela já tivesse ao menos alguma suspeita da existência de vivências de pessoas trans para além dos preconceitos que eram disseminados a respeito dessa população.

Depois de todo um percurso de autodescoberta, autocompreensão, autoaceitação e autoafirmação enquanto um homem homossexual, Leonora se descobre uma mulher. Mais uma vez, o ambiente profissional e as relações familiares serão de extrema importância para influir nos rumos tomados por Leonora nessa trajetória. Antes de prosseguir com os detalhes de como se deu essa gradativa construção de gênero e esse processo de assumir publicamente uma nova identidade de gênero, é importante mencionar duas pessoas muito influentes na vida de Leonora: seu pai, Joel Pedreira de Lima, e sua mãe, Maria Helena Mendes de Lima.

De acordo com os poucos depoimentos de Leonora acerca de seu pai, ele é um homem bastante reservado, e que teve dificuldades de compreender e aceitar as particularidades das vivências sexuais e de gênero de sua filha. Enquanto a mãe de Leonora participava com alguma frequência de programas de auditório e vídeos no Youtube, concedendo entrevistas acerca do relacionamento com a filha, o pai de Leonora nunca adotou a mesma postura. No ano de 2020 Leonora publica em seu canal de Youtube um dos raros vídeos em que fala algo a respeito de seu pai:

O meu pai faleceu faz cinco anos. E no dia em que ele faleceu, nós tivemos uma conversa, e ele disse pra mim: “Nós tivemos problemas por causa da sua sexualidade, e é verdade, mas tudo isso tá zerado”. E o meu pai falou: “Eu tenho orgulho de você. Porque se tem uma coisa que ninguém pode contestar é a sua honestidade. É como você trabalha. É a sua força de vontade. Eu te amo”. Isso, o meu pai no leito de morte, porque ele morreu no dia seguinte que ele falou isso. E eu durmo tranquila sabendo que por ele eu fiz o máximo que eu pude até o último minuto, até o momento em que aquele caixão desceu, eu tenho certeza que eu fiz o meu melhor. E antes de morrer, ele ainda me deixou um pedido: “Cuida da sua mãe”, e eu falei pra ele: “Não precisava nem me pedir”, porque isso é um compromisso de alma que eu tenho com a minha mãe, e eu vou cuidar dela até o último dia de vida que ela tiver.

Já a mãe de Leonora, Maria Helena, em um primeiro momento, por volta do ano de 2010, explicita seu descontentamento com o fato de a filha fazer modificações corporais, mais especificamente, com a colocação de silicone nos seios, atitude essa que ela considera muito agressiva com o corpo. Cabe salientar que nesse período nossa interlocutora já tinha feito inúmeras outras modificações estéticas e cirúrgicas, em especial no rosto, com objetivo de ter uma aparência mais feminina, apesar de ainda se apresentar publicamente como um homem homossexual. Isso ocorria porque nessa época Maria Helena ainda tratava a filha como sendo uma pessoa do gênero masculino. Tudo isso pode ser evidenciado em um depoimento dado por Maria Helena em entrevista concedida a Simone Garuchi, exibida no programa televisivo “SuperPop”, em outubro de 2010:

Simone: Eu estou aqui com a Dona Maria Helena, a mãe do Léo Áquilla. E assim que soube que o filho iria colocar silicone, ela ficou ressabiada. O que a senhora disse pra ele, Dona Helena?

Maria Helena: Ah, no momento eu fiquei. Acho que. [Maria Helena procura as palavras] Toda mãe tem isso, né? Porque se um filho chegar para uma mãe e falar que vai por um seio, fazer e acontecer, e a mãe dizer que gostou, ficou radiante, ela está mentindo. É a mesma coisa de o filho chegar e falar “Mãe, eu sou gay”. Ela vai amar isso, a princípio? É um choque pra mãe. Não deixa de ser. Mas é o que eu falei pra ele: “Você tá certo disso? É isso o que você quer? Ah, é isso que você quer? Então vá em frente”.

Simone: A senhora ficou preocupada com o quê? De ele se arrepende depois, por exemplo?

Maria Helena: Ah, eu tenho medo que ele se arrependa. Ele falou pra mim: “Não, mamãe, se eu me arrepender eu vou e tiro”. Então tudo bem pra mim. Se pra ele, assim, tá bom, pra mim também está. Porque não mudou nada pra mim. Ele mudou o corpo dele. Agora, o filho, é o mesmo. O amor que eu sinto por ele é o mesmo. O que ele sente por mim é o mesmo. (...) A minha preocupação não foi ele ter colocado o seio. É a agressividade que ele fez com o corpo. Eu acho muito agressivo isso. (...)

Simone: Dona Helena, e se o Léo chegar pra senhora e disser o seguinte: “Mãe, agora eu quero fazer uma cirurgia pra mudança de sexo.” (...)

Maria Helena: Eu não vou poder fazer nada. Se for o que ele quer.

Embora descontente e insegura com o fato de a filha fazer modificações corporais, Maria Helena não expressa, ao menos em seus depoimentos, uma oposição. Seria possível interpretar inclusive que ela apoia as decisões de sua filha. Porém, o respeito à identidade e à expressão de gênero de sua filha permanece negligenciado por anos, como pode ser verificado no programa “SuperPop” exibido no ano de 2015, em que a mãe de Leonora é entrevistada:

Luciana Gimenez: Como é que foi receber essa notícia da Leonora? [A notícia de que Leonora pretendia fazer modificações corporais].

Maria Helena: A princípio foi meio difícil. Mas, sabe Lu, eu acho que o mais difícil pra mim foi aceitar quando ele colocou o seio. Sinceramente. Porque isso aí [Maria Helena faz um gesto apontando para a região genital] tá escondido, é problema dele. Agora o seio era mais difícil pra mim porque eu estava vendo. [Maria Helena solta uma risada].

Luciana Gimenez: Agora aceitou?

Maria Helena: Ah, pra mim, tudo bem. Pra mim o importante é ele ser feliz.

Luciana Gimenez: É ela! (...)

Maria Helena: Sabe o que é, Lu? Pra mim é um pouco difícil. Eu peço até desculpa pra ele em público. Aí, já falei “ele”. Porque eu não consigo. Pra mim é o meu filho e vai ser sempre o meu filho. Não é a aparência dele que tá mudando. Você me desculpa, Léo.

Leonora: A senhora é a única que eu perdoou.

Luciana Gimenez: É isso aí, a mãe, tem que perdoar. E aceitar do jeito que ela te aceita, você também tem que aceitá-la, não é isso?

Maria Helena: Eu vejo “ela”, mas eu não consigo falar. Eu vejo “ele”, então.

Leonora: É que pra mãe, realmente, é mais complicado. Todas as mães, na mesma situação dela, passam por isso. Eu conheço várias amigas que são trans e que tem esse problema dentro de casa. Nós somos extremamente tolerantes com as mães. Fora a minha mãe, mas nem meu filho me trata de “ele”.

Maria Helena: É! Eles não tratam. Mas pra mim é um pouco difícil.

É apenas a partir do ano de 2017 que Maria Helena começa a respeitar a identidade de gênero expressa pela filha, chegando a tomar uma postura ativa de defendê-la em ocasiões em que alguma pessoa comete um equívoco ou um desrespeito em relação à identidade de gênero

de Leonora. A causa exata para essa mudança tão radical na postura de Maria Helena não foi identificada nos registros analisados nesse estudo. Essa mudança de postura se torna evidente em alguns depoimentos, como se feito no programa “SuperPop” exibido em meados de 2018:

Maria Helena: [Um depoimento pré-gravado feito por Maria Helena é exibido durante um diálogo realizado entre Leonora e Luciana] Eu estou aqui pra falar mais uma vez de você, que pra mim é a coisa mais importante do mundo. Eu sei da sua luta, eu sei do que você já enfrentou, do que você ainda enfrenta e o que você é pra mim. Hoje você é a minha mãezinha, né? Em vez de eu ser a sua mãe, você é a minha mãe. Depois que o seu pai se foi, você se tornou o meu pai, a minha mãe, o meu marido, tudo meu! Então, eu quero te desejar tudo de bom, minha filha! Que Deus te abençoe! E que eu te amo muito, muito, muito, muito, muito! Um beijo! [ao término da exibição do depoimento previamente gravado da mãe de Leonora, a plateia aplaude por um longo período].

Leonora: Ai, mãe é uma coisa de louco, né? [Leonora, sorridente, solta uma gargalhada].

Luciana: Muito fofa mesmo! Uma coisa interessante é que ela não conseguia te chamar de “minha filha”. Fazia um tempo que eu não a via, agora meio que virou filha mesmo.

Leonora: Então, aliás, ela não só tem me chamado e me tratado no feminino, me tratando como filha, como ainda corrige as pessoas. Quando a gente sai [juntas] e alguém me trata como menino, ela fala: “É a Leo. Não é o Leo!”.

Luciana: Demorou pra te chamar de filha, né?

Leonora: Na verdade ela demorou porque pra mãe é sempre mais difícil. Pros pais é sempre mais difícil. (...) Ela me viu nascer, né, Lu? Viu crescer como menino. E depois tem que entender. E se foi difícil para mim, ter que entender tudo isso, eu fico pensando na minha mãe, no meu pai.

Leonora passa por uma transição de gênero que é gradual, e justamente por essa razão, mudam com o passar do tempo também a sua percepção de si e as formas como se apropria de termos diversos para falar de si. No percurso de autodescoberta e autoafirmação, Leonora faz diferentes modificações corporais. Inicialmente, nossa interlocutora realiza procedimentos estéticos menos invasivos, com o intuito de alcançar o que ela idealiza como uma aparência mais feminina, consistindo em implante capilar, lixamento dos ossos da face, entre outros. Um segundo passo muito importante nesse processo de construção corporal foi o implante de seios de silicone, que como já mencionado, tratou-se de uma atitude delicada a ser tomada, tendo em vista as opiniões desaprovadoras expressas por sua mãe. Em depoimento dado ao programa “SuperPop” exibido em outubro de 2010, logo após colocar seios de silicone e ainda referindo-se a si no gênero masculino, Leonora fala sobre suas modificações corporais:

[Leonora está deitada em uma cama, com o corpo coberto por um lençol de estampa florida, e com o seu rosto enfaixado] Eu tomei a decisão de transformar o meu rosto porque eu acho que não tá em harmonia com a minha alma. Eu me enxergo e eu me imagino uma pessoa diferente do que eu sou. Agora eu estou péssimo, corpo, alma e mente. Porque eu estou deformado, né? Eu não sei o resultado de tudo isso. A gente faz sem saber o que é que vai dar depois. Se ficar bonito, vai ter valido a pena. Se

não ficar bonito eu me mato. (...) Eu passava o dia inteiro em frente ao espelho erguendo a minha sobrancelha. Tanto que incomodava todo o mundo em casa. Todo o mundo falava pra mim: “Sai da frente desse espelho e para de esticar esse rosto! Para de erguer essa sobrancelha!”. Então ali eu percebi que eu realmente até, até sem querer, de forma involuntária, eu já estava mexendo e esticando e puxando e eu não estava satisfeito. Eu não estava feliz. (...) Então, eu não era feliz porque eu era uma pessoa por fora, e por dentro eu era outra. Não que eu fosse uma pessoa falsa, mas eu fui obrigado pela sociedade, pela família. Eu fui pressionado a ser um homem, mesmo sendo homossexual, a ser um homem que não cabia dentro de mim, e que não estava dentro de mim. (...) Todo o mundo falou pra mim que essa cirurgia de prótese de mama era tranquila, era não sei o que, que a recuperação era rápida. Todo o mundo mentiu. De tudo o que eu já fiz e de tudo o que eu já sofri com esse rosto, eu digo pra você uma coisa. Nem chega aos pés da dor que eu estou sentindo nessa região [Leonora aponta para seu peito, recém-operado]. É a pior cirurgia que eu já fiz. Dói! Mas é bom porque agora eu sou uma mulher que tem peito. Eu resolvi fazer essa cirurgia porque eu cheguei numa idade em que eu não quero mais ficar em cima do muro. Eu não devo mais satisfação a ninguém. Os meus filhos estão criados. Os meus pais estão bem. A minha carreira está bem encaminhada. Eu sou uma pessoa conhecida no Brasil inteiro. Por isso que eu decidi fazer mais essa cirurgia e colocar a prótese de mama. Porque eu não quero daqui a um mês acordar com o rosto lindo e faltando ou sobrando alguma coisa no resto do corpo. Eu não quero passar por essa frustração. Eu não tinha coragem de colocar. Pelo fato de ser pai da família. Que acredite, eu sou um pai. Eu tenho dois filhinhos lindos. Mas eu achava que eu nunca ia colocar seios. Eu podia fazer tudo, mas colocar seios, não. Na minha família eu fui muito questionada. Porque algumas pessoas achavam que eu não devia por.

A colocação de seios de silicone foi uma atitude que marcou de forma significativa a experiência de subjetivação identitária de gênero de Leonora, uma vez que a permitiu ser “por fora”, corporalmente, aquilo que ela sentia “por dentro”, sua identidade de gênero feminina. É pertinente salientar que Leonora destaca que se por um lado a sociedade a pressiona a ser um homem, logo, devido a sua orientação sexual, seria um homem homossexual, por outro lado, a oportunidade de fazer os procedimentos de modificação corporal a permitem ser “uma mulher que tem peito”. Mas seu desejo de se constituir corporalmente como uma mulher não se encerrava com os procedimentos feitos até então: ela tinha o objetivo de fazer a cirurgia de transgenitalização. Para realizar esse procedimento, ela precisou se preparar por dois anos, durante os quais recebeu acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Porém, ao descobrir um problema na formação da sua aorta, o procedimento por ela tão desejado se revelava de alto risco de óbito, o que resulta em sua eventual escolha por não realizá-lo. Nossa interlocutora evidencia que se por um lado sua identidade influencia seu corpo, uma vez que, para sentir harmonia em relação à sua identidade de gênero é preciso realizar modificações corporais, por outro lado, seu corpo influencia sua identidade, já que a necessidade de aprender a lidar com a impossibilidade de fazer tais transições no corpo deriva de um trauma que abala a percepção de si e demanda atenção psicológica. Mais precisamente, para se configurar como mulher para além dos ditames da cisnormatividade, Leonora demanda auxílio profissional que a permita descobrir e reconhecer essa possibilidade de existir.



Ao analisarmos a construção corporal e identitária de Leonora, podemos perceber que a construção de sua identidade está diretamente influenciada por pressões externas, e até mais especificamente, por suas relações, seja com familiares, profissionais da saúde, ou pessoas quaisquer com as quais ela se relacione em seu cotidiano. Isso fica evidente quando ela é questionada por seus fãs, os quais possuem curiosidade acerca dos órgãos genitais externos dela, e ela responde que da mesma forma que uma autoridade profissional, um médico psiquiatra, atestou que Leonora é uma mulher, foi também outra autoridade profissional, um médico cardiologista, que atestou que, apesar de ser mulher, ela deve evitar a realização da transgenitalização, e é mais uma vez outra autoridade profissional, um terapeuta, que se encarregará de ajuda-la a fazer a conciliação entre uma identidade de gênero e um órgão genital externo que são incompatíveis dentro da lógica cisheteronormativa.

É importante reiterar que justamente devido a essa multiplicidade de pressões externas, foram também diversas as formas como Leonora conseguiu se compreender e se identificar com o passar dos anos. Como anteriormente dito, a despeito de ela se identificar com as expressões de gênero feminino desde a sua mais tenra infância, devido ao fato de conviver com pessoas que somente conseguiam pensar a respeito do mundo a partir da cisheteronorma, Leonora segue influenciada por essa mesma lógica, de modo a se identificar, em um primeiro momento, como um homem, e devido a sentir atração sexual por homens, identificava-se como um homem homossexual, ou, como dizia em algumas ocasiões, um gay. Ao exercer atividades artísticas e profissionais montada de *dragqueen*, nossa interlocutora experimenta de algum modo vivências do gênero feminino e passa a se compreender como um homem que se sente mulher. Seus estudos a sobre transgeneridade a levam a se consultar com um psiquiatra, e eventualmente dá início ao processo de modificação corporal que a permite viver uma identidade feminina de forma cotidiana. A despeito de todos esses acontecimentos, Leonora seguia se afirmando como um homem, um homem de seios, um homem que deseja se parecer com uma mulher, mas que segue sendo um homem, gay, filho, pai de família. Todo esse percurso fica evidente em uma entrevista que nossa interlocutora concede ao projeto online “GayTV”, conduzido por Regina Volpato, no início de 2012:

Regina: Você não vê graça no universo masculino?

Leonora: Mas em nada. Eu troquei fácil a cueca pela calcinha.

Regina: É mesmo? E hoje, e hoje você às vezes tem vontade de usar cueca, ou não?

Leonora: Vontade, não. Eu tenho umas atitudes muito masculinizadas porque eu nunca deixei de ser homem, né? Eu me defino como um homem de seios. Um homem que se parece uma mulher. Mas é um homem.

Regina: Você se sente homem?

Leonora: Completamente!

Regina: Quando você se olha no espelho, você vê essa mulher bonita que você vê, que a gente vê?

Leonora: Eu sei que o povo vê essa mulher, mas eu enxergo o menino. Eu não enxergo o Léo, eu enxergo o [nome omitido - nome masculino outrora utilizado por Leonora: ainda que a fala de Leonora acompanhe toda uma argumentação pertinente à época em que foi registrada, a exposição desse nome neste estudo se revela ofensiva e desnecessária].

Regina: Você não se vê assim, loira, linda, maravilhosa, com essa cara de boneca?

Leonora: Não, porque eu sei que é tudo fake. Eu não sou isso. Esse cabelo não é meu. Eu comprei. Esse peito não é meu. Eu comprei. Essa testa não é minha. Eu mandei fazer. Então eu não sou isso. (...)

Regina: Como você foi processando isso dentro de você, Léo?

Leonora: Não é, não foi uma mudança radical, porque ela não foi imediata. Eu estou com quarenta e um anos de idade, tudo foi acontecendo em doses homeopáticas. Primeiro eu fiz uma coisa, aí me acostumei com aquilo. Depois eu tirei a sobrancelha, aí me acostumei com aquilo. Foi uma coisa de cada vez. Pra você ver, tanto foi demorada essa transformação pra que eu também fosse acostumando, pra que eu não chocasse nem a mim mesma, que faz um ano só que eu coloquei meu seio (...)

Regina: Isso é muito positivo, né?

Leonora: É positivo! No campo profissional eu acho que ainda não. (...) Então, nós estamos tendo agora, inclusive nesse exato momento, a chance de se posicionar de maneira mais digna. De dizer que nós somos bem diferentes de um marginal. Que eu não preciso ser taxada, rotulada, como um marginal, porque eu não sou. Eu sou um pai de família. Antes de ser gay eu sou um pai, eu sou um filho, um ótimo filho, eu tenho certeza disso, porque eu honro o meu pai e a minha mãe. Eu vivo por eles assim como eu vivo pelos meus dois filhos.

Cabe salientar que ainda que nesse trabalho seja feita uma análise da trajetória de vida de Leonora, a qual é perpassada por diferentes períodos, em que ela apresentou diferentes depoimentos acerca de sua percepção de si, optou-se por não fazer menção ao nome masculino outrora utilizado pela interlocutora deste capítulo, por ser possível entender que mencionar tal nome é ofensivo e desnecessário. Como já dito anteriormente, os modos como Leonora é capaz de extrair sentido de suas experiências de gênero e, por conseguinte, de se apropriar de nomenclaturas para falar de si e de suas vivências, é fortemente influenciado por suas relações, em especial com sua família e com os profissionais de saúde que acompanham sua transição de gênero e suas modificações corporais cirúrgicas. Com o passar do tempo, Leonora parece mais confortável de se identificar com o gênero feminino. Em 02 de maio de 2013, ela publica a seguinte foto em seu perfil de Facebook:

Figura 09 – Leonora se enquadra publicamente no gênero feminino

Meu sonho era ser  
 uma boneca,  
 agora sou uma  
 boneca 24 horas por dia.  
 Vou chiquêrrima à padaria.  
 Não virei trans para  
 andar bagaceira.  
 Minha alma é  
 loira e usa salto alto.  
 Minha função é  
 dar mais beleza ao mundo.  
 Quero que o padeiro  
 fique passado com minha beleza.  
 Vou levar glamour para o feirante!  
 Não consigo ser menos do que fenomenal.  
 Léo Áquilla



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Leonora Áquilla

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=563350790365483>

Enquanto no depoimento dado no início de 2012 em entrevista a Regina Volpato, Leonora se identificava como homem, o texto da foto publicada em maio de 2013 em seu perfil de Facebook revela um contraste: Leonora já passa a se identificar como uma mulher trans. A princípio, seu receio de se identificar como mulher trans, e mais especificamente como travesti, se baseava no receio de sofrer transfobia, como fica evidente em depoimento dado por nossa interlocutora no programa “SuperPop” exibido em outubro de 2010:

Eu não me considero travesti. Eu acho que travesti é uma palavra que já tá muito pejorativa, né? Acho que por culpa da própria mídia, que sempre expõe o lado ruim dos gays que querem ser meninas. Que tem alma de mulher. Isso é uma grande injustiça com elas. Ninguém vira nada. Assim como ninguém vira gay, ninguém vira travesti.

Fica evidente que a possibilidade de aceitação social é um fator que influencia diretamente na forma como Leonora se enuncia em termos de uma identidade de gênero. Estimulada pelo crescente apoio que recebe dos fãs de seu trabalho artístico, que admiram sua apresentação como uma figura feminina e que se identifica como uma mulher trans, Leonora passa a fazer aparições públicas nas quais está sempre intensamente maquiada, de modo a salientar sua expressão de feminilidade. Conforme recebe apoio de seus fãs e de seus

familiares, Leonora passa a investir em mais modificações corporais com intuito de alcançar uma corporeidade feminina por ela idealizada, assim como passa a se sentir mais confiante de se afirmar como uma pessoa do gênero feminino, não importando para ela que as pessoas se refiram a ela com o uso pela categoria travesti ou mulher transexual, conquanto que ocorra uma associação ao gênero feminino. Já em um vídeo publicado em maio de 2019 em seu canal de Youtube, Leonora se define como uma mulher transexual não operada:

Então, é isso, não sou operada, não vou operar porque não posso. Não quero correr esse risco uma vez que eu também já me adaptei com essa situação. Já tenho vários truques. Já sei colar direitinho, posso até colocar biquíni se eu quiser e arrasar! Coloco roupas justíssimas, macacões, e fica um lacre! Gente, o importante é a gente estar feliz e eu estou feliz do meu jeito! Está respondida a pergunta pra todos vocês que querem saber se eu já operei, se eu não operei, e por que não operei? É esse o motivo! Então eu sou uma mulher transexual não operada!

Em paralelo a todas as mudanças corporais e identitárias, a retificação documental de nome e de gênero também era um desejo expresso de Leonora, pois essa conquista, de acordo com nossa interlocutora, seria uma medida que facilitaria a sua vida, uma vez que ela se tornaria “oficialmente” Leonora. Em programa “SuperPop” apresentado em maio de 2018, ela concede entrevista a Luciana Gimenes, na qual atesta a sua felicidade em conseguir a primeira modificação de nome em documento:

Luciana: Faz quanto tempo que Leonora mudou de nome?

Leonora: Pois é, faz pouquinho tempo, né. Não tem nem um mês, ainda, que eu tive aquele prazer inesquecível de pegar um documento e olhar lá escrito: “Leonora Mendes de Lima”.

Luciana: Foi muito bom?

Leonora: Lu. É uma sensação que não dá para explicar. Eu acho que só quem passa por isso é que sabe. Graças a Deus teve gente nos poderes e na justiça que conseguiu entender que nós precisávamos disso. (...) Toda hora eu tirava da carteira pra olhar. Eu falava: “Cara, sou eu! Eu sou a Leonora! Oficialmente eu sou a Leonora!” (...)

Luciana: Imagino. E os outros documentos, além do título eleitoral tiveram o nome mudado? Tudo?

Leonora: Já, já estou com a resposta positiva dos juízes e já posso retirar todos os documentos. É que eu não tive tempo. Mas eu já tenho, eu já tenho um laudo favorável a mim.

Mais uma vez é identificada na fala de Leonora a importância do papel que autoridades profissionais exercem na vida de pessoas trans. A modificação de seu nome registral só foi possibilitada devido à resposta positiva de juízes. Igualmente importante para Leonora é aceitação por parte de sua mãe, a qual já assumiu uma postura ativa de defender o nome e a identidade de gênero feminino de sua filha. Cabe salientar que Leonora manifesta o seu desejo de ser reconhecida exclusivamente por seu nome feminino devido ao receio de sofrer atos

discriminatórios transfóbicos, como expressa em depoimento que concedeu em sequência, no mesmo programa:

Luciana: E quando você estava com o documento, você ia aos lugares, como é que funcionava? A foto, a foto era de agora? A foto era de Leo?

Leonora: Então, a foto era recente, era de Leonora, mas o nome era “*nome omitido*” e o sexo masculino. E isso me causou muito transtorno. Nesses dias eu estava, um pouco antes, no final do ano passado, eu estava indo pra Fortaleza, e aí eu já estava sentada, andando no avião, a aeromoça fala: “Atenção senhor “*nome omitido*” favor identificar-se!”. Gente, eu gelei dos pés à cabeça! Porque fica todo o mundo no avião procurando. Os curiosos, querendo saber quem é: “Vamos ver quem é! Vamos ver quem é!”. E eu fiquei fria. Eu falei, eu perco a bagagem, mas eu não me identifico. E não me identifiquei! Deixei pra lá!

Em seus discursos, portanto, Leonora explicita o fato de que se reconhece como mulher trans não operada, mas recorrentemente se expressa de modo a realçar que não se importa em ser considerada travesti, como se coubesse aos seus interlocutores a tarefa de definir sua categoria identitária de gênero, conquanto que sejam respeitados o seu nome Leonora e o fato de que ela se identifica com qualquer categoria associada ao gênero feminino.

Ainda sobre a construção identitária de Leonora, cabe ressaltar que ela sempre sentiu atração sexual por pessoas do gênero masculino. Enquanto ela se identificava como homem, isso resultava em sua autopercepção de homem homossexual, ou gay, como ela mencionou várias vezes. A partir do momento em que passou a se identificar como uma mulher, ela passa a se reconhecer como uma mulher transexual e heterossexual. No ano de 2014 Leonora conhece Chico Campadello, com quem inicia um namoro e eventualmente se casa. Devido ao fato de Leonora ser uma mulher trans, recorrentemente seu marido tem a sua sexualidade questionada pelas pessoas a seu redor. Apesar disso, o casal segue se compreendendo e se afirmando como um casal heterossexual, como fica evidente no programa “SuperPop” que foi exibido em setembro de 2019:

Chico: Eu não me sinto atraído pela forma masculina. Eu comecei a pensar sobre isso e pesquisar a respeito. Escutar psicólogos a respeito.

Luciana: Mas faria diferença se você fosse gay?

Chico: Não, não faria. Mas pras pessoas faz!

Luciana: Mas pra você?

Chico: Pra mim, jamais. Porque as pessoas julgam. E me julgam pela genitália dela. [Apontando para Leonora] Né? As pessoas colocam: “Ah, mas você faz isso!”. Eu falei: “Meu, mas vocês nem sabem! Vocês estão tão preocupados com o que a gente faz ou deixa de fazer na cama, como se fosse só isso o que importasse, né?”. E é isso o que acontece. Eu a vejo como uma mulher.

Leonora: Sabe qual é o problema, eu sei explicar. A questão, gente, é a seguinte. O Chico consegue ser heterossexual estando comigo, mesmo não sendo operada,

porque ele é um homem evoluído. Ele consegue olhar nos meus olhos e enxergar a minha alma! [a plateia aplaude] E isso não é pra qualquer um!

Luciana: Até porque, você vê que loucura! Vou falar com a psicóloga, quer dizer, se a Léo fosse operada, que na realidade ela tomou uma decisão de não operar porque ela tem problema de coração, se ela se operasse ela corria risco de morte, então, ela resolveu não se operar, você imagina que a sexualidade dele seria definida por uma operação dela. É muito louco isso.

Psicóloga: Muito, e é o que não aconteceu. Porque o que acontece, Lu. Ele a vê como ela disse. É um amor de ser humano pra ser humano, de pessoa pra pessoa, de alma.

Luciana: De homem pra mulher.

Psicóloga: De homem pra mulher.

Novamente percebe-se a importância dada a pareceres profissionais, uma vez que uma psicóloga é convidada para comentar o caso, como que dependesse de seu aval a aprovação dos depoimentos e percepções que são apresentados por Leonora e seu marido Chico. O questionamento de que eles se configurem como um casal heterossexual denuncia que a lógica operante da cisheteronormatividade compulsória se baseia numa concepção de que tanto homens homossexuais quanto mulheres heterossexuais são pessoas que necessariamente sentem atração sexual não por homens, mas por pessoas com pênis, independentemente de que papéis esse órgão genital ocupe nas relações sexuais desses indivíduos.

Embora o relacionamento entre Leonora e Chico se configure como heterossexual, cabe ressaltar que as experiências parentais de Leonora se iniciam quando ela ainda se compreende e se afirma como um gay, ou um homem homossexual. Nessa ocasião, Leonora estava se relacionando com outro homem, cujo nome não é revelado por ela em nenhum dos registros analisados neste estudo. Apenas foi possível constatar que o término de seu relacionamento com ele se deu justamente por conta da transição de gênero realizada por Leonora. Fica evidente na análise dos registros que o homem com quem Leonora manteve uma relação homoafetiva também se envolveu de alguma forma na criação dos dois filhos dela nos primeiros anos de vida deles. Contudo, nada foi relatado acerca de quão presente ele era na vida dos filhos de Leonora, que tipos de influências ele exerceu nas vidas deles, e como se relacionavam no cotidiano. Todos os relatos encontrados abordam as vivências parentais de Leonora principalmente a partir do período em que ela dá início a sua transição de gênero. Assim como mudaram gradativamente o corpo e os modos de se compreender e enunciar a identidade de gênero de Leonora, o mesmo ocorreu com a forma de extrair sentido de sua parentalidade, como analisaremos a seguir.

Os dois filhos de Leonora nascem no ano de 1996, quando ela está com vinte e cinco anos de idade. O primeiro filho a nascer é Vitor Áquilla, seu filho consanguíneo, ou, como ela costuma referenciar, seu filho biológico. Assim como muitas pessoas do espectro LGBTI que possuem vivências religiosas, Leonora, quando ainda se reconhecia como um homem homossexual, ou gay, ao frequentar igreja evangélica, foi estimulada a ter práticas sexuais com uma mulher cisgênera. Enquanto da perspectiva de algumas pessoas religiosas essa prática poderia funcionar como uma espécie de “cura gay”, Leonora cede à pressão devido a sua crença religiosa de que poderia ser punida com uma condenação ao inferno por conta de sua orientação sexual. Desse modo, submeter-se a uma relação com uma mulher cisgênera lhe garantiria que fosse liberta de tal condenação, bem como poderia servir como uma forma de inserção na sociedade. Nesse contexto, Leonora conhece Cris, uma mulher cisgênera com quem mantém uma relação afetiva que dura pouco tempo e resulta em uma relação sexual, da qual nasce seu primeiro filho, Vitor Áquilla. Em um episódio do programa “SuperPop” exibido em outubro de 2016, Leonora faz menção a esse episódio:

Luciana: Você deu uma declaração dizendo que, aliás, vou até pedir perdão pro seu filho, porque essa foi uma declaração que eu li sobre você, que você tinha se arrependido. Você tinha tido um filho numa vontade de ser inserida na sociedade. Foi uma declaração sua?

Leonora: Foi uma declaração minha, mas não foi em relação ao filho. (...) Foi uma declaração minha em relação a eu ter virado evangélica, na época, e querer mostrar pra igreja que eu estava liberta e que eu enfim era um menino. Isso tudo foi uma besteira da minha cabeça.

Luciana: Você se arrepende disso?

Leonora: Claro que eu me arrependo. Lógico. Eu acho que a gente tem que se assumir e ser feliz e parar com essas besteiras. Sai do armário mesmo, vai ser feliz.

No mesmo ano em que nasce seu filho Vitor, Leonora assume a responsabilidade pela criação de seu segundo filho, Wagner, seu filho adotivo. Em uma entrevista concedida ao canal de Youtube da influenciadora digital Antonia Fontenelle, publicada em 19 de agosto de 2021, Leonora expõe como assumiu a responsabilidade parental por seu filho adotivo:

Quando o meu filho nasceu, a minha irmã também estava grávida e o meu sobrinho nasceu. O meu filho adotivo é o Wagner, que é o meu sobrinho. (...) Quando o meu sobrinho nasceu, o pai dele, marido da minha irmã, teve um infarto fulminante e morreu. Meu sobrinho era bebê, e a minha irmã “despirocou”. Ela não soube lidar com a morte do marido, tão novo, com trinta e nove anos. E ela teve um problema neurológico. Ela perdeu um pouco a memória. Ela tem problemas até hoje. As pessoas não sabem disso porque eu evito expor a minha irmã. E aí, naquela ocasião, a gente ficou desesperado. Porque o meu filho tinha acabado de nascer. O meu sobrinho tinha acabado de nascer, tinha um mês, e nós desesperados, com a família ainda desestruturada financeiramente. Hoje a gente tá melhor, graças a Deus. Mas, naquela ocasião, a família ainda desestruturada, eu falei: “Calma! Quem cuida de um, cuida de dois!”. E aí, peguei meu sobrinho pra criar.

Embora Wagner seja sobrinho de Leonora, ela o cria como se ele fosse seu filho. Não há registros que permitam constatar se foi formalizada a adoção. Na ocasião do falecimento do pai consanguíneo de Wagner, que resultou no adoecimento de sua mãe consanguínea, que é irmã de Leonora, vários membros da família de Leonora se dispuseram para assumir a responsabilidade pela criação de Wagner. Os cuidados com ele foram de fato compartilhados entre inúmeros parentes. Independentemente disso, Leonora se denominava pai de Wagner num período de sua vida em que ela ainda se enunciava como homem. Esses fatos podem ser percebidos em vídeo publicado no canal de Youtube de Leonora em setembro de 2020:

Leonora: O Waguinho é meu sobrinho. Ou seja, ambos [Vitor e Wagner] têm meu sangue, né? Só que o Waguinho, quando nasceu, foi bem quando o Vitor nasceu também. E o pai dele [de Wagner] morreu. E aí eu falei: “Não vou deixar sem pai, né?”. Nem que tenha que ser pai de peito. Mas vou ser pai.

Wagner: A vida me deu um pai maravilhoso na época e foi o melhor presente que eu poderia ter.

Leonora: Na verdade, a vida deu pra ele vários pais, porque aí todo o mundo queria ser pai dele.

Wagner: Sim! Vários pais! Várias mães! Vários!

Leonora: É verdade. O meu pai, que é o avô dele, queria ser pai. O meu irmão queria ser pai. Eu falei: “É meu!” (...) Aí, eu digo, quando eu falo pra vocês, eu tenho dois filhos, é por essa questão.

Após iniciar o relacionamento com Chico Campadello, no ano de 2014, Leonora conhece Sophia, sua enteada, que vive na casa da mãe consanguínea, mas que visita o pai com grande frequência. Sophia respeita a identidade de gênero feminina de Leonora, e a considera uma mulher, e a nova esposa de seu pai. Sophia mantém um relacionamento carinhoso com Leonora, comparando sua beleza a de uma princesa, chamando-a de tia e chegando ao ponto de considerá-la uma segunda mãe, como é possível constatar em depoimento que ela concede ao programa “SuperPop” de maio de 2018:

Tia Leo, eu não sei nem por onde começar. Tem tantos motivos para eu amar você. Mas o principal deles é esse sorriso no rosto do meu pai. Você é uma princesa. Você é muito talentosa. Eu te considero uma segunda mãe pra mim. Você sempre estava do meu lado pra me apoiar, nos momentos mais difíceis. Eu te amo!

No mesmo programa Leonora e Luciana dialogam sobre Sophia, enteada de Leonora, e a forma como ela é compreensiva com sua tia:

Luciana: Agora a sua enteada, assim, me parece uma menina, claro, jovem, mas descolada, pra ela não tem problema.

Leonora: Ela representa bem essa juventude nova, que vem com essa cabeça completamente desobstruída, descolada, sem preconceito.

Luciana: Ela não tá nem aí, falou de boa.



Quando questionada sobre o preconceito que Leonora e Chico enfrentam por formarem um casal de uma mulher trans e um homem cis, Sophia se posiciona em defesa do pai e da tia, como fica evidente na conversa que Leonora tem com sua enteada no vídeo que foi publicado em 12 de julho de 2019 no canal de Youtube de Leonora:

Sophia: Eu tive um problema na minha antiga escola que uma vez uma amiga minha chamou o meu pai de “viado”.

Leonora: Chamou o seu pai de “viado”? E como é que você reagiu?

Sophia: Eu fiquei mal. Eu fiquei brava também. Eu queria brigar com a menina. Eu sempre quis me virar sozinha, né? E eu sempre fui muito briguenta. Aí eu queria brigar com a menina. Só que como o meu pai tinha acabado de chegar, o meu pai foi lá na escola e foi conversar com a menina e conversou com os diretores da escola.

Leonora: Ah, e a menina nunca mais falou nada?

Sophia: Não.

Leonora: Toma! [Leonora fala enfaticamente e as duas riem] Mas o que é que você acha? Você acha que o seu pai é “viado”?

Sophia: Não!

Leonora: Não, né? E o que é que faz você chegar à conclusão que não?

Sophia: Porque você é uma mulher, você não é um homem.

Leonora mantém um relacionamento amigável com a antiga esposa de seu atual marido. Por essa razão, sua enteada visita com grande frequência a casa do pai, este o qual mora com Leonora. Desse modo, Leonora e Sophia mantém contato cotidiano e desenvolvem carinho e respeito mútuos. Embora Sophia, ao sofrer discriminação em ambiente escolar, pudesse contar com o apoio direto de seu pai para interferir na situação, o mesmo não pôde ocorrer com Vitor e Wagner. Leonora optou por se manter afastada da convivência pública com os filhos para evitar submetê-los ao risco de sofrer preconceito, o que resultou na sua ausência nos eventos das escolas. Da mesma forma, ela evitava divulgar na mídia e em seu ambiente de trabalho as suas relações familiares. Sobre seu receio de expor seus familiares, e mais especificamente seus filhos, são inúmeros os relatos, como o realizado em maio de 2018, no programa “SuperPop”:

Luciana: Você acha que os seus filhos sofreram bullying?

Leonora: Olha, Lu, você sabe. Essa questão do bullying com os meus filhos é uma coisa que eu sempre tive. Como eu tive muitos problemas na escola e sofri muito, eu não queria que os meus filhos passassem por isso. Então eu tomei logo cedo uma decisão. Assim que meu filho nasceu, eu tomei uma decisão. Quando ele for para a escola, eu nunca vou aparecer.

Luciana: Você nunca foi?

Leonora: Nunca fui! Mas, não é porque fui ausente. Pelo contrário, eu estava poupando os meus filhos de sofrer preconceito, sobretudo porque eu já era conhecida. E eu não queria que as pessoas na escola soubessem que eles eram meus filhos. Então eu sempre orientei e falei: “Olha! Na escola não é pra falar! Fala que não me conhece”. Vitor tem o sobrenome Áquilla. E as pessoas perguntavam: “Ah, você deve ser filho de Léo Áquilla!” Só que ele falava que não. E as pessoas acreditavam porque ele é negro e eu sou branca. A mãe [que o gestou] é negra. Então, as pessoas não acreditavam mesmo que ele fosse meu filho, mas ele era!

Luciana: Você acha que ele sofreu tendo que falar que você não era, digamos, que não era mãe ou pai dele?

Leonora: Não, ele entendeu. Ele sempre entendeu muito bem, porque o Vitor é uma pessoa boa. Quem sofreu fui eu.

Luciana: De não poder ir? [Ao que Leonora respondeu com um aceno positivo de cabeça]

Leonora: Eu sofri [Cabe ressaltar que ao longo de toda a entrevista, Leonora tentou manter uma imagem alegre e sorridente, e nesse breve momento, ela se curvou ligeiramente para baixo e desarmou o sorriso, um gesto sutil, mas muito contrastante, portanto, igualmente notável].

Embora tenha decidido nunca comparecer aos eventos escolares dos filhos, Leonora não consegue deixar de expressar o quanto isso a abalou. Em um vídeo que ela disponibiliza em seu canal de Youtube em setembro de 2020, no qual faz uma conversa descontraída com seus dois filhos, Leonora pergunta para eles como eles se sentiram em relação ao fato de que ela não estivesse presente em eventos escolares:

Leonora: Eu não fui [Leonora faz o gesto de aspas duplas para se referir ao termo pai] um pai presente quando eles eram crianças, mas isso também sempre foi muito bem resolvido na nossa vida. Perdi alguns momentos? Perdi alguns momentos! Mas eu não queria ir até a escola pra que eles não sofressem retaliação. Porque a gente sabe, ambiente escolar, como é cruel. A gente sabe. Né, mães? Né, pais? E aí, pra que eles não sofressem, eu não, eu não participei de muita coisa. Mas isso te trás alguma mágoa? [Pergunta para Vitor]

Vitor: Não.

Leonora: E pra você? [Pergunta para Wagner]

Wagner: Não.

Leonora: Não, né?

Wagner: E me fez até forte, porque eu tive que passar pelas coisas sozinho, aprender, assim, coisas que só a vivência vai ensinar pra gente.

Leonora: Porque as pessoas, sempre quando eu falo que eu não pude acompanhar a infância de vocês na escola e em alguns momentos, elas sempre falam: “Nossa, deve ter sido tão traumático”. Não foi. Né, gente? Foi tranquilo. Você tem algum trauma? [Leonora pergunta para Vitor, que responde apenas com um gesto negativo de cabeça]. Algum, qualquer trauma, assim, da sua infância pelo fato de, de ter um pai que na verdade também é uma mãe?

Vitor: Tirando quando descobriram que, de quem eu era filho, eu escutava algumas coisinhas, mas eu sempre deixei pra lá.

Leonora: Mas aí você tinha quantos anos?

Vitor: Quando eu descobri?

Leonora: Quando eles descobriram que você era meu filho?

Vitor: Quando descobriram? [Quando eu estava] Com doze anos.

Leonora: Mas descobriram pelo seu sobrenome, não foi?

Wagner: Com esse sobrenome fica bem difícil [de não descobrir o vínculo entre Leonora e Vitor]

Vitor: Foi. Já começava a já deduzir, já. E aí me perguntavam. E eu ficava meio, assim. Eu falava para algumas pessoas que eram mais próximas, eu falava. Se espalhasse assim, de algum jeito que eu não conseguisse controlar, aí.

Leonora: Ia ficar difícil?

Vitor: Ia ficar difícil!

Wagner: E naquela época a gente não sabia ainda como lidar.

Vitor: E como eu era novo ainda, eu vou esperar fazer dezoito anos, saindo do ensino médio, eu começo a falar pras pessoas.

Não apenas Leonora, mas também seus filhos, em algumas ocasiões, sentiam algum desconforto com a ausência de Leonora enquanto uma figura paterna nessas ocasiões em que eram realizadas comemorações escolares de dia dos pais. Em contraste com a situação passada com os filhos de Leonora, sua enteada pode desfrutar da presença de Leonora no contexto escolar, como é verificado no programa “SuperPop” em maio de 2018:

Luciana: E a menina [Sophia]. Você pode um dia ir ao colégio dela?

Leonora: Eu já fui! E, não, e ao contrário, ela ainda me pediu [Leonora muda o tom de voz para imitar a enteada] “Tia, vai lá ao colégio que eu quero mostrar pra todo o mundo que eu te conheço!”. É outra realidade.

Luciana: Essa meninada, que bom, eles já estão crescendo diferentes.

O fato de Leonora ainda se enunciar como homem nos primeiros quinze anos de vida de seus dois filhos, a despeito do fato de ela já trabalhar como *dragqueen* na referida época, certamente influenciou as nomenclaturas que seriam utilizadas para extrair sentido da relação parental que se desenvolvia. Um pai que é um homem homossexual e cujo trabalho consistia em frequentemente quebrar as regras de gênero certamente causa embaraço para uma pessoa que tente raciocinar dentro dos paradigmas da cisheteronormatividade. Além disso, mesmo antes de Leonora realizar a primeira cirurgia de implante de seios de silicone, ela já tinha feito inúmeros outros procedimentos estéticos com objetivo declarado de dar a seu corpo uma aparência mais feminina. Em paralelo a isso, ela ainda se afirmava como um homem, como

um pai, e mais especificamente, um pai de família e um pai de peito, como é evidenciado em depoimento por ela dado no programa “SuperPop”, em outubro de 2010:

Luciana: Eu quero saber o seguinte. A Léo ou o Léo?

Leonora: A Léo.

Luciana: A Léo tem filho.

Leonora: Dois. Dois meninos lindos que eu amo de paixão. E que pra sempre serei o papai deles.

Luciana: Mas e aí, é mamãe ou papai?

Leonora: O meu filho me ligou essa semana e me falou assim, o de catorze anos: “Papai, deixa eu te fazer uma pergunta. Agora eu te chamo de mamãe ou de papai?”. Eu falei: “Filho, você tem um pai de peito!”

Ao tentar falar publicamente acerca de suas vivências parentais, em especial dos termos que ela e seus familiares dispõem para dar conta de extrair sentido de suas relações, Leonora se depara com uma situação que lhe parece embaraçosa. Ela expressa em palavras truncadas a indefinição que sente em relação à como agir nas situações em que é instada a se posicionar no tocante às suas vivências parentais, e nas quais a tarefa de dar nomes às experiências que vive é compartilhada com outros membros de sua família. Uma ocasião em que isso se torna perceptível ocorre no programa “SuperPop” exibido em maio de 2018:

Leonora: Hoje eu comentei no camarim que eu não tenho nem dia dos pais, nem dia das mães, Porque dia dos pais eles não me dão parabéns, abraço, presente, nada disso, pra não me constranger, né?

Luciana: Tá, e no dia das mães?

Leonora: Dia das mães, eu não sou a mãe, porque já tem a mãe, então. [Leonora começa a gargalhar]

Luciana: Ah, não! Mas e aí?

Leonora: Nem uma coisa nem outra.

Luciana: Não, mas aí eu acho que você tem que pedir pros seus filhos pra ser [reconhecida e parabenizada] no dia das mães.

Leonora: Eu acho que é um entendimento que nós ainda não tivemos em conjunto. Porque nem eu ainda não percebi o que é, como a gente vai reagir. Eu, eu, eu nunca cobre isso deles porque eu também não sei o como que deve ser. Boa questão! Nunca parei pra pensar nisso. Como é que? [Leonora inclina-se para a plateia e pergunta] É dia das mães ou dia dos pais, gente?

Na sequência do mesmo programa, a entrevistadora Luciana inicia uma série de perguntas rápidas, feitas durante a fala de Leonora, como que buscando receber uma resposta automática e impensada acerca de qual seria o rótulo parental generificado de Leonora:

Luciana: Você se vê mais como mãe ou como pai?

Leonora: Eu sou um ser... [fala de forma ralentada]

Luciana: [fala de forma rápida, interrompendo a fala de Leonora] Tá, tudo bem, mas não é pai?

Leonora: Um ser que cria eles...

Luciana: [fala rapidamente mais uma vez interrompendo a fala da entrevistada] Mãe ou pai?

Leonora: Não consigo!

Luciana: Não vai ganhar presente, é melhor você se decidir.

Leonora: É, é, mãe! [Leonora titubeia por um instante, mas eventualmente se volta para a plateia e fala assertivamente] Por favor! [Leonora solta uma gargalhada].

Luciana: Senão, não vai ganhar presente!

Leonora: É, pode ser a mamãe!

Enquanto Leonora se autoproclama um ser que cria seus filhos, ao se perceber diante de uma proposta insistente de responder como se configuraria dentro dos ditames da cisheteronormatividade, ela expressa uma preferência pela possibilidade de ser reconhecida como uma figura feminina, como uma mãe ou uma mamãe.

No ano de 2021, ao realizar um depoimento em seu canal de Youtube no qual fala sobre temas diversos, Leonora narra em um tom descontraído e bem humorado a ocasião em que conheceu Cris, a mulher cisgênera com quem teve uma relação sexual que resultou no nascimento de Vitor, seu filho consanguíneo, ou, como ela nomeia, biológico. Nesse vídeo fica evidente que quando ela não parece se sentir constrangida com pressões externas, é comum e recorrente que ela expresse sua preferência em ser chamada como mãe:

Bom, eu sou uma mãe transexual. Quando eu tive o meu filho biológico, eu tenho dois, vocês sabem, um é adotivo e o outro é biológico, quando eu tive o meu filho biológico, eu tive uma relação com uma menina. Porque de tanto as pessoas me forçarem a barra com a aquela história de que eu ia para o inferno, de que eu tinha que ser homem, de que eu não tinha provado ainda [uma relação sexual com uma mulher cisgênera], de que eu tinha que provar pra ver se eu ia gostar ou não, e eu já sabia desde criança que eu não ia gostar. Mas tá bom, tá bom, gente, fui lá, por insistência e provei. Não gostei. Tá! Mas fui, dei conta do recado. Tanto dei conta do recado que foi uma só [relação sexual com uma mulher cisgênera] e na primeira, um mês depois, recebi uma ligação: “Parabéns, papai!”. Eu quase caí dura, eu não estava preparada pra isso! (...) Meu filho biológico é um menino preto. Todo o mundo sabe. Porque a mãe, a mãe dele, que é a Cris, é uma mulher negra, maravilhosa, hoje é uma evangélica, a gente quase não se fala mais, porque ele [o filho de Leonora e Cris] cresceu, já tá com vinte e tantos anos. Então a gente já não tem mais contato. Quando ele era criança, a gente tinha mais contato. Agora a gente quase não se fala. O que não significa que somos inimigas. Até brinco, porque na última vez que ela falou de mim para o Vitor, que é meu filho, ela falou assim: “Nossa, seu pai tá mais mulher que eu” [Leonora solta uma gargalhada]. Achei fofa essa observação.

No entanto, quando se trata dos termos utilizados por outras pessoas para se referirem a ela, principalmente no contexto das relações familiares, Leonora se revela demasiadamente preocupada com as palavras e incerta de como se deve referir a ela, como fica evidente em outro fragmento do mesmo vídeo citado anteriormente:

Em relação aos dias das mães eu sempre me pergunto toda vez que chega dia das mães. É um dilema pra mim. Mas foi um dilema pros meus filhos também durante um tempo. (...) Eu brinco dizendo que eu estou na desvantagem. Eu não recebo parabéns no dia dos pais, porque, afinal de contas, eles não querem me constranger, porque eu não sou mais o pai. Eu sou a mãe. Que é uma mistura de pai com mãe. E aí eles não me dão parabéns no dia dos pais porque não faria sentido e eles não querem me magoar, porque eles me aceitam e me amam e me adoram do jeitinho que eu sou, e me respeitam como garota. Olha que legal! Bem bacana, né? Só que quando chega no dia das mães eu também não recebo parabéns porque, afinal de contas, eles dão parabéns pra mãe, né? A mãe biológica deles, a mãe que pôs eles no mundo, porque não sou eu. Deixei de ser pai e deixei de ser mãe. Como funciona isso na minha cabeça? No começo era frustrante, porque eu me sentia mal, eu me sentia triste. Não me davam parabéns. Eu não era nem pai nem mãe, eu me sentia meio um nada. Mas foi uma fase que nós todos estávamos tentando entender como que a gente ia administrar isso na nossa vida. Até que a gente conversou sobre isso e a gente chegou à conclusão que eu sou amor. Eu não sou nem homem, nem mulher, nem pai, nem mãe, eu sou a Léo. Tanto é que eles me chamam de Léo. Eles falam: “A Léo está?” Eles ligam pro Chico [marido de Léo] e falam assim: “A Léo está aí? Deixa eu falar com ela?”. Então, assim a gente se trata desse jeito. O meu filho biológico é hetero, e o meu filho adotivo é um menino homossexual. Então, por ser homossexual, ele é mais carinhosinho. Você vê que o meu filho biológico é um amor, nossa, é um amor, só que ele é sério. Então o meu filho adotivo já me chama de mami, já dá close comigo, já dá pinta. O outro é um pouco mais sério, um pouco mais contido.

Wagner, o filho adotivo de Leonora, como ela alega, justamente por ser um rapaz homossexual, consegue ser mais compreensivo com as situações apresentadas por Leonora no tocante às questões identitárias que escapam da cisheteronormatividade. Desse modo, Wagner é capaz de se referir a Leonora como sendo sua *mami*, de modo a respeitar a identidade de gênero feminina de Leonora, sem deslocar a mãe consanguínea que o gestou, a irmã de Leonora, de uma posição de privilégio em que possa ser apenas mãe.

Vitor, o filho consanguíneo de Leonora, justamente por ter sido criado na presença de sua mãe consanguínea que o gestou, Cris, aparenta ter maior dificuldade de extrair sentido da relação com Leonora, bem como de fazer uso de uma nomenclatura que dê conta da posição que Leonora ocupa em sua vida. Desse modo, enquanto Leonora tenta se articular de diversas formas, como sendo, por exemplo, a criatura que cuida, Vitor chama Leonora por seu apelido, Léo, alegando que também chama sua mãe que o gestou pelo nome, e não por um termo como mãe, como é evidenciado no programa “SuperPop” exibido em outubro de 2016:

Luciana: Os seus filhos, eles te veem como mãe ou pai? É confuso o negócio?

Leonora: Não, não é nada confuso. Aliás, é muito bem esclarecido. Eles não me veem nem como mãe, porque não sou, e nem como pai, porque já não sou. Eles me

veem como a criatura que cuida deles. Que tá ali do lado, que abraça, que zela por eles.

Luciana: Como é que é isso? Chama de mãe? Pai? É o quê?

Leonora: Na verdade, o meu filho Vitor que tá ali até pode afirmar isso, ele não me chama nem de mãe, nem de pai.

Luciana: Cadê o Vitor? (...) Tudo bem, Vitor? (...) Vitor, como é que foi isso? A Léo é mãe ou é pai?

Vitor: Nenhum dos dois. Pra mim é, eu sou o filho dela. Eu não, não consigo explicar isso. (...) Eu não chamo nem de mãe, nem de pai.

Luciana: Chama de?

Vitor: De nada. De Léo. (...) Igual eu faço com a minha mãe.

Luciana: Com a sua mãe?

Vitor: Com a minha mãe também, às vezes.

Luciana: Ah, entendi, chama pelo nome.

Embora exista uma constante cobrança de pessoas que se encontram fora daquele grupo familiar de Leonora para que seja escolhido e utilizado um único rótulo parental generificado, Leonora e seus filhos demonstram que não é exatamente a palavra que possui um papel mais importante, e sim o sentimento de amor recíproco. Isso fica evidente em um vídeo no qual nossa interlocutora conversa com seus dois filhos, publicado em setembro de 2020 no canal de Youtube dela:

Leonora: Então conta, filho, e aí, como é que ter como mãe, será que é mãe? Gente, e agora? É mãe? É mãe ou é pãe?

Vitor: Não sei.

Leonora: Eu não sei também! [Leonora gargalha] Pra gente, isso não faz diferença, né, filho?

Vitor: Sim. A gente já se acostumou com isso, já. Pra gente, a gente leva isso de boa. A gente é família. Sangue. Eu sou filho dela. Nós somos uma família, é isso! [Leonora permanece olhando atentamente para Vitor conforme ele vai falando]

Leonora: É uma família que se ama, né?

Vitor: É, falar se é pai ou se é mãe, só o nosso amor...

Wagner: Isso é a sociedade que julga, na verdade, né?

Leonora: É, porque são rótulos, né? Quer dizer. Pai é pai, mãe é mãe, a gente sabe, mas no frígir dos ovos é o amor que interessa, e a gente se ama, né? A gente se ama bastante. Eu amo demais meus filhos. [os três se abraçam] No começo eu também não sabia muito bem como lidar com essa situação porque quando eu descobri que o Vitor ia nascer, foi quando eu estava me assumindo também. Eu falei: “Ai, meu Deus, e agora?” Por isso que eu protelei mais. Já era pra eu ter me assumido uma mulher trans há muito mais tempo. Mas eu falei, agora que ele vai nascer, e aí o

Waguinho também veio, eu falei, deixa eu esperar eles crescerem pra eles entenderem primeiro que raio é? É mãe ou é pai?

Wagner: A gente demorou até meio que pra descobrir o que era homossexualidade e tudo o mais. Foi tudo com bastante conversa, bastante amor, e bastante troca de experiências.

A despeito das possíveis dificuldades encontradas para extrair sentido das experiências que de alguma forma escapassem da cisheteronorma, Leonora e seus filhos demonstram ter amor recíproco, bem como cultivam a predisposição de compreenderem uns aos outros na medida do possível. Eles demonstram também que consideram importante sentir orgulho de si mesmos e de seus familiares, e de não sentir vergonha uns dos outros, independentemente de quais termos serão acionados para extrair sentido das relações familiares, como é reiterado em momento posterior do mesmo vídeo citado anteriormente:

Leonora: Mas tem uma pergunta que eu sempre quis fazer pra vocês dois. Waguinho eu mais ou menos sei a resposta. Mas você [refere-se a Vitor] a gente nem conversou sobre isso. Em algum momento de quando você começou a se entender como gente, a perceber como era a minha vida, a minha situação, né? A minha condição sexual, principalmente. Você sentiu vergonha? [Pergunta para Vitor]

Vitor: Não.

Leonora: Nunca? [Leonora emprega um tom de surpresa verdadeira em sua reação]

Vitor: Nunca.

Leonora: Zero?

Vitor: Zero.

Wagner: Talvez na hora a gente não tivesse, naquela época, pra, tipo, não julgar, e não colocar os preconceitos ali, os preconceitos das coisas na frente. Mas com o tempo a gente foi aprendendo, conversando, e o amor sempre foi a coisa mais alta de tudo aqui.

Vitor: E antes de eu, da gente saber que você, que quando eu tinha dez anos, você, a gente teve aquela conversa, é. Antes disso a gente já conversava sobre respeitar as pessoas, tudo isso, então quando, quando eu descobri, quando você me contou, eu já estava já, com uma carga já boa pra poder respeitar isso, levar de boa, tanto que eu sou de boa com qualquer coisa desse tipo.

Leonora: É, educação básica, né? De casa, que a gente, a gente que tem responsabilidade de ter um filho tem que entender que eles precisam crescer sabendo minimamente respeitar o outro, seja o outro o que quiser. Então isso não faz diferença não. Mas é, tudo bem, você nunca sentiu vergonha de mim. Você também não, né? [Pergunta para Wagner]

Wagner: Com certeza não.

No final desse vídeo, Leonora e seus filhos fazem um pacto de amor e respeito recíprocos, selado com um beijo em família. A foto desse beijo é disponibilizada no perfil de Facebook de Leonora:



Figura 10 – Leonora e seu filho Vitor (à esquerda) e seu filho Wagner (à direita)



Fonte: Arquivo Pessoal da interlocutora Leonora Áquilla

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3542161739151025>

Conforme fica evidente nos relatos trazidos, principalmente em momentos em que se sente descontraída, Leonora revela sua preferência a que seja enquadrada em rótulos parentais generificados no feminino, em especial, como mãe. Enquanto nas relações com seus filhos Victor e Wagner as nomeações estão sujeitas a negociações, nas ocasiões em que Leonora se propõe a pensar a possibilidade futura de ter outros filhos, não há qualquer indecisão quanto à forma como gostaria de ser tratada: ela se autoproclama automaticamente como mãe e mamãe numa situação idealizada. Sua expectativa é revelada em vários momentos, como no vídeo que publica em seu canal de Youtube em maio de 2020:

Aproveito pra responder uma pergunta que sempre me fazem, que é: “E aí, e você e o Chico, não querem mais filhos? Não vão ter mais filhos?”. [Leonora faz um gesto negativo e depois responde enfaticamente] Não! Não, não, não, não, não. Quer dizer, isso é o que eu penso hoje. A gente é tão mutante, né? Pode ser que no futuro eu mude de ideia. Mas ficando mais velha, querendo descansar a minha cabeça, acho que não vai rolar. [Leonora sorri e muda o tom de voz, falando de forma mais doce] Se bem que eu ia adorar cuidar de uma menininha. Ai, meu sonho! Já pensou? Ela me chamando de mamãe pra cá, mamãe pra lá! Meu coração já tá dilacerado só de pensar. Dá pra imaginar minimamente o que é o amor de uma mãe, quando eu penso que eu poderia ter uma bebezinha pra lá e pra cá, me puxando, querendo colocar o meu salto, usar minha maquiagem, usando maria-chiquinha. [Nesse momento Leonora faz um gesto de coração com as mãos] Cara, que coisa mais linda! Confesso que eu gostaria, muito! Eu teria muito amor pra dar pra essa criança.

A transição de gênero de Leonora foi um processo que durou muitos anos, tanto porque foi se compreendendo e se aceitando de forma gradual, quanto porque estava constantemente sendo influenciada por forças externas, como a necessidade de se estabelecer financeiramente e de lidar com pressões sociais que lhe eram impostas por pessoas com quem se relacionava em ambientes familiar, religioso e profissional. Reiteradas vezes nossa interlocutora teve experiências que escapam à lógica da cisheteronorma, o que a leva a um árduo exercício de buscar sentidos possíveis para as suas experiências, ainda que limitada por um vocabulário cisheteronormativo. Em termos de sua identidade de gênero, Leonora se identifica desde sua infância com a expressão de gênero feminino, mas dado que sua orientação sexual era de ter atração sexual por homens, em um primeiro momento, ela se compreendeu como um homem homossexual, ou gay, que ocasionalmente se vestia como *dragqueen* em um contexto artístico e profissional. O desejo de se vestir como uma figura feminina se torna cada vez mais forte, até que ela começa a fazer modificações corporais cirúrgicas. Mesmo anos após colocar os implantes de silicone, ela ainda se afirmava publicamente como sendo um homem com seios. Apenas quando consegue gradativamente vencer o medo de sofrer transfobia, Leonora passa a se identificar como uma mulher trans. Ela se sente tão confiante em sua atual identificação de gênero que revela não se importar em qual categoria seria enquadrada, se travesti ou mulher trans, conquanto que seja respeitada sua identificação com o gênero feminino.

Leonora assume a responsabilidade por seus dois filhos no mesmo ano. Em um primeiro momento, por conta de uma pressão religiosa, ela se permite ter uma relação sexual com uma mulher cisgênera, esta a qual engravida. Nessa ocasião, nasce seu filho consanguíneo, Vitor. Poucos meses depois, uma das irmãs de Leonora tem um filho. Porém, o marido dela tem uma morte repentina, fato que deixa a irmã de nossa interlocutora tão abalada a ponto de não ser capaz de exercer a responsabilidade de criar o filho. Leonora se prontifica a assumir essa função de cuidar de seu sobrinho, Wagner, que passa a ser criado como seu filho. Cabe ressaltar que nesse contexto outras pessoas da família de Leonora residiam em um mesmo conjunto habitacional, no qual havia a livre circulação de pessoas de uma mesma família extensa nas diferentes residências desse conjunto habitacional. Também nesse contexto outros parentes de Wagner ajudaram a cuidar dele. A avó era como uma mãe, assim como o avô era como um pai. Porém, Leonora, ainda socialmente um homem, se configurou como pai de seu sobrinho. Essa multiplicidade de pessoas que assumem indiretamente funções parentais é descrita por Cláudia Fonseca (2002) ao falar da circulação de crianças nas camadas médias da sociedade brasileira.

Pouco se sabe a respeito de como evidentemente se deu essa relação de cuidado de Leonora para com seus filhos. Os relatos permitem perceber que havia o convívio cotidiano, marcado por relações amorosas e com muitos diálogos. No entanto, um ponto muito marcante na narrativa de Leonora são exatamente as ocasiões em que, para resguardar seus filhos da hipótese de sofrerem quaisquer tipos de preconceitos em função de serem filhos de uma pessoa gênero divergente, nossa interlocutora opta por se ausentar de certos momentos de interação social em espaços públicos com seus filhos, como é o caso das reuniões e festejos familiares ocorridos nos colégios de Vitor e Wagner. Essa escolha em se ausentar não foi percebida de forma tão negativa pelos filhos, porém, Leonora revela que se sentia extremamente entristecida em não ter participado desses eventos. Apesar de se apresentar como uma pessoa que exerce funções de cuidado, as quais são tipicamente reconhecidas como funções femininas de acordo com a cisheteronorma, Leonora não aciona um discurso de que seria naturalmente predisposta ao exercício dessas funções, como é verificado em relatos de mulheres trans nos estudos de Elizabeth Zambrano (2006) e de Fernanda Cardozo (2006). O amor na relação familiar aparece enquanto um valor socialmente construído, e não como uma espécie de instinto (BADINTER, 1985).

Conforme o tempo passa e Leonora inicia a se afirmar publicamente como mulher trans, suas funções parentais parecem permanecer inalteradas. Por outro lado, começam a surgir uma série de negociações ao redor das nomenclaturas que serão utilizadas para dar sentido a esse novo local de gênero por ela ocupado. Anteriormente à assunção pública de sua transição de gênero, nossa interlocutora se afirma como um pai de família, ou como um pai de peito. Conforme a própria família de Leonora passa a apoiar seu processo de reafirmação de gênero, em especial seu pai e sua mãe, nossa interlocutora passa a reivindicar o reconhecimento por parte de seus familiares de uma configuração binária e feminina de seus rótulos parentais generificados. É nesse tipo de ocasião que Leonora se depara com a resistência de seus filhos em configurá-la como uma mãe. E por tal razão, ocorrem negociações diversas, nas quais nossa interlocutora atende aos filhos e se permite configurar, no contexto privado da família, a partir de diversas nomenclaturas, como pessoa que ama, pessoa que cuida, Léo, e até uma figura feminina, como o termo *mamis*, cunhado por seu filho Wagner. Essas diversas formas de buscar nomenclaturas outras que deem conta de um contexto de transparentalidade são abordadas por Myriam Grenier (2006), quando narra o caso de um contexto francês em que uma menina, filha de uma mulher trans, mescla os termos *maman* – mamãe – e *papa* – pai – para formar o amálgama *mapa* – que se parece com o termo “*pãe*” mencionado por Leonora.

Os filhos de Leonora resistem a chama-la de mãe não por não reconhecerem a sua identidade de gênero feminina, tampouco por deixar de reconhecer a sua filiação à nossa interlocutora. Eles o fazem porque ambos possuem uma “mãe titular”: uma mãe que é a única merecedora do rótulo parental generificado feminino de mãe. A lógica de uma hierarquia parental baseada nas já mencionadas hierarquias reprodutivas (MATTAR e DINIZ, 2012), foi verificada também na pesquisa conduzida por Érica Renata de Souza (2013) na qual as mulheres trans que tinham filhos e que faziam a transição de gênero depois do nascimento dos filhos, por já terem se apresentado a seus filhos durante algum tempo como seus pais, devem seguir sendo pais, uma vez que, além disso, esses filhos já possuem uma mãe.

Retomando o caso de nossa interlocutora, ambos seus filhos já possuem uma mãe, que estando presente ou não, que assumindo a responsabilidade maternal ou não, se configura como a única mãe. Essa lógica da existência de uma única mãe, que não apenas se baseia numa relação de consanguinidade, mas se apresenta como aquela que gestou o filho, é típica da cisheteronormatividade. Nessa lógica, a mulher é a pessoa que nasce com vulva, útero, óvulos, e que por isso engravida e pode ser enquadrada como mãe. Já a mulher trans, por não engravidar, e até pelo simples fato de ser uma mulher trans, não se pode enquadrar em um papel parental, num esquema propriamente de esterilização simbólica (ANGONESE, 2016).

O fato de que Vitor e Wagner, por um lado, em respeito à identidade de gênero feminina de Leonora, deixam de reconhecê-la como pai, mas por outro lado, não passam a reconhecê-la como mãe, culmina na configuração de um contexto em que é necessário à nossa interlocutora fazer negociações que permitam a manutenção do convívio familiar. Apesar de Leonora não deixar de conviver com seus filhos, de modo a manter os mesmos moldes relacionais que existiam anteriormente à sua transição de gênero, e exercer funções de cuidado e de carinho para com seus filhos, ela precisa fazer concessões em relação à questão dos rótulos parentais. Nesse sentido, para a manutenção da relação com Vitor e Wagner, nossa interlocutora faz o que compreendemos ser um movimento de agência (MAHMOOD, 2006). Verificamos que embora Leonora expresse com razoável frequência o seu desejo de ser reconhecida e de ser tratada pelo rótulo parental generificado de mãe, ela também apresenta ênfase em seu objetivo de manutenção de suas relações com seus filhos. Nossa interlocutora opta por agenciar mecanismos de ser nomeada por seus filhos a partir de diversos termos, como a Leo, ou a *mamis*, que se por um lado permitem o respeito a sua identidade feminina, por outro lado configuram um caso de *parentalidade curinga*: enquanto as mães consanguíneas que gestaram Vitor e Wagner são as “mães titulares” e detentoras do rótulo parental de mãe, Leonora

aparece como uma figura parental que não pode receber esse mesmo rótulo parental de mãe, embora seja reconhecida e tratada como uma figura feminina. O agenciamento promovido por nossa interlocutora consiste em aceitar ser nomeada pelos filhos de uma forma que esteja de acordo com os sistemas de valores deles, ainda que essas mesmas formas de nomeação não representem a forma como ela preferiria ser reconhecida e chamada por eles.

O desejo expresso por Leonora de ser reconhecida como mãe por seus filhos, e a incapacidade de seus filhos em atenderem seu desejo, revela existir uma tensão no caso de Leonora entre o seu desejo de ter reconhecida a sua identidade de gênero e o desejo de manter suas relações com sua família. Leonora, no entanto, busca solucionar essa tensão, ao ceder ao posicionamento de seus filhos. Contudo, podemos perceber que essa tensão se reatualiza quando o desejo de Leonora de que seja reconhecida como mãe se faz presente nas ocasiões em que ela se manifesta acerca da possibilidade futura de vir a ter ou adotar filhos ou filhas.

Quando Leonora pensa na hipótese de ter um filho, mais precisamente, uma filha, e estando casada com um homem, ela apresenta o desejo de se configurar como mãe dessa filha idealizada, ou “filha projeto”, como diria Elisabeth Zambrano (2006):

Os “filhos memória” seriam a materialização da lembrança de que os homossexuais já foram heterossexuais e as travestis e transexuais já foram homens. Desse modo, as relações com os “filhos memória” são marcadas pelas tensões da nova construção identitária desses sujeitos, as quais podem acarretar inclusive rupturas das relações parentais. Já os “filhos projeto”, estão sujeitos a um investimento diferenciado, porque conjugam o desejo de filiação com a consolidação da identidade sexual ou de gênero atual. (ZAMBRANO, 2006, p 35).

Nesse sentido, é possível perceber mais uma vez como as transparentalidades podem ser marcadas pelo que chamamos de *parentalidade curinga*. Na presença de uma mulher cis que assume o rótulo titular de mãe, uma mulher trans somente teria a oportunidade de assumir papéis parentais na medida em que se configurasse como pai. Já na presença de um homem cis que assume o rótulo titular de pai, a mulher trans passa a poder se estabelecer como mãe. Leonora não pode se configurar como mãe de seus filhos Vitor e Wagner devido à existência das mães consanguíneas que os gestaram. E na medida em que nossa interlocutora deixa de se configurar como pai e como figura de gênero masculino, ela acaba existindo em um não lugar. Não se trata apenas da ininteligibilidade da posição ocupada, mas, em suas próprias palavras, a falta de um rótulo parental fazia com que ela “não se sentisse nem pai nem mãe”, ou seja, que ela “se sentisse um nada”. A impossibilidade de utilizar um rótulo parental, qualquer que fosse esse rótulo parental, faz com que nossa interlocutora sinta uma dificuldade de encontrar mecanismos de simbolização de suas relações parentais, mesmo que ela já experimente em sua vida cotidiana essas mesmas vivências parentais que não consegue nomear. Acerca da

importância dos processos de nomeação e simbolização de acordo com as palavras da filósofa Judith Butler (2014):

O simbólico é precisamente aquilo que limita toda e qualquer tentativa utópica de reconfigurar e reatualizar as relações de parentesco distanciadas da cena edípica. Um dos problemas que emergiram quando o estudo do parentesco e o estudo da linguística estrutural se combinaram é que as posições de parentesco foram elevadas ao estatuto de estruturas linguísticas fundamentais. Elas são posições que tornam possível a entrada na linguagem, e que, portanto, mantêm um estatuto essencial em relação à linguagem. Elas são, em outras palavras, posições sem as quais nenhuma significação pode proceder, ou, numa linguagem diferente, nenhuma inteligibilidade cultural pode ser assegurada. (BUTLER, 2014, p-258).

Desse modo, Leonora, ao não se configurar a partir de um rótulo parental, qualquer que fosse esse rótulo, não apenas sente dificuldade de simbolizar suas vivências parentais, mas sente que a incapacidade de nomear suas vivências chega ao ponto de deslegitimar e mesmo anular a existência dessas vivências que não puderam ser nomeadas.

Apesar de todas essas dificuldades enfrentadas no sentido de agenciar nomenclaturas que a permitam extrair sentido de suas vivências parentais e ao mesmo tempo permitir a manutenção da convivência com os filhos dentro de condições idealizadas para tanto, Leonora reconhece que seu relacionamento com os seus filhos é marcado por amor e compreensão, e é a isso que ela mais valoriza em seu contexto familiar. Com grande entusiasmo e otimismo, nossa interlocutora encontra um rótulo familiar e generificado para si, quando vislumbra a possibilidade de ser avó. Em julho de 2022, ao receber a notícia de que a esposa de seu filho Vitor está grávida, nossa interlocutora grava um vídeo no seu canal de Youtube, no qual ela faz o seguinte depoimento:

Meu filho casou. O Vitor. E eu descobri que eu vou ser avó! (...) Eu só não sei ainda se é menino ou se é menina. E aí vem todo aquele discurso: “Tanto faz, o importante é que venha com saúde”. Óbvio! Mas, eu vou torcer muito para que seja uma menina. Sabe por quê? O meu sonho era ser mãe de uma menina. (...) E posso falar? Quer saber que tipo de vó eu vou ser? Eu vou estragar meu neto! Eu vou ser aquela avó que estraga. O pai e mãe educa, e a vó vai lá e deseduca. Dá tudo pra comer, dá doce, dá tudo! Eu quero ser a maravilhosa. O papel de chata quem tem que fazer é a mãe, é o pai. Eu não! Eu vou ser aquela vó maravilhosa, travesti! [Leonora solta uma gargalhada] (...) Bom, brincadeiras a parte, eu quero ser a vó mais maravilhosa desse mundo. Eu quero que o meu neto ou a minha neta tenha muito orgulho de mim.

É nesse tom de otimismo que concluimos o capítulo de Leonora: salientando que ela vive a relação com seus filhos buscando agenciamentos que permitam uma convivência com amor e harmonia, num contexto em que é possível manter viva a expectativa de se tornar avó da filha/neta por ela tão desejada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da parentalidade por pessoas trans é uma temática ainda muito pouco abordada no contexto brasileiro. A escolha política e estratégica pelo reconhecimento dessas vivências trans a partir de um termo específico, transparentalidade, é feita ao se considerar a necessidade de garantir alguma autonomia discursiva a esse tema (ZAMBRANO, 2006), de modo a que o estudo do mesmo deixe de estar subsumido em outras categorias analíticas, como a homoparentalidade. Isso se dá concomitantemente ao reconhecimento de que essas vivências de pessoas trans ocorrem em um contexto social que nesse estudo chamamos de cisheteronormatividade compulsória, lógica cisheteronormativa ou cisheteronorma. Muitas outras estudiosas, principalmente alinhadas a vertentes transfeministas, já se referiram a esse mesmo conceito utilizando outros nomes, como Viviane Vergueiro (2015) que faz uso do termo *cistema*. De qualquer forma, trata-se de um sistema regulatório de corpos e vivências que opera a partir de uma perspectiva de gênero, na qual este é compreendido como binário e rígido e pré-discursivo, portanto, inato. Nesse sentido, qualquer vivência que escape a essa norma está sujeita a sofrer discriminações e a ser relegada a posições subalternas em esquemas hierárquicos (MATTAR e DINIZ, 2012). No caso de pessoas trans, são múltiplas as formas que a transfobia pode ser assumir, desde a transfobia recreativa (YORK, 2020) até a esterilização simbólica (ANGONESE, 2016).

O fato de esse estudo ser conduzido por uma mulher transgênera não binária carrega uma importância simbólica ímpar e caracteriza um esforço de reparação histórica a toda uma comunidade de pessoas ainda socialmente estigmatizadas, as pessoas trans. A realização de uma pesquisa documental que tomou como base uma importante referência da etnografia de documentos (FRESHSE, 2005) permitiu a construção de uma lógica em que pudéssemos realizar diálogos com interlocutoras possíveis, de modo a falar com interlocutoras em vez de falar de objetos de pesquisa. Adicionalmente, esse estudo exige a tarefa constante de estranhamento do familiar (VELHO, 1978), que nesse caso são tanto as vivências trans quanto a própria cisheteronorma. E é preciso salientar: essa é uma tarefa muito mais árdua do que parece. Como Cláudia Fonseca (2002) denuncia: por que pesquisas tão bem intencionadas, realizadas por profissionais tão bem capacitados, ainda promovem apagamentos e reiteram visões preconceituosas? Acreditamos que esse tipo de erro seja não intencional, e justamente por isso seja tão recorrente. Por conta disso, nesse estudo, não é nosso objetivo prescrever o

que nossas interlocutoras podem ou devem ser, nem apontar seus supostos erros e contradições. Pelo contrário, compreendemos que cabe a nós contribuir para que sejam percebidas e estudadas de forma crítica, coerente e sensível essas experiências de transsexualidades até então pouco abordadas no âmbito acadêmico. E fazê-lo de modo a reconhecê-las, enaltecê-las, e celebrá-las. Exatamente por isso que fazemos questão de fazer abordagens compreensivas e otimistas dos casos narrados, salientando suas vitórias e tudo o que possuem de positivo, fazendo algo tão aparentemente banal, mas que possui um poder simbólico praticamente inenarrável: optamos por mostrar fotos de pessoas trans em momentos de ternura em seu contexto familiar, para revelar que é possível ser uma pessoa trans e fazer parte de uma família e buscar e alcançar felicidade e inclusão social, não importando se para isso recorrem a agenciamentos (MAHMOOD, 2006) para viver vidas possíveis de acordo com a norma vigente, ou se enfrentam as normas com atos contrassexuais (PRECIADO, 2017).

Os estudos clássicos que abordam o tema das vivências trans e seus atravessamentos ainda apresentam as pessoas trans, na melhor das hipóteses, como vítimas fragilizadas em situação precária. As narrativas apresentadas por nossas interlocutoras desafiam essa visão. Letícia se manifesta ativamente contra a ortodoxia da lógica de gênero operante em nossa sociedade, quando exige ser reconhecida como gente, como pai e como figura que se expressa no feminino. Sara permanece décadas procurando seu filho e seu reencontro a mobiliza a ter um movimento de recontar sua história a partir de um novo enfoque, otimista e agradecido, a partir do qual se configura como mulher travesti, pai e avó. Leonora demora décadas para assumir-se mulher trans e desejosa de ser mãe, mas que na impossibilidade prática de alcançar essa categoria, planeja um futuro em que será uma avó. São narrativas cativantes, necessárias! É preciso que essas histórias sejam compartilhadas e que no âmbito acadêmico sejam alvo de análise humanizada que as percebam para além de suas idiossincrasias, ou em palavras mais justas, para além de sua irreverência para a cisheteronorma. Afinal, ser uma pessoa trans, não importando qual a configuração assumida, é uma quebra da lógica cisheteronormativa, ainda que ocorra qualquer esforço de reinscrição na mesma (LANZ, 2014).

E nossas interlocutoras operam cada qual com sua lógica transparental. Em seu projeto parental original, Letícia se configurava como o pai de seus filhos. Em sua perspectiva, sua mudança de gênero não altera sua posição parental nem suas funções parentais. Ela expressa o desejo de ser reconhecida por sua identidade de gênero feminina, de nome Letícia, e de performatividade de gênero feminina. Concomitantemente, ela expressa o desejo de ser não apenas reconhecida a partir de uma nomenclatura parental masculina de pai, como também de



manter o exercício daquilo que ela entende como suas funções paternas. De acordo com Letícia, essas funções paternas estão para além de práticas generificadas específicas e que se adequam aos postulados da cisheteronorma, como ensinar os filhos a realizar trabalhos físicos e brutos ou a manejar materiais de construção para fazer obras em suas residências; ou acompanhar os filhos aos eventos esportivos tidos como socialmente mais próximos do masculino. Tais funções paternas se associam à sua construção subjetiva de que o pai deve aconselhar e servir como bússola moral da família, percepção essa que Letícia aprendeu de seu próprio pai. Desse modo, a possibilidade de permanecer responsável por funções paternas reside no desejo expresso por Letícia da manutenção dos valores simbólicos que vinculavam originalmente a seus filhos consanguíneos.

Sara é separada do convívio com seu filho consanguíneo quando este tinha apenas cinco anos de idade. Ela o procura por anos, até desistir tanto de encontra-lo quanto de viver. Mas ela sobrevive e eles se reencontram quase duas décadas depois, em um episódio infelizmente marcado por uma agressão transfóbica por parte de um transeunte que repudia o afeto demonstrado entre nossa interlocutora e seu filho. Nada disso impede Sara de reatar o relacionamento com seu filho. E quando este revela a necessidade de tratá-la como um pai, Sara percebe que aquilo que ela identifica como um detalhe linguístico não será o suficiente para impedir o reencontro por ela tão desejado. Desse modo, ela se permite ser pai de seu filho, e conquista o local de avó de seu neto.

Leonora, que passa por uma longa trajetória de transição de gênero, percebendo-se inicialmente como gay, depois como homem com seios, e enfim como mulher trans, perceberá que essa trajetória de gênero refletiu em sua trajetória de identidade parental, e culminou no seu desejo de ser reconhecida como mãe de seus filhos. Eventualmente, ela deixa de ser pai, mas não é reconhecida como mãe, percebendo-se num estado de vazio de um rótulo parental que a faz se sentir triste. Para os seus filhos, a despeito de todo o carinho envolvido em sua relação, ela segue sendo uma multiplicidade de coisas: um ser que ama; uma criatura que cuida; uma Léó; uma *mamis*; menos uma mãe. Mas ao refletir que o amor que deseja dar e receber continua presente em suas relações familiares, Leonora projeta para o futuro o seu desejo de ser mãe e encontra na possibilidade vindoura de ser avó a realização do seu tão aguardado sonho parental.

As tensões que surgem nas vivências de nossas interlocutoras entre o reconhecimento e respeito de suas identidades de gênero e a manutenção de seus laços familiares estão sempre presentes de algum modo, e são sempre contornadas com a atitude de amar e escolher viver

vidas vivíveis. Independentemente de como se dão essas tensões, verificamos que é possível perguntar: as experiências parentais são formas de reafirmar uma categoria de gênero? As narrativas apresentadas nos fazem constatar que sim, mas que nossas interlocutoras encontram modos de conciliar vivências de gênero e vivências parentais para além do binarismo sem cair em contradições. No entanto, evidenciamos que no tocante às transparentalidades, ocorre uma forma de hierarquia parental que se apoia no conceito de hierarquias reprodutivas (MATTAR e DINIZ, 2012) a qual optamos por chamar de *parentalidade curinga*. Quando pessoas trans e pessoas cis estão envolvidas nas funções parentais, as pessoas cis tenderão a ocupar posições titulares, de modo que uma mulher trans tenderá a só poder exercer as funções maternas e o rótulo parental generificado e feminino de mãe quando não houver uma “mãe titular”, tipicamente a mãe consanguínea que gestou o filho. A mera presença simbólica da “mãe titular” tende a destituir a mulher trans da hipótese de ser enquadrada como “a mãe” da criança. Por outro lado, no acaso de essa mulher trans se relacionar com um homem que assume o rótulo parental de pai e as funções paternas, estabelece-se um contexto em que a mulher trans goza da oportunidade de se configurar como mãe e assumir funções maternas. Cabe reiterar que apesar de as funções parentais generificadas serem fortemente influenciadas pelas noções de masculino e feminino que derivam da cisheteronorma, também os contextos localizados do âmbito familiar privado em que se desenvolvem as relações são responsáveis por delimitar, na prática, quais serão as funções compreendidas como paternas, e quais serão maternas.

Concluimos nossa análise reiterando nossa intenção de contribuir, ainda que de forma sabidamente humilde, para expandir o estudo das transparentalidades, tendo como principal objetivo abrir mão de qualquer hipótese prescritiva e qualquer julgamento desprovido de empatia, para que possamos passar uma mensagem essencial: pessoas trans podem fazer parte de famílias, tanto na posição de filhos e filhas quanto na posição de mães e pais, e até mais precisamente, pessoas trans podem fazer parte de famílias independentemente de quais rótulos e funções assumam, e não há qualquer indício de que não possam ou não devam fazê-lo. Ainda mais importante: pessoas trans já fazem famílias e já exercem a parentalidade e o fazem com maestria.

Salientamos que embora esse estudo se pautar na análise qualitativa de apenas três casos de transparentalidade, especificamente, de três mulheres trans, optamos pelo uso do termo *parentalidade* justamente por conta do caráter não prescritivo aqui adotado. Compreendemos que embora duas de nossas interlocutoras afirmem o desejo de ser reconhecidas como mães,

ao passo que não encontram condições práticas de se configurar a partir desse rótulo parental generificado, não cabe a nós pesquisadoras nem o direito nem o dever de nos constituirmos como mais uma instância de poder externo ao sujeito que lhe confere e lhe impõe uma marca social. Mas reconhecemos a existência de um contexto de disputa de poder de enunciação de si, principalmente quando denunciemos a hegemonia de uma ótica cisheteronormativa. Nesse sentido, para além de tudo o que é exposto neste estudo, nós optamos por adicionar o termo *maternidade* às palavras-chave, de modo a expressar nosso desejo de contribuir positivamente para a possibilidade de que nossas interlocutoras sejam reconhecidas do modo que está de acordo com sua noção de si: como pai, mãe, ou qualquer outra forma de extrair sentido de mundo. Desse modo, nós defendemos que é desnecessário recorrer a uma perspectiva que se baseie em essencialização estratégica (ALMEIDA, 2009) para que a subjetividade de um sujeito seja respeitada. Consideramos, enfim, que um sujeito é um fim em si mesmo, e que por isso, e tão somente por isso, deve ter sua identidade respeitada, e não questionada nem negada nem reformulada em categorias instituídas a partir de vieses de terceiros.

Estamos orgulhosos de contribuir com um estudo de caráter otimista, que embora tenha sido realizado com base em apenas três casos de mulheres trans, dá conta de abraçar uma diversidade de formas de vivenciar a transparentalidade. Em tempo, esperamos que este seja apenas mais um de vários estudos que venham a ser produzidos sobre essa temática, e que novos estudos possam tomar como base outros atravessamentos das vivências trans no tocante às vivências parentais, bem como que tomem como base outros grupos de pessoas trans, estes os quais apresentem outros marcadores sociais da diferença, e permitam futuras realizações de estudos comparativos.

## REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro; COSTA, Carlos Gonçalves. **Para além da heteronormatividade**: repensando os significados da família. In: Famílias no Plural: alargar o conceito, largar o preconceito (pp. 99-109). Lisboa: ILGA Portugal, 2013.
- ALMEIDA, Guilherme. **‘Homens trans’**: Novos matizes na aquarela das masculinidades? Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto, 2012.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **Ser mas não ser, eis a questão**: o problema persistente do essencialismo estratégico. Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), Working Paper 1, Lisboa, 2009.
- ANGONESE, Mônica. **“Um pai trans, uma mãe trans”**: direitos, saúde reprodutiva e parentalidades para a população de travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2016.
- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. **Família e experiências de parentalidades trans**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.52, 2018.
- ARÁN, Márcia. **Políticas do desejo na atualidade**: a psicanálise e a homoparentalidade. Revista Psicologia Política, São Paulo, v.11, n.21, p. 59-72, jun. 2011.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **A diferença trans no gênero para além da patologização**. Periódicus. Salvador, n.5, v.1, p. 87-100, maio-outubro, 2016.
- BARBOSA, Caroline Vargas; NETO, João Felipe da Silva. **A desconstrução da heterocisnormatividade**: o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais para a “transparentalidade” ou “parentalidades trans”. Revista de Direito de Família e Sucessão, v. 6, p. 55-74, 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador. EDUFBA, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar – 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 [1990].

BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cadernos Pagu (21), p.219-260, 2003.

BUTLER, Judith. **Regulações de Gênero**. Cadernos Pagu (42), p249-274, janeiro-junho de 2014.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; GOMES, Luiz Geraldo do Carmo. **Também Somos Família**: Da Transparentalidade à Felicidade. In: MEZZARROBA, Orides; AYUDA, Fernando Galindo. (Orgs.). Encontro de Internacionalização do CONPEDI – Barcelona – Espanha. 1ed. Barcelona: Ediciones Laborum, v. 9, p. 205-224, 2015.

CARDOZO, Fernanda. **Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Nível Superior), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.

CARDOZO, Fernanda. **Performatividades de gênero, performatividades de parentesco**: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. (Orgs.) Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, p. 233-252, 2007.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Muito Prazer, Eu Existo!**: Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social/UERJ, 2015.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”**: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 52, p. 33–67, 2018.

CARVALHO, Renata. **O Corpo travestigênera - o corpo travesti - na arte**. In: YORK, Sara Wagner; SILVA, Gabriela da. (Orgs.). Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.213-216, jan/abr de 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2013.

EPIDEMIA DE TRANSFOBIA, 2022, Rio de Janeiro. **Resistências e respostas**: mobilizações contra a transfobia. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM - IMS/UERJ), 2022.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?**: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FONSECA, Claudia. **Mãe é uma só?**: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. São Paulo, Psicologia USP, v.13, n.2, p.49-68, 2002.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** São Paulo: Lua Nova, 70, p.101-138, 2007.

FREHSE, Fraya. **Os informantes que jornais e fotografias revelam**: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 36, p. 131-156, jul-dez de 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Amanda Costa; DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho; VITÓRIA, Paulo Renato; DE NORONHA, Danielle Parfentieff. **A Transparência por meio da adoção**: reflexões sobre invisibilidades no direito brasileiro. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 173-188, 2021.

GRENIER, Myriam. *“Papa, t’es belle”*: Approche anthropologique des paternités transsexuelles. *Anthropologie sociale et ethnologie*, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2ª ed. 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia. 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2014.

LAQUEUR, Thomas. *Making Sex: body and gender from the greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1992 [1990].

LEITE JUNIOR, Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC/SP, 2008.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. *Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers*. Vibrant, Virtual Brazilian Anthropological, Brasília, v. 11, n. 2, p. 76-112, Dec. 2014.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. **Etnografia de documentos**: Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. E-papers, 2020.

MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos**: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. Cadernos Pagu, Campinas (24), p. 249-281, Jan-Jun de 2005.

MACHADO, Paula Sandrine. “**Quimeras**” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. Revista Brasileira Ciências Sociais, São Paulo, v.20, n.59, p. 67-80. Out 2005.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório**: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. Etnográfica, Vol. X(1), p.121-158, 2006.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. **Hierarquias reprodutivas**: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. Interface: Comunicação, Saúde e Educação. 16, n.40, p.107-19, jan./mar. 2012.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed. 2000 [1936].

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Fora do sujeito e fora do lugar**: Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia Entre travestis. Revista Gênero, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, 1º sem. 2007.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. **O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília, v. 20 (1), p. 152-172, 2019.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João W. **Erro de Pessoa**: Joana ou João? Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Neuza. **Damas de paus**: O jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. 1ª ed. Salvador, Bahia: UFBA, 1994.

PELÚCIO, Larissa. **Nos Nervos, na Carne, na Pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCAR, 2007.

PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (Orgs.). **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil:** das invisibilidades às demandas. Revista Estudos Transviades; Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual.** São Paulo: n-1 edições, 2017.

**PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA.** Princípios sobre a aplicação de legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, 2006.

Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)  
Acesso em: 01 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento: Justificando, 2017.

ROHDEN, Fabíola. **A construção da diferença sexual na medicina.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2) p. S201-S212, 2003.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher [online]. 2nd ed. rev. and enl. Antropologia & Saúde collection. 224 p. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

RINALDI, Alessandra; COITINHO FILHO, Ricardo; SOUZA, Juliana de; SOUZA, Camila. **Experiências maternas de Geni:** a trajetória de uma mulher transexual e sua relação com a Justiça da Infância e Juventude. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 27, n. 61, p. 351-377, set./dez. 2021.

RUBIN, Gayle, “*The traffic in women: notes on the political economy of sex*” In: Rayna Reiter (org), *Toward an anthropology of women.* New York, Monthly View Press, 1975. Tradução Brasileira: Jamille Pinheiro Dias. In: Políticas do sexo, São Paulo: Ubu, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, [S. I.], v.15, n.2, jul/dez 1995 [1988].

SILVA, Hélio. **Travesti:** a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1993.

SOUZA, Érica Renata de. **Necessidade de Filhos:** maternidade, família e (homo)sexualidade. Tese (Doutorado), Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

SOUZA, Érica Renata de. **Papai é homem ou mulher?:** Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 56(2), p. 397-430, jul/dez 2013.

STRATHERN, Marilyn. **Necessidade de Pais, Necessidade de Mães.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.3, n.2, p.303-329, 1995.



TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos**: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Tese (Doutorado). Programa de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 2009.

TRAJANO, Mariana Gracindo. **Entre a cruz e a espada**: Experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos cisheteronormativos. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher (PGSCM), Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente/ Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

UZIEL, Anna Paula. **O melhor interesse da criança e o ‘mal menor’**: quando os requerentes são gays. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* (Barcelona), v. XV, p.1-16, 2012.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2015.

VIANNA, Adriana. **Etnografando documentos**: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sergio; LIMA, Antonio; TEIXEIRA, Carla. (Orgs). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. 1ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, v. 1, p. 43-70, 2014.

VIEIRA, Helena; e BAGAGLI, Beatriz Pagliarini, **Transfeminismo**. In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 343-378, 2018.

YANAGISAKO, Sylvia Junko; e COLLIER, Jane Fishburne. ***Toward a Unified Analysis of Gender and Kinship***. In: YANAGISAKO, Sylvia Junko; e COLLIER, Jane Fishburne (Orgs.). *Gender and Kinship*. 1. ed. Stanford, California: Stanford University Press, p. 14-50, 1987.

YORK, Sara Wagner. **“Tia, você é homem?”** Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “sistemas” de Pós-Graduação. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, UERJ, 2020.

ZAMBRANO, Elizabeth. **“Nós também somos família”**: Estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, 2008.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Parentalidades “impensáveis”**: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.12, n.26, p.123-147, Dec.2006.

ZAMBRANO, Elizabeth *et al.* **O Direito à Homoparentalidade**: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Programa de apoio a projetos em sexualidade e saúde reprodutiva (PROSARE). Instituto de Acesso à Justiça. Porto Alegre: 2006.

**APÊNDICE A** – Lista de Registros Compilados e Analisados – Letícia Lanz

Integra do Programa NA MORAL - especial TRANSGÊNEROS - Pedro Bial e Maite Schneider - 22/08/2013

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6k7XInfLd7A>

Publicação em: 22 de agosto de 2013.

TCC Jornalismo UNIFAE - Transgêneros

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=f\\_W63viYkTU](https://www.youtube.com/watch?v=f_W63viYkTU)

Publicação em: 27 de março de 2015.

PERSONA - LETÍCIA LANZ (20/11/15)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MhvO59RjYtc>

Publicação em: 20 de novembro de 2015.

O Corpo da Roupa: Letícia Lanz fala do seu novo livro

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZyeUdvGpT-8>

Publicação em: 01 de janeiro de 2016.

Gente não tem rótulo - série UOLtab 01

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=83x2jrigRN0>

Publicação em: 01 de janeiro de 2016.

A escola não distingue sexo de gênero - série UOLtab 02

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JInqavYWGzY>

Publicação em: 05 de janeiro de 2016.

O destino entre as pernas - série UOLtab 03

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9vacmp0fFXk>

Publicação em: 06 de janeiro de 2016.

Descer aos infernos tentando subir aos céus - série UOLtab 04

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YjsjWtGzgmc>

Publicação em: 06 de janeiro de 2016.

Uma relação é muito mais do que isso - série UOLtab 05

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=S7jAIYBwXbo>

Publicação em: 09 de janeiro de 2016.

Ser transgênera não significa ser homossexual - série UOLtab 06

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UagxrJTVDhA>

Publicação em: 09 de janeiro de 2016.

Ser marido, avô e pai, sendo mulher transgênera

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/08/ser-pai-sendo-mulher-transgenera.html>

Publicação em: 10 de agosto de 2016.

Família e escola são fontes de violência – física e simbólica – contra pessoas transgêneras

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/08/familia-e-escola-sao-fontes-de.html>

Publicação em: 14 de agosto de 2016.

Amores e Feridas

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/08/amores-e-feridas.html>

Publicação em: 24 de agosto de 2016.

Mulheres Trans são vítimas da transfobia e do machismo das suas próprias companheiras

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/08/mulheres-trans-sao-vitimas-da.html>

Publicação em: 24 de agosto de 2016.

A sutil e fundamental distinção entre “identificar-se” e “escolher”

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/08/a-sutil-e-fundamental-distincao-entre.html>

Publicação em: 24 de agosto de 2016.

Respeitem as minhas escolhas, mesmo que não sejam escolhas

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/08/respeitem-as-minhas-escolhas-mesmo-que.html>

Publicação em: 31 de agosto de 2016.

Toda relação precisa de cuidado, atenção e afeto

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/09/toda-relacao-precisa-de-cuidado-atencao.html>

Publicação em: 13 de setembro de 2016.

Lar, doce lar: é pegar ou largar

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/09/lar-doce-lar-e-pegar-ou-largar.html>

Publicação em: 16 de setembro de 2016.

Gerente idiota, transfóbico e sexta-feira brava

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/10/gerente-idiota-transfobico-e-sexta.html>

Publicação em: 14 de outubro de 2016.

Ninguém é homem ou mulher porque nasce assim

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/10/ninguem-e-homem-ou-mulher-porque-nasce.html>

Publicação em: 20 de outubro de 2016.

Documentário intitulado: “Liberdade de Gênero” – Episódio 02

Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/liberdade-de-genero/t/Twy8v87x6z/>

Publicação em: 27 de outubro de 2016 (Data da primeira exibição do episódio).

Incoerência, burrice e má fé parecem não ter limites

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/11/incoerencia-burrice-e-ma-fe-parecem-nao.html>

Publicação em: 17 de novembro de 2016.

Família é o lugar para onde a gente tem vontade de voltar sempre

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/12/familia-e-o-lugar-para-onde-gente-tem.html>

Publicação em: 13 de dezembro de 2016.

Manifesto Anti-identitário do Movimento Transgente

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2016/12/manifesto-anti-identitario-do-movimento.html>

Publicação em: 20 de dezembro de 2016.

Diálogos | Debate sobre transgêneros

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=HZ2Tj-QVP7c>

Publicação em: 07 de junho de 2017.

NÓS PODEMOS! Identidade de gênero não tem nada a ver com papéis de gênero

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2017/09/nos-podemos-identidade-de-genero-nao.html>

Publicação em: 01 de setembro de 2017.

Desviada dos "desvios"...

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2017/11/desviada-dos-desvios.html>

Publicação em: 30 de novembro de 2017.

Gênero em dois atos

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2017/12/genero-em-dois-atos.html>

Publicação em: 08 de dezembro de 2017.

Auto rejeição

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2018/04/autorrejeicao.html>

Publicação em: 25 de abril de 2018.

Mudei meu nome civil como uma atitude política de "insistência"

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2018/12/mudei-meu-nome-civil-uma-atitude.html>

Publicação em: 14 de dezembro de 2018.

Foto e texto publicados no perfil de Facebook de Letícia Lanz no dia 05 de abril de 2019

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1944272122351594>

Publicação em: 05 de abril de 2019.

Foto e texto publicados no perfil de Facebook de Letícia Lanz no dia 21 de setembro de 2019

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2220178011427669>

Publicação em: 21 de setembro de 2019.

24/09/2020 - Evento: Viver Trans - Com Letícia Lanz

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=v7FDrs66DbQ>

Publicação em: 24 de setembro de 2020.

Pílulas de ideias: Família

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=NREkby26ewE>

Publicação em: 25 de setembro de 2020.

Dia dos Pais

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2021/08/dia-dos-pais.html>

Publicação em: 08 de agosto de 2021.

Autobiografia de Letícia Lanz intitulada "A construção de mim mesma: Uma história de transição de gênero" publicada pela Editora Objetiva.

Publicação em: ano de 2021.

Letícia Lanz: economista, psicanalista, ativista política, marido, pai e avô

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=t-BXIB5xIV4>

Publicação em: 19 de janeiro de 2022.

Família

Disponível em:

<https://leticialanz.blogspot.com/2022/01/familia.html>

Publicação em: 29 de janeiro de 2022.

**APÊNDICE B** – Lista de Registros Compilados e Analisados – Sara York

Previa The Magic /Portugues (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fTC8Ir0eb7I>

Publicação em: 23 de dezembro de 2012.

the magic 1st day in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=5ycU78sk3Cs>

Publicação em: 23 de dezembro de 2012.

the magic / Portuguese Brazil 2nd day.mp4 (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=HVDvY2vyrOk>

Publicação em: 23 de dezembro de 2012.

The magic 3rd day (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zRR2bV9qHGw>

Publicação em: 24 de dezembro de 2012.

The magic 4th day in portuguse /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Ev6bnn4f5vI>

Publicação em: 25 de dezembro de 2012.

The magic 5th day in portuguese/Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=QVMPFfy-Nb4>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 6th day in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=M0HzuWPIE1Y>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 7th day in portuguese/Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fmoHh1Tal0g>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 8th day (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=p733626d3N0>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 9th day in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TIZFQ1F11Uc>

Publicação em: 01 de janeiro de 2013.

The magic 10th day in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZQGiXdtAfhM>

Publicação em: 01 de janeiro de 2013.

The magic 11th day in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WyGqZ2QuBno>

Publicação em: 01 de janeiro de 2013.

The magic 12th day in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xYGhNrX0p3I>

Publicação em: 02 de janeiro de 2013.

The magic 14th day.mp4 in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=-xWWUB2IPLc>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

the magic 15th day.mp4 in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=-WCQZX4JgGc>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 16th day.mp4 in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6dpOfijW82I>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 17th day.mp4 in portuguese/Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ka6oTs-GkSQ>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 19th day in portuguese/BRAZIL (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VyxYP0WNoYE>

Publicação em: 10 de janeiro de 2013.

The magic 20th day in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=wBffW\\_udBCA](https://www.youtube.com/watch?v=wBffW_udBCA)

Publicação em: 11 de janeiro de 2013.

The magic 21st day in portuguese/ Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UZizRhA0Xqk>

Publicação em: 11 de janeiro de 2013.

The magic 22nd day in portuguese /BRAZIL (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=8i4j32bLqs0>

Publicação em: 11 de janeiro de 2013.

The magic 23rd day in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Nj88GOBeT38>

Publicação em: 14 de janeiro de 2013.

The magic 24th day in portuguese / Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=mcpQDfLBga4>

Publicação em: 16 de janeiro de 2013.

The magic 25th day in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tJXo5MELmEw>

Publicação em: 16 de janeiro de 2013.

The magic 26th day.mp4 in portuguese /Brazil (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZhvxH46ymt0>

Publicação em: 27 de janeiro de 2013.

The magic 27th day (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=WEh\\_VIaG4b4](https://www.youtube.com/watch?v=WEh_VIaG4b4)

Publicação em: 24 de março de 2013.

The magic 28th day (Canal de Youtube “Sara York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=iPoJZSPQNt4>

Publicação em: 24 de março de 2013.

Foto e texto publicados no perfil de Facebook de Sara Wagner York (09 de setembro de 2013)

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=629142360469750>

Publicação em: 09 de setembro de 2013.

Foto e texto publicados no perfil de Facebook de Sara Wagner York (09 de agosto de 2015)

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=983367981713851>

Publicação em: 09 de agosto de 2015.



Foto e texto publicados no perfil de Facebook de Sara Wagner York (29 de agosto de 2015)

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=993783804005602>

Publicação em: 29 de agosto de 2015.

Live número 1 Publicada no perfil de Facebook de Sara Wagner York

Disponível em:

<https://www.facebook.com/100001219763816/videos/1482487898468521/>

Publicação em: 14 de maio de 2017.

Live número 2 Publicada no perfil de Facebook de Sara Wagner York

Disponível em:

<https://www.facebook.com/100001219763816/videos/1482346028482708>

Publicação em: 14 de maio de 2017.

Camila Raupp entrevista Sara Wagner York

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=CcNef\\_mMyWQ](https://www.youtube.com/watch?v=CcNef_mMyWQ)

Publicação em: 06 de março de 2018.

Live livre com Sara Wagner York no Prensa

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OtiteOyZztA>

Publicação em: 07 de março de 2018.

Programa Tribos convidada Sara Wagner York

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=gE6btS40e7c>

Publicação em: 22 de abril de 2018.

Visibilidade trans e intersexo | Conexão

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Mmnvpoa6OjI>

Publicação em: 24 de janeiro de 2020.

Fraturas de si. FUTURA (Canal de Youtube “Sara Wagner York”)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ByJpH13V61Y>

Publicação em: 03 de maio de 2020.

DANIEL CARA ENTREVISTA A PROFESSORA TRANS SARA YORK

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qVelPymXXu8>

Publicação em: 09 de julho de 2020.

“Procurei meu filho por 15 anos; quando o achei, me vi travesti, pai e avó”

Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/29/encontrei-meu-filho-apos-15-anos-de-buscas-hoje-sou-travesti-pai-e-avo.htm>

Publicação em: 29 de outubro de 2020.

Entrevistador Digital conversa com SARA WAGNER YORK

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YHZRP9eVdIM>

Publicação em: 15 de janeiro de 2021.

Maternidades trans: desafios e vitórias de quem conciliou o papel de mãe com a transição sexual – Por Fábio Tito, Gessyca Rocha, Marcos Serra Lima e Marih Oliveira, G1 (RJ/SP)

Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/viva-voce/noticia/2021/05/09/maternidades-trans-desafios-e-vitorias-de-quem-conciliou-o-papel-de-mae-com-a-transicao-sexual.ghtml>

Publicação em: 09 de maio de 2021.

Como o estudo salvou Sara Wagner York - DOMINGO A NOITE - PROGRAMA SEMANAL 04

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tHUuDRRRQVI>

Publicação em: 04 de julho de 2021.

Amor de Avó é tudo igual: No Dia dos Avós, celebramos aqueles que formaram família quando pessoas LGBTQIA+ não tinham direitos no Brasil – Por Mariana Gonzalez, de Universa/UOL

Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/avos-lgbts/#cover>

Publicação em: 26 de julho de 2021.

Palestra: (Trans)feminismo e Interseccionalidade

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yevm4okOJ9g>

Publicação em: 04 de agosto de 2021.

Travesti: modos de fazer (r)existir, com Sara York UERJ

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2ua6N94asSY>

Publicação em: 13 de dezembro de 2021.

Maternidade Travesti e percepções para uma vida comum

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OnvgkOJnjq8>

Publicação em: 12 de fevereiro de 2022.

Foto publicada no perfil de Facebook de Sara Wagner York (26 de julho de 2022)

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=5526138197436784>

Publicação em: 26 de julho de 2022.

Foto publicada no perfil de Facebook de Sara Wagner York (12 de outubro de 2022)

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=5751518694898732>

Publicação em: 12 de outubro de 2022.

**APÊNDICE C – Lista de Registros Compilados e Analisados – Leonora Áquilla**

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (1)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=I7kg7z0eQT0>

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (2)

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=uCCAk\\_rfZj8](https://www.youtube.com/watch?v=uCCAk_rfZj8)

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (3)

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=jW\\_jp7zy8is](https://www.youtube.com/watch?v=jW_jp7zy8is)

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (4)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LZ05f2Q1xgU>

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (5)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=aF1GTsqWx9w>

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (6)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FhnrUa77mI4>

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (7)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FowwnEAqKrg>

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Léo Áquilla - Super Pop - 21/10/10 (9)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=c9qj7GKs1hY>

Publicação em: 27 de outubro 2010.

Ele já foi apedrejado. Hoje é o melhor dos palcos e da TV

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=7zhi9IZhWJs>

Publicação em: 23 de janeiro de 2012.

Léo Áquilla para o GayTV

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=DbGR0pt\\_bJU](https://www.youtube.com/watch?v=DbGR0pt_bJU)

Publicação em: 26 de junho de 2012.

Entrevistado de Hoje: Leo Aquila

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=481hac8pn6A>

Publicação em: 23 de dezembro de 2014.

Dia da Mentira: Mãe ainda se refere a Léo Áquilla como 'ele'

Disponível em:

<https://videos.bol.uol.com.br/video/dia-da-mentira-mae-ainda-se-refere-a-leo-aquilla-como-ele-04024E1A356EC8A15326>

Publicação em: 01 de abril de 2015.

Programa Raul Gil (23/04/16) - Elas Querem Saber com Léo Áquilla - Parte 1

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=cWUAuXObcN4>

Publicação em: 23 de abril de 2016.

Programa Raul Gil (23/04/16) - Elas Querem Saber com Léo Áquilla - Parte 2

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Ia8rZW2BAqg>

Publicação em: 23 de abril de 2016.

Programa Raul Gil (23/04/16) - Elas Querem Saber com Léo Áquilla - Parte 3

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WhzmuZC83nw>

Publicação em: 23 de abril de 2016.

Chá dos 5 – CHÁ COM LEO ÁQUILLA

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=sdnwSE04dII>

Publicação em: 15 de setembro de 2016.

“Nem mãe, nem pai”, Léo Áquilla explica como os filhos a enxergam

Disponível em:

<https://tvuol.uol.com.br/video/nem-mae-nem-pai-leo-aquilla-explica-como-os-filhos-a-enxergam-0402CD9A3668C8816326>

Publicação em: 12 de outubro de 2016.

30 fatos sobre mim...veja o final

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=7\\_5YULN8VzU](https://www.youtube.com/watch?v=7_5YULN8VzU)

Publicação em: 03 de fevereiro de 2017.

Voltei ao bairro que fui criada. Onde vive minha vó de 107 anos

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=7zaXAFwgVrU>

Publicação em: 22 de maio de 2017.

As 10 perguntas que mais me fazem. Quanta ousadia!

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=pLfBh00ihjs>

Publicação em: 04 de junho de 2017.

Com apenas 5 anos e já pensa isso de mim? Tô chocada!

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=pqWt3NF5HYs>

Publicação em: 03 de maio de 2018.

SuperPop (28/05/18) | Completo

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=yLi2JM\\_4csw](https://www.youtube.com/watch?v=yLi2JM_4csw)

Publicação em: 28 de maio de 2018.

Tente não rir... Minha mãe virou Drag #tutorial #mothermake #makeup #maedrag

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FaePtYcGTp0>

Publicação em: 12 de fevereiro de 2019.

Meu filho me maquiou. Arrasou

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=KxWEVeWjsnQ>

Publicação em: 16 de março de 2019.

Onde escondo? Pronto, respondi

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=0eheE--fdOc>

Publicação em: 07 de abril de 2019.

PPK: mudei ou vou mudar? Saiba tudo

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2RXzk9aCbR0>

Publicação em: 02 de maio de 2019.

Olha a lição que a filha do Chico me deu. Sophia

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LDYejIXF4xk>

Publicação em: 12 de julho de 2019.

Entrevista com Léo Áquilla | The Noite (02/09/19)

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=PbY3HuowInY>

Publicação em: 03 de setembro de 2019.

SuperPop quer saber: assumir ou não ser gay? (04/09/2019) | Completo

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=1txl1Gsz2MY>

Publicação em: 05 de setembro de 2019.

Superpop aborda as variações da sexualidade (11/12/19) | (Completo)

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=PElpr\\_oFZKw](https://www.youtube.com/watch?v=PElpr_oFZKw)

Publicação em: 12 de dezembro de 2019.

POR QUE DEMOREI PRA ME ASSUMIR?

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qi89gWgucws>

Publicação em: 24 de abril de 2020.

EU E CHICO TEREMOS UM FILHO?

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=y5YX-cc2xpY>

Publicação em: 29 de maio de 2020.

MEU FILHO BIOLÓGICO É PRETO. QUE ORGULHO

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=rs34t1\\_v\\_CY](https://www.youtube.com/watch?v=rs34t1_v_CY)

Publicação em: 18 de julho de 2020.

MEU PAI É AMOROSO, MAS... FILHA DO CHICO ABRE O CORAÇÃO. DIA DOS PAIS

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=unpuiNDKaJ0>

Publicação em: 09 de agosto de 2020.

ANTES DE IR MEU PAI FEZ UM PEDIDO

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=JrNUS5OiR8g>

Publicação em: 05 de setembro de 2020.

EU E MEUS FILHOS. AS VERDADES NA MESA

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=XuicoiWxx\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=XuicoiWxx_8)

Publicação em: 09 de setembro de 2020.

CHOREI, DE EMOÇÃO. VEJA O MOMENTO QUE RETIREI A CERTIDÃO DE NASCIMENTO NOVA

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=-h2qOYk4fPo>

Publicação em: 14 de outubro de 2020.

"VOCÊ PARECE TRAVESTI" - PROBLEMA MEU !

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=E1ngLPPYzCM>

Publicação em: 06 de dezembro de 2020.

SOFRI PRA ME ASSUMIR. NUNCA É FÁCIL

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=1\\_ydg8HR9wA](https://www.youtube.com/watch?v=1_ydg8HR9wA)

Publicação em: 30 de março de 2021.

SOU MÃE OU PAI? VEJA COMO MEUS FILHOS ME TRATAM

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=w-DRj5vy-Vo>

Publicação em: 09 de maio de 2021.

FUI AMEAÇADA. VEJA QUEM TA ME INTIMIDANDO

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IHZCX-CIOBc>

Publicação em: 28 de julho de 2021.

“Nunca busquei meus filhos na escola por medo de represália” com Léo Áquilla

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qIGUOIPjR9U>

Publicação em: 19 de agosto de 2021.

LÉO ÁQUILLA – novapo Podcast #023

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=rRa99T-EP0U>

Publicação em: 26 de janeiro de 2022.

DEZ CURIOSIDADES A MEU RESPEITO QUE TALVEZ VOCÊ NÃO SAIBA

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tEMC8MKY5UM>

Publicação em: 01 de maio de 2022.

VOCÊ SE SEPAROU DO CHICO

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=---oEYRzWpc>

Publicação em: 04 de maio de 2022.

DESCOBRINDO QUE SEREI VOVÓ. QUE EMOÇÃO!!!

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=af0ZXdSzUwM>

Publicação em: 07 de julho de 2022.

COM MUITA TRISTEZA INFORMO MINHA SEPARAÇÃO DO CHICO. SAIBA O MOTIVO

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=eaPmpi0U32U>

Publicação em: 02 de novembro de 2022.